

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

SUMÁRIO DO NÚMERO DE JANEIRO DE 1940

ARTIGOS

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPLORAÇÃO DA CASTANHA NO BAIXO E MÉDIO TOCANTINS, pelo eng. AMÉRICO BARBOSA DE OLIVEIRA, engenheiro residente do Departamento de Aeronáutica Civil	3
O OURO E A VIDA NALGUMAS REGIÕES DO BRASIL, pelo eng. HENRIQUE CÁPÉR DE SOUSA, prof. da Escola Técnica do Exército	16
GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL, pelo eng. MOACIR F. SILVA, Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia	35

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

EUSEBIO PAULO DE OLIVEIRA	53
CARL FRIEDRICH VON MARTIUS	56

INQUÉRITOS GEOGRÁFICOS

FITOGEOGRAFIA, pelo prof. A. J. DE SAMPAIO	59
---	----

COMENTÁRIOS

FRONTEIRAS GUARANÍS, obra de MELO E SILVA, comentada pelo eng. VIRGÍLIO CORREIA FILHO	79
VARIAÇÃO DA ESTIMATIVA OFICIAL DA ÁREA DO BRASIL DURANTE O PERÍODO REPUBLICANO, pela Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica	83

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

VAQUEIRO DE MARAJO'	89
CAATINGA	91

NOTICIÁRIO

RECEPÇÃO DO I. B. G. E. AOS SRS. GOVERNADORES E INTERVENTORES FEDERAIS	93
UM INQUÉRITO DE ALTA CULTURA GEOGRÁFICA	97
COLETÂNEA DE EFEMÉRIDES GEOGRÁFICAS BRASILEIRAS	99
IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA	100
CENTRO DE ESTUDOS DO SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIAGRÁFICA	105
COMISSÃO DA CARTA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	105
MISSÃO DO MAJOR LIMA FIGUEIREDO NO JAPÃO	107
CONFERÊNCIAS DO PROF. DELGADO DE CARVALHO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE	107
PROFESSOR EUSEBIO PAULO DE OLIVEIRA	108
PROFESSOR CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA	108

RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

RELATÓRIO DO DIRETÓRIO CENTRAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA E EMENTÁRIO DAS RESOLUÇÕES APROVADAS	109
RESOLUÇÕES DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA	117

BIBLIOGRAFIA

PUBLICAÇÕES SOBRE GEOGRAFIA EDITADAS NO BRASIL NO ANO DE 1939	134
PUBLICAÇÕES DE INTERESSE GEOGRÁFICO EDITADAS NO BRASIL NO ANO DE 1939	135
SUPLEMENTO DO INDICAI OR DO ANO I — 1939 — ÍNDICE DE ASSUNTOS	148

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano II

JANEIRO, 1940

N.º 1

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A EXPLORAÇÃO DA CASTANHA NO BAIXO E MÉDIO TOCANTINS

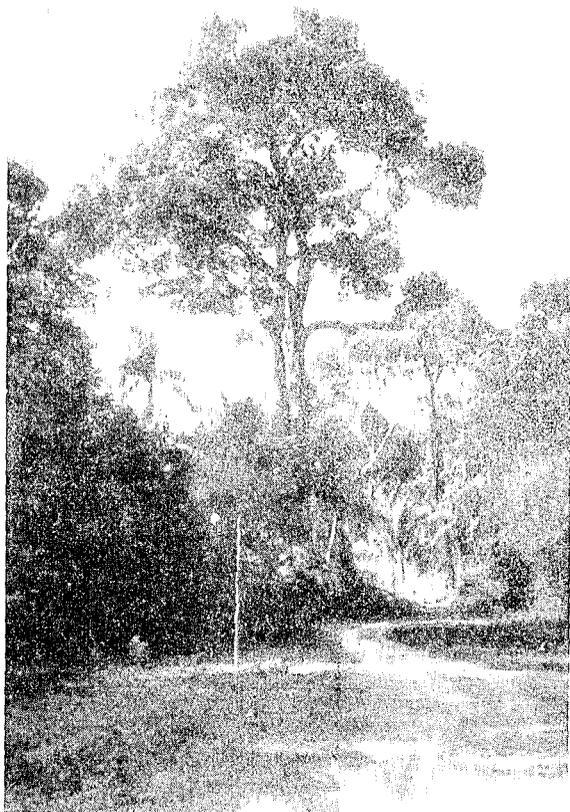
Américo Barbosa de Oliveira

engenheiro residente do Departamento
de Aeronáutica Civil

Os castanhais A castanha conhecida no estrangeiro por "*Brazil-nut*" é a grande riqueza nativa que se explora no médio e baixo *Tocantins*. Nas proximidades de sua confluência com o *Araguaia* começam a surgir as copas escuras das castanheiras, emergindo do nível alto e uniforme da mata. A castanheira (*Bertholletia excelsa*) é a árvore característica das matas de terra firme da *hyloea brasileira*, assim como a seringueira (*Hevea brasiliensis*) caracteriza as matas das várzeas alagáveis. O *habitat* da castanheira parece estender-se a tôda a Amazônia, porém, só em determinadas regiões, se apresenta em associações suficientemente densas de molde a despertar interesse comercial.

No *Tocantins*, as grandes associações vegetativas apresentam densidade altamente variável. A produtividade dos castanhais vai de 30 até 120 litros de castanha por hectare, em cada safra. Encontra-se disseminada numa vasta área, limitada aproximadamente pelo paralelo de Alcobaça e pelo de seis graus de latitude sul. Em longitude, tem seus limites desconhecidos, devido aos índios *Caiapós* e *Gaviões*, cuja presença nas margens, esquerda e direita do *Tocantins*, respectivamente, impõe limites às ousadas "picadas" dos castanhais. Acredita-se entretanto que todo o divisor de águas do *Tocantins* e *Xingú* seja *habitat* da "*Bertholletia excelsa*", porém só poderá ser explorado com a colaboração do *Serviço de Proteção aos Índios* e com um sistema de transporte a ser estabelecido, uma vez que o *Xingú* não pode ser considerado navegável.

Os castanhais que pudemos visitar com mais vagar situam-se nos barrancos da *Itaboca*. É sensação estranha para quem vem do sul, depois de atravessar três mil quilômetros de cerrados adustos, penetrar na *Hylcoea* de Humboldt. As castanheiras, com seus 20 ou 30 metros,



Itaboca — Jovem castanheira à margem da estrada municipal de Jacundá

alteiam-se erectas, destacando-se a custo do nível também muito elevado da espessa mataria. Nos arredores de Jacundá pudemos verificar dois tipos de solos, cobertos ambos pela mesma vestimenta exuberante. O primeiro, um terreno sílico-argiloso de formação secundária e o segundo de pura terra roxa, proveniente de eruptivas básicas.

No *Tocantins* possibilitou a exploração da castanha, a favorável hidrografia amazônica. São os *igarapés* inúmeros e os grotões represados que levam o homem ao recesso da mata e lhe permitem transportar sua carga em leves *montarias* até os *batelões* e nestes até os *motores*.

O *Itacaiunas*, o *Vermelho* e algumas dezenas de periódicos tributários são os maiores aliados do castanheiro. A coincidência da safra com a estação chuvosa propiciou a criação da indústria. Restava ao homem, ainda, enfrentar as cachoeiras do *Tocantins* e levar o seu produto a Belém, e isso foi feito com uma audácia e uma sabedoria que honram sobremodo nossos obscuros patrícios.

Organização da indústria castanheira

Surpreendemos em Marabá, em pleno 1938, o mesmo tráfico escravizador que subsistiu para a borracha amazônica.

Apenas a quarta parte dos castanhais é de propriedade privada. Todos os demais pertencem ao Estado ou ao Município, que os arrendam mediante requerimento, pelo prazo de um ano. Esse regime nefasto mantém-se há muitos anos. A mata é invadida anualmente pela turba de castanheiros. Mas continua inteiramente virgem de bemfeitorias. Não

há caminhos, nem estradas, nem ranchos, nem moradores. Os homens são a um só tempo apanhadores de castanha e *cargueiros*. Remontam os *igarapés* em *batelões* e depois em embarcações denominadas *montarias*. Invadem a mata em busca dos castanhais conhecidos e voltam às canoas atravessando léguas de picadas sombrias, curvados ao pêso da carga.

A castanha apanhada é trazida às costas dentro de uma cangalha denominada *paneiro*. Um *rifle* acompanha invariavelmente o castanheiro afim de repelir os traiçoeiros *Caiapós*, que tornam a vida das matas assombrada. Sempre atentos, os castanheiros só andam em grupos, não evitando, entretanto, os ataques fulminantes do gentio. A borduna do *Caiapó* o abate de surpresa, quando tem os movimentos tolhidos pelo pêso do *paneiro*, ou quando dorme tranquilo na *barraca*.

Tal é a organização dessa indústria explorada há cêrca de cem anos

O Prof. Preston E James, da Universidade de Michigan, estudando a geografia do Brasil, impressionou-se com a frouxidão do laço que liga o homem à terra. Na *hyloea* tocantina, mais do que em qualquer outra região do país, nota-se o divórcio completo entre o homem e a terra. O explorador investe desaparelhado de tudo e desajudado de todos. A mata o apavora.

Mal termina o trabalho, volta apressado, para gozar o fim da “*saison*” em Marabá. Alí passa o resto do ano, inativo, sacando sôbre a futura safra ou regressa ao sertão, aproveitando os últimos repiquetes.

A castanha é hoje o sustentáculo da máquina administrativa do Pará. Em tórno dela giram as leis e os regulamentos.

O sistema de arrendamento dos castanhais, a que já nos referimos, não é o mais indicado para um país que precisa mobilizar suas energias e ordenar sua economia. Explica-se facilmente que um arrendatário não procure fazer bemfeitorias e radicar moradores em terrenos que na próxima safra poderão ser de outro dono.

Entretanto, a existência da castanha poderia servir de base a uma colonização intensa. O cultivo da terra e o preparo das primeiras *invernadas* nas clareiras que se abririam na mata, seriam custeados pela colheita da preciosa castanha que a natureza fornece gratuitamente.



Itaboca — Estrada municipal que contorna a cachoeira
Apresenta, em grandes trechos, trilhos de madeira

FOTO O H LEONARDOS

A castanha arma o colono de recursos com que enfrentar todos os insucessos que o possam atingir nos primeiros anos

O trabalhador, uma vez localizado no castanhal não precisará mais consumir em 12 meses o que ganha nos 5 de safra. Deixará de pagar 6\$000 pelo quilo de carne que o sertanejo do planalto vende a 500 réis. Conseguirá animais de carga e construirá estradas. O rendimento crescerá, aligeirando o trabalho. Haverá progresso, haverá fartura, haverá comércio estável garantido pela navegação fluvial já existente e que poderá ser grandemente aperfeiçoada. O *Tocantins* poderá imitar o *Purús* na transformação que Euclides da Cunha observou:

“O primitivo explorador vai, afinal, ajustando-se ao solo, sôbre o qual pisou durante tanto tempo indiferente. As suas barracas desafogam-se nas derrubadas, e já nas praias, que as vazantes desvendam, já nos “firmes” a cavaleiro das cheias, se delineam as primeiras áreas de cultura. Os tristonhos barracões cobertos de fôlhas de ubussú, transfundem-se em vivendas regulares, ou amplos sobrados de pedra e cal”



Duas figuras típicas de castanheiros fotografados no campo de aviação de Marabá — As costas carregam os “paneiros” em que fazem o transporte através das “picadas”. Há homens que transportam mais de um hectolitro de cada vez.

FOTO O H LEONARDOS

Entretanto a indústria castanheira copia

exatamente o desregramento infrene e a imprevidência econômica que levou à ruína a produção da borracha.

Tratando da civilização da *hevea* todos os comentadores alarmavam-se com o fato do seringueiro trabalhar 4 ou 5 meses, ficando, durante tôda a enchente, dentro do barracão em inércia obrigatória, consumindo caríssimos gêneros e mercadorias fornecidas pelo patrão.

Pois bem, o castanheiro troca apenas a estação. Trabalha nas cheias e descansa na sêca. E como êle, descansam também as embarcações, paraliza-se o tráfego. Fecham-se os *bars*. Esvaziam-se os pros-

tíbulos. Ao sertão regressam alguns milhares de sertanejos remontando o *Tocantins* e o *Araguaia*.

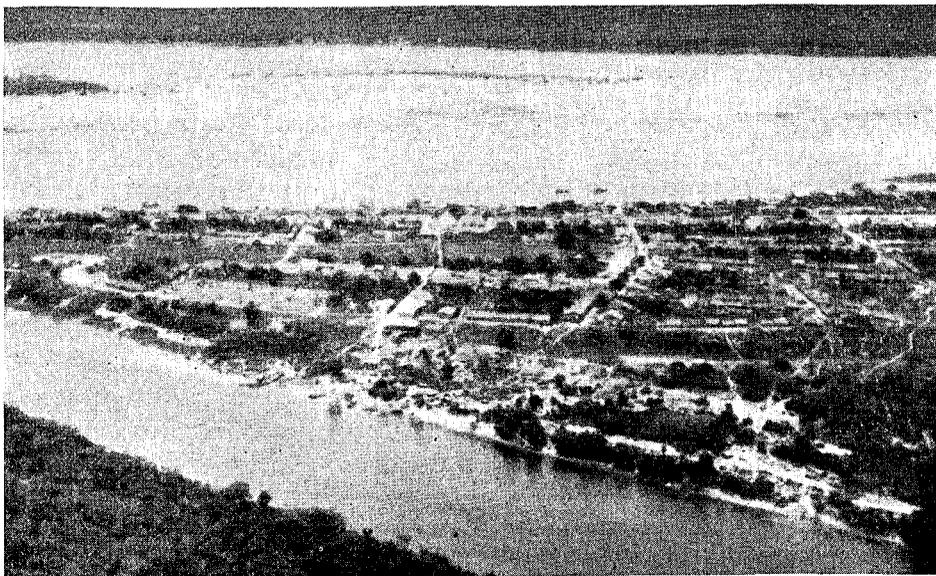
Marabá, o estranho entreposto, fica então desolada e triste, com seus *motors* fundeados.

Tomassem-nos hoje, o mercado de castanha, e não ficaria em Marabá vestígio da extraordinária movimentação do passado. A grandeza dessa atividade extrativa, que desde a crise da borracha sustenta o brilho da civilização paraense, não construiu ainda um só marco no *Tocantins* que perpetuasse sua existência.

Marabá Marabá é um acampamento a ser levantado quando se avizinhar uma grande enchente. Por isso rareiam ali as casas de alvenaria. Não existem colégios, nem bancos, nem hospitais, nem clubes, nem cinemas, nem estradas, nem automóveis.

Pela sua inferioridade, impressiona e intriga o paralelo de Marabá com qualquer outra cidade do país quando se sabe que a arrecadação municipal ali vai além de 500 contos.

Apenas o grande Palácio da Prefeitura em construção, atesta um certo movimento orientado para a ocupação definitiva do solo. A ci-



Marabá — Aspecto aéreo da cidade situada no pontal inundável do rio "Itacatuas", que aparece no primeiro plano

FOTO OLIVEIRA MACHADO

dade, arrasada pela enchente de 1926, ressurgiu imprevidentemente no mesmo local, com seus caracteres próprios ditados por fatores humanos de ordem econômica e geográfica. A teimosa localização de Marabá, não se prende a fatos muito complexos nem se explica tão pouco por escolhas anônimas e inconcientes.

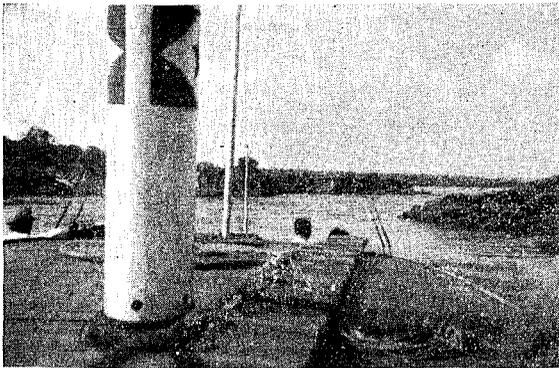
Foram as necessidades da atividade econômica criada pela exploração dos castanhais, que reconduziram o agrupamento humano ao mesmo local, desfavorável e inseguro.

Marabá foi erigida no pontal do *Itacaiunas*, afim de poder dominar comodamente as duas vias de escoamento da castanha. o *Tocantins* e o *Itacaiunas*. Esse pontal delimita, nitidamente, uma região natural e isso é outro fator de reconhecida importância para a localização de aglomerações urbanas.

A necessidade de dominar os dois rios explica-se, facilmente, dado o regime de financiamento da colheita da castanha. Arrendatários, castanheiros e embarcadiços, ao início da safra, já estão comprometidos por grandes dívidas aos comerciantes. A colheita começa com o financiamento do comércio de Marabá. Esse financiamento consiste em fornecimento de gêneros, ferramentas e embarcações (1)

Com tal sistema de trabalho compreende-se facilmente a necessidade do comércio instalar-se em local que lhe permitisse exercer atenta fiscalização sobre as atividades de seus "financiados" nos dois rios

A zona natural que Marabá delimita é a bacia do *Itacaiunas* que produz quasi a totalidade da castanha exportada pelo *Tocantins*. O *Itacaiunas* com seus tributários e suas dezenas de pequenos *igarapés* navegáveis drenam para Marabá, com reduzido custo, toda a produção trazida da mata.



Baixo Tocantins — Navegação nos últimos rápidos do "Tocantins", próximo de Alcobça. Em Alcobça tem início a navegação de grande tonelagem que funciona, com regularidade, até Belém

FOTO AMÉRICO B. OLIVEIRA

Alí se faz o transbordo da carga para as embarcações que a levarão a Alcobça e alí se abre o novo cenário em que se vai desenrolar a luta da prodigiosa atividade extrativa com as corredeiras do *Tauri Grande* e da *Itaboca*.

A irracional reconstrução de Marabá no pontal alagável tem causado grandes reparos e provo-

cado até mesmo algumas reações violentas. Na interventoria Magalhães Barata, tomou-se uma decisão mais firme de forçar a mudança da cidade, porém, sem resultado prático.

Para se edificar uma cidade em lugar desfavorável é preciso orientar os esforços de molde a remover os obstáculos naturais opostos ao

(1) O financiamento da colheita da castanha tem o nome de *Aviação*. O castanheiro parte para a mata *aviado* pelo patrão, que recebe o nome de *Aviador*.

agrupamento humano ou a minorar seus efeitos por meio de obras adequadas. Em Marabá não se cogitou ainda de obra alguma para abrigar a cidade das enchentes, nem seria econômico realizar tal serviço por enquanto. O resultado é que a população ali está “apenas instalada”, segundo a expressão usada por Brunhes descrevendo certo trecho do *Sarine*.

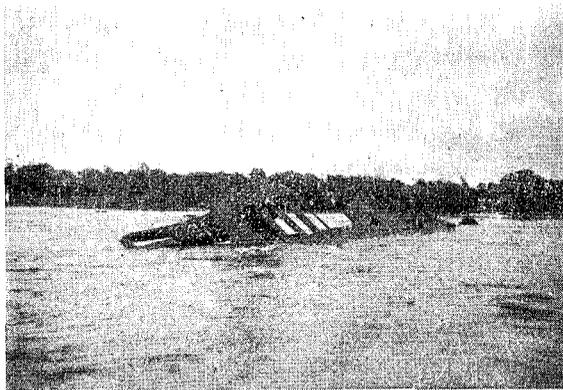
A precariedade da organização social de Marabá torna-se mais evidente e espantosa quando se observam as bases sólidas da civilização Carolinense. As tradições de cultura e de serenidade do talento maranhense reafirmam-se no sertão pela projeção de Carolina em todo o *Tocantins*. Coube ao comércio, às instituições e à imprensa carolinense transportar para o grande *eixo do Brasil*, a civilização litorânea, entretanto essa pequena cidade arrecada uma receita dez vêzes menor do que Marabá.

O transporte da castanha

A única via existente para o transporte da castanha é o *Tocantins*. Daí a tenacidade e o arrojado da iniciativa sertaneja para vencer as cachoeiras do grande rio, afim de tirar partido da espantosa valorização que vem sofrendo a “*Brazil-nut*” nos mercados externos (2).

A história da navegação do *Tocantins* é uma sucessão de desastres impressionantes. Esse é o motivo da maldição que sempre mereceu de todos os viajantes.

O eng^o Pereira do Lago dá detalhadas informações sobre a navegação a remos no *Tocantins* em 1875, e Taunay, tratando dos trechos encachoeirados do *Tocantins* escreveu: — “é uma série de cachoeiras, rápidos, corredeiras, torvelinhos, rebojos, maresias, saltos, um fervedouro sem fim de águas, uma arrebentação de furiosas



Rio “*Tocantins*” — Carcaça de uma embarcação naufragada na corredeira de “*Mãe-Maria*”

FOTO AMÉRICO B OLIVEIRA

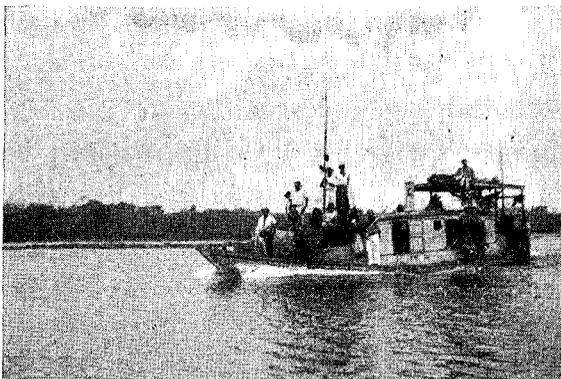
ondas, um lutar incessante, um fugir perene de cachopos, uma fadiga insana de tôdas as horas, todos os minutos. E’ de ver-se a intrepidez com que são superados tão terríveis obstáculos. O piloto, de quem tudo depende, leva a frágil embarcação ao meio das embravecidas águas. Atento aos menores indícios, ora parece atirá-las sobre as rochas das quais de repente se desvia com admirável rapidez, ora a mantém no eixo da

(2) Informa Hanibal Pôrto que entre 1836 e 1851, a castanha valia cêrca de 5\$000 o hectolitro. Desde 1923 o preço está acima de 100\$000 o hectolitro.

corrente, cuja violência é tal, que a vista se turva e o vento açouta dolorosamente o rosto. Os proeiros, vigilantes ao mais leve aceno, manejam pesados varejões e, segurando em grossos cabos, ora se lançam à água, ora galgam ligeiros os cabeços das penedias. Em relação às possibilidades não são os naufrágios frequentes; entretanto, às vezes é acima das forças humanas que a canoa vá despedaçar-se em mil fragmentos de encontro a grandes rochedos. A tripulação arremessada violentamente ao rio, nada, mergulha, agarra-se às pedras, e, caso não haja algum baque mortal, é logo recolhida pelos companheiros dos outros botes, tratando todos em comum de salvar o carregamento que se afundara num borbulhar de espumas.”

Essa magistral descrição dá idéia perfeita do que era a navegação no *Tocantins*, por barcos a remos, e explica bem a razão de terem sido considerados intransponíveis alguns trechos do rio (3).

Hoje, porém, tudo mudou. Não se encontra mais um só barco a remos ou a varas. O *vareiro* do *Tocantins* desapareceu completamente. Com o advento dos motores a óleo cru, a tonelagem dos barcos pôde ser aumentada e os fretes baixaram de 40 %.



“Médio Tocantins” — Tipo usual de “motor” empregado no transporte da castanha. Esses barcos deslocam cerca de 30 toneladas e podem remontar tôdas as corredeiras do “Tocantins” e “Araguaia”, atingindo as cidades de Palma, no rio “Paraná” e Baliza, no “Araguaia”

FOTO AMÉRICO B OLIVEIRA

Navega-se hoje de Belém até Palma, no rio *Paraná*, em qualquer enchente, e na vazante de Belém a Tocantínia (Pia-banha) com duas interrupções apenas, nas cachoeiras de *Itaboca* e *S. Antônio*, vencidas ambas por estradas de rodagem.

A prática da navegação fluvial em tôda parte tem uma técnica especial

conforme a época do ano. O *Tocantins*, com uma navegação *sui generis* confirma essa regra com um rigor inexcédível. Na *sêca*, na *meia água* e no *verde* (enchente), modifica-se radicalmente a praticagem do rio.

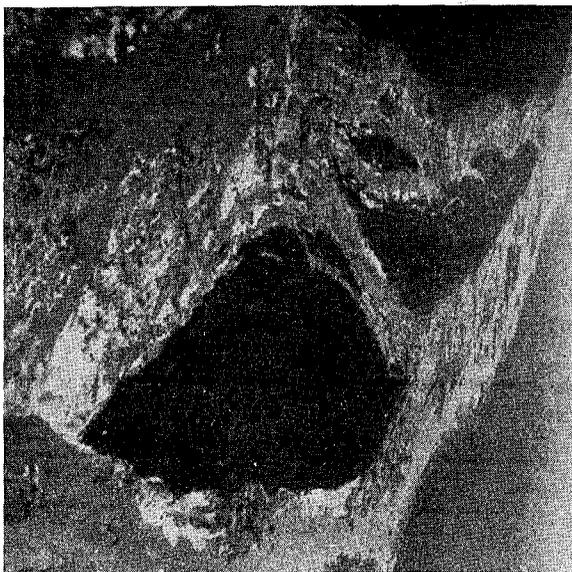
Na *enchente* desaparecem as corredeiras, mas é preciso evitar certos *rebojos* e conhecer a situação dos popos mais elevados dos *travessões* submersos.

Na *meia água* é onde repontam as maiores dificuldades. O piloto quasi sempre é obrigado a seguir o canal usado na vazante, apesar de não terem emergido ainda todos os pontos de referência de que dispõe na *sêca*.

(3) Eng.º Pereira do Lago — Relatório.

Na *sêca* redobra o número de corredeiras. É preciso seguir rigorosamente o canal, porém a limpeza da água e os cabeços dos travessões já aflorados guiam o prático com grande segurança.

A praticagem, descendo uma corredeira, consiste em conduzir a embarcação a gilmente por entre as pedras visíveis e invisíveis, sem se deixar impressionar pela velocidade da marcha e pelo espoucar dos rebojos espumarentos. Subindo, há que se saber aproveitar os remansos sucessivos, atravessando o canal, sempre que necessário, sem preocupação entretanto de vencer a correnteza com a força do motor.



Médio "Tocantins" — Aspecto aéreo do "Tauri Grande"
A direita, na fotografia, vê-se o canal navegável

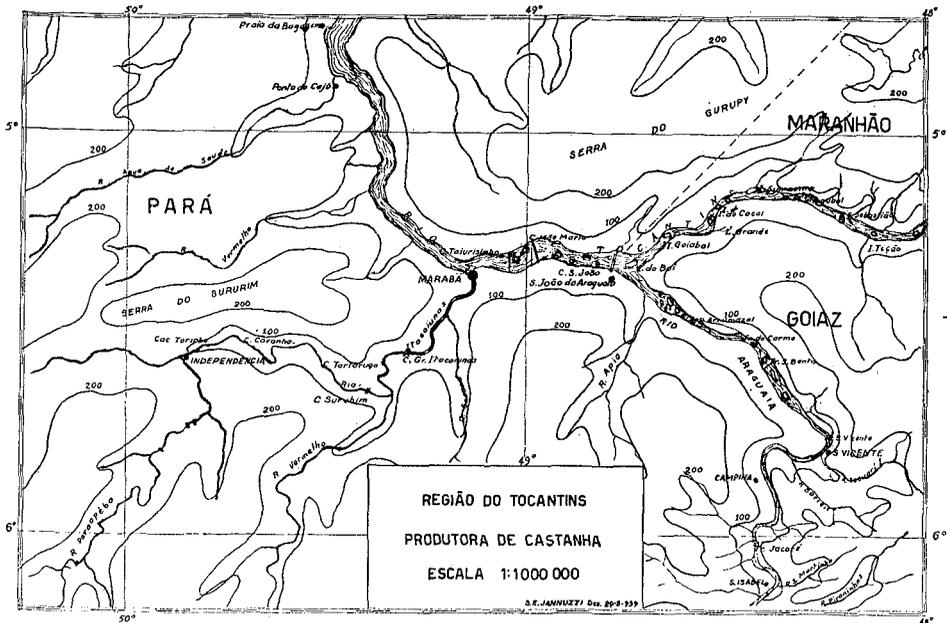
FOTO OLIVEIRA MACHADO

Nas corredeiras, as grandes pedras que tornam o canal sinuoso e incerto, contribuem para quebrar a velocidade da torrente, e desempenham uma função vital para o navegante que remonta a correnteza, mercê dos *remansos* que elas proporcionam. O *remanso*, ou no dizer sertanejo, "a sombra da pedra", é o ponto fraco por onde a experiência lhe ensinou a vencer as *pancadas*.

Para manter o domínio da embarcação na corredeira, precisa o piloto contar com certa potência do motor, afim de lhe garantir o *seguimento* do barco, mau grado tôdas as perturbações do ambiente líquido.

Perdido o seguimento, de nada serve o leme em sua mão, e impotente fica êle para manter a "proa" escolhida. Dá-se o desastre. Os passageiros salvam-se às vêzes, agarrados aos sacos de viagem. A experiência de inúmeros desastres tem apontado como causa dos mesmos, na maioria dos casos, a falta de potência do motor. Navega-se hoje com relativa segurança nos tipos de barcos existentes, desde que o motor disponha de uma potência da ordem de 2 H P por tonelada de registo.

As maiores embarcações do médio e alto-Tocantins são de 30 toneladas e êsse limite não pode ser ultrapassado por enquanto, devido à dificuldade das manobras em alguns canais. Até hoje não se tirou uma só pedra do Tocantins nem se removeu tão pouco um só tronco de árvore que lhe tenha por acaso prejudicado o curso. A navegação



existente é obra exclusiva da iniciativa privada. Tem se adaptado sumariamente a todos os caprichos da natureza procurando contornar dificuldades e aproveitando, com sabedoria, a lição de numerosos desastres.

Vemos assim, que o *Tocantins*, devido às suas corredeiras, exige uma potência quatro vezes maior para o deslocamento da mesma tonelage do que a empregada em qualquer rio de pequena declividade.

O frete fluvial no *Tocantins* é portanto 4 vezes mais onerado pelo esforço de tração do que no comum dos grandes rios navegáveis.

Entretanto, apesar de todas as dificuldades, seu valor não atinge à metade do frete rodoviário normal, e não exigiu ainda despesa alguma de construção ou de reserva.

Em 1890, iniciou-se em Alcobaça a construção de uma estrada de ferro destinada a substituir a navegação no *Tocantins* até Praia da Rainha.



Alcobaça — Locomotiva da Estrada de Ferro de Tocantins abandonada no meio da mata

FOTO O H LEONARDOS

Contratempos de toda a ordem prejudicaram a continuidade dos trabalhos que foram definitivamente suspensos no km 80. O mato invadiu o leito da estrada e os índios expulsaram todos

os moradores. Hoje cogita-se de retomar os trabalhos, entretanto seria mais aconselhável proceder ao melhoramento do rio do que construir tão dispendiosa estrada.

RESUMÉ — RESUMEN — RIASSUNTO — SUMMARY — ZUSAMMENFASSUNG — RESUMO

L'auteur, qui prit part en 1938 à l'expédition aux fleuves de l'Araguaya et du Tocantins, réalisée sous la direction du professeur Oton Leonaidos, étudie, dans le présent article "L'Exploitation de la châtaigne dans le bas et moyen Tocantins", région située au sud-ouest de l'État du Pará et à l'extrémité nord de l'État de Goyaz

Le châtaignier (*Bertholletia excelsa*), dont le fruit est connu à l'étranger comme "Brazil-nut", est l'arbre caractéristique des forêts de terre ferme de l'Hilea brésilienne, ainsi que le caoutchouc (*Hevea brasiliensis*) caractérise les forêts des plaines marécageuses: son "habitat", quoique s'étendant à toute l'Amazonie, ne se présente que dans des associations assez denses et en des régions déterminées, entre lesquelles figurent celles du bas et moyen Tocantins

La coïncidence de la récolte avec la saison de pluie, qui rend plus facile la navigation du Tocantins, protège l'exploration de la châtaigne. En dépit des difficultés de la navigation, et du danger des attaques des indiens Caiapós, l'industrie extractive de la châtaigne se trouve depuis cent ans organisée, son siège ayant lieu à la ville de Marabá. Cette organisation se ressent encore de graves défauts, desquels le principal a été l'absence de fixation de l'homme à la terre. Presque tous les châtaigniers appartiennent à l'État ou au Municipio, qui les afferment à des particuliers dans le délai d'un an; ceux-ci en des conditions semblables, ne prennent aucun intérêt pour bonifier la région ni pour y fixer demeure. La forêt durant les cinq mois de récolte est envahie par les exploitateurs, demeurant abandonnée le reste de l'année. On observe l'enveir à la ville de Marabá qui se voit désertée pendant la récolte.

Cette ville constitue plutôt en campement qu'un centre urbain, elle ne possède que de rares maisons de maçonnerie, pas d'écoles, pas d'hôpitaux, aucun club, ni d'autres éléments de civilisation urbaine. Cependant la rente du municipio dépasse 500:000\$000

Sa situation, dans la confluence du Itacaiunas avec le Tocantins, obéit uniquement à des raisons économiques, étant d'ailleurs une situation splendide car Marabá domine complètement ces deux voies d'écoulement de la châtaigne; la région cependant est détestable pour une agglomération urbaine permanente, à cause des inondations, la ville ayant même été déjà détruite une fois en 1926.

L'auteur étudie avec détails les difficultés de la navigation du Tocantins, remplie d'obstacles (chûtes d'eau, rapides pointes de pierre submergées etc.), il loue la ténacité et l'audace des "sertanejos" (habitants de la région) qui réalisent le transport de la châtaigne. Avec l'usage des moteurs à l'huile ciu le nombre de tonneaux des bateaux a augmenté et les frets diminuèrent de 40%; néanmoins ils demeurent encore quatre fois plus onéreux que dans la plupart des grands fleuves navigables à cause des efforts de traction, n'atteignant pas toutefois la moitié de la valeur du fret normal des routes. En terminant son étude, l'auteur remarque qu'il serait très convenable d'entreprendre l'amélioration des conditions de navigabilité du fleuve, au lieu de construire un onéreux chemin de fer au long de l'espace interdit par les chûtes d'eau.

El autor que hizo parte de la expedición a los rios Araguaia y Tocantins en 1938, bajo la jefía del prof. Oton Leonaidos, estudia, en el presente artículo la "Explotación de la castaña en el Bajo y Medio Tocantins", región situada a sudoeste del Estado del Pará y al estremo Norte del Estado de Goiaz.

La castañera (*Bertholletia excelsa*), cuyo fruto es conocido en el estianjeio por "Brazil-nut", es el árbol característica de las matas de tierra firme de la *Hyloea* brasileña, así como el árbol de la goma (*Hevea brasiliensis*) caracteriza las matas de las vegas alagables; aunque su *habitat* se extiende por toda la Amazonia, ella solo se presenta en asociaciones suficientemente densas en determinadas regiones, entre las cuales la del bajo y medio Tocantins.

La coincidencia de la safia con la estación lluviosa, en la cual la navegación en el Tocantins es menos difícil, favorece la explotación de la castaña. A pesar de las dificultades de la navegación y de los peligros de ataques de los indios Caiapós, la industria extractiva de la castaña se halla organizada hace cerca de cien años, y tiene su centro en la ciudad de Marabá. Esa organización se resiente aún de defectos graves, cuyo principal es la ausencia de fijación del hombre a la tierra. Casi todos los castañales pertenecen al Estado ó al Municipio, que los arrendan a particulares por el plazo de un año; estos no se interesan, por eso, en hacer beneficios y radical moradores. La selva es invadida por los explotadores en los cinco meses de cosecha y es abandonada en el resto del año. El inverso se da en Marabá, que queda casi desierta durante la safia.

Marabá es antes un acampamiento que un centro urbano, con pocas casas de piedra y sin colejos, hospitales, clubs y otros elementos de civilización urbana. Así mismo la renta del municipio ultrapasa de 500 contos de reis. Su localización, en la confluencia del Itacaiunas con el Tocantins, obedeció solamente a las necesidades económicas, siendo ótima por dominar comodamente esas dos vías de salida de la castaña; pero el lugar es pésimo para una aglomeración urbana estable. La ciudad fué mismo arrasada por la llena de 1926.

El autor examina con detalle las dificultades de la navegación en el Tocantins, lleno de obstáculos (saltos, rápidos, puntas de piedras sumerjidas, etc.) y exalta la tenacidad y el ajujo de los nativos que hacen el transporte de la castaña. Con el uso de los motores a óleo crudo, el tonelaje de las embarcaciones aumentó y los fretes bajaron de 40%; estos son aún cuatro veces más onerosos por el esfuerzo de tracción que en el comun de los grandes rios navegables, pero no alcanzan siquiera la mitad del valor del flete rodoviario normal. Concluyendo su estudio, muestra el autor como sería aconsejable procederse al mejoramiento de la navegabilidad del rio, en vez de construirse una estrada de hierro en el trecho de los saltos.

L'A, che prese parte alla spedizione ai fiumi Araguaia e Tocantins, compiuta nel 1938 sotto la direzione del prof. Oton Leonaidos, studia, nel presente articolo, lo "sfruttamento della castagna nel basso e nel medio Tocantins", regione situata a Sud Ovest dello Stato del Pará e all'estremo Nord dello Stato di Goiaz.

Il castagno (*Bertholletia excelsa*), il cui frutto è conosciuto all'estero col nome di "noce del Brasile", è l'albero caratteristico delle foreste di terra ferma della *Hyloea* brasiliana, così come l'albero del caucciù caratterizza le foreste delle pianure coltivate allagabili; il suo *habitat*, pur estendendosi a tutta l'Amazonia, si presenta, in gruppi abbastanza densi, soltanto in determinate regioni, fra le quali quelle del basso e medio *Tocantins*.

La coincidenza dell'epoca della raccolta con la stagione delle piogge, durante la quale la navigazione del *Tocantins* diviene meno difficile, favorisce lo sfruttamento della castagna. Malgrado le difficoltà della navigazione e i pericoli di attacchi da parte degli indii *Caiapós*, l'industria estrattiva della castagna è organizzata da circa cento anni, avendo come centro la città di Marabá. Questa organizzazione presenta ancora gravi difetti, di cui il principale è la mancanza di popolazione fissata alla terra. Quasi tutti i castagneti appartengono allo Stato o al Municipio, che li affittano a privati, per il termine di un anno; questi non hanno interesse, in tali condizioni, di fare impianti o di stabilire personale fisso. La foresta è invasa dai raccoglitori durante i cinque mesi della raccolta, e rimane abbandonata tutto il resto dell'anno. Il contrario avviene in Marabá, che rimane quasi deserta durante la raccolta.

Marabá è piuttosto un accampamento che un centro urbano, con rare case in muratura, e pivo di scuole, ospedali, circoli ed altri elementi di civiltà urbana. La entità del Municipio supera, tuttavia, i cinquecento contos di reis. La sua posizione, alla confluenza dell'*Itacaiunas* col *Tocantins*, è stata scelta soltanto per necessità economica, essendo la migliore per dominare comodamente queste due vie di deflusso delle castagne; ma il punto è del tutto inadatto per una agglomerazione urbana stabile, a causa delle inondazioni, tanto che la città è stata perfino distrutta dalla piena del 1926.

L'A esamina minutamente le difficoltà della navigazione nel *Tocantins*, pieno di ostacoli (cascate, rapide, punte di rocce sommersi, ecc.), ed esalta la tenacia e il coraggio dei "sertanejos", che eseguono il trasporto delle castagne. Con l'uso dei motori ad olio pesante, il tonnellaggio dei battelli è aumentato e i costi sono diminuiti del 40%; essi, per le difficoltà della trazione, sono ancora quadrupli di quelli usuali nei grandi fiumi navigabili, senza raggiungere tuttavia la metà del prezzo del trasporto per via di terra. Concludendo il suo studio, l'A dimostra che sarebbe consigliabile provvedere al miglioramento delle condizioni di navigabilità del fiume, anziché costruire una dispendiosa linea ferroviaria lungo il tratto delle cascate.

The author, who took part in the expedition in the *Araguaia* and *Tocantins* rivers, realized in 1938 under the direction of the professor Oton Leonardos, studies, in the present article "Brazil-nut" exploration in the *Tocantins* region, which is situated in the south-east of the state of Pará and at the extreme north of the state of Goiás.

Brazil-nut tree (*Bertholletia excelsa*), which fruit is known in other countries as "Brazil-nut", is the characteristic tree of solid lands forests, Brazilian Hilea, as the caoutchouc tree (*Hevea brasiliensis*) is the characteristic of forests situated in marshy fields; its "habitat" although extending itself to all the Amazon valley, is only noted in associations sufficiently compact and in certain regions as those of the *Tocantins*.

The coincidence of harvest period with the raining station, during which the navigation of the *Tocantins* river happens to be less difficult, helps Brazil-nut exploitation. In spite of the navigation obstacles and the danger of any attack of the Indians *Caiapós*, Brazil-nut industry is organized since a hundred years ago, its center being situated in Marabá city. This organization suffers until today from serious faults of its beginning, which the principal one was the absence of attachment of men to the land. Most of all Brazil-nut trees belong to the State or to the Municipality which let them to people by the delay of one year; in such condition, people find no interest in ameliorating the region or in attaching themselves to it. The forest is so invaded by the exploiters during the five months of the harvest period, being deserted the rest of the year. The contrary happens to Marabá city which remains abandoned during the harvest period.

Marabá looks more a camping place than a city, with rare mansion houses, no schools, no hospitals, no clubs or any other element of city's civilization. In spite of this the municipality's receipt exceeds 500.000\$000. Its situation in the confluence of the *Itacaiunas* with the *Tocantins* obeys just to economic necessities, being a splendid situation for it sovereigns both Brazil-nut flowing of ways; the region although is not favourable to a permanent city on account of the inundations, Marabá having already once been destroyed in 1926.

The author examines with detail the difficulties of the *Tocantins* navigation, full of obstacles (water-falls, rapids, submerged stone points etc) and heightens the tenacity and courage of the "sertanejos" who undertake Brazil-nut transport. With the use of green oil motors, boats weight increased and the freight decreased 40% of its value, but it still remains four times more oppressive, on account of the traction effort, than in most of the large sailed rivers, not attaining however half of the value of loads normal freight. Ending his study, the author shows how convenient it should be to ameliorate the sailing conditions of the *Tocantins* river in stead of constructing an onerous railway along its interdicted space.

Verf. der an der Forschungsreise zum *Araguaia*- und *Tocantins*fluss im Jahre 1938 unter der Leitung von Prof. Oton Leonardos teilgenommen hat, beschreibt im vorliegenden Artikel die "Gewinnung der Para-Nuss am untern und mittlern *Tocantins*", einer Gegend, die im Südwesten der Provinz Pará und im äussersten Norden der Provinz Goiás liegt.

Der Paranussbaum (*Bertholletia excelsa*), dessen Frucht im Ausland als "Brasil-nut" bekannt ist, ist der für den Hochwald charakteristische Baum der brasilianischen Waldflora, so wie der Kautschukbaum (*Hevea brasiliensis*) für die Wälder des Überschwemmungsgebietes charakteristisch ist; wiewohl er sich im ganzen Amazonasgebiet findet, ist sein natürlicher Charakterismus nur in ziemlich dichten Gemeinschaften und in bestimmten Gegenden, darunter dem untern und mittlern *Tocantins*.

Die Ernte fällt in die Regenzeit, in der die Schifffahrt auf dem *Tocantins* nicht so schwierig ist, und dies begünstigt die Paranuss-Gewinnung. Seit etwa hundert Jahren ist die Paranuss-Industrie organisiert trotz der Schwierigkeiten der Schifffahrt und trotz der durch Angriffe der *Caiapós*-Indianer drohenden Gefahren; ihr Centrum ist die Stadt Marabá. Diese Organisation lässt noch schwere Mängel fühlen; darunter ist der grösste: das Fehlen fester Ansiedlung des Menschen. Fast alle Paranusswälder gehören der Provinz oder der Stadtverwaltung, die sie für ein Jahr an Private verpachtet; die Pächter interessieren sich unter solchen Umständen nicht dafür, Verbesserungen vorzunehmen und Einwohner sesshaft zu machen. Während der fünf

Erntemonate brechen die Ausbeuter in den Wald ein und lassen ihn dann für den Rest des Jahres im Stich. Das Umgekehrte begiebt sich mit Marabá, das während der Ernte fast verödet ist. Marabá ist weit eher ein Lagerplatz als eine Stadt; es hat wenige Steinhäuser, keine höheren Schulen, Krankenhäuser, Klubs und sonstige Dinge städtischer Zivilisation. Immerhin geht die Einnahme der Stadtverwaltung über 500 Contos de reis hinaus. Die Lage am Zusammenfluss des *Itacaiúnas* und des *Tocantins* wurde einzig von wirtschaftlichen Notwendigkeiten bestimmt; sie ist ausgezeichnet zur Beherrschung der beiden Wasserwege für die Verschiffung der Paranuss; ganz schlecht indessen für Sesshaftmachung und Stadtbildung und zwar infolge der Uebel-schwemmungen; die Stadt wurde durch das Hochwasser von 1926 bereits einmal völlig vernichtet.

Verf. untersucht eingehend die Schwierigkeiten der *Tocantins*-Schifffahrt; der Fluss ist reich an Hemmnissen (Wasserfällen, Stromschnellen, Steinriffen usw.); Verf. preist die Zähigkeit und Kühnheit der Wildnisbewohner, die die Paranuss verschiffen. Mit dem Aufkommen des Rohölmotors konnte der Tonnengehalt der Schiffe erhöht und die Fracht um 40 % gesenkt werden; diese ist durch den stärkeren Widerstand noch vier mal mehr belastet als sonst bei den grossen schiffbaren Strömen üblich, beträgt aber immerhin noch nicht die Hälfte der für den Landweg üblichen Fracht. Zum Schluss zeigt Verf., dass es ratsam wäre, die Möglichkeiten der Fluss-Schifffahrt zu verbessern anstatt eine kostspielige Eisenbahn längs einer Strecke zu bauen, die Stromhindernisse hat.

La aŭtoro, kiu partoprenis la ekspedicion al la riveroj *Araguaia* kaj *Tocantins*, efektiviĝinta en 1938, sub la estreco de profesoro Oton Leonardos, studas, en la nuna ĉapitro, la "Esploradon de la Kaŝtano en la malalta kaj meza *Tocantins*", regiono lokita sudokcidente de ŝtato Pará kaj nordokcidente de ŝtato Goiás.

La kaŝtanaĵo (*Bertholletia excelsa*), kies frukto estas konata eksterlande kiel "Brazil-nut", estas la arbo karakteriza de la kontinentaj arbaroj de la brazila *Hyloea*, same kiel la kaŭĉukarbo (*Hevea brasiliensis*) karakterizas la arbarojn de la subakvigataj plugebenajoj; ĝia *habitat*, kvankam ĝi eventigigas al la tuta Amazonio, sin prezentas nun per sufiĉe densaj grupoj en difinitaj regionoj, inter kiuj tiu de la malalta kaj meza *Tocantins*.

La koincido de la rikolto kun la pluvema sezono, dum kiu la navigacio sur *Tocantins* iĝas malfacila, favoras la esploradon de la kaŝtano. Malgraŭ la malfacilaĵoj de la navigacio kaj la danĝeroj de la ekatakoj de la indiĝenoj *Caiapós*, la ekstraktable industrio de la kaŝtano jam estas organizita de ĉirkaŭ cent jaroj kaj ĝia centio estas en la urbo Marabá.

Tia organizaĵo ankoraŭ havas gravajn difektojn, el kiuj la ĉefa estas la nefiksado de la homo al la tero. Preskaŭ ĉiuj kaŝtanaĵarboj apartenas al la ŝtato aŭ la Komunumo, kiuj ilin farmigas al privatuloj je tempilimo de unu jaro; tial tiuj ĉi ne interesigas fare plibonigojn kaj enradikigi loĝantojn. La arbaro estas invadita de la esplorantoj dum la kvin rikoltmonatoj kaj forlasita dum la ceteraj monatoj. La malo okazas en Marabá, kiu restas preskaŭ senhoma dum la rikolto.

Maiabá estas plibone tendara ol urba centio, kun malmultaj masondomoj kaj sen kolegioj, hospitaloj kaj aliaj elementoj de urba civilizacio. La komunuma rento tamen superas 500 milmilirejojn. Ĝia lokigo, ĉe la kunfluejo de *Itacaiúnas* kun *Tocantins*, obeis nun al la ekonomiaj necesoj, kaj tio estis favora tial ke ĝi komferte superstaras tiujn du vojojn de foirado de la kaŝtano; sed la loko estas tre malbona por fiksa urba homamasigo, pro la inundoj; ĝi jam estis detruita okaze de la 1926a superakvigo.

La aŭtoro ekzamenas detale la malfacilaĵojn de la navigacio sur *Tocantins*, plena de bariloj (akvofaloj, rapidfluo, subakvigataj ŝtonpintoj, k. c.) kaj laŭdas la peisistemecon kaj la kuraĝecon de la enlanduloj, kiuj transportadas la kaŝtanon. Post la uzado de la kiŭdolea motoro la tunkvanto de la barkoj plialtiĝis kaj la frajtprezco malplialtiĝis je 40%; pro la tirpenego tiuj ĉi estas ankoraŭ pli kara ol la ordinariaj prezoj ĉe la navigacieblaj riveretoj, tamen ne atingante la duonon de la normala fevojra frajtvaleo. Finante sian studon la aŭtoro montras kiel estus konsilinda plibonigi la navigacieblajn kondiĉojn de la rivero anstataŭ konstrui multekostan fervojon laŭlonge de la akvofalplena peco.

O OURO E A VIDA NALGUMAS REGIÕES DO BRASIL

Eng.º *Henrique Cáper Alves de Sousa*

Prof da Escola Técnica do Exército

O ouro não é somente um problema de mineração que interessa à vida das grandes emprêsas. Constitue ainda, em regiões afastadas do País, o eixo único em tórno do qual gira tôda a vida da população.

Onde aparece, o faisgador aflue em massa. Quando cessa, o arraial se extingue.

O ouro é portanto ainda quem preside ao destino de milhares de homens.

Lavra e Faiscação A lavra do ouro tem aspectos diversos no Brasil, conforme predomine a mineração organizada, como em Minas Gerais, ou a faiscação, como no extremo Norte.

A primeira constitue uma indústria que exige grande reserva de minério, trabalhos profundos e demorados, pessoal especializado. Será tanto mais próspera quanto mais depreciada a nossa moeda e mais alto o valor do ouro. Tem como base o emprêgo de capitais elevados, apóia-se numa legislação mineira que a garanta.

Localizou-se no Brasil em regiões de população mais densa e de vida mais estável e por isso o seu reflexo no meio social é muito menos acentuado do que a faiscação, segunda modalidade da lavra do ouro, de que tratou no número anterior desta Revista, o Professor Sílvio Fróis Abreu, descrevendo os métodos usados pelos faiscadores do Maranhão.

Os lucros da mineração, divididos entre milhares de homens, tendem a criar modalidades de vida e de costumes, núcleos humanos à parte. A faiscação, com êste aspecto intensivo e exclusivo, passa a ser a fonte única de receita da região, faz convergir para ela um comércio intenso e repercute profundamente na vida dos Estados.

Cria ainda uma corrente humana que desequilibra as fontes estáveis de renda proporcionadas pela lavoura. Como única expressão de organização social, passa a existir um comércio que abastece o mineiro e controla a sua atividade. Existem, com efeito, nas regiões auríferas, organizações comerciais bastante poderosas, com base na capital dos Estados ou em cidades próximas, que, por intermédio dos seus agentes — os pequenos comerciantes estabelecidos nas minas — adiantam mercadorias aos faiscadores e drenam para a sua sede todo o ouro produzido. O metal é hoje vendido na sua maior parte ao Banco do Brasil.

Um tal sistema econômico é instável e precário como uma indústria extrativa — borracha, castanha ou paúrrosa, em período de alta momentânea.

Passaremos em revista, neste pequeno artigo, aspectos da mineração do ouro tal como podem ser observados em algumas regiões típicas do Rio Grande do Sul, do Paraná, Minas Gerais, Maranhão e Pará, detendo-nos particularmente nas consequências originadas pelas condições geográficas e mineiras do extremo Norte.

Moeda e Transporte A depreciação da nossa moeda tem repercutido de forma sensível e vantajosa na mineração do ouro, nos últimos dez anos. Filões de baixo teor permitem hoje, em Minas Gerais e no Paraná, uma lavra subterrânea lucrativa. Este efeito é ainda mais sensível na faiscação, que, por não exigir capitais iniciais de vulto, pesquisas demoradas e técnica aperfeiçoada, passa a existir numa região aurífera num estado por assim dizer potencial e endêmico. Desde que o preço do ouro suba, cresce a atividade, multiplicam-se os faiscadores, surte a epidemia. Uma verdadeira febre de ouro passa a atacar populações dedicadas até então a outras atividades e a este fenômeno de caráter social e econômico, dificilmente podem obstar quaisquer esforços tendentes a manter antigas diretrizes

Uma lição clara dos fatos pode ser colhida num passado de poucos anos. Periodicamente, os Governos do Pará e do Maranhão, impressionados pelo estado de abandono da população mineira, e animados do louvável desejo de melhorá-las, tem adotado nova política, na realidade velha de quatrocentos anos: a criação do imposto sobre a produção, para aplicá-la a obras de caráter social (transporte, escolas, assistência médica). Infalivelmente o ouro, aqui e noutros países onde uma tal política tem sido tentada sem êxito, atingido pela taxa e portanto artificialmente desvalorizado, procura a sua saída para fora dos “garimpos” (1) e para fora do País. A última experiência é pouco mais nova que a Revolução de 30. A melhor prova da sua ineficiência foi o repentino desenvolvimento que em poucos meses tiveram as regiões auríferas do extremo Norte, logo que a faiscação foi tornada livre por decreto federal e o metal adquirido à sua cotação real pelo Banco do Brasil. Todavia, mesmo quando o ouro, taxado, era adquirido a baixo preço, as regiões mineiras de vida ficticiamente asfiziada, acompanhavam a alta do ouro, intensificando a sua produção e contrabandeando-a, para o estrangeiro, por falta de outros meios lícitos.

Devido ao alto valor que atualmente atingiu o ouro, superior a 20\$000 a grama, avoluma-se o contingente de faiscadores, principalmente em regiões pobres e afastadas de meios de comunicação. Estabelece-se uma corrente da lavoura para a mina e os homens, uma vez atingidos pela ganância do ouro, especialmente, como é o caso no Maranhão, em *placers* de ouro graúdo onde é possível encontrar grandes

(1) Na terminologia mineira o termo “garimpo” é reservado às pedras preciosas, faiscação ao ouro. Todavia, no Norte, o segundo termo é desconhecido e por isso, freqüentemente, empregamos os dois termos sem distinção

pepitas capazes de pagar num minuto o esforço de meses de trabalho, raramente readquirem o senso do trabalho organizado e sedentário.

Já não se encontram hoje aluviões ricas nas proximidades dos grandes centros, esgotadas como foram, por séculos de trabalhos intensos. Por isso, a depreciação da nossa moeda tem tido efeito salutar como estimulante da penetração de regiões ingratas e distantes. Fez renascer, no século vinte, condições de trabalho e de meio social que pouco diferem das que nos relatam as descrições de dois séculos atrás.

Neste particular, deve ser colocado em primeira linha o Estado do Pará com o *Oiapoque* na fronteira guianense, o *Gurupí* na fronteira maranhense.

O isolamento e a depreciação da moeda explicam porque uma região como a Guiana Maranhense, isto é, o distrito aurífero que vai de *Turi-Assú* ao *Piriá*, tenha sido tão tardiamente objeto de trabalhos de certa intensidade apesar de conhecido e faiscado desde longa data por escravos fugidos do Maranhão. A dificuldade de transportes resulta do paralelismo dos grandes rios, todos êles correndo de sul para norte, únicas vias de acesso fácil, enquanto as correntes imigratórias proveem de oeste e de leste. A única via de comunicação neste sentido é a picada da linha telegráfica que liga Bragança a Viseu, São José do Gurupí e Maracassumé, obra admirável de energia e de esforço

Não é de estranhar, pois, que Guilherme Dodt, comissionado pelo Governo Imperial para o levantamento da fronteira inter-estadual, escrevesse, em 1872: "Não duvido que se possam encontrar ali algumas camadas auríferas, pois a zona, já conhecida há muito tempo como aurífera e que parece passar dos montes *Aúreos* para as cabeceiras do *Sampaio*, atravessa o *Gurupí*, talvez na altura das cachoeiras. Porém, seria preciso um trabalho muito grande e especial, para verificar isso, em que eu não pude empregar-me...".

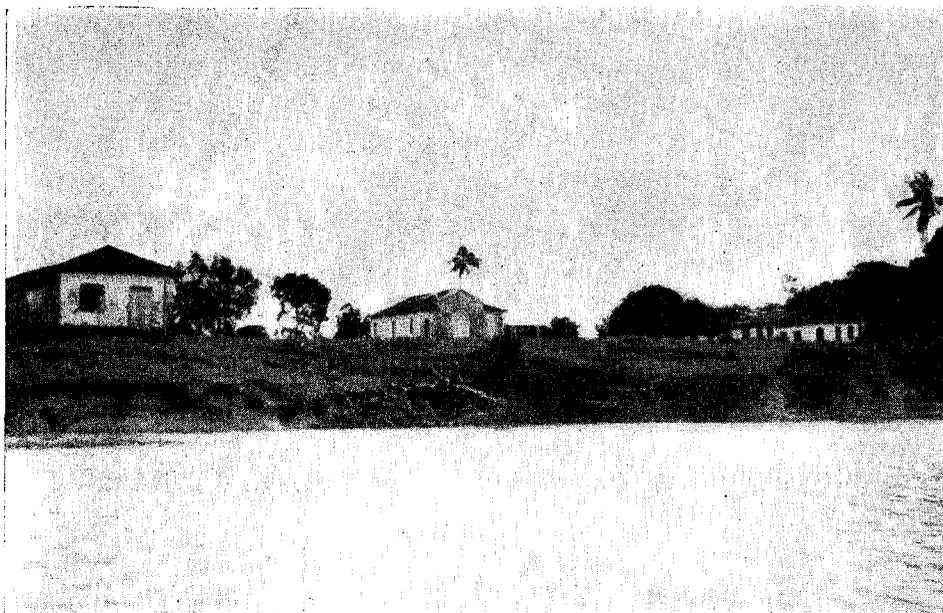
Regiões de Vida estável e Regiões de Vida instável

Não pode ser esquecido, por quem estuda as condições favoráveis à mineração do ouro, que o transporte dêste metal, à semelhança das pedras preciosas, e em consequência do seu alto valor por quilo de metal, nada custa praticamente além do transporte do indivíduo que o conduz

Esta circunstância favorável permite que uma lavra de ouro seja possível em regiões distantes e por vêzes quasi inacessíveis. Não é condição indispensável o estabelecimento de ligações regulares e normais com os centros mais próximos. Assim se explica como regiões muito afastadas do Alaska e da Sibéria tenham sido trabalhadas e como o avião tem sido utilizado hoje para o transporte de material destinado a instalações de tratamento, evitando-se a construção mais onerosa de estradas de caráter permanente.

Assim também Levat, analisando, trinta anos atrás, as condições na Guiana Francesa, usava as seguintes palavras, tão oportunamente

postas em destaque por Glycon de Paiva no *Boletim 13* do S. F. P. M.:
 "... Comme moyen de transport des charges portées à dos d'homme,



Cândido Mendes, pôto de Maracassumé Vila antiga, apresenta aspectos de uma localidade fixa, tal como Viseu ou Carutaçeira Vive hoje do ouro das jazidas de montante

FOTO CÂPER DE SOUSA

comme voies de communication. des sentiers indigènes grim pant tantôt sur des croupes, tantôt barbotant dans des marécages, comme ponts des arbres tombés; comme maisons: des pailloles".

Faiscação no Norte e no Sul

O regime da faiscação é um sistema de trabalho individual e livre, em que o mineiro não conhece patrão mas apenas o comerciante a quem deve. A sua técnica é muito elementar, reduz-se à lavra de aluviões ricas em campos parcelados e à lavra da parte superior dos filões. Não necessitando de aparelhagem cara e pesada, o faisgador é dotado de extrema mobilidade e de extraordinária capacidade de penetração.

Predominam, no Norte do País, processos de trabalho importados da Guiana, descritos por Levat, com os dois tipos fundamentais de aparelhos: o "sluice" e o "rocker", adaptados e simplificados, dando as "caixas", as "máqui-



O ouro fino, amalgamado, será em seguida aquecido na ponta de uma pá para perder o mercúrio

FOTO CÂPER DE SOUSA

nas de cambalear”, e outras variantes descritas por Sílvio Fróis Abreu no número anterior desta Revista, por Pedro de Moura, Glycon de Paiva

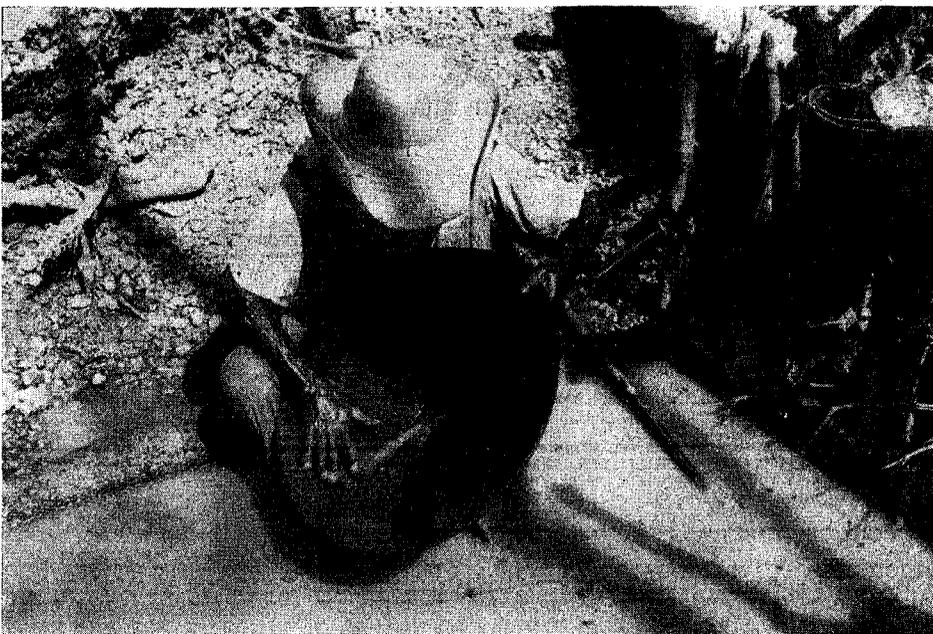


“Carará” — Maracassumé — No lavador, o cascalho é tratado nas “máquinas”

FOTO CÁPER DE SOUSA

e pelo autor em publicações do Ministério da Agricultura e na revista “Mineração e Metalurgia”.

Predominam nos leitos de rios ainda faiscados em Minas Gerais,

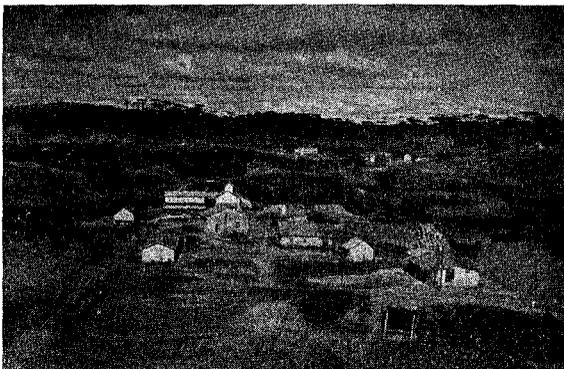


“Carará”, Maracassumé — Apuriação na bateia

FOTO CÁPER DE SOUSA

processos herdados dos tempos coloniais e longamente descritos na obra de Paul Ferrand, "*L'or à Minas Geraes*".

Faltam, todavia, nos Estados do Sul, as causas capazes de movimentar massas humanas em busca do ouro. É um período histórico que passou. Se certos municípios, como São João del Rei e Ouro Preto assistem a uma produção de ouro em escala muito apreciável, os que a ela se dedicam constituem apenas uma fração da população, mineiros por índole e profissão. Esta fração não absorve, de modo algum, a totalidade das atividades e representa uma parte apenas da economia local



Instalações da "Mina Timbotuva, Sociedade Ltd"
Paraná

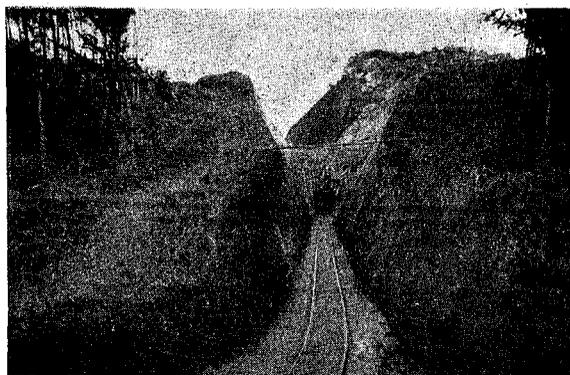
FOTO OTÁVIO BARBOSA

A faiscação, no Norte, tem como correspondente, no Sul, e no centro do País, pelos seus efeitos sociais, a garimpagem de pedras preciosas

Os Estados do Sul entraram num período de vida organizada e estável e por isso caracterizam-se essencialmente, quanto ao ouro, pela mineração organizada.

Mineração em Minas Gerais e no Paraná

Morro Velho, Passagem, Juca Vieira, são exemplos dêste estado de cousas. Num meio social que atingiu um ponto apreciável de maturidade, algumas entidades arriscaram grandes somas de capital e criaram uma indústria que vive, lado a lado com outras muitas, sem grandes repercussões sociais, tal como se, em vez de uma mina de ouro, se tratasse de uma grande fábrica de tecidos. A diferença está no gênero de trabalho e na forma ou importância dos capitais a empregar.



Exploração do veio principal — Sto Inácio - Curitiba
Paraná

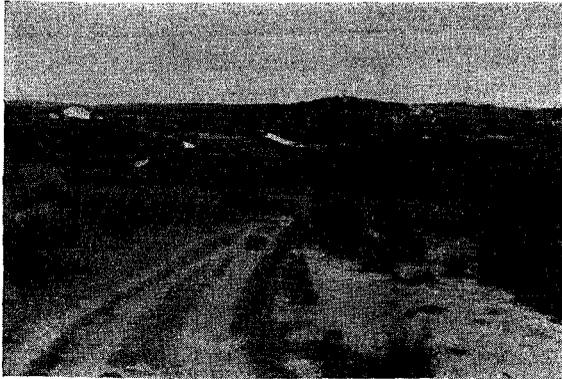
FOTO OTÁVIO BARBOSA

No Paraná, nas portas da cidade de Curitiba, sem que jamais tivesse existido uma faiscação apreciável, criou-se, nestes últimos dez anos, uma

mineração de certa importância. Duas empresas passaram a lavrar as jazidas da zona da Ferraria e Timbótuva. O meio estava realmente maduro para o aparecimento desta nova indústria.

Mineração no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, na zona aurífera de Lavras, as condições apresentaram-se de forma diversa das do Paraná. O controle da região pertence, desde longa data, ao estancieiro, proprietário, de pai para filho, de grandes latifúndios. Existia uma faiscação modesta. Eram conhecidos inúmeros pequenos filões. A alta do ouro e um período temporário de crise na pecuária levaram os fazendeiros a voltar as suas atenções para o ouro.



Lavras, R G do Sul — Instalações para tratamento do ouro, em miniatura, vão surgindo numa região de pecuária
FOTO OTÁVIO BARBOSA

que, há mais de quinze anos tem chamado a atenção das autoridades sobre o assunto, tinham razão: a valorização do ouro fez nascer uma indústria em pequena escala, misto de faiscação e de mineração, sem que, de modo algum, como acontece nos Estados do Norte, a valorização acarretasse os seus funestos inconvenientes. Era possível empregar capitais. Reservas consideráveis, como em Minas Gerais, não são conhecidas. Adotou-se então um tipo de instalação em miniatura para aproveitar o ouro da parte superior dos filões, ou das rochas graníticas auríferas. E os próprios estancieiros, ontem criadores de bois, estão se transformando em pequenos mineradores. Merece particular destaque, o poderoso impulso dado a este novo aspecto mineiro pela assistência permanente na região do Eng.^o Emílio Teixeira, do *Departamento da Produção Mineral*.



Lavras, R G do Sul — Exploração da rocha granítica aurífera

FOTO OTÁVIO BARBOSA

Amazonas, Pará e Maranhão As regiões distantes e de população escassa, como o alto *Rio Branco*, no Amazonas, o *Oiapoque*, *Calçoene* e *Gurupí*, no Pará, o *Tromai*, *Maracassumé* e *Turi-Assú*, no Maranhão, sofreram a influência da valorização do ouro de forma brusca e violenta, e as novas descobertas tem constituído um fator profundamente perturbador do ritmo da sua vida passada.

O ouro, ali, desloca populações e cria novos núcleos, passageiros, de vida efêmera. Canaliza para regiões longínquas mercadorias em grande quantidade — ferramentas, armas e alimentos — e trás, como carga de retorno, homens doentes carregando ouro.

São regiões que não se fundem com as contíguas, nem nos costumes, nem nos recursos. Vivem como colônias da vizinhança.

Nelas, tudo é instável e precário, tudo é acaso e jôgo.

A REGIÃO DO PIRIÁ-TURIASSÚ (1)

Produção Vimos que a faiscação não é somente um tipo de mineração particular, como a descreveu Sílvio Fróis Abreu no último número desta Revista, mas que dela decorre um regime social e um tipo de vida *sui generis*, quando passa a absorver tôdas as atividades de uma região.

No total, a produção regulava, em 1937, na região do *Piriá-Turi-Assú*, 30 kg mensais para tôda a zona aurífera, ocupando uns 4 a 6 000 homens. Tais números representam 0,2 gr. por dia e por homem. A 20\$000 a grama, êste número representa 4\$000 por dia-homem em média, e muito mais por dia efetivo de serviço, se considerarmos que todos os domingos, dias santos (em especial o de São Benedito) são religiosamente respeitados e que também se descansa quando falta água ou quando a receita foi boa. Varia de região para região. Os “garimpos” distantes são naturalmente muito mais ricos. De contrário, a vida não seria possível. Compramos, nessa época, quando a farinha de mandioca, base da alimentação, custava 6\$000 em Bragança, um alqueire a 60\$000 no alto *Piriá*, na região do *Flechal Alegre*. Em compensação, próximo do *Inglês* (vide mapa 1) à beira-mar, o peixe e o camarão são adquiridos a baixo preço, que faria inveja a qualquer das muito eficiente. Nesta mina, a produção mensal regula 15 kg, isto é,

A produção citada pode ser comparada com algumas das nossas minas do Sul, por exemplo com *Timbotuva*, instalação moderníssima e muito eficiente. Nesta mina, a produção mensal regula 15 kg., isto é,

(1) Tôdas as observações desta parte resultam de um estudo feito por nós em 1936-37, a serviço do *Departamento Nacional da Produção Mineral* e vão publicadas com a autorização do Dr. Otávio Barbosa, Diretor do S F P M e do Dr. Luciano Jaques de Moraes, Diretor Geral do D N P M, aos quais também ficamos gratos por permitirem a escolha de quatro plantas do mesmo trabalho, que mais se adaptam à índole do presente artigo — Plantas Orlando Melo

pode ser comparada à metade da produção de toda esta imensa região. No entanto, trabalha com poucas dezenas de homens no engenho e nas oficinas e poucas centenas incluindo a mineração. A proporção é de 1 para 20 em número de homens, a área minerada de alguns km² para muitas dezenas de milhares de quilômetros quadrados.

Repercussão de um "garimpo"

Quais então as razões da tão forte repercussão de um garimpo se o efeito social de uma empresa organizada, às portas da capital de um Estado, com todas as facilidades e em clima salubre é praticamente nulo?

Quais as razões porque os rios auríferos do Norte perfeitamente conhecidos em qualquer das capitais dos dois Estados despertam sobremodo a curiosidade e o interesse do homem sem recursos, enquanto



O "jamari" é utilizado pelos fiscoadores nas suas viagens através da mata. Os índios também usam tipos absolutamente semelhantes. Foto tirado numa aldeia de índios "Urubús", nas cabeceiras do "Turi-Assú".

FOTO CÁPÉR DE SOUSA

grande parte da população de Pôrto Alegre desconhece a atividade mineira do município de Lavras, hoje produtor de cerca de metade da produção da região de que estamos tratando?

As principais causas já as apontamos atrás: são regiões ainda não amalgamadas à vida dos Estados, colônias das regiões contíguas, sem recursos próprios. Por isso necessitam, para subsistir, de recorrer em tudo a outros centros. E como toda a vida do Norte se acha centralizada em Belém, Belém é quem fornece armas, bebidas e ferramentas à região, e quem adianta créditos aos comerciantes. Ainda Belém ou São Luiz, Bragança e Cururupú, fornecem carne seca e a maior parte dos alimentos, enquanto o peixe vem da costa

vizinha. Para satisfazer a este abastecimento, uma navegação intensa de barcos a vela estabelece ligações lentas e difíceis entre os pontos da

costa. E da costa, os alimentos, o querosene, as pás e picaretas, os paineiros de farinha e o peixe sêco, sobem em batelões, dias a fio, rio acima, de mistura com charque e cachaça. Chegados ao pôrto fluvial mais



Pôrto fluvial no rio "Maracassumé" Barco a vela, vindo da foz; "cascos" que subirão o rio

FOTO CÁPER DE SOUSA

próximo, quando se trata de levá-los aos garimpos distantes, nos divisores dos grandes rios, seguem em lombo de burro ou costas de homens até as minas, por picadas quasi impraticáveis e alagadas, onde frequen-



"Inglês" — Tipo de moradia de faiscaador

FOTO CÁPER DE SOUSA

temente encontram boiadas de meia dúzia de bois tocados, penosamente, através da mata, alguns deles vindos, por etapas sucessivas, das chapadas do Piauí.

Basta acompanhar no mapa todos estes trajetos, para constatar como é distante a repercussão da faiscação.

Mas também se conclue que, para sustentar um tal sistema de vida, emaranhado e complexo, os recursos do ouro se esgotem em transportes e sejam insuficientes Trinta quilos mensais representam



"Inglês" — Tipo de moradia de faiscedor

FOTO CÁPÉR DE SOUSA

uma receita anual de cêrca de 400 quilos ou sejam perto de 8 000 contos, números redondos (*). Não existe, porém, em tôda a região, exceto talvez em Turí, hoje cidade decadente, uma única casa que valha cinquenta Palhoças no valor de 200\$000, eis o tipo predominante de habitação.

Tôda a receita da região é drenada para fora. Uma fração fica na mão dos comerciantes, na maioria homens que sempre ambicionam sair dos garimpos.

(*) N da R — "Os jornais de Salvador informam sôbre a exploração de ouro em laiga faixa do nordeste balaço Depois das escavações feitas em Jacobina, no Rio de *Jacuípe*, onde a produção de ouro é avultada, iniciam-se as de Gentio Nesse arraial, mesmo sem haver água para a lavagem do cascalho, a produção de ouro é de 10 quilos por semana Trabalham nos novos garimpos 8 000 pessoas O govêrno do Estado vai constriuir 36 quilômetros de estrada de rodagem, ligando Gentio do Ouro ao Rio *Miorós*, o que permitirâ que a água seja transportada em caminhões.

Calcula-se que, com êsse melhoramento, a produção que é de 10 quilos por semana, passe a sei de 10 quilos diariamente, ou sejam 300 quilos por mês, no valor de 6 000 contos de réis" *Vária* do "Jornal do Comércio" de 26-11-1939

Discontinuidade e parcelamento Logicamente se poderia pensar numa possível concentração dos trabalhos em pontos mais favoráveis e tentar serviços intensivos. Não seria a primeira tentativa, mas tôdas elas fracassaram, à exceção de uma jazida trabalhada no igarapé *Macacos*, próximo do *Piriá* (1).

A dificuldade fundamental reside no grande parcelamento dos campos. O tipo pode ser representado pelos dois mapas 2 e 3 que representam, respectivamente, jazidas próximas a *Luiz Domingues*, no Maranhão, e jazidas próximas ao *Alegre*, no Pará.

As principais aluviões são desse tipo: córregos auríferos com 1/2 a 2 km de comprimento, poucos metros ou poucas dezenas de metros de largura, uma área total minerável de 1 a 4 hectares em que se encontra cascalho de uma espessura variável entre 1 e 4 palmos, sob um "overburden" de vários palmos ou de alguns metros. Remover o estéril, retirar o cascalho e lavá-lo não é problema fácil.

Outras jazidas são pequenos terraços arenosos, como os de *Grajaú*, nos arredores de Viseu, do *Areal*, próximo a Cândido Mendes e de *Bacurí-Torto* no Maracassumé. Aí, a exploração é extensiva e processa-se numa área mais ampla, não tendo caráter linear. Mas são ainda campos geralmente pequenos e alguns de penoso acesso.

Por outro lado, certas jazidas de piemonte e *placers* de marinha, como os *Campos da Piaba* e de *Juiz de Fora*, próximo ao *Inglês*, não são verdadeiras aluviões, contínuas e regulares. Neles se exploram, na realidade, as cabeças de pequenos filetes auríferos, secundariamente enriquecidos e depósitos eluvionários e por isso trazem, como prêmio ao esforço do falcador, pepitas por vêzes enormes.

Existem ainda trabalhos importantíssimos, na *Mangerona*, no divisor do *Piriá*, nos afloramentos dos filões auríferos encaixados nos filitos. Vão a mais de 20 metros de profundidade, a céu aberto, em longas trincheiras. O caso é ainda muito mais típico no *Carará* (bacia do *Maracassumé*) onde se exploram, por galerias, sob uma capa laterítica, as cabeças dos filões auríferos.

Filões possantes de quartzo aurífero, com mais de 2 m de largura, capazes de proporcionar reserva para uma exploração subterrânea, existem de fato, como em *Montes Áureos*, *Macacos* e *Inglês*, mas tôdas as análises que mandamos fazer acusaram teores incompreensivelmente baixos. Os dois primeiros não foram todavia objeto de estudo sistemático.

(1) Temos a impressão, que, no momento atual, o problema que considerávamos praticamente insolúvel em 1937, está novamente de pé, isto é, que nalguns pontos como no *Alegre* ou no *Maracassumé*, seria possível estudar a montagem de pequenas instalações do tipo das de Lavras, para lavar material das jazidas primárias. Tem-nos impressionado fortemente, além disso, a analogia de certas rochas descritas no *Bol. 32 do S. F. P. M.* com rochas graníticas auríferas de Lavras.

Mencionaremos, a título informativo, que instalações do tipo das batelas mecânicas transportáveis, ensaiadas por nós na região para aluviões, são absolutamente inadequadas.

Também, para uma exploração intensiva em grande escala, faltam áreas contínuas de aluviões.

Dada, pois, a impossibilidade do faiscador se dedicar a uma lavra subterrânea, o que determina a sua atividade são as aluviões.

Ora estas se caracterizam por um extremo parcelamento das ocorrências, que se multiplicam às centenas.

Uma pequena fração da zona do *Alegre* pode ser observada no mapa 3, onde apenas representamos a hidrografia. E' um mapa das depressões e portanto dos córregos e depósitos auríferos.

Verifica-se a existência de grande número de filões paralelos, assinalados no mapa, do qual o mais importante, o filão do *Pedral*, se acha explorado numa extensão considerável. A faixa aurífera estende-se continuamente por cêrca de 100 quilômetros, para o Sul, correspondendo a *Montes Aureos*, nas cabeceiras de *Maracassumé*.

Do parcelamento dos campos e do seu rápido esgotamento resulta a impossibilidade de fixação, os contínuos "rushs" de um igarapé a outro, a flutuação da população, a instabilidade enfim.

Tipo das povoações mineiras

Apesar dos caracteres das povoações serem os mesmos para tôda a zona, existem contudo diferenças locais que sugerem curiosas observações.

Começaremos pelo tipo inicial de povoação, o núcleo mineiro em embrião que surge quando se descobre ouro num córrego ou num campo.



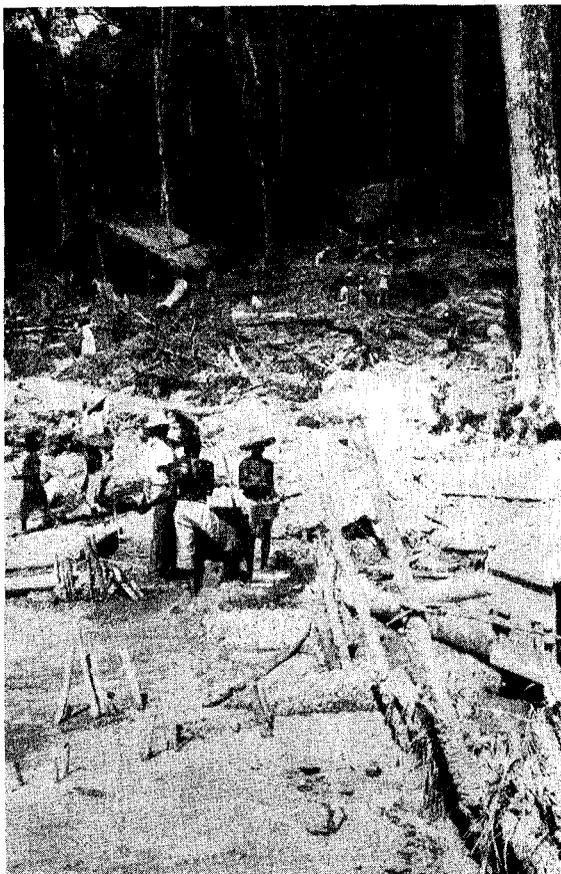
"Inglês" — Acampamentos na orla dos "garimpos"

FOTO CÁPÉR DE SOUSA

Inevitavelmente, surge a derrubada e a queimada, que não tem aqui os efeitos destrutivos de Minas Gerais, limitada a áreas insignificantes pela unidade constante da região. Segue-se imediatamente a construção de palhoças. Uma semana depois de descoberto o ouro, dezenas e as vêzes centenas de homens já se acham acampados. Surge uma povoação linear, acompanhando o córrego, ou uma povoação marginal, circular, na orla do campo. O problema consiste em chegar primeiro e marcar o melhor ponto. Daí a despreocupação de conforto, quatro esteios e um telhado de palha, o espaço necessário para suspender a rede, e a casa está pronta. São acampamentos de vida efêmera, onde ferve intensa atividade. Nascem e morrem em poucas semanas. Ao fim de poucos anos, observam-se dificilmente, numa mata reconstituída, vestígios de trabalhos de grande envergadura.

Temos ainda povoações mineiras que se criaram e desenvolveram com extrema rapidez, como o *Inglês* (mapa 1) e que, graças a uma situação favorável, tendem a sobreviver. A povoação cresceu e desenvolveu-se visando a exploração de umas 30 ocorrências em redor, não tendo havido nenhuma preocupação de estabelecer normas de qualquer natureza, para o seu crescimento. Seguiu as suas determinantes naturais, das quais a única de importância era atingir o garimpo. Por isso as casas foram surgindo enfileiradas, uma após outra, seguindo uma única estrada que conduz do Pôrto a São José. A povoação, aqui também, adquiriu caráter linear, com um comprimento de 2 km, orientada do mar para a mina, como que representando materialmente em planta os dois polos da vida desta povoação à beira-mar

Ao invés dos acampamentos a que fizemos menção, com três a quatro mil habitantes, o *Inglês* constitui um pequeno centro de mineração. Possui várias casas de comércio revestidas de argamassa e cal



Faiscação - "Inglês" - Na orla do campo, casas provisórias
FOTO CÁPÉR DE SOUSA



"Inglês" — Rua principal — Extremo da povoação

FOTO CÁPÉR DE SOUSA

As suas palhoças, fechadas, já dão um relativo conforto. Com o tempo, adquirirá provavelmente um caráter de maior estabilidade e permanência.

Se passarmos agora para o *Alegre*, povoação internada em plena mata, a oito léguas de Camiranga, seu primeiro pôrto fluvial na margem do Gurupí, nela observamos, apesar de muito menos importante

que o *Inglês*, o mesmo caráter de centro geográfico de uma área mineira.

Mais acentuadamente até. Maior regularidade nas casas, um vivo desejo da população de melhorar o seu ambiente, incluindo a construção de uma igreja. Explica-se pela maior antiguidade, dêste centro mineiro onde começa, por força das circunstâncias, a criar-se uma pequena agricultura local.

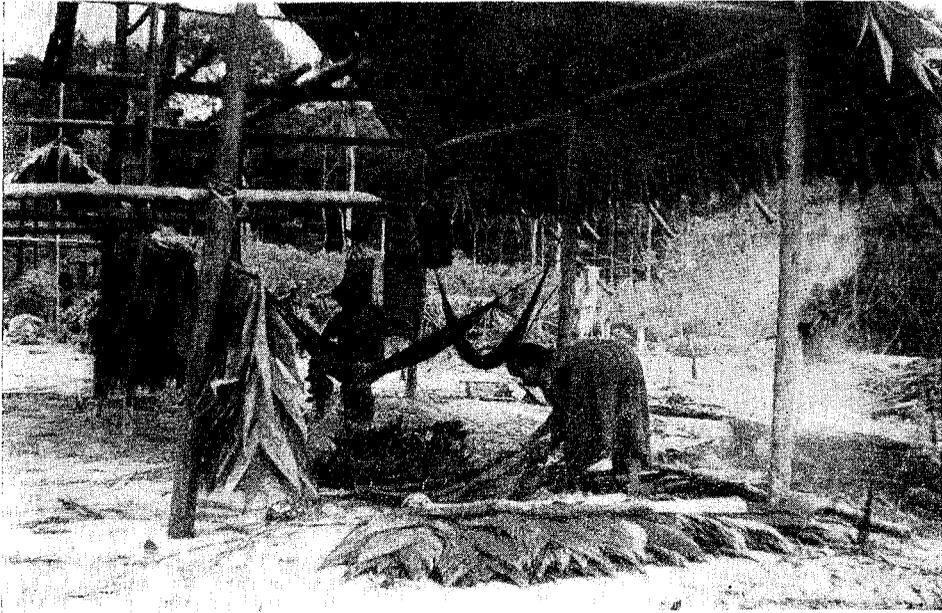


Itamaoari, antigo quilombo, povoado da margem esquerda do Gurupí — um dos portos fluviais para as bacias auríferas dos rios "Camamogí" e "Gurupí-Muim"

FOTO CÁPÉR DE SOUSA

Passando de tais localidades para *Itamaoari* ou para o *Anélio*, também na região do Gurupí, impressiona a predominância completa do elemento negro. Para explicá-la, precisamos rememorar uma história não muito antiga. Negros em grande número, fugidos dos senhores de Turí-

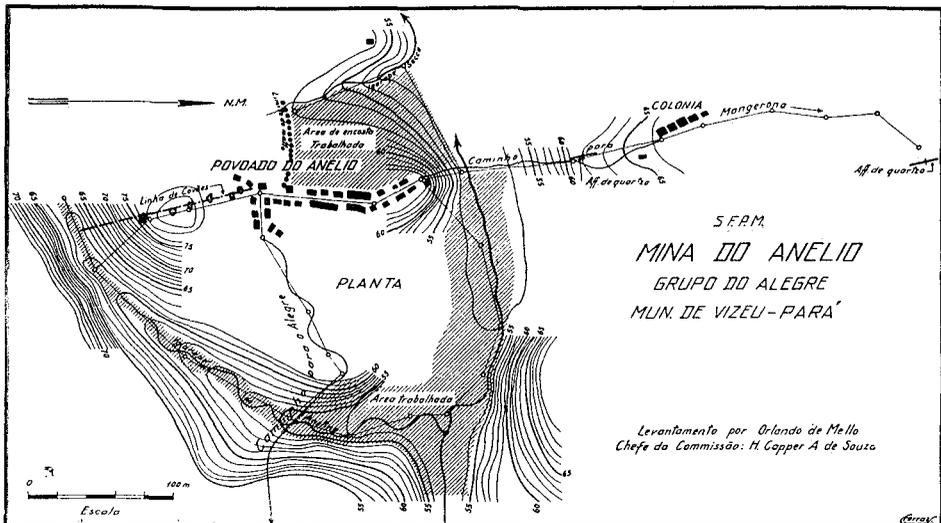
-Assú, internaram-se nas matas entre o *Maracassumé* e o *Gurupí* e estabeleceram quilombos como *Belém* e *Limoeiro*, dos quais não resta hoje qualquer vestígio. Dalí, perseguidos em fins do século passado pelos



Os "Urubús" das cabeceiras do "Tui-Assú" moram, como o fiscoador, nos seus acampamentos temporários, em casas abertas. Mas as suas casas são mais amplas, o telhado de um melhor tecido que o da maioria das casas provisórias dos fiscoadores.

FOTO CÁPÉR DE SOUSA

índios *Urubús*, vindos do *Tocantins*, pelos senhores e pelas tropas do Governo, desbaratados em *Jacarequara* (1853) e em *Limoeiro* (1878) passaram para a margem esquerda do rio, guiados na pesquisa do ouro



Mapa n.º 4

por Agostinho de Sá Caldas. Atingindo o divisor de águas com o *Piriá*, estabeleceram novos quilombos na região onde hoje existe o *Alegre*, o *Anélio* e o *Flechal*.

Anélio é hoje a mesma povoação de fins do século passado formado por palhoças, serpenteia sobre o alto do morro, acompanhando os afloramentos de minério. O ouro é trabalhado, nos veios de quartzo intercalados nos filitos, a poucos metros das casas dos faiscaidores. Mas aqui, ao contrário dos outros centros, foi o filão, no alto, que ditou a planta do arraial (mapa 4). E a sua população, na maioria constituída por negros, vive em casas estreitas e comprimidas umas às outras, construídas lado a lado, formando uma única rua, como se, lembrados ainda dos tempos da escravidão, procurassem, num mútuo aconchego, a força moral que só existe, nesta mata impressionante, se esquecermos a distância e a solidão.

RESUMÉ — RESUMEN — RIASSUNTO — SUMMARY — ZUSAMMENFASSUNG — RESUMO

L'auteur, ingénieur du Département National de Production Minéral et professeur à l'École Technique de l'Armée, étudie dans le présent article l'influence de l'or sur la vie à l'intérieur du Brésil

En faisant la comparaison entre la répercussion sociale du labouage de l'or dans les États de vie plus stable et de population plus dense, comme ceux de Minas Gerais et du Paraná, on remarque l'analogie existante entre la minération en grande escale et n'importe quelle autre grande industrie, pendant que la recherche de l'or interesse à peine à une moindre partie de la population qui demeure minière par profession

En des régions comme au Rio Grande do Sul où il y a quelques temps la vie comptait comme unique base économique l'élevage, la dépréciation de notre monnaie a donné lieu à la naissance d'une industrie en petite escale et nous assistons presentement à la formation d'une nouvelle génération de miniers. Le type de vie patriarcale, l'existence de quelque capital dans la région, ont permis la transformation à laquelle nous assistons et qui nous montre les anciens propriétaires de bétail comme des petits miniers

L'extrême Nord, au contraire, insuffisamment peuplé et avec de vastes régions encore vierges, assiste à la naissance d'une phase minière qui ressemble à celle de l'état de Minas Gerais aux temps coloniaux

Des populations de milliers d'hommes abandonnent l'agriculture pour les zones de l'or et une fois là, ainsi que les chercheurs de diamants, il se trouvèrent obligés par les conditions géographiques du sol, à choisir l'or pour unique source de recette.

L'instabilité caractérise ces régions minières où les populations jaillissent, augmentent et s'éteignent avec une rapidité surprenante

L'auteur qui a étudié la région du *Piriá* au *Turi-Assú*, dans les État du Pará et du Maranhão, en qualité d'ingénieur du Département National de Production Minéral, documente son exposition avec des mappes partiels de la région, et il impute les difficultés qui sont encore à vaincre à l'extrême division des champs. Quelques villagens comme ceux de *Inglês* et *Alegre*, qui sont nés en conséquence directe et récente de l'occurrence de l'or, parvenirent à subsister et probablement grâce à leur situation favorable, se développeront et acquiront futuramente un caractère stable ou permanent

El autor, ingeniero del Departamento Nacional de la Producción Mineral y profesor de la Escuela Técnica del Ejército, trata en el presente artículo de la influencia que el oro ejerce sobre la vida en el interior del Brasil

Comparando la repercusión social de la labra del oro en Estados de vida más estable y población más densa, como Minas Gerais y Paraná, se verifica la analogía que existe entre la mineración en gran escala y cualquiera otra gran industria, mientras que la "faiscación" interesa solamente a una parte mínima de población minera por indole y profesión. En reñones adonde hace poco tiempo la vida tenía como unico sosten la ganadería, como en el Rio Grande do Sul, la desvalorización de nuestra moneda hizo surgir una industria en pequeña escala y asistimos a la formación de una nueva generación de mineros. El tipo de vida patriarcal, la presencia de algun capital local, permitieron la transformación que se asiste hoy en que los pequeños mineradores son los antiguos ganaderos

Por lo contrario, el extremo Norte, de población más escasa, con estensas reñones aún vírgenes, ha visto surgir una fase mineira que se semeja a la fase de Minas Gerais de los tiempos coloniales. Población de millares de hombres se desplazan de la agricultura para las zonas del oro y allá, tal como en los "garimpos" de diamantes, elejen, por fuerza de las condiciones del medio, el oro como su unica fuente de receta. La instabilidad caracteriza tales reñones mineras adonde las poblaciones surjen, crecen y se estinguen con pasmosa rapidez.

El autor, que estudió la región del *Piriá* al *Turi-Assú*, en los Estados de Pará y Maranhão, como ingeniero del Departamento Nacional de la Producción Mineral, documenta su especisión

con mapas parciales de la rejion, atribuyendo en parte las dificultades en vencer al extremo parcelamiento de los campos eluvionares

Algunas poblaciones como *Inglês* y *Alegre*, surtidas como consecuencia directa y reciente del oro, han conseguido subsistir y probablemente, gracias al punto favorable en que han sido construidas, creciendo al sabor de las circunstancias, pasarán a adquirir, en el futuro, caracter permanente y estable

L'autore, ingegnere del Dipartimento nazionale della produzione mineraria e professore della Scuola Tecnica dell'Esercito, tratta, nel presente articolo, dell'influenza che l'oro esercita sulla vita nell'interno del Brasile

Studiando le ripercussioni sociali dell'industria estrattiva dell'oro negli Stati di vita più stabile e di popolazione più densa, comme Minas Gerais e Paraná, si verifica l'analoga esistente fra la grande industria mineraria e le altre grandi industrie; invece la ricerca dei diamanti interessa appena una minima parte degli abitanti, minatori per vocazione e per professione. In regioni dove, fino a pochissimo tempo fa, la vita economica aveva come unica base l'industria del bestiame, come nel Rio Grande do Sul, la svalutazione della moneta ha fatto sorgere una piccola industria; e si assiste alla formazione di una nuova generazione di minatori. Il tipo di vita patriarcale, la presenza di qualche capitale, hanno permesso la trasformazione, alla quale assistiamo, degli allevatori di bestiame in esercenti della piccola industria mineraria, sono gli antichi allevatori di bestiame

Invece, l'estremo Nord, con più rada popolazione e con estese regioni ancora vergini, ha visto l'inizio di una fase mineraria che assomiglia a quella di Minas Gerais nell'epoca coloniale. Migliaia di persone si spostano dall'agricoltura verso le zone aurifere; e là, proprio come avviene nei campi diamantiferi, sono obbligati dalle condizioni geografiche del luogo, ad esercitare la ricerca dell'oro come unica fonte di guadagno. L'instabilità è la caratteristica di queste zone minerarie, dove i villaggi sorgono, crescono e scompaiono con sorprendente rapidità

L'A, che ha studiato la regione dal *Piridá* al *Turi-Assú*, negli Stati del Pará e Maranhão, come ingegnere del Dipartimento Nazionale della Produzione Mineraria, documenta la sua esposizione con carte parziali della regione, attribuendo in parte le difficoltà da superare all'estremo frazionamento dei campi alluvionali

Alcuni villaggi, come *Inglês* e *Alegre*, sorti per conseguenza diretta e recente dell'oro, sono riusciti a sopravvivere, e probabilmente, grazie alla posizione favorevole in cui sono stati costruiti, potranno crescere e finiranno con l'acquistare, in avvenire, carattere permanente e stabile.

The author, engineer of the National Department of Mineral Production and professor at the Army Technic School, studies in the present article the influence of gold upon life in the interior of Brazil

Comparing social repercussion of gold mining in states of large population and stable life as those of Minas Gerais and Paraná, one remarks the subsistent relation between mining at large scale and any other great industry, while gold gathering interests just the least part of population which happens to be professional mining people

In regions where little ago cattle breeding was the only economic foundation of life, as in the state of Rio Grande do Sul, ours money depreciation caused the rising of an industry at small scale and presently we assist to the formation of a new geration of mineralizers

The patriarchal type of life, the existence of some money in the place, allowed the transformation to which we assist and where the new mineralizers are the same ancient cattle breeders

The extreme north on the contrary, insufficiently peopled and with large virgin regions, assists to the birth of a mining period that resembles to the one of Minas Gerais during the colonial period

Populations of millions men desert agricultural lands toward the zones of gold, and once there, as happens to the diamant seekers, are obliged by the geographical conditions of the land, to elect gold as their only receipt source. Instability is the characteristic of mining lands, where populations rise, grow and disappear with an astonishing rapidity

The author, who as engineer of the National Department of Mineral Production, studied the region from *Piridá* to *Turi-Assú*, in the states of Pará and Maranhão, illustrates his exposal with partial maps of the region, imputing great part of the difficulties yet to vanquish to the lands which are extremely divided

Some villages as *Inglês* and *Alegre* born as consequence of gold seeking, succeeded in subsisting, and probably on account of their favourable situation will grow and in the future acquire a stable or permanent character

Verf, Ingenieur am Departamento Nacional da Produção Mineral und Lehrer an der Escola Técnica do Exército behandelt in dem hier in Rede stehenden Artikel die Einwirkungen des Goldes auf das Leben in Inner Brasilien

Vergleicht man die soziale Auswirkung der Goldgewinnung in Provinzen mit stabilem Leben und dichter Bevölkerung, wie Minas Gerais und Paraná, so bemerkt man, dass zwischen Erzgewinnung in grossem Ausmass und jeder andern Grossindustrie Gleichrichtung besteht, während die Geldsuche nur einen sehr kleinen Teil der Bevölkerung interessiert, nämlich die Bergleute von Beruf und Berufung. In Gebieten, die noch bis vor ganz kurzem als einzige Lebensgrundlage die Viehzucht hatten, wie in Rio Grande do Sul, hat die Entwertung unserer Währung eine Industrie kleinen Ausmasses entstehen lassen, und so werden wir Zeugen der Bildung eines neuen Geschlechts von Bergleuten. Der Typ patriarchalischen Lebens, das Verhandensein einigen Kapitals an Ort und Stelle ermöglichten die Wandlung vom einstigen Viehzüchter zum kleinen Bergmann, deren Zeuge wir sind

Im Gegensatz dazu hat der äusserste Norden mit seiner dünnen Bevölkerung und seinen weiten noch jungfräulichen Gebieten eine Epoche des Bergbaus entstehen sehen, die Ähnlichkeit mit der von Minas Gerais in der Kolonialzeit hat. Tausende von Menschen gehen von der Landwirtschaft nach den Goldgegenden über und nehmen da, wie bei der Diamantensuche infolge der geographischen Bedingtheit des Milieus die Goldgewinnung als ihre einzige Erwerbsquelle

Unbeständigkeit ist das Kennzeichen solcher Erz-Gegenden; Bevölkerung taucht auf wächst und verschwindet überraschend schnell.

Verf., der das Gebiet von *Pirid* bis *Turi-Assú* in der Provinz Pará und Maranhão als Ingenieur des Departamento Nacional da Produção Mineral untersucht hat, belegt seine Ausführungen mit Teilkarten des Gebiets, wobei er die Schwierigkeiten, die es zu besiegen gilt, zum Teil der übermäßigen Zerstückelung der Schwemmland-Felder zuschreibt

Einige Ortschaften wie *Inglês* und *Alegre*, die als unmittelbare und jüngste Folge des Goldes aufgetaucht sind, können bestehen und indem sie dank der günstigen Lage, in der sie gebaut wurden und im Genuss der Situation wachsen, werden sie vermutlich dazu kommen, ständigen und dauerhaften Charakter für die Zukunft anzunehmen

La aŭtoro, inĝenero en la Nacia Departemento de la Minejala Produktado kaj profesoro de la Milita Teknika Lernejo, traktas en la nuna artikolo pri la influo, kiun havas la oro sur la vivo en la brazila internlando

Komparante la socian reagon de la orekspluato en ŝtatoj kun vivo pli fiksa kaj loĝantaro pli densa, kiel Minas Gerais kaj Paraná, oni konstatas analogion ekzistantan inter la grandkala minekspluato kaj iu ajn alia granda industrio, dum la serĉado de orbilfolioj nur interesas minimuman parton de la loĝantaro, kiu estas minista pro temperamento kaj profesio La regionoj, kie antaŭ nelonge ankoraŭ havis kiel solan bazon la bestkulturon, kiel en ŝtato Rio Grande do Sul, la senvalorigo de nia mono ekaperigis malgrandskalan industrion kaj ni vidas la formadon de nova generacio de ministoj. La tipo de patriarka vivo kaj la ĉesto de la loka kapitalo permesis la transformon, kiun ni vidas, en kiu la malgrandaj minekspluatistoj estas la antikvaj bestkulturistoj

Kontraŭe, la Ekstremnordo, kun pli maldensa loĝantaro, kun vastaj ankoraŭ virgaj regionoj, vidadis ekaperi ministan fazon, kiuj similas al la fazo de ŝtato Minas Gerais dum la koloniaj tempoj Milhomaj loĝantaroj transiĝas de la bestkulturo al la orzonoj kaj tie, same kiel en la diamant-ekspluatejoj, elektas, trude de la geografiaj kondiĉoj de la medio, la oron kiel sian solan senpezan fonton La nefikseco karakterizas tiajn regionojn ministajn, kie la loĝantaroj rapidege naskiĝas, kreskas kaj mortas

La aŭtoro, kiu studis la regionon de *Pirid* al *Turi-Assú*, en ŝtatoj Pará kaj Maranhão, kiel Inĝenero en la Departemento Nacia de la Minejala Produktado, dokumentas sian ekspozicion per partaj mapoj de la regiono, atribuante la venkotojn malfacilaĵojn parte al la troa diserigo de la aluviaj kampoj

Kelkaj domaroj, kiel *Inglês* kaj *Alegre*, naskiĝintaj kiel rekta kaj ĵusa sekvo de la oro, sukcesis ekzistadi, eble danke al la favora loko, kie ili estis konstruitaj, kreskis laŭ la plaĉo de la cirkonstancoj kaj akiros, estonte, daŭran kaj fiksan karakteron

GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL

Moacir M. F. Silva

Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia
Secção XXXVI — "Geografia dos Transportes"

IV — PRODUÇÃO

Ocupação produtiva do solo — Razões econômicas dos transportes — Distribuição histórico-geográfica dos ciclos econômicos — Relações entre a produção e a origem e desenvolvimento dos transportes
I O pau-brasil — II. O açúcar — III A pecuária — IV. O Ouro — V. O Diamante — VI. O Café — VII. A Borracha — VIII. O Mate — IX. O Algodão — X O ciclo industrial — Zonas geo-econômicas e comerciais — Geografia dos produtos de alimentação

Y O estudo da circulação interna primitiva, ou seja, o conjunto de vias e meios de transportes anteriores ao advento da ferrovia, deve ser precedido de considerações indispensáveis, ainda que sumárias, referentes à ocupação produtiva do solo, tanto vale dizer, as razões econômicas desses transportes do litoral para o interior e vice-versa, e através do sertão. A formação econômica do Brasil, em suma, de que daremos apenas um esboço esquemático, relativo aos nossos ciclos econômicos e sua distribuição histórico-geográfica.

Jean Brunhes considera fenômenos de ocupação *produtiva* do solo, a agricultura e o pastoreio; *improdutiva*, a casa e o caminho; e *destrutiva*, a caça, a pesca e a mineração. Mas força é reconhecer que a agricultura, o pastoreio e a mineração determinam ou exigem a abertura de caminhos e a fixação do homem, em núcleos de povoamento, por sua vez geradores futuros de novas atividades (indústrias, comércio). Só mesmo a caça, a pesca e certas indústrias extrativas (borracha, castanha, etc.) parecem meramente destrutivas, por seu nomadismo, ou isolamento social, em palhoças esparsas, dispensando bons caminhos e povoações.

O Brasil, economicamente, nasceu com uma indústria extrativa, a apanha do pau brasil e com a caça de animais vivos (papagaios, araras, etc.); passou em seguida à agricultura (o algodão, a cana de açúcar, o fumo) e, simultaneamente, à pecuária, que teve grande importância, porque os animais (bovinos, muares e cavalares) constituíam, então, os únicos meios de transportes terrestres. Seguiu-se o período de mineração (ouro, diamantes, etc.). Retornou à agricultura (café, algodão) e à indústria extrativa (borracha, castanha) até o advento das máquinas a vapor e da ferrovia ou seja o ciclo industrial, em que ainda vivemos.

I — CICLO DO PAU-BRASIL

Afonso Arinos de Melo Franco ("*Terra do Brasil*", S. Paulo, 1939) diz que "êste período da História Econômica Brasileira pode ser cha-

mado de pré-colonial. De fato não existiu dentro dele, propriamente colonização. A colonização pressupõe fixação do homem à terra, povoamento, aparelhamento material, trabalho organizado. Nada disto existiu no ciclo econômico em que predominou o pau-brasil. Fazia-se, apenas, a extração e o embarque da madeira ou o apresamento de índios e animais, e se ia vender tôda essa mercadoria vegetal e animal na Europa. Trata-se de uma alvorada de nossa vida econômica, de um período em que o português não tendo achado, como esperava, nem o ouro nem as pedras raras, ia aproveitando o pouco que encontrava.”

Quanto à geografia do pau-brasil escreve Bernardino José de Sousa (“*O Pau-Brasil na História Nacional*”, S. Paulo, 1939): “A área de vegetação do pau-brasil no Brasil estendia-se do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Norte nas matas litorâneas e, para o interior, se ampliava até o sertão. (Hú notícia também de sua ocorrência em Minas e Goiaz).

“A faixa costeira acima indicada foi, sem dúvida, o campo da sua exploração econômica desde os albores da colonização até os tempos da monarquia.”

E como era trazido êsse pau-brasil do interior das matas litorâneas até a orla marítima? — Pelos rios? — Por caminhos dos índios? — Certamente por trilhas abertas por estes, segundo o que referimos em capítulo anterior. Carregavam-no os indígenas, em pedaços, às costas, conforme indica uma gravura de André Thevet (“*Cosmographie Universelle*”, 1575).

Tal foi a importância do comércio do pau-de-tinta que o seu nome passou ao país, fazendo esquecer o de Santa Cruz, (o que é realmente estranhável naquela época), com escândalo para os escritores sacros. Assim Jaboatão (“*Novo Orbe Seráfico Brasilico*”) fala da “mais estimação do valor dêstes paus vermelhos, de que dependem os seus lucros temporais, do que do inestimável preço daquele sagrado Madeiro, donde com outra melhor côr, e sem comparação alguma, pendeu todo o nosso espiritual remédio.”

Os comerciantes do pau-brasil foram, desde cedo, apelidados, na Europa, de *brasileiros*. A palavra exprimia, assim, a profissão, como *carvoeiros*, *madeireiros*, etc. Só passou a designar os *naturais* do Brasil pelos fins do século XVIII.

Mas “não foi com o descobrimento do nosso país que a Europa conheceu o pau-brasil. A palavra *brasil* é de uma velhice que remonta a vários séculos anteriores ao nosso descobrimento” (Viriato Correia, “*O País do Pau de Tinta*”, Rio, 1938).

O pau-de-tinta, brasil, ou pau-vermelho (Camões, X, 140) classificado cientificamente por Lamarck como *Caesalpinia echinata*, (Família das Leguminosas) era denominado pelos nossos indígenas de *ibirá-pitanga* (árvore vermelha); Thevet e Lery grafaram *araboutan*, evidentemente uma corruptela.

A apanha de pau-brasil, limitada ao litoral, e a uma parte apenas, não teve repercussão no interior do país e precedeu o conhecimento dêste.

II — CICLO DO AÇÚCAR

“Com a cana se instaura a colonização. O litoral brasileiro se orna com uma fímbria de civilização. Nascem cidades, abrem-se caminhos, aperfeiçoa-se a vida. Forma-se uma unidade política brasileira na costa, facilitada, talvez determinada, pela solidariedade econômica. Recursos maiores permitem um levantamento do nível de vida. Aparece uma aristocracia rural nas *casas-grandes* do litoral pernambucano, baiano e fluminense. Floresce a arquitetura típica do açúcar, levantam-se monumentos, igrejas, conventos, fortalezas, desponta a vida intelectual” (A. A. Melo Franco, *op. cit.*).

Outro aspecto importante da economia açucareira foi a introdução da escravatura negra; em vez de exportar escravos vermelhos (índios capturados), como no ciclo do pau-brasil, os colonizadores passaram a importá-los da África, em quantidades crescentes.

Deve mencionar-se também nesse ciclo, pelo vulto que no mesmo assumiu, a cultura do fumo (tabaco), da qual disse Antonil, no século XVIII, comparando-a à do açúcar. “o tabaco o tem feito (ao Brasil) muito mais afamado em tôdas as quatro partes do mundo, em as quais hoje tanto se deseja e com tantas diligências e por qualquer via se procura”. A. A. Melo Franco afirma que, antes de Nicot, já Thevet havia introduzido na Europa a *herva santa* (o fumo), levando-a do Brasil.

A transição do ciclo do açúcar para o da pecuária é assim descrita por Ovídio Cunha (*“Diretrizes da Antropogeografia Brasileira”*, Rio, 1935): “Ao observador que lançasse as vistas sôbre um mapa da época, três pontos negros pelos canaviais distinguiria nas costas brasileiras. O primeiro, seria S. Vicente, cuja tendência era prolongar-se pelo planalto a dentro; o segundo, S. Salvador, e o terceiro, Pernambuco, já bastante próspero.

“Dos três pontos de ossificação da nacionalidade não se irradiaram tendências econômicas diferentes. Seguiram a lei geral do nosso desenvolvimento econômico — primeiro as instalações agrícolas, com o escravo, no litoral; depois a aventura das “entradas”, tangendo-se a gadaria à frente”.

“O colono, entretanto, que se precipitara do Norte em direção ao Sul, pelo S. Francisco, e o “bandeirante”, que do Sul se projetara para o Norte, formando a ordenada máxima de nossa penetração sertaneja — Tieté — S. Francisco — iria denunciar o segundo grande ciclo de expansão econômica — o ciclo da “criação do gado”.

III — CICLO PASTORIL

Derivando insensivelmente da agricultura ao pastoreio, os colonizadores e também já os autóctones, modificando inteiramente o tipo de vida inicial, determinaram o expansionismo na ocupação produtiva do solo, criando, a par da nova atividade, outro gênero de vida, — a *época do couro*, no dizer de Capistrano, — um novo tipo social, o vaqueiro, o *camarada*, — e, ainda, no que concerne à geografia dos transportes, — “o fator máximo da geografia humana — o caminho, — que na sua essência e fundamento foi o maior problema da nossa expansão sertaneja.” (Ovídio Cunha, *op. cit.*).

Melhor do que o faríamos, sintetizam êsses aspectos as transcrições seguintes:

“Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias; mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por defeito do solo, pela falta de chuva durante a maior parte do ano. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naqueles distritos estranhos ao uso do *monjolo*. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saboroso eram devoradas com avidez.

Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a *época do couro*. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro tôdas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os *banguês* para cortume ou para apurar sal; para os açudes o material de atêrro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu pêso; em couro pisava-se tabaco para o nariz” (Capistrano, “*Cap. de Hist. Colonial*”).

(*Monjolo* — máquina grosseira movida a água, para pilar grãos. De origem asiática, introduzida no tempo da descoberta. Chamavam-lhe os índios *enguá* ou *unguá* (*Dic. Enciclop.* Simões da Fonseca — João Ribeiro).

Banguê — nome de várias significações e de diversas origens usado no Brasil. Aparêlho de couro para cortume chamado *anoque* no Rio Grande do Sul; engenho de açúcar; padiola de levar materiais de construção; liteira para cadáveres de escravos. (*Dic. Enciclop.*, cit.)

“As consequências sociais do ciclo pastoril são profundas e nítidas. Decorrem do sistema de trabalho que estabelecia um contacto direto

entre o trabalhador e o patrão. Com efeito, na cultura do açúcar a presença do senhor não se impunha. O patrão podia ficar, como ficava, acastelado nas suas *casas-grandes*, agindo sobre a negrada dos canaviais e dos engenhos por intermédio de prepostos, feitores e mestres. O criador, ao contrário, era forçado a uma assistência continuada e pessoal junto aos seus homens, que eram poucos, o que mais facilitava o conhecimento direto e a convivência.

“Além disso, o trabalhador da zona de criação era em via de regra homem livre, e o trabalho de natureza técnica superior. Um vaqueiro devia conhecer os pastos, as ervas, os ventos, as condições atmosféricas e até elementos de veterinária. Não era, em absoluto, um autômato boçal como o preto de gleba açucareira. Dêsses ligeiros traços indicativos se tiram logo as consequências. Nas zonas de criação o trabalho técnico elevou o nível social do empregado e rebaixou o do patrão, colocando-os num plano de igualdade, que ainda hoje perdura. Não houve grandes diferenças de fortuna e formou-se uma população modesta, hospitaleira, cordial e livre, que não conheceu o luxo desbragado das *casas-grandes* nem a miséria das *senzalas*. Os viajantes consignam como a residência do criador se assemelhava a dos seus servidores. Ainda hoje, no centro do Brasil, o peão da fazenda de criar tem o nome simbólico de *camarada*. (A. A. Melo Franco, *op. cit.*).

Este mesmo autor fixou, em síntese feliz, que o gado foi o grande integrador da unidade nacional brasileira; que foram os caminhos lentos do gado, ao passo tardo e fecundo dos ruminantes, que abriram as povoações, comunicaram brasileiros do Norte com os do Sul, vadearam os rios, desvirginaram regiões desoladas

Referindo-se a êsse mesmo aspecto Pedro Calmon (“*Hist. da Civilização Bras.*”), depois de afirmar que “as *estradas de boiadas* foram os caminhos definitivos”, acentua a influência favorável dos vales no fato geoeconômico dos *caminhos naturais*

“Os vales (como no sul os do *Paraíba* e do *Tieté*) são sempre os esquadros preferidos, porque aí há alimento, sombra, frescura; o mapa dos caminhos do nordeste é, de um modo geral, a sua hidrografia. As terras de mais demorada conquista foram as de entre-rios, sêcas e sáfaras, onde o homem é um hóspede mal aceito.”

4 IV — CICLO DO OURO

O ciclo do ouro, como vimos no Cap. III, compreendeu dois aspectos distintos: o do *ouro de lavagem*, que ocorreu em uma faixa estreita da ourela atlântica, atingindo seu fastígio no Paraná, na segunda metade do século XVII; e o *grande ciclo do ouro*, isto é, do *ouro de bêta*, do ouro de fundição, desde fins do século XVII e durante o século XVIII. (Ouro de lavagem, ou de *aluvião* é o depositado no leito dos rios, em suas margens ou locais próximos, atingidos pelas enchentes. Era apanhado e

lavado pelo processo primitivo da *bateia*, originária da África e ainda usada entre nós, em algumas regiões *Ouro de bêta* (veia metálica) ou ouro das montanhas, também chamado metal de rocha, era explorado pelo processo denominado de talho aberto, que consistia em deslocar blocos de pedra, e quebrá-los, reduzindo-os a cascalho. Foi também ensaiado, nos arredores de Ouro Preto, o processo de abertura de *galerias* na rocha, de execução mais difícil).

Não obstante os métodos primitivos de trabalho, o ouro do Brasil, por sua abundância, teve influências poderosas, no exterior como no próprio país. Assim observa A. A. Melo Franco (*op cit.*) "O ouro era remetido para a Inglaterra em forma de pagamento das importações feitas, equilibrando, assim, na balança de pagamentos os *deficits* colossais da balança comercial. Pode-se afirmar que o ouro do Brasil, no século XVIII, formou a base sobre a qual a Inglaterra iria atingir a supremacia financeira mundial no século seguinte."

Quanto à ocupação produtiva do solo nacional, devido ao ciclo áureo, observa o mesmo autor "Em primeiro lugar o ouro fixou definitivamente as populações no interior, civilizando, em época remota, uma extensa zona que, sem êle, muito teria tardado a se civilizar.

"Mais de metade das cidades e vilas do interior brasileiro tem a sua origem nos trabalhos da mineração."

Resultou que, ainda em começos do século XIX se observava quanto ao povoamento do país, que havia: no litoral, algumas cidades adiantadas: Rio, S. Paulo, Baía, em seguida, extensa zona deserta; finalmente, em pleno coração das montanhas mineiras, cidades e vilas cujas riquezas revelavam luxuosa civilização anterior. "E" que a mineração deu um salto do litoral ao interior, conquistando o Brasil central de repente, até Mato Grosso e Goiaz, não procedendo como a agricultura cuja conquista do solo marcha por etapas contínuas e contíguas. Quando o ouro já estava em decadência é que o café viria ocupar e civilizar a zona intermediária, que ficava entre o litoral e as minas." (A. A. Melo Franco).

V — CICLO DO DIAMANTE

Concêntrico ao ciclo do ouro manifestou-se o do diamante e outras pedras preciosas. A êsses dois ciclos costumam os autores, reunindo-os em um só, denominar — *ciclo da mineração*.

O ciclo do diamante começou com a descoberta das jazidas *Hiviturai* (Sêro Frio) e depois do *Tejuco* (Diamantina), que constituíram o Distrito Diamantino, governado por intendentes e sujeito a uma legislação draconiana, inscrita no celebrizado "*Livro da Capa Verde*", que não se podia copiar e era odiado pela gente da época. Vigorou até a Independência, sendo lembrado, ainda hoje, com horror.

O *ciclo da mineração*, como quasi todos os demais, à exceção do ciclo do *pau-brasil*, não se pode ainda considerar encerrado: deslocou-se apenas para oeste, para Goiaz, onde tem seus maiores centros no *Rio das Garças* e no *Rio Claro*; e para outras regiões do centro e norte do país.

“Sob o ponto de vista da civilização brasileira, a contribuição das minas é insuperável e inesquecível. Foram as minas que fizeram do Rio de Janeiro a cidade mais importante do Brasil, determinando o deslocamento da primazia econômica da Baía para o Sul. E o fato do Rio ser a capital do Brasil é um fator de transcendente importância no processo da manutenção da unidade política nacional. As minas desenvolveram, até um grau nunca dantes atingido, a cultura intelectual brasileira. Do centro das Gerais saíram grandes intelectuais que projetaram a glória brasileira em Portugal e em outros países europeus.” (A. A. Melo Franco).

VI — CICLO DO CAFE'

A cultura do café, em larga escala, surgiu, pode-se dizer, com o século XIX, nas plantações próximas do Rio de Janeiro. Sua marcha evolutiva, — a *onda verde*, segundo a expressão de Monteiro Lobato, — compreende dois sub-ciclos bem caracterizados: 1.º — o do café *escravagista*, ou do sub-ciclo fluminense, desenvolvendo-se, no Império, através da bacia do *Paraíba*, espraiando-se nas vizinhas províncias de Minas Gerais e S. Paulo, e tendo como pôrto de exportação o da cidade do Rio de Janeiro, em cujo progresso influe notadamente; 2.º — o do café *capitalista*, ou do sub-ciclo paulista, desenvolvendo-se, na República, em marcha para o oeste de S. Paulo, alcançando o vale do *Parapananema*, estendendo-se ao Estado do Paraná, e tendo como pôrto de exportação o da cidade de Santos, que, por isso, como a de S. Paulo, prospera vertiginosamente.

“A lavoura cafeeira da bacia do *Paraíba*, considerada sob o ponto de vista da sociologia brasileira, representa uma verdadeira transposição, para o sul do Brasil, da grande civilização agrária que o norte do país conheceu, com a cana de açúcar. Encontravam-se, aqui, os mesmos elementos que lá. Como acontecera com o açúcar, a cultura do café era empreendida sobre uma larga base latifundiária e escravocrata. Nas “fazendas”, nome que se deu às plantações do sul, a nobreza rural habitava as chamadas *casas-grandes*, enormes edifícios solarengos que resumiam na sua atividade de colmeia uma completa célula social. O senhor branco se fixava na terra com a numerosa família e vários aderentes. Cercava o edifício principal de várias edificações. As “senzalas” ou habitações dos escravos, as diferentes construções para o tratamento do café, que correspondiam às maquinárias, fornos e casas de purgar dos engenhos de cana.

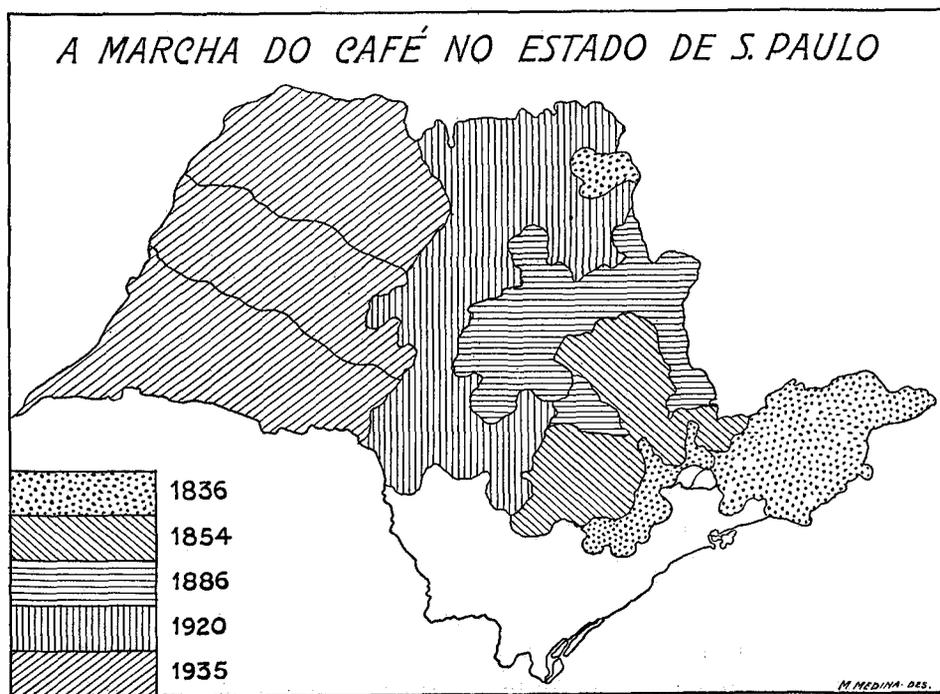
“Na República, a cultura do café adquire um outro caráter gerando uma nova fisionomia social e uma cultura diferente. O café republicano

cria uma técnica peculiar. O fazendeiro, sobretudo no início, não se liga socialmente à terra. Mora nas cidades, e no campo possui somente habitações provisórias, no meio de plantações. Estas são cada vez maiores, colossais mesmo. Atingem por vezes a milhões de pés. O tratamento e preparo de tão grandes quantidades de café exige aparelhamento técnico aperfeiçoado, maquinárias complicadas, adubos químicos. Em uma palavra, do cultivo tradicional e empírico da planta passa-se à lavoura científica.” (A. A. Melo Franco).

“A passagem do café pelo Estado de São Paulo, — escreve Sérgio Milliet (*“Roteiro do Café”*, S. Paulo, 1938), — com suas repercussões sobre a situação demográfica das zonas percorridas, constitui sem dúvida um dos estudos mais curiosos e importantes da história econômica paulista. Durante pouco mais de um século, o panorama do nosso crescimento e do nosso progresso se desdobra num cenário de colinas riscadas por cafezais. Tudo gira em torno do “ouro verde”, dele tudo emana e a êle tudo se destina: homens, animais, máquinas.”

Para descrever o “caminho percorrido” pelo café, Milliet divide o Estado em 7 zonas:

- 1) — a chamada *zona norte*, inclusive o litoral;
- 2) — *Zona central*, abrangendo a área do polígono: Capital, Piracaiá, Bragança, Campinas, Piracicaba, Itapetininga, Piedade, Una, Capital;



- 3) — *Zona da Mogiana*, municípios tributários da E. F. dêsse nome;
- 4) — *Zona da Paulista*, idem, excetuada a Alta Paulista, por ligar-se, cronologicamente, à Noroeste;
- 5) — *Zona Araraquarense*, entre a Paulista e a Sorocabana, incluindo os municípios de Baurú e Barirí;
- 6) — *Zona da Noroeste* e da Alta Paulista, municípios tributários dessas vias férreas;
- 7) — *Zona da Alta Sorocabana*, municípios tributários dessa E. F.

A baixa Sorocabana e o litoral sul não foram considerados por não interessarem à análise do roteiro do café.

Fundamentado em quadros estatísticos e gráficos, referentes aos anos de 1836 - 1854 - 1886 - 1920 e 1935, conclue Milliet: “pode-se ideiar um mapa geral do Estado suscetível de mostrar num golpe de vista o esquema da ordem cronológica da invasão do café. E desde logo uma primeira conclusão se há de impor insofismavelmente. A de que o avanço se processou em obediência a duas determinantes principais: evitar a linha do trópico, abaixo da qual o clima não o favorecia e demandar as grandes florestas de terra virgem e milionária. O oeste é o ponto cardial do agricultor, o horizonte para o qual êle se dirige e que recua sempre e sempre até perder-se no norte do Paraná, onde, desde alguns anos, se veem instalando as primeiras fazendas ainda tributárias das estradas de ferro paulistas. Atrás do café e por vêzes à sua frente penetram as ferrovias. Com elas os colonos estrangeiros e o comércio semi-sedentário. Cidades erguem-se, crescem rápidas, sem tempo suficiente para tomar pé, sem raízes bastante fortes para resistir desde logo às vicissitudes da marcha vertiginosa e fatigante. De 1797 a 1836 anda-se ainda devagar. Acompanha-se o caminho do burro, a trilha; procura-se o núcleo já habitado, para as experiências. Mesmo assim oito lustros bastam para abarrotar de cafeeiros todo o vale do *Paraíba* e parte das terras mais férteis das regiões próximas da capital, colonizadas pelo açúcar.” Descreve, em seguida, a largos traços, o que se processou em um século, observando, por fim: “Um rápido olhar sôbre o quadro de 1935: O café caminha para o oeste, para o norte do Paraná, sempre e cada vez mais à cata da terra virgem, do rendimento milionário que compense os preços baixos.”

✓ VII — CICLO DA BORRACHA

As aplicações variadas, numerosas e intensas da borracha (goma elástica), desde os meados do século XIX, determinaram, no fim dessa última centúria e no começo da atual, uma atividade febril em tôda a Amazônia, na extração e preparo do látex da seringueira (*Hevea bra-*

siliensis). A valorização do produto e a facilidade do processo primitivo de sua obtenção, — a golpes de *machadinha*, — atraíam numerosos forasteiros, especialmente *levas* de nordestinos, retirantes das sêcas.

Mas, como observa Araújo Lima (*“Amazônia — A terra e o homem”*) — a *economia destrutiva* foi a base exclusiva da vida comercial amazônica. “A tarefa extrativa de cada seringueiro tinha de se consumir dentro do traçado das estradas de seringueiras, que lhe eram exclusivamente destinadas; e êsses traçados não se deviam tanger, afim de perdurarem delimitadas e independentes, as áreas de árvores a serem sangradas por dado ocupante. As estradas de cada qual não deviam nem ao menos tangenciar as do vizinho. Formavam sistema à parte. “A obra sistemática de destruição operava-se pela sangria das héveas e era incrementada, estimulada pela tendência dos homens à dispersão. Esgotada uma estrada, atacava-se outra.”

Finalmente, com sementes amazônicas, começaram a produzir excelente borracha as seringueiras de Singapura e Ceilão. Já em 1896, um chinês, Tan Chay Yan, possuía em Malaca, uma grande plantação regular para exploração agrícola. Dentro de poucos anos, aí por volta de 1913, a borracha de plantação oriental superava a do Brasil, resultando, em breve, o fracasso econômico-financeiro da Amazônia, vulgarmente conhecida entre nós, por desvalorização da borracha.

No período áureo da borracha, quando a Amazônia atingiu o apogeu, quatro companhias inglesas, (com lucros sensíveis, escoados para o estrangeiro), articulavam os sistemas de transportes da região; a *Port of Pará*, a *Amazon River Steam Navigation*; a *Manaos Harbour* e a *Madeira-Mamoré Railway*, esta última explorando também seringais, sob outras firmas (*Guaporé Rubber* e *Julius Muller Rubber*).

Encerrado o ciclo da borracha, as companhias da navegação e da ferrovia desinteressaram-se por êsses serviços que, afinal, deficitários, revertem ao Governo Federal.

São oportunas algumas observações de Viana Moog (*“O ciclo do Ouro Negro”*, P. Alegre, 1936):

“O ouro negro, se construiu Belém e Manaus, desorganizou e destruiu a vida dos núcleos agrícolas do interior”, — as culturas de algodão, açúcar, feijão, mandioca e as pequenas indústrias, que se vinham formando no fim do regime imperial.

“Foi a valorização da borracha. Com ela se encerra o ciclo da policultura e das indústrias. E começa o ciclo fatal do ouro negro.

“Quanto ao povoamento, a fase dos seringais trouxe êsse fato paradoxal: numa região em que a natureza se concentra para resistir, o homem se dispersou para agredí-la. Lá, onde cem lenhadores, trabalhando com afinco, não seriam bastantes para dar cabo da selva compreendida nos limites de uma única estrada de seringal, passou a viver um indivíduo isolado. No tocante às condições de salubridade, as consequências foram calamitosas.”

VIII — O CICLO DO MATE

Cultura importante, desde o século XVII, entre os colonos espanhóis (Paraguai) tributários do *Prata*, também entre nós, mereceu igual atividade. Ainda hoje se pratica no Brasil meridional e no sul de Mato Grosso (*Cia. Mate Laranjeira*). Carlos Teschauer (*“Poranduba Rio Grandense”*, P. Alegre, 1929) tratando da geografia do mate, escreve: “A zona que abrange é talvez de 24° 30’ até 20° seguindo a Leste até as costas do Atlântico em Curitiba e Paranaguá. A geografia da erva é tão admiravelmente marcada como a das preciosas árvores da quina do Perú e merece ser notada. Tome-se uma régua, ponha-se uma das extremidades sôbre a barra do Rio Grande que leva suas águas ao oceano e a outra sôbre a povoação de Vila Rica, no Paraguai. Em tôda esta linha se acham ervais espontâneos, assim o diz Bompland”.

Informa que outrora os índios, “além de muito mal tratados pelos patrões, tinham que transportar, cada um, 5 ou 6 arrobas... de muitas léguas de dentro da terra por caminhos ásperos até a margem do rio ” Ainda hoje, pela falta de boas estradas, pelo isolamento em que vive o homem, nos ervais, a indústria extrativa do *mate*, sob o ponto de vista sociológico, apresenta analogias com a da borraça.

IX — CICLO DO ALGODÃO

Desde o período colonial, a cultura do algodão, em alguns Estados do Norte, especialmente do Nordeste, tem sido um dos esteios econômicos da região; modernamente assinala-se um novo ciclo do algodão, não apenas no Nordeste, mas no Estado de S. Paulo. Neste assume aspecto meramente mercantil, sem influência notada no ambiente social paulista. No Nordeste é diferente. Assim o diz Limeira Tejo (*“Brejos e caracais do Nordeste”*, S. Paulo) — “Só mesmo o algodão tem tido essa força para civilizar a caatinga. Nos intervalos dos seus maiores momentos comerciais, sofrendo crises muitas vêzes, é, ainda o ouro branco que sustenta tôda a economia de uma sociedade de pequenos produtores. E foram ainda as suas cotações quasi fabulosas durante a safra 1922-23 que levaram a civilização do automóvel para êsse mundo, provocando um aperfeiçoamento considerável da maquinária de beneficiamento, fazendo crescer cidades da noite para o dia, estabelecendo, enfim, as condições para uma industrialização que progride a passos largos, abrindo os horizontes para uma definitiva e real ocupação econômica do deserto.”

X — CICLO INDUSTRIAL

Representando esquematicamente os ciclos econômicos por *círculos* de diâmetros variáveis segundo a duração histórica e o espaço geográfico ocupados, observaríamos que muitos desses círculos (ou ciclos)

seriam superpostos, concêntricos ou secantes, com uns poucos sucessivos, mas quasi todos simultâneos.

Observação análoga cabe em referência ao *ciclo industrial* que atravessamos, iniciado no século XIX com a adoção da maquinária nas indústrias e na agricultura e com o advento das estradas de ferro. E' que dentro desse contemporâneo ciclo industrial, hoje ampliado com a eletricidade, o motor a explosão, o concreto armado, o avião, a T. S. F., etc., subsistem todos os demais aspectos da Produção: vegetal, animal e mineral, ou sejam as indústrias agrícolas, pastorís, extrativas e manufatureiras.

ZONAS GEO-ECONÔMICAS E COMERCIAIS

Deixando de parte demais aspectos da Produção, como a castanha do Pará, na Amazônia; o babassú, no Maranhão; a carnaúba, no Ceará; o sal, no Rio Grande do Norte e Estado do Rio de Janeiro; o cacau e o fumo, na Baía, a vinha, no Rio Grande do Sul; o arroz, o milho, o trigo mesmo, as madeiras em vários Estados; o carvão em Santa Catarina e Rio Grande, o ferro, o manganês, a bauxita e outros minerais em di-



versas regiões — diremos apenas algumas palavras sôbre dois aspectos da Produção correlacionados aos transportes: o zoneamento do Brasil sob os pontos de vista geo-econômicos e comerciais, e em função dos tipos regionais de alimentação.

Além do que resumimos, no Cap. I, quanto à sub-divisão do Brasil em regiões naturais geográfico-econômicas, especialmente a do Dr. Ezequiel de Sousa Brito, diretamente subordinada à Produção vegetal e animal, devemos mencionar outras que interessam às atividades comerciais e, portanto, aos transportes.

Hugo Hamann (*“Estudos Econômicos-Financeiros”*, Rio, 1939) julga que a nossa “fisionomia econômica” pode ser dividida em três zonas bem diversas, como segue:

Norte — os Estados da Baía para cima;

Centro — Espírito Santo, Estado do Rio, Distrito Federal, S. Paulo, Minas, Goiaz e Mato Grosso;

Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande

E que “o valor econômico dessas três grandes partes que apresentam o território nacional, pode-se resumir da seguinte forma:

1935/36	Área cultivada	População	Superfície	Comércio
Norte	18%	41%	57%	27%
Centro	70%	47%	35%	59%
Sul	12%	12%	8%	14%

Diamantino Coelho Fernandes (*“Caminhos brasileiros ao comércio português”*, in Revista da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, fev.º 1939) observando que o Brasil não deve ser considerado “um mercado apenas, mas, sim, como um verdadeiro conjunto de mercados”, admite “cinco grandes zonas comerciais”:

ZONAS	ESTADOS	SUPERFÍCIE (Kms qdis)	POPULAÇÃO	CABEÇAS DE ZONA
<i>Extremo Sul</i>	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	580.184	5 373 620	Pôrto Alegre
<i>Sul</i>	S. Paulo, Sul de Minas e 1/3 de Mato Grosso ...	933 524	10.024 856	S. Paulo
<i>Centro</i>	Distrito Federal, Estado do Rio, Espírito Santo, Minas (parte) Goiaz	1.148 320	10.567 444	Rio de Janeiro
<i>Norte</i>	Do Estado da Baía até o do Piauí	1 181.260	13 871.776	Recife
<i>Extremo Norte</i>	Maranhão, Pará, Amazonas e Acre	3.683 207	3.399.319	Belém
Totais	7.526.495	43.237.015	—

— No cálculo das superfícies dessas zonas foram adotados os valores constantes do “*Anuário Estatístico*” de 1937. Na área total não entraram 2/3 de Mato Grosso, não considerados pelo articulista. Correm por conta dêste os números relativos às populações. A última estimativa oficial de (1938) da população do Brasil é de 44.115.825, atribuindo a Mato Grosso: 393.168.

— *Cabeça de zona* é a capital do Estado mais populoso, ou que pela situação geográfica dispõe de melhores comunicações ferroviárias, marítimas ou fluviais, e cuja imprensa diária se distribua pela região considerada.

GEOGRAFIA DOS PRODUTOS DE ALIMENTAÇÃO

Josué de Castro (“*A Alimentação Brasileira à luz da Geografia Humana*”, P. Alegre, 1937), procurando fixar os vários tipos da alimentação brasileira, tendo em vista as substâncias básicas e as proporções em que são consumidas, concluiu que cada tipo corresponde a uma determinada região e representa o resultado da experiência humana, adaptando suas necessidades aos recursos naturais que a zona geográfica apresenta, em maior ou menor abundância.

Nessa ordem de idéias organizou o seguinte zoneamento do Brasil em função dos tipos regionais de alimentação:

ZONAS	REGIÃO GEOGRÁFICA QUE ABRANGE	ALIMENTOS BÁSICOS	PROPORÇÕES MÚTUAS
I <i>Zona Norte</i>	Pará, Amazonas e Acre	Farinha de mandioca Feijão Peixe Castanha do Pará	3 2 1 1
II <i>Zona da mata do nordeste</i>	A faixa da mata dos Estados do Maranhão até Baía	Farinha de mandioca Feijão Aipim Charque	3 2 2 1
III <i>Zona do sertão do nordeste</i>	Sertão dos Estados do Maranhão até Baía e mais o norte de Goiás	Milho Feijão Carne Rapadura	3 1 1 1
IV <i>Zona do centro</i>	Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás	Carne Feijão Milho Toucinho	2 2 2 1
V <i>Zona do Sul</i>	Do Estado do Espírito Santo até o do Rio Grande do Sul	Carne Pão Arroz Batata	3 3 2 1

Considerando as deficiências desses cinco tipos de alimentação, em face de uma ração média alimentar padrão para o nosso meio, o Dr. Josué de Castro formula cinco regimes-alimentares-padrão, para serem utilizados, respectivamente, nessas regiões.



Cabem aqui palavras de Ovídio Cunha (*“O Homem e a Paisagem”*, Rio, 1938): “A geografia da alimentação no Brasil é toda ou quase toda feita pelo caboclisto agrícola. Por onde se vê que o fenômeno das “roças” e o ataque sistemático à floresta não são senão o resultado desse paradoxo terrível, de sermos na realidade um país que não tem em abundância fontes de alimentação. Essas se constituem em verdadeiras ilhas, formando organismos autárquicos. Concorre para isto a falta de comunicações, a orientação dada ao país para a exportação intensiva, a má circulação interna das trocas econômicas ”

Evidentemente, não será possível a adoção desses regimes alimentares convenientes, enquanto essas vastas zonas não possuírem todos os transportes necessários à pronta distribuição ampla dos vários gê-

neros indicados; em outras palavras, enquanto não se elevar o padrão de vida individual, em consequência do completo desenvolvimento econômico das regiões consideradas.

RESUMÉ — RESUMEN — RIASSUNTO — SUMMARY — ZUSAMMENFASSUNG — RESUMO

L'ingénieur Moacir F Silva, poursuivant la publication de sa monographie intitulée "Géographie des Transports au Brésil", nous expose dans cet article son IV^{ème} chapitre, "Production".

Initialement l'auteur nous fait savoir que le Brésil est économiquement né avec l'industrie extractive (récolte du bois-brésil et chasse aux animaux vivants), passant ensuite à l'agriculture et simultanément à l'élevage.

Appuyé en des auteurs remarquables, il étudie le cycle du *bois-brésil*; le cycle du *sucre*, pendant lequel eût lieu la traite des négres, venus de l'Afrique, et qui a fait la richesse de Pernambuco; le cycle *pastoral*, dans lequel on remarque la dite *époque du cuir* ainsi nommée à cause de l'importance de ce produit dans la vie des habitants du pays, importance qui fût répandue jusqu'aux "*sertões*" (intérieur du pays) par leurs débravateurs, les "*bandeirantes*"; le cycle de *l'or*, qui présente deux aspects: celui de *l'or de lavage* et de *l'or à filon*, surtout à Minas Gerais; le cycle du *diamant*, concentrique avec celui de l'or et qui forment ensemble le cycle de *minération*; le cycle du *café*, très important, qui enrichit l'état de S Paulo et qui se divise en *café d'esclavage* et *café capitaliste*, ce dernier s'étant développé sous le régime républicain; le cycle du *caoutchouc* dans l'Amazonie exploité par le peuple du nord-est; le cycle du *mate*, situé au Brésil méridional et au sud de Mato Grosso; le cycle du *cotton*, localisé premièrement au nord-est et dernièrement à S Paulo; finalement l'auteur étudie le cycle *industriel*, né au XIX^{ème} siècle, et qui se trouve aujourd'hui très développé.

L'auteur nous explique que représentés schématiquement par des cercles de diamètres variables selon la durée historique et l'espace géographique occupé, on observe que ces cycles se montrent superposés, concentriques ou sécantes, presque tous simultanés.

Il étudie les zones géo-économiques et les commerciales en les divisant de la suivante manière: nord, centre et sud; ou encore, en extrême sud, sud, centre nord et extrême nord; pour lesquelles l'auteur décrit les types de nourriture en usage, d'ailleurs très insuffisante par rapport à une ration alimentaire moyenne standard pour notre milieu. Il termine en déclarant impossible d'adopter un régime convenable d'alimentation, tant que les vastes régions du pays ne possèdent pas tout les nécessaires moyens de transport pour l'immediate et pleine distribution des divers genres de nourriture.

X El ingeniero Moacir F Silva, prosiguiendo en la publicación de su monografía "Geografía de los Transportes en el Brasil", nos da en ese artículo, el IV capítulo, intitulado "Producción".

Inicialmente dice que, del punto de vista económico, el Brasil nació con la industria extractiva (cosecha del palo-brasil y caza de animales vivos), pasando, en seguida a la agricultura y, simultáneamente, a la pecuaria.

Estudia, basado en notables autores, el *ciclo del palo-brasil*; el *ciclo del azúcar*, en que se dió la introducción de la esclavitud negra, venida de Africa y que hizo la riqueza de Pernambuco; el *ciclo pastoral* en el cual se verificó la llamada *época del cuero*, dada su importancia en la vida de los habitantes y diseminado en los sertones desbravados por los "bandeirantes", el *ciclo del oro*, con dos aspectos: el *ciclo del oro de lavaje* y el del *oro de venas*, principalmente en Minas Gerais; el *ciclo del diamante*, concentrico al del oro y, con este, denominado *ciclo de la mineração*; el *ciclo del café*, importantísimo, que hizo la fortuna de S Paulo y dividido en *café esclavista* y *café capitalista*, desarrollado en el regimen republicano; el *ciclo de la goma*, en la Amazonia conquistada por los nordestinos; el *ciclo del mate*, en el Brasil meridional y el sur de Mato Grosso; el *ciclo del algodón*, en el Nordeste, en primero, y después allá y en S Paulo; y, por fin, el *ciclo industrial*, empezado en el siglo XIX y que hoy alcanza gran desarrollo.

Dice que, representados esquemáticamente por círculos de diámetros variados según la duración histórica y el espacio geográfico ocupado, observaríamos que esos ciclos se presentarían superpuestos, concentricos ó secantes, casi todos simultaneos, pocos sucesivos.

Habla en las zonas geo-económicas y comerciales, dividiéndolas en Norte, Centro y Sur, ó tambien en extremo Sur, Sur, Centro, Norte y extremo Norte, para la cuales describe los tipos de alimentación en uso deficientes en faz de una ración media alimentar padrón para nuestro medio. Concluye diciendo que no sea posible la adopción de un regimen alimentar conveniente, mientras que las vastas regiones del País no posean todos los transportes necesarios a la pronta distribución amplia de los varios generos alimenticios.

L'ingegnere Moacir F Silva, continuando la pubblicazione della sua monografia "Geografia dei trasporti nel Brasile", ne presenta il IV capitolo, intitolato "Produzione".

Comincia col dire che il Brasile sorte economicamente con la industria estrattiva (raccolta di "pau-brasil" e caccia di animali vivi), passando poi all'agricoltura e simultaneamente all'allevamento del bestiame.

Studia, basandosi su autori degni di credito, il ciclo del *pau-brasil*; il ciclo dello *zucchero*, durante il quale fu introdotta dall'Africa la schiavitù dei negri, che arricchì Pernambuco; il ciclo dell'*allevamento*, esteso nei "sertões" conquistati dai "bandeirantes", durante il quale si ebbe l'epoca detta del *cuoio*, data l'importanza di quest'ultimo nella vita degli abitanti; il ciclo dell'*oro*, con due aspetti: quello dell'*oro di alluvione* e quello dell'*oro di montagna*, specialmente in Minas Gerais; il ciclo del *diamante*, concentrico a quello dell'*oro* e chiamato, insieme con quello, dell'*industria mineraria*; il ciclo del *caffè*, importantissimo, poiché fece la fortuna di S Paulo, diviso nelle fasi del *caffè schiavista* e del *caffè capitalista*, e sviluppatosi durante il regime repubblicano; il ciclo della *gomma*, nell'Amazonia conquistata dagli abitanti del Nord-Est; il ciclo del *mate*, nel Brasile Meridionale e nel Sud di Mato Grosso; il ciclo del *cotone*, prima nel Nord-Est e poi anche in S Paulo; e infine il ciclo *industriale*, iniziato nel secolo XIX e che oggi ha raggiunto un grande sviluppo.

Egli dice che, rappresentando schematicamente questi cicli mediante cerchi di diametro variabile secondo la durata storica e la zona geografica occupata, si osserverebbe che essi si presentano sovrapposti, concentrici o secanti, quasi tutti simultanei, pochi consecutivi.

Egli parla delle zone geo-economiche e commerciali, dividendole in Nord, Centro e Sud, oppure in Estremo Sud, Sud, Centro, Nord ed Estremo Nord; ne descrive i tipi usuali di alimentazione, deficienti rispetto ad una ragione alimentare media normale per il nostro paese. Conclude dicendo che non sarà possibile l'adozione di un regime alimentare conveniente, finché vaste regioni resteranno prive dei mezzi di trasporto necessari per la rapida e abbondante distribuzione dei generi alimentari.

Following the publication of his monography titled "Geography of Transport in Brazil", the author, Engineer Moacir F. Silva presents in this article its fourth chapter, "Production".

Initially he explains that Brazil was economically born with the extractive industry (gathering of Brazil wood and hunting of alive animals), passing then to agriculture and simultaneously to cattle breeding.

He studies, supported in well known authors, the Brazil wood cycle; the sugar cycle, during which began the slavery of negroes who came from Africa, and that caused the richness of Bahia and Pernambuco; the pastoral cycle, where you remark the called *leather period*, on account of the importance of this product in the native's life; the cycle of gold, which presents two aspects: wash gold and vein gold, this last one principally noted in Minas Gerais; the cycle of diamond, concentric to the gold one and establishing with it the cycle known as mineration cycle; coffee cycle, very important, having made the fortune of Rio de Janeiro and S. Paulo and which is divided in: slavery coffee and capitalist coffee this last one developed itself during the republican government; the caoutchouc cycle, localized in the Amazon valley and explored by the north-east people; the cycle of the mate, situated in meridional Brazil and in the south of Mato Grosso; the cotton cycle, which began at northeast and then in S. Paulo; finally the author studies the cycle of industry, which was born at the XIXth century and that presently attains a great progress.

The author proves that schematically represented by cycles of changeable diameters according to their historical lasting and to the geographical space they occupy, one remarks that these cycles show themselves in superposition, concentric or secant, nearly all simultaneous.

He examines then the geo-economic and commercial zones, dividing them in north, center and south, or yet in extreme south, south, center, north and extreme north, describing the usual types of nourishment which he declares very deficient according to a normal nourishment portion which should be standard to our ambient.

The author ends his study declaring impossible the adoption of a convenient nourishment regimen, while the large regions of the country do not possess all the necessary transports to realize a rapid and complete distribution of the different kind of nourishment.

Im Verfolg seiner Monographie "Verkehrsgeographie Brasiliens" bietet uns der Verfasser Ingenieur Moacir F. Silva in diesem Artikel den vierten Abschnitt da, den er "Erzeugung" überschreibt.

Zu Eingang führt er aus, dass in wirtschaftlicher Hinsicht Brasilien seinen Anfang mit einer Ausbeutungs-Industrie genommen hat (Schlagen des Brasil-Holzes und Jagd auf Freiwild) und dann zu Ackerbau und gleichzeitig zu Viehzucht überging.

Auf namhafte Autoren gestützt untersucht Verf. den Wirtschaftskreis: *Brasil-Holz*; den Wirtschaftskreis: *Zucker*; hier ergab sich die Einführung der aus Afrika kommenden Neger als Sklaven und damit der Aufschwung Pernambuco; der Wirtschaftskreis: Weidewirtschaft mit der in ihm erwähnenswerten *Haute-Epoche*, die im Leben der Bewohner bedeutsam war und sich auch auf die von den "Bandeirantes" (Kulturpioniere) erschlossenen Wildnisse ausdehnte; der Wirtschaftskreis: *Gold*, bei dem zu unterscheiden ist: *Goldwäscherei* und *Gewinnung aus Erze*, hauptsächlich in Minas Gerais; der Wirtschaftskreis: *Diamanten*, konzentrisch mit dem Gold-Kreis und mit diesem Wirtschaftskreis: *Erze* benannt; der Wirtschaftskreis: *Kaffee*, sehr wichtig, er hat den Reichtum São Paulo gemacht; Verf. unterscheidet *Kaffee der Sklavenezeit* und *Kaffee der kapitalistischen Ära* unter republikanischem Regime; der Wirtschaftskreis: *Kautschuk*, in dem von den Nordest-Männern erschlossenen Amazonas-Gebiet; der Wirtschaftskreis: *Mate*, im südlichen Mato Grosso bis zur Südarense Brasiliens; der Wirtschaftskreis: *Baumwolle*, zuerst im Nordeste und später auch noch im São Paulo; und endlich der Wirtschaftskreis: *Industrie*, der im XIX Jahrhundert beginnt und sich zu der grossen heutigen Bedeutung fortentwickelt hat.

Wenn man, so sagt Verf., die wirtschaftliche Entwicklung graphisch in Durchmesser-Kreisen unter Berücksichtigung der geschichtlichen Dauer und des geographischen Raumes darstellt, so ergeben sich übereinander gelagerte, konzentrische oder sich schneidende Kreise und zwar nahezu alle gleichzeitig und nur wenige in zeitlicher Aufeinanderfolge.

Die Wirtschafts- und Handlungsbereiche teilt Verf. in Nord, Mitte und Süd ein oder richtiger im äussersten Süd, Süden, Mitte, Norden und äussersten Norden; die in diesen Gebieten übliche Ernährung hält Verf. für mangelhaft im Vergleich mit dem in unserm Lande üblichen mittleren Ernährungs-Durchschnitt. Eine auskömmliche Ernährung, so schliesst Verf., wird sich nicht ermöglichen lassen solange die ausgedehnten Gebiete des Landes nicht die für eine regelmässige und in grossem Ausmasse vorgesehene Verteilung der verschiedenen Lebensmittel notwendigen Verkehrsmittel besitzen.

Ingeniero Moacir F. Silva, datigante la publikigon de sia monografio "Geografia de la Transportoj en Brazilo", prezentas al ni en la nuna artikolo, la kvaran ĉapitron, nomatan "Produktado".

Komence li diras, ke, ekonomie, Brazilo naskiĝis kun la ekstraktable industrio (kolektado de la *paru-brasil* (brazililgo) kaj ĉasadado de vivantaj bestoj), transpasinte poste al la teĥkulturo kaj samtempe al la bestkulturo.

Li studas, sin apogante sur notindaj aŭtoroj, la ciklon de la *paru-brasil*; la ciklon de la *sukero*, dum kiu okazis la enkonduko de la nigula sklaveco, veninta de Afriko, kiu riĉigis ŝtaton Pernambuco; la *paŝtista* ciklon, dum kiu havis lokon la nomata *ledepoko*, pro la graveco, ĉe la vivo de la loĝantoj, de la ledo, kiu abundis en la interlanda traesplorita de la "bandeirantes"; la ciklon de la oro, kun du aspektoj: la ciklo de la *oro el lavado* kaj tiu de la *oro el minvejo*, precipe en ŝtato Minas Gerais; la ciklon de la *diamanto*, samcentran kun tiu

de la oro, kaj, kun tiu ĉi, nomatan *ciklo de la minekspluato*; la ciklon de la *kafo*, tre gravan, kiu faris la riĉecon de Ŝtato São Paulo, dividitan laŭ du fazoj: la *sklavecotempa* kafo-kaj la *kapitalista kafo*, disvolviĝinta dum la respublika reĝimo; la ciklon de la *kaŭĉuko*, ĉe Amazonio konkerita de la nordorientanoj; la ciklon de la *mateo*, ĉe Sudbrazilo kaj la sudo de Ŝtato Mato Grosso; la ciklon de la *kotono*, unue, nordoriente, kaj, poste, nordoriente kaj en Ŝtato São Paulo; kaj, fine, la *industrian* ciklon komencitan en la 19a jarcento kaj nun atingintan grandan disvolviĝon.

Li diras, ke prezentitaj per rondoj je diametroj varieblaj laŭ la historia daŭro kaj la okupita geografia spaco, ni observus, ke tiuj ĉi cikloj sin montrus supermetitaj samcentraj aŭ tranĉantaj, preskaŭ ĉiuj samtempaj, maimulte sinsekvaj.

Li parolas pri la geo-ekonomiaj kaj komecaj zonoj, kiujn li dividas laŭ Nordo, Centro kaj Sudo, aŭ ankoraŭ laŭ Ekstremsudo, Sudo, Centro, Nordo kaj Ekstremsudo, kies uzatajn nutradtipojn li priskribas kaj montras kiel ili estas nesufiĉaj kompare kun meza nutradporcio — normo por nia medio. Li finas sian artikolon dirante, ke ne estos ebla la adopto de konvena nutradreĝimo dum la vastaj regionoj de la Lando ne posedos ĉiujn transportilojn necesajn por la rapida vasta distribuado de la diversaj nutraĵoj.

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL



Engellio Paulo de Oliveira

EUSÉBIO PAULO DE OLIVEIRA

1882 - 1939

O berço, parece, traçou-lhe o destino. Filho do saudoso geólogo Francisco de Paula Oliveira, nasceu numa pequena fábrica de ferro, no arraial do Areiado, perto de Abaeté, Estado de Minas Gerais, a 14 de Agosto de 1882.

Aos 23 anos de idade recebia o grau de engenheiro de minas e civil na Escola de Minas de Ouro Preto, iniciando a sua vida profissional no mesmo ramo da ciência que lhe viria imortalizar o nome.

De engenheiro da "Comissão de estudo das minas de carvão de pedra do Brasil", chefiada por I. C. White, em 1907 passou a geólogo do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, ponto de partida de sua brilhante trajetória científica. Nesse posto em que permaneceu até 1922, foi grande a sua atividade principalmente nos trabalhos de campo que lhe proporcionaram exato e completo conhecimento da fisionomia geográfica do país.

Elevado nesse ano interinamente à direção do serviço, avaliou bem o vasto panorama que tinha diante de si, e iniciou uma nova fase de operosidade, onde difícil era distinguir o geólogo de campo do cientista de gabinete ou do administrador.

Diretor efetivo em 1925 da instituição, que amou como ao próprio lar, soube engendrar-lhe, nivelando-a a suas congêneres estrangeiras.

Os grandes problemas da indústria mineral, de relevante interesse na economia nacional, foram sempre assunto de sua constante preocupação.

A siderurgia nacional e o problema da pesquisa de petróleo empolgam-no. Ambas questões, envoltas em transcendentes dificuldades, desafiando a sagacidade dos técnicos nacionais e estrangeiros, levam-no a estudá-las, com notável senso da "realidade brasileira", e as suas conclusões são ainda hoje quasi dogmáticas.

Os relatórios anuais do Diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil registam com rigorosa continuidade e precisão a sequência dos trabalhos de pesquisa de petróleo, por onde se pode aferir o acendrado empenho e fervorosa esperança com que sonhava prestar mais um relevante serviço ao país, procurando estar sempre ao par da evolução dos estudos e processos de pesquisas realizados nos campos estrangeiros. Foi o introdutor no país dos métodos de prospecção geo-física tanto para pesquisa de petróleo como para outros recursos mineiais.

A reforma do Ministério da Agricultura de 1933, transformando o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil em Departamento Nacional da Produção Mineral, uma padronização de nomenclatura, restringiu-lhe o campo de ação, mas deu-lhe nova oportunidade de consolidar o seu já imenso prestígio, pois chamado a atuar no Conselho Nacional de Geografia, tornou-se desde logo uma das suas mais notáveis figuras.

Teve o dom de despertar vivo interesse pela geologia, atraindo para os seus estudos a ala moça da engenharia nacional, com que preparou o numeroso corpo dos atuais geólogos brasileiros, que lhes ficaram assim devendo o título.

Um caráter íntegro e uma grande modéstia realçaram os ornamentos dos seus indiscutíveis dotes intelectuais.

Sobre a sua atividade de escritor, melhoi do que as frases, falou as cento e quarenta e três memórias com que enriqueceu a bibliografia nacional. Geologia, paleontologia, mineralogia, recursos mineiais, estudos económicos são assuntos nelas versados com admirável espírito de investigação, escrupuloso destaque das concepções alheias, máxima prudência nos próprios conceitos.

A esse valioso patrimônio ainda serão reunidos vários trabalhos, que a sua morte prematura deixou inéditos, cumprindo destacar entre outros a "História da pesquisa do petróleo no Brasil".

Um fato singular imprime uma característica de excepcional relevo na vida do grande geólogo, de que ora se tenta traçar o perfil: instruiu-se, fez-se um sábio de conceito universal, sem nunca transpor as fronteiras pátrias, o que lhe confere, com toda justiça, o título que lhe deu o Cel. João Domingos dos Santos, seu dedicado amigo: "príncipe da geologia brasileira".

VON MARTIUS

1794 - 1868

BOTÂNICO alemão, dos mais eminentes, foi Carl Friedrich Philipp von Martius uma das figuras máximas da Geografia do Brasil, país a que dedicou a maior parte da sua atividade científica, não só no domínio da Botânica, mas também da Zoologia, da Etnografia, da Geologia, da História e, de um modo geral, da Geografia.

Natural da Baviera, tendo seguido o curso de Medicina, era Martius assistente do Jardim Botânico de Munich, quando foi enviado ao Brasil, em companhia de Johann Baptist von Spix, pela Real Academia de Ciências, com o fim de estudar a natureza do nosso país. Aproveitava-se a feliz oportunidade da vinda da Aquiducuesa Leopoldina d'Austria, futura Imperatriz do Brasil, para organizar-se uma eficiente missão austriaca de sábios, aos quais se reuniam os dois bávaros.

Aquí chegado a 16 de julho de 1817, permaneceu no Brasil pouco menos de três anos, tendo realizado suas pesquisas e explorações em companhia de Spix. Após ter visitado São Paulo, percorreu Minas Gerais, Baía, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, colhendo observações valiosíssimas e copioso material para estudos. Essa memorável viagem, tão rápida, foi necessária a Martius elementos para quase meio século de trabalhos sobre o nosso país. As observações gerais foram publicadas na famosa "Reise in Brasilien" ("Viagem pelo Brasil") por Spix e Martius obra que o consagra como um verdadeiro geógrafo, mesmo no sentido moderno da expressão. Nela não se limita Martius à parte descritiva, mas igualmente manifesta constante preocupação de explicar e correlacionar os fenômenos. Tendo Spix falecido em 1827, continuou Martius sozinho a obra, terminada em 1831.

Nomeado diretor do Jardim Botânico de Munich em 1832, renunciou mais tarde ao cargo, para dedicar o resto de sua vida ao preparo de obras sobre Botânica e Etnografia, sobretudo do Brasil. De sua enorme produção ressaltam os seguintes trabalhos:

- "História Natural das Palmeiras" (1823 - 1850),
- "As plantas e animais da América Tropical" (1831),
- "A natureza, as doenças, a medicina e os remédios dos primitivos habitantes do Brasil" (1844);
- "Glossários das línguas indígenas do Brasil" (1863);
- "Contribuições para a Etnografia e a Linguística da América, especialmente do Brasil" (1867)
- e muitos outros.

Sua obra mais célebre é, porém, a "Flora Brasiliensis", o maior monumento da Fitografia contemporânea, no dizer de A. J. de Sampaio, e também um dos mais notáveis resultados do espírito de cooperação e de continuidade. Consta de 40 volumes, publicados durante 66 anos (1840 - 1906) nos quais são descritas 22.767 espécies vegetais. Martius foi seu organizador e primeiro diretor, após sua morte (1868) sucedeu-lhe Eichler e, por falecimento deste (1887), assumiu Urban a direção, até o seu término. Nela trabalharam 65 colaboradores, de 9 nacionalidades diferentes, sendo aproveitadas as observações de 139 coletores de material, dos quais 26 brasileiros.

A obra é ainda um padão de glória para o Brasil, pois, a partir de 1852, foi subvencionada pelo Governo Imperial, subvenção mantida pelo Governo da República. Desde o referido ano de 1852, ajuntou Martius ao título da obra a seguinte frase: "Sublevat um populi brasiliensis liberalitate" (Publicado graças à liberalidade do povo brasileiro).

Além de sua contribuição para a Botânica, a Etnografia e a Geografia do Brasil, foi ainda Von Martius um grande conhecedor da nossa História. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apresentou a essa agremiação em 1884, notável trabalho, mais tarde por ela premiado "Como se deve escrever a História do Brasil"; nessa dissertação oferece ele uma lista de livros, publicados a partir de 1495, de interesse para os nossos historiadores.

A nós, brasileiros, é grato salientar o grande amor que Martius dedicou à nossa pátria, amor que demonstrou, não só pelo interesse científico, mas também pela constante solicitude para com as cousas da nossa terra, conforme se pode observar em sua frequente correspondência com fiéis amigos brasileiros. Em carta datada de 18 de agosto de 1863 (portanto 43 anos depois de sua estada no Brasil), escrita em português e dirigida a Paulo Barbosa da Silva, destaca-se o seguinte trecho em que ele bem define os seus sentimentos em relação ao nosso país:

"eu nunca peço de meu coração a lembrança de V. Exa., do meu mais velho e mais fiel amigo, lá na minha segunda pátria. Esse, em verdade, é para mim o país ao qual por acontecimentos providenciais estou consagrando meus desvelos literários. Ainda alguns anos: depois dormirei no chão destas pacíficas montanhas; mas algumas pessoas do Brasil dirão:

moureu um alemão, um sábio e ativo lente,
trabalhou entre nós e amou a nossa gente."

Nota - O retrato aqui apresentado é cópia fiel do que aparece no 1º volume da "Historia Naturalis Palmarum", já com o lema: - "In palmis semper parens juventus; in palmis resurgo" (Nas palmeiras existe uma juventude sempre fecunda. No meio delas ressuscito).

Alguns anos mais tarde, por ocasião de sua festa jubilar, em 1864, foi cunhada u'a medalha, com a seguinte inscrição que confirma aquele lema: - "Palmarum patri dant lustra decem tibi palmam. In palmis resurges" (A ti pai das palmeiras, dez lustros dão a palma. Ressuscitarás nas palmeiras).

Por ocasião dos funerais de Martius, foram mais uma vez consagrados os laços que o unem à nossa flora, com uma tocante cerimônia simbólica em que seus amigos o acompanharam até o sepulcro, empunhando palmas verdes. O nome de Martius ficou assim perenemente ligado à natureza do Brasil, simbolizada pelas palmeiras, e assim sentencioso célebre naturalista: "Enquanto houver palmeiras, será lembrado o nome de Martius".

(As traduções dos lemas latinos foram feitas por gentileza do Sr. Padre Helder Câmara)



*In palmis semper parens juvenis,
in palmis resurgo*

Martins

INQUÉRITOS GEOGRÁFICOS

Como evidencia a informação contida na secção — Noticiário — desta Revista, a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia formulou extenso questionário, dirigido aos seus Consultores Técnicos, cujas respostas, recebidas em número apreciável, já revelam a valia científica de tais contribuições para melhor atualização dos conhecimentos geográficos, especialmente acêrca do Brasil

A primeira, assinada pelo Prof. A. J. de Sampaio, diz respeito à Fitogeografia do Brasil, matéria em que pontifica, aplaudido pelos sabedores e foi escolhida, pela direção da REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, para estréia desta nova secção, com que julga ser útil aos seus leitores, ao proporcionar-lhes os ensinamentos dos mestres em cada especialidade

FITOGEOGRAFIA

A. J. de Sampaio

Respondendo ao questionário constante da Circular P/10754, de 11 de outubro de 1939, reuno de modo conciso no presente parecer as informações essenciais, como se segue:

1.º QUESITO:

“Qual o conceito moderno, o estado atual dos conhecimentos e dos métodos de pesquisa referentes à Fitogeografia?”

O conceito moderno da Fitogeografia é o de uma ciência muito complexa, cujo estudo constitue especialização profissional e científica, em que se articulam todos os conhecimentos da Botânica com os da Geografia Física, da Biologia e da Paleontologia, com uma técnica que se torna dia a dia mais variada, exigindo ensino especial, que se impôs desde a primeira metade do século passado, como mostra o seguinte trabalho de J. F. Schouw—“*Esquisse d'un cours sur la Géographie des Plantes*” - Ann. Sc. Nat. 1835.

Como conseqüências atuais os fatos seguintes:

1) — A existência de Institutos especiais de Fitogeografia e de escolas com os seus métodos fitogeográficos; assim, por exemplo:

— Escola de Zurich — Vide Rübel — “*Geobotanische Untersuchungsmethoden*”, 1922 e Pflanzengesellschaften der Erde”, 1930

— Escola Upsaliana — Vide Du Rietz — “*Zur methodologischen Grundlage der modernen Pflanzensociologie*”, 1921.

— Escola de Montpellier — Vide J. Pavillard: “*Les Tendances Actuelles de la Phytosociologie*”, 1927.

— Escola de Clements — Vide F. E. Clements: “*Research Method in Ecology*”, 1905; “*Researches in Ecology*”, 1925-1927; “*Plant Succession*”, 1916; etc.

2) — A metodização de Excursões Internacionais de Fitogeógrafos, tendo em vista a conciliação dos diversos métodos de trabalho e da nomenclatura fitogeográfica.

3) — Secção especial de Fitogeografia, como parte da de Biogeografia, nos Congressos Internacionais de Botânica, de Geografia e de Biologia.

4) — Legislação Internacional de Proteção à Natureza, para evitar a exaustão de plantas nobres e proteger a fauna, sítios e paisagens. — Vide: "Relatório-Geral da 1.^a Conferência Brasileira de Proteção à Natureza", no Boletim do Museu Nacional, 1933 e minha "*Biogeografia Dinâmica*".

O ESTADO ATUAL DOS CONHECIMENTOS DE FITO GEOGRAFIA

O estado atual dos conhecimentos de fitogeografia é o de um setor simultaneamente da Biologia, da Botânica e da Geografia, sub-dividido em 4 partes, segundo os profs. Diels e Brockmann-Jerosch, como se segue:

1) *Fitogeografia Florística* (Florenreich, Diels) ou simplesmente Florística, que discrimina a vegetação de cada país ou local e a distribuição das plantas atuais no mundo — Exemplos

"*Flora Brasiliensis*" de Martius

"*Flora Fluminensis*" de Conceição Veloso

"*Das Pflanzenreich vel Conspectus Regni Vegetabilis*", de A Engler

2) *Fitogeografia Ecológica* (Ecologisches Pflanzengeographie, Diels) ou Ecologia Vegetal, sob o prisma geográfico Estuda as relações entre as plantas e o meio ambiente, tendo como extensão a *Etologia* ou estudo especial da acomodação das plantas a seu *habitat*

Padrão. E Warming "*Ecology of Plants*", trad inglesa

3) *Fitogeografia Genética* (Genetisches Pflanzengeographie, Diels) ou estudo especial das origens tópicas, isto é, da razão de ser de cada planta no local em que se encontra.

Esta parte, individualizada pelo Prof Diels, compreendendo a Fitopaleontologia, tende a ser integrada na Fitogeografia Ecológica, quanto às plantas atuais, ficando o estudo das plantas fósseis como outra parte, a seguir, segundo Brockmann-Jerosch

4) *Fitogeografia Paleontológica* (Paleopflanzengeographie, Brockmann-Jerosch): Estudo especial de plantas fósseis

O Prof Diels admitia as três primeiras partes Florística, Fitogeografia Ecológica e Fitogeografia Genética; o Prof Brockmann-Jerosch destacou a Paleontologia Vegetal que aliás sempre constituiu especialidade, mais geológica do que botânica propriamente, por motivos de ordem tecnológica (Terrenos fósseis) Quer pela paleontologia, quer pelo estudo do solo (Pedologia ou Edafologia), a Geologia traz imenso concurso à Geografia das Plantas

Um resumo das três partes, admitidas pelo Prof. Diels, encontra-se na edição de 1912-1913 do "*Handwörterbuch der Naturwissenschaften*", redigidos por E. Rübel, C. Schroeter e Rickli, cada qual tratando de uma das partes.

Na segunda edição dêsse "*Handwörterbuch*", 1933-1934, foi modificada a divisão dos temas, ficando a Fitogeografia das plantas atuais estudada aí em três partes, a saber:

1) Florística,

2) Fitogeografia Ecológica (Ecologisches Pflanzengeographie),

3) Sociologia Vegetal (Pflanzensoziologie).

Em rigor, o critério do Prof Diels terá de prevalecer, articulado com o da individualização da Paleofitogeografia pelo Prof. Brockmann-Jerosch; por outro

lado a individualização da Sociologia Vegetal, segundo o Prof. Du Rietz, por ser a um tempo florístico, ecológico e genético o estudo das associações de plantas.

Daí 5 partes da moderna Fitogeografia, pelo menos quanto a pesquisas:

- 1) *Florística* ou Corologia Vegetal (segundo o Prof. Tschulok)
- 2) *Fitogeografia Ecológica* $\left\{ \begin{array}{l} \text{Idio-ecologia (de cada planta)} \\ \text{Sinecologia (Ecologia das associações)} \end{array} \right.$
- 3) *Fitogeografia Genética* ou Cronologia (segundo Tschulok)
- 4) *Sinociologia* (Villar) ou Sociologia Vegetal: estudo especial das sinécias ou associações vegetais, sob o ponto de vista da composição, ecologia, origem e sucessões de plantas. — (Vide Huguet del Villar — “*Geobotânica*”, 1929, p 14 e 23).
- 5) *Paleofitogeografia* (Brockmann-Jerosch) ou Paleontologia Vegetal.

Os autores não são acordes no conceito do termo Fitogeografia, admitindo alguns um sentido amplo (Geografia das Plantas, Geobotânica (Villar l. c. p. 20) Pflanzengeographie), e outros o sentido restrito de estudo das relações da vida vegetal com o meio geográfico, o que de preferência se deve chamar Fitoecologia ou Ecologia Vegetal.

Não são, porém, de monta essas discordâncias, meras filigranas.

O Prof. Villar, à maneira dos autores suíços, prefere o termo Geobotânica; os autores alemães dizem de preferência Pflanzengeographie, os franceses, Geographie des Plantes; os ingleses, Plant's Geography

A razão dos sentidos amplo e restrito é que no primeiro momento em que se considera a Fitogeografia, tem-se em vista a distribuição pura e simples das plantas no mundo (*Feição puramente florística* ou descritiva).

A inteligência humana, porém, não se conforma com simples induções, arde em curiosidade pelo “porquê” dos fatos, o que coloca o fitogeógrafo em face das relações das plantas com o meio (*feição ecológica* da Fitogeografia); as origens das plantas em um único local (Teoria monotópica ou monocentrismo) ou em vários (Teoria politópica, policentrismo) e as razões da existência de cada planta em cada local (*feição genética*), o que leva também à teoria das sucessões, de Clements, a ser estudada a partir das eras geológicas (*feição paleontológica*).

No decurso desses estudos, considera primeiro planta por planta e depois as associações florísticas, sob os prismas botânico, biológico e geográfico; por esse motivo, a Fitogeografia faz parte simultaneamente da Botânica, da Geografia e da Biologia (Biogeografia).

Não admira pois que seja hoje muito extensa a bibliografia fitogeográfica, se desde a individualização da Fitogeografia por Alexander von Humboldt em 1805, isto é, há 135 anos, três grandes grupos de cientistas se tem interessado pela distribuição das plantas. os botânicos, os biólogos e os geógrafos

Mas não apenas estes, pois desde os tempos remotos, dos povos nômades, como ensina Humboldt no “*Cosmos*”, as plantas úteis tem sido procuradas por toda parte e largamente dispersas pelo homem, em suas migrações.

Esse fato coloca por sua vez a Sociologia Humana no rol dos campos de atividade intelectual, intimamente interessada no conhecimento da vegetação em cada local, sua utilidade para os povos, as possibilidades de aclimação de plantas exóticas, etc.

A Agronomia e a Zootecnia, por sua vez, tem interesses particulares no conhecimento das plantas úteis de cada região, visando sempre uma mais ampla distribuição das melhores plantas no mundo inteiro. Nesse número as medicinais, cujo estudo compete à Matéria Médica.

Dizer-se Sociologia Humana, Agronomia e Zootecnia é lembrar logo a Economia Política.

Em síntese, pois, a Fitogeografia é ramo científico cujos conhecimentos emanam de várias fontes, a saber:

- | | | | |
|---|--------------------------|---|---|
| 1 | Botânica | { | Fitografia ou Descritiva das plantas
Sistemática ou Classificação
Florística ou distribuição (Corologia)
Ecologia ou relação entre as plantas e o meio
Etologia: acomodação das plantas ao meio
Sucessões florísticas (Cronologia)
Paleontologia ou Botânica fóssil
Fitotecnia ou Botânica Aplicada
etc |
| 2 | Biologia | { | Autotropismo
Heterotropismo
Simbioses, parasitismo
Biotecnia
Fitopatologia ou moléstias das plantas
Pragas das plantas: Entomologia Vegetal, etc
Genética
Biologia do solo
Hidrobiologia
Teorias Monotropismo e Polítropismo
Migrações e Sucessões
etc |
| 3 | Geografia Física | { | O solo e o clima
Águas doces e sua distribuição
Mares, águas salinas e sua distribuição
Latitudes e Altitudes, sua influência sobre a
flora, etc
Toponímia |
| 4 | Geologia e Paleontologia | { | Solos
Fósseis vegetais |
| 5 | Economia Política | { | Sociologia Humana
Agronomia: Plantas úteis em geral
Zootecnia Forragens
Tecnologia em geral
Proteção à Natureza |
| 6 | <i>Matéria Médica</i> | | As Plantas Medicinais e seu valor terapêutico segundo a procedência ou <i>habitat</i> , etc |

OS MÉTODOS DE PESQUISA E AS DIFERENCIAÇÕES TECNOLÓGICAS

Sumário:

1. Pesquisas relativas a plantas rústicas
2. Observações fitogeográficas relativas a plantas cultivadas

I PLANTAS RÚSTICAS

Há a distinguir preliminarmente

A) *Método Geral* de Pesquisas Fitogeográficas, relativas às plantas rústicas atuais.

B) *Métodos especiais* {
 Do estudo de plantas fósseis (Paleontologia)
 Do estudo de plantas aquáticas (Hidrobiologia)
 Dos estudos auto-ecológicos ou de cada planta
 Dos estudos das associações florísticas
 Do estudo dos meios de traslação, transporte ou dispersão das plantas, etc.

A MÉTODO GERAL

Dá a norma geral das pesquisas fitogeográficas, relativas às plantas atuais, na seguinte ordem natural:

- 1) Fitografia ou Descritiva de cada planta existente em cada local, planta por planta.
- 2) Sistemática, classificação ou identificação de cada planta
- 3) Área geográfica, conhecida atualmente, de cada planta classificada.
- 4) Ecologia de cada planta (Auto-ecologia) e das associações (Sinecologia), quanto a solo, clima, meio aquático e fatores bióticos
- 5) Sinecologia ou Sociologia Vegetal: estudo geral das associações florísticas.
- 6) Genética geográfica {
 Planta autóctone?
 Planta imigrada pelos meios naturais?
 Planta aclimada ou introduzida pelo homem?
 Planta solitária?
 Associação florística?
- 7) Utilidades e diferenças de atributos, segundo as regiões
- 8) Culturas experimentais {
 Sistemática experimental, para verificar se planta pura ou híbrido
 Culturas econômicas
- 9) Biologia {
 Modo de vida e exigências biológicas
 Moléstias
 Pragas

Especializações profissionais Os estudos fitogeográficos dependem da co-operação de vários especialistas, como se segue:

- 1) Taxinomistas {
 Fitografia ou Descritiva
 Sistemática ou Classificação
 Distribuição geográfica e cartografia
 Sistemática Experimental ou Genética Pura
- 2) Ecologistas {
 Auto-ecologia
 Sinecologia (ecologia das associações)

Quanto a fatores bióticos, é mister o concurso de bacteriologistas (simbioses e infecções), micologistas (micoses), entomologia agrícola (insetos parasitos) e outros biologistas

- | | | |
|---------------|---|---|
| 3) Genetistas | { | Fitogeografia Genética Origem autóctone ou imigrada
Espécies, variedades e linhagens puras, multiplicáveis por sementes
Híbridos, seu modo de herança e disjunção
Genética Agrícola, se o caso de planta útil a explorar |
|---------------|---|---|

4) Fitossociologistas Estudo especial e completo de associações florísticas

5) Paleontologistas Estudo especial de fósseis vegetais

As culturas experimentais, tendo em vista ensaios de aclimação ou pesquisas de Genética Pura ou Aplicada, são de duas ordens

1) Culturas meramente especulativas sem intuítos econômicos

a) Ensaios de aclimação

b) Sistemática Experimental ou Genética Pura

2) Culturas econômicas Plantas úteis, cuja cultura racional se tenha em vista

PROGRAMA TEÓRICO E POSSIBILIDADES PRÁTICAS DE CADA TÉCNICO

O método geral indicado foi exposto de modo a dar logo a noção de que não basta um técnico para o estudo completo de uma planta, sob o ponto de vista fitogeográfico, é preciso o concurso oportuno de vários especialistas

Em nosso país, porém, é raro que um dado fitogeógrafo consiga encontrar outros especialistas que, de pronto ou no momento oportuno, possam com êle colaborar, cada qual estudando detalhes de sua especialidade

A regra é que trabalhe isolado, fazendo somente o que possa e deixando, por isso, que outros preencham depois, e às vèzes muito mais tarde, as lacunas dos estudos que faça

Mutatis mutandis, assim veem progredindo, entre nós, aliás, tôdas as ciências e sempre que cada um faz o que pode, não é a mais obrigado

Nem deve mesmo fazer mais do que aquilo que possa, nem ultrapassar os limites de sua competência especializada, para evitar erros

A necessidade da cooperação e as associações de profissionais em ciências fitogeográficas Sempre que em um país o número de especialistas em fitogeografia e ciências subsidiárias atinge um certo nível, surgem as associações fitogeográficas, tendo justamente por fim facilitar e mesmo metodizar a cooperação técnica indispensável, desde então os estudos mais extensos, dependentes de colaboradores, se tornam mais frequentes

Como consequência imediata das associações de fitogeógrafos, veem as excursões coletivas a determinados locais, para estudos em natureza e em maior escala do que aqueles que cada profissional pode fazer por si mesmo

Outra consequência mais remota ou afastada é a criação de secções ou mesmo de Institutos Fitogeográficos centrais, nos países em que o número de profissionais é avultado.

B — MÉTODOS ESPECIAIS

1) Plantas fósseis: A fitogeografia visa então especialmente reconstituir em imagens os panoramas da terra nas eras geológicas — A propósito, veja-se por exemplo: Zimmermann — *“Phylogenie der Pflanzen”*

2) Método de estudo de plantas aquáticas: Compete a hidrobiologistas, implicando análises químicas do substratum, pesquisas do p H, etc

3) Métodos ecológicos das plantas comuns:

a) de cada planta, o que geralmente se chama Biologia Vegetal

b) Estudo de associações florísticas: Prospecções (estatística de plantas por unidade de superfície); verificação de dominantes, co-dominantes, dominados, etc; biotipos, gregarismo, comensalismo, parasitismo e a concorrência em geral Povoamento harmônico ou equilibrado com as condições ambientes; adventícios; sucessões ecológicas, por influência climática, edáfica, do substratum líquido, ou dos fatores bióticos, inclusive o homem Meios de traslação ou dispersão das plantas de um lugar para outro, causas de extinção de plantas, etc Desbravamento, estepização, desertização, repovoamento, vegetação-climax, etc.

Veja-se Huguet del Villar — *“Geobotânica”*, 1929 métodos de estudos qualitativos e quantitativos, etc

E Rübel — *“Geobotanische Untersuchungsmethoden”*, 1922

E Rübel — *“Pflanzenengesellschaften der Erde”*, 1930

E Rübel, C Schroeter, H Brockmann-Jerosch — *“Programe fur geobotanische Arbeiten”* — Pflanzengeogr Kom d Schwweiz Naturf Ges 1916

G. E Du Rietz — *“Zur methodologischen Grundlage der modernen Pflanzensoziologie”*, 1921

2.º QUESITO

Que opinião tem sobre a situação atual, no Brasil, das pesquisas efetuadas e do emprêgo dos métodos modernos, quanto à Fitogeografia

Dois itens neste quesito a) situação atual, no Brasil, das pesquisas efetuadas, b) emprêgo dos métodos modernos

1º item A situação atual das pesquisas efetuadas é a da existência de uma base fitogeográfica, a mais sólida possível, por ser a própria base da Fitogeografia universal, estabelecida pelos que primeiro realizaram estudos fitogeográficos no Brasil, sólida base sobre a qual se vem sedimentando novos conhecimentos, lentamente porque ainda não temos no país nem biblioteca fitogeográfica profissional, nem o ensino especializado da matéria, para a formação de pesquisadores, professores e técnicos auxiliares

Na construção dessa base figura em primeiro lugar o próprio individualizador da Fitogeografia, Alexander von Humboldt, com seus estudos pessoais na Hyloea ou região amazônica, em companhia de Bonpland, estudos de que resultaram suas publicações, fundamentais da Geografia Botânica

“Essai sur la Geographie des Plantes”, 1805.

“Ideen zur einer Physiognomik der Gewachse”, 1806

Lançou então Humboldt as primeiras noções de *associação* florística, com referência à composição.

Vieram em seguida as obras de Martius:

"*Nova Genera et Species Plantarum Brasiliensium*", 3 vols, 1824 — 32. Spix et Martius — "*Reise in Brasilien*" 1817-1820; 1823 a 1831. Martius — "*Flora Brasiliensis*", 1840-1906, o maior monumento da moderna Fitografia, com a indicação da área geográfica de cada uma das 22 000 espécies citadas

Nessa ocasião (1824), Martius definiu *formas de vegetação*, a que depois Grisebach (1838) chamou *formações florísticas*, em sentido fisionômico, isto é, "expressão atual de determinadas condições de vida", como definidas no Congresso de Bruxelas, 1910.

Na "*Flora Brasiliensis*", Martius publicou uma série de "Fábulae Physiologicae" de regiões florísticas, em que focalizou os principais aspectos de nossos principais tipos de vegetação, cujo estudo lhe proporcionou oportunidade para a primeira "Classificação Florística do Brasil", com terminologia mitológica, adotada durante muitos anos e que ainda hoje se menciona

Veem depois, outros grandes vultos da ciência universal, Augusto Saint-Hilaire, Warming e Schimper, cada qual trazendo vultosas contribuições fitogeográficas, sobretudo notáveis na primeira metade do século passado, a "época áurea da História Natural no Brasil", segundo Afonso d'E Taunay.

Augusto Saint-Hilaire com as suas "*Voyages dans l'Interieur du Brésil*", a "*Flora Brasiliae Meridionalis*" (com a colaboração de Desfontaines), "*Les Plantes Usuelles*", etc.

Warming, estudando a flora da *Lagoa Santa*, reuniu os seus primeiros dados para a Ecologia Vegetal que individualizou depois, tendo publicado as seguintes obras, entre muitos outros trabalhos:

- 1) "*Lagoa Santa*", trad de Alberto Loefgren, 1909.
- 2) "*Plantensamfund*", trad ingl. Oecology of Plants, 1909
- 3) "*Lehrbuch der Oekologische Pflanzengeographié*", revista por Graebner, em 1918

Schimper, estudou no Brasil as nossas imbaúbas e criou a teoria de simbiose com as formigas; publicou em 1898, sua obra clássica: "*Pflanzengeographie auf physiologische Grundlage*".

Foram assim Humboldt, Martius, Saint-Hilaire, Warming e Schimper, vultos dos mais eminentes da ciência universal, os formadores das bases da Fitogeografia no Brasil, ao mesmo tempo que no universo

Sôpre essa base, a mais sólida sem dúvida, vários trabalhos importantes se veem sedimentando, por autores estrangeiros e nacionais, destacando-se pela sua maior extensão os seguintes.

Lindman — "*A vegetação do Rio Grande do Sul*", trad de Ald Loefgren, 1906.

Pilger, Malme e outros — Estudos relativos à Flora de Mato Grosso, publicados em Engler-bot Jahrbücher, Arkiv for Botanik, etc

Publicações da Comissão Rondon, sôbre a flora de Mato Grosso ao Amazonas: trabalhos de Hoehne, Kuhlmann, A J de Sampaio e outros, inclusive mapas
Publicações da Inspeção de Obras contra as Sêcas, sôbre a flora do Nordeste; trabalhos de Loefgren e de Luetzelburg, inclusive mapas

Trabalhos de J. Huber, A. Ducke e outros sôbre a flora amazônica

Trabalhos de Leônidas Damásio e de Álvaro da Silveira, sôbre a flora mineira etc e mais recentemente, trabalhos fitogeográficos especiais.

Dr. Ph. von Luetzelburg — “*Dados Básicos para o Reflorestamento do Nordeste Brasileiro*” (1938), com prospecções.

Vasconcelos Sobrinho, sobre Fitogeografia de Pernambuco e vegetação de manguezais.

Alfeu Domingues — Um ensaio de Glossário Fitogeográfico

Carvalho Barbosa — Estudo geral de Revestimentos florísticos, incluindo sucessões.

A. J. de Sampaio — “*Fitogeografia do Brasil*”, 2.^a edição, 1938.

João Decker — “*Aspectos Biológicos da Flora Brasileira*”.

João Decker — Tradução do trabalho de F. E. Clements: “*A system of Nomenclature for Phytogeography*”, 1902, e do de A. Engler — “*Die Vegetationsformen tropischer und sub-tropischer Laender*”.

É claro que as publicações botânicas anteriores às de Humboldt (1805), indicadas por Artur Neiva em seu artigo “*Esbôço Histórico da Botânica e da Zoologia no Brasil*” (1922), também foram contribuições para a fitogeografia brasileira, mas, como ciência, a Geografia Botânica individualizou-se em 1805, com os trabalhos de Humboldt, tanto no Brasil como no mundo inteiro.

Quanto aos trabalhos de autores nacionais, feitos geralmente sem colaboradores e sem o concurso indispensável de ampla literatura fitogeográfica profissional, que ainda não existe entre nós, representam sem dúvida grande esforço de cada autor e mostram que levaremos prontamente as nossas pesquisas ao máximo desenvolvimento, quando efetivada a ambientação que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística visa com o presente inquérito e que depende do seguinte:

a) Existência no país, seja em uma só ou em várias bibliotecas públicas, da literatura fitogeográfica, essencial.

b) Ensino de Fitogeografia, compreendendo:

1) Noções rudimentares, na Escola Primária (Programa de Ciências), com aulas práticas em excursões escolares.

2) Noções Elementares, no Curso Secundário, com excursões escolares

3) Ensino Superior em Faculdades de Filosofia ou de Ciências e outras Escolas Superiores.

4) Altos Estudos e cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão universitária, a serem promovidos pelo I. B. G. E., visando a formação de pesquisadores, professores e técnicos-auxiliares

5) Excursões geográficas no país, incluindo fitogeografia.

6) Viagens de aperfeiçoamento ao estrangeiro.

2.º item (do 2.º quesito) — Emprêgo dos Métodos Modernos

A falta de adequada ambientação dos trabalhos fitogeográficos no Brasil, é a razão pela qual ainda não são aplicados, em escala conveniente pelos nossos técnicos, os modernos métodos de pesquisa fitogeográfica, de que o Prof. Huguet del Villar dá uma primeira noção em sua “*Geobotânica*”, 1929.

Logo de início, dos trabalhos fitogeográficos, temos um exemplo da multiplicidade de técnicas ou métodos de trabalho, quanto à “prospecção”, determi-

nação quantitativa ou estatística dos elementos de cada associação florística, com a verificação de dominantes

A propósito diz o Prof Huguet del Villar, em sua "*Geobotânica*", p 67:

"Os métodos de prospecção ou determinação quantitativa são numerosísimos e para aplicá-los bem não há outro remédio senão estudá-los diretamente nos autores", e cita Adamovic, Arrhenius, Braun-Blanquet, Brockmann-Jerosch, Clements, De Candolle, Drude, Du Rietz, Engler, Fries, Heer, Hult, Jaccard, Kylin, Lageberg, Lecoq, Linkola, Nordhagen, Narrlin, Oswald, Palmgreen, Pound, Raunkjaer, Rübel, Schroeter, Sendtner, Sernander, Stebler, Tansley, Tengwald, Teräsvuori, Thurmann, etc

O motivo da multiplicidade de métodos de prospecção ou determinação quantitativa é que nenhum método serve para todos os casos, e se assim é, em relação a associações florísticas de países temperados e frios, em que sempre poucos numerosos as espécies e os tipos biológicos, o que dizer em relação às associações florísticas tropicais, extremamente heterogêneas ?

Temos de estabelecer métodos regionais, aproveitando naturalmente o que de aplicável houver nos métodos clássicos, a êsse propósito, um primeiro padrão de prospecções florestais em larga escala, é o trabalho do Dr Ph von Luetzelburg, botânico da Inspetoria de Obras contra as Sêcas, já mencionado "*Dados Básicos para o Reflorestamento do Nordeste Brasileiro*" (Bol Insp de Obras contra as Sêcas, vol 9, parte 1, jan-março, 1938)

Quanto à determinação qualitativa, os trabalhos de Alberto Loefgren (Publicação da referida Inspetoria), definindo dominantes das formações florísticas nordestinas e aplicando a nomenclatura fitogeográfica moderna

A Nomenclatura Fitogeográfica — Extremamente embaraçosa, por motivo de excesso de termos de origem grega e latina, entremeados de expressões regionais integradas na terminologia universal, tem sido motivo de grandes discussões em Congressos Internacionais

No Brasil já se cogita também de metodizar a terminologia mais adequada às nossas formações e associações florísticas, tendo em conta a necessidade de se tornar muito segura e clara a terminologia científica, para que a barreira terminológica não transforme a Fitogeografia em ciência para uso exclusivo de seus cultores, o que é contrário ao espírito antropomorfo da Geografia, de utilidade imediata e ampla para os povos que a cultivam

"A Terra é a morada do homem", disse o Prof A F. Proença ("*Como se Ensina Geografia*") e, como tal, todos os estudos relativos ao que ela nos apresenta devem interessar logo à vida humana, e deve ser por isso exposto de tal modo que de cada indução ou verificação científica decorra um proveito imediato para a humanidade

E principalmente em países novos como o Brasil, em que há tanta urgência de aplicações da ciência

No que concerne à terminologia fitogeográfica universal, já dispomos de um primeiro trabalho de vulgarização, representado pela tradução feita pelo Prof. João Decker, do trabalho clássico de F E Clements — "*A System of Nomenclature for Phytogeography*" (1902), publicada pelo Conselho Florestal do Estado de São Paulo, em 1938.

Um primeiro ensaio, da terminologia que mais se adapta aos nossos casos, foi recentemente publicado por Alfeu Domingues, do Ministério da Agricultura

A toponímia brasileira ou onomástica geográfica nacional, sempre foi também outra grande dificuldade a trabalhos fitogeográficos comparados; só recentemente, graças a publicações especiais de Gonzaga de Campos (*"Mapa Floristal"*), Bernardino José de Sousa (*"Onomástica"*), Ph von Luetzelburg (*"Estudo Botânico do Nordeste"*, incluindo estudo de origem da flora) e Carvalho Barbosa (*"Revestimentos Florísticos"*), entre outros, podemos hoje agir com maior segurança, sempre que se trata de definir cada uma de nossas formações florísticas, já diversificadas pelo povo na linguagem vulgar, toponímica

Como mais recente, o trabalho de Carvalho Barbosa (*"Revestimentos Florísticos do Brasil"*, no Bol de Agricult de São Paulo ns. 11 e 12, nov-dez. 1930), deve ser considerado como a primeira codificação da toponímia, subordinada à noção fitogeográfica de sucessões e apresentando uma classificação topográfica da flora brasileira, muito adequada a estudos de *relêvo* em relação ao *clima*; de *relêvo* e *clima*, em relação à *vegetação*, de *relêvo*, *clima* e *vegetação* condicionando as populações humanas, estudo a ser feito conforme recente trabalho do Prof De Martonne (*"La Structure Geographique de l'Afrique du Nord Française"*, Annales de Geogr, 15 jan 1933), tendo em vista, em última análise, as noções de *vegetação-climax* e *população-climax*, como fiz ver em minha *"Fitogeografia do Brasil"* (2ª ed, 1938, p 250).

As dificuldades da Sistemática, por sua vez, entravam muito as pesquisas fitogeográficas.

Para que se desenvolvam as pesquisas científicas em nosso país, como alhures, é preciso que sejam removidos previamente os obstáculos existentes, isto é, que se cuide da terraplenagem ou ambientação, a que já me referi, quanto à biblioteca profissional e ao ensino profissional indispensável

Passo agora a focalizar a barreira técnica que as dificuldades da Sistemática constituem e que precisamos remover de modo prático, compatível com as nossas condições econômicas, de nação nova que tem uma série de problemas técnicos, a atender simultaneamente

A solução clássica seria criar um amplo serviço de Sistemática, com avultados recursos financeiros para aquisição de livros que nos faltam, publicação de extensas obras de divulgação, aquisição de coleções botânicas - tipo, etc, à maneira dos Estados Unidos, país que dêse modo se colocou logo em condições técnicas de larga envergadura

Nos Estados Unidos, porém, cada grande cidade tem várias universidades, seus museus de História Natural e jardins botânicos com pessoal numeroso e amplos recursos de trabalho.

No Brasil, cumpre ponderar, são ainda poucos, muito poucos, os institutos de Botânica Sistemática, país muito extenso, e com uma flora muito rica, oferece trabalho a muitos naturalistas, não se pode suprir, com a boa vontade dos poucos existentes, a necessidade de um grande número de botânicos

Será mesmo preciso que tenhamos pelo menos um botânico regional em cada município do país, isto é, mais de mil profissionais em Taxinomia Vegetal, cada um ocupando-se com uma área florística, especializando-se em uma família ou um grupo de plantas, por ser impossível hoje a um taxinomista abranger toda a Sistemática.

As grandes obras clássicas *"Flora Brasiliensis"* de Martius e o *"Das Pflanzenreich"* de Engler, são fundamentais, mas excessivamente caras para os parti-

culares; a "*Flora Brasiliensis*", em 40 volumes, custa hoje cêrca de 30 contos em primeira mão; o "*Das Pflanzenreich de Engler*", com mais de 100 fascículos, e ainda em comêço de publicação de suas numerosas monografias, já custa mais de 10 contos de réis, ao que me consta

Em consequência, cada particular só pode pensar em adquirir poucos livros, pelo que é forçado, também por êsse motivo de ordem financeira, a restringir-se a um campo restrito da Sistemática

No que concerne, porém, à vegetação comum em uma dada região brasileira, precisa que um livro de vulgarização, amplamente ilustrado, lhe permita prontas identificações botânicas, pelo menos das espécies que encontra por tôda a parte ou são dominantes, nas formações e associações florísticas regionais

No momento, o Dr F E Hoehne inicia seus trabalhos no sentido da publicação de uma "*Flora Brasílica*", conforme exposição feita na 1.^a Reunião Brasileira de Botânica em 1937 e recente artigo na revista "*Orquídea*" (Niterói, set. 1939, p. 4) sob o título "Amigos da Flora Brasílica"

De minha parte, viso a possibilidade de uma "*Nova Flora Fluminense*", como seqüência natural da obra clássica de Frei Conceição Veloso (elaborada na segunda metade do século XVIII) e de que foram publicadas primeiro as iconografias em 11 volumes e muito mais tarde o texto, nos Arquivos do Museu Nacional

Esta obra de Frei Veloso, subordinada ao critério de diagnoses curtas, muito lacônicas e estampas muito deficientes, tem hoje valor limitado, quanto à utilização pública; uma "*Nova Flora Fluminense*", como padrão de flora regional, deve ser feita de modo a tornar muito simples, fácil e pronta, para os que não professam a Sistemática, a identificação das plantas frequentes

Nesse sentido, estou me esforçando por elaborar pessoalmente a série enorme de iconografias, das plantas mais frequentes no Distrito Federal e no Estado do Rio, tendo também em vista padronizar a elaboração de tantas floras regionais no país, quantas as regiões com um dado complexo florístico

Essas floras regionais não se fazem de um momento para outro; exigem continuidade de estudos durante muitos anos; cada autor deve ir publicando notas parceladas, porque a extensão do assunto torna muito difícil chegar ao fim

A utilidade maior de cada observação, relativa a cada planta, depende muito da adequada ilustração, para que fiquem bem nítidas aos consulentes ou leitores, as verificações feitas.

Meros textos botânicos, sem ilustrações adequadas, teem sempre um valor prático muito menor, porque dependem da capacidade do leitor em compreender os detalhes, explicados somente por palavras

Os pesquisadores que sejam também bons desenhistas, podem fazer trabalhos muito mais eficientes do que aqueles que se limitem a descrições.

Nem todos, porém, sabem desenhar, mas o desenho científico pode ser feito por processos simples ou com auxílios de aparelhos próprios, assim os pantógrafos, a Câmara Universal de Berville, as câmaras claras (de Zeiss, Leitz, etc.) para desenho ao microscópio, etc.

Na maioria dos casos, quanto ao fâcies de um ramo florido, um fruto, uma semente, bastam o contôrno e alguns detalhes, valendo mais, às vêzes, um croquis bem expressivo do que uma estampa artística, em que os caracteres diferenciais da planta não estejam evidentes

As dificuldades da Sistemática e a Comunicação de Material aos especialistas.

A preliminar dos estudos fitogeográficos regionais é a classificação botânica das diversas plantas de uma região.

Trabalho moroso, essa classificação de plantas, pertencentes a numerosas famílias, não pode ser feita rapidamente; leva sempre muitos anos e depende da remessa de material de estudo a numerosos taxinomistas, o que constitui a usual "Comunicação de Material".

Cada taxinomista dedica-se apenas a estudos sistemáticos de uma ou algumas famílias de plantas, porque as dificuldades da Sistemática não permitem que um mesmo profissional possa abranger todo o reino vegetal, e mesmo, no que diz respeito a cada grande grupo taxinômico, tem de se limitar ainda a um campo restrito

Por isso, Warming, para a Fitogeografia ecológica da *Lagoa Santa* (em que herborizou durante cerca de três anos), distribuiu duplicatas de herbário a 50 especialistas em taxinomia; e mesmo assim, só ao cabo de 20 anos conseguiu ver o seu herbário quasi todo classificado, o que lhe permitiu publicar então sua conhecida obra, depois traduzida por Alberto Loefgren, no Brasil (vide Warming — "*Lagoa Santa*", trad. de A. Loefgren, 1909).

Em consequência, pois, das dificuldades da Sistemática, ninguém pode pretender realizar, em prazo curto, o estudo da flora de uma dada zona, terá de fazer estudos parcelados; e ainda mesmo que se dedique durante toda uma longa vida ao estudo de uma região, mesmo assim deixará sempre a seus pósteros muitos outros estudos a fazer.

Partindo, pois, da noção de que estudos completos são impossíveis, limite-se cada um ao possível; e fará de sua parte muito, se tiver sempre em vista facilitar às gerações futuras estudos mais desenvolvidos

No entanto, é de toda a conveniência que cada botânico, localizado em uma dada região do país, faça aí o *herbário completo* das plantas regionais, desde as mais comuns até as mais raras; herbário com várias duplicatas, para *comunicação de material* aos especialistas

Sirva de exemplo o que fez Glaziou: Colheu várias duplicatas de cada planta, para o seu herbário; dividiu as duplicatas em várias coleções que ofertou a diversos institutos botânicos; concorreu assim muito para o melhor conhecimento da flora brasileira, e ainda hoje vem prosseguindo o trabalho taxinômico do material de Glaziou, pelos taxinomistas que teem tido oportunidade de estudá-lo, nos diversos institutos botânicos a que foi distribuído

Note bem Sempre que se tenha de remeter material de estudo a institutos botânicos nacionais ou estrangeiros, ou aos técnicos respectivos, a remessa deve ser feita *direta e impessoalmente* à respectiva Diretoria, com a indicação "Amostras sem valor".

Lembro ainda que a simples publicação de catálogos de plantas regionais só permite conhecer a composição de uma dada flora e sua relação fitogeográfica com outras análogas.

Os estudos fitogeográficos regionais devem ser, porém, mais extensos; devem definir bem os caracteres de cada planta, para posterior conhecimento das variações geográficas de cada espécie.

Vale então muito mais o estudo de plantas vivas do que de simples exemplares de herbário que, na maioria dos casos, só representam de fato simples ramos de plantas e não a planta inteira

Em face da noção atual de grandes e pequenas espécies, variedades, formas, linhagens puras e híbridos, há muito a estudar regionalmente em relação a cada planta viva.

Para a moderna fitogeografia, já não basta dizer que existe uma dada espécie em uma dada região; cumpre verificar a forma pela qual está aí representada, isto é, os caracteres da espécie no local

Para uma eficiente indicação disso, é sempre muito útil uma iconografia da planta ou pelo menos do ramo florido, fruto, semente, no caso de planta fanerogâmica

Cada planta regional é uma "unidade florística" da flora em que se encontra; seu estudo é uma parcela do estudo geral da flora respectiva (Vide E Moss — *"The Fundamental Units of Vegetation"*, New Phytol 1910 e G Negri — *"La Unità Ecologica Fondamentale"*, R Acad Sc. Torino, 1913-1914)

3.º QUESITO

Que medidas sugere para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, promova o aperfeiçoamento e a intensificação, no país, das pesquisas sobre Fitogeografia?

No momento, as pesquisas fitogeográficas no Brasil teem os seguintes entraves.

- 1) Falta de biblioteca fitogeográfica profissional, completa quanto às publicações indispensáveis
- 2) Falta de ensino profissional da Fitogeografia, visando
 - a) formação de pesquisadores
 - b) formação de professores
 - c) formação de técnicos-auxiliares.

A propósito ocorre-me lembrar que o Prof De Martonne, em uma de suas conferências no Rio de Janeiro, frisou bem que os perfeitos trabalhos geográficos, com os mapas respectivos, não dependem apenas dos cientistas que os empreendem, mas também, e muito, dos técnicos que os devem pôr em obra

- 3) Falta de organização das pesquisas em natureza, mediante excursões geográficas em que figurem fitogeógrafos.

- 4) Falta de estímulo e mesmo de auxílio material a pessoas que tenham pendor para estudos fitogeográficos, mas não os podem realizar

Medidas compatíveis com as atribuições do Conselho Nacional de Geografia

Cabe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística promover as medidas compatíveis com os seus objetivos próprios, na expectativa de que o ensino da Fitogeografia, bem como a organização de biblioteca fitogeográfica profissional e de excursões sejam tomados na devida consideração pelas Faculdades de Fi-

losophia ou de Ciências, recentemente criadas em nossas Universidades. A publicação, porém, de bibliografias completas, dos diversos setores da Geografia, deve ser iniciativa do Instituto.

Entre os objetivos próprios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística figura a representação do Brasil nos Congressos Internacionais de Geografia, promovidos pela União Geográfica Internacional

O caráter especial dos congressos internacionais que a União Geográfica vem realizando periodicamente, é o de estudos originais feitos com tempo, e não de afogadilho, no intervalo dos congressos, relativos a questões geográficas oportunas, previstas no programa de cada congresso.

Por êsse motivo, muito antes de cada congresso, convém que o Conselho Nacional de Geografia cogite da representação do Brasil, afim de possibilitar a cada representante a verificação do que é possível fazer, quanto à sua especialidade.

Cada representante poderá verificar, com tempo, as pesquisas em andamento no país, os entraves que as dificultam e os incentivos de que carecem, enfim, como dinamizar os estudos possíveis em cada época

Quanto a estímulos a trabalhos esparsos ou esporádicos, serão muito eficientes as conferências e os congressos nacionais periódicos e bem assim os concursos que se façam anualmente, com prêmios aos melhores trabalhos, inclusive *Prêmio de Viagem*, de aperfeiçoamento no estrangeiro

4.º QUESITO

Que bibliografia indica sôbre os assuntos constantes do presente questionário?

Já indiquei em minha "*Fitogeografia do Brasil*" os principais trabalhos fitogeográficos, de ordem geral e relativos especialmente ao Brasil, para um curso de iniciação.

Outra cousa, porém, é a Bibliografia Fitogeográfica Profissional, muito extensa e que, para ser organizada convenientemente, terá de ser feita em fichas, para dois catálogos, um cronológico, outro alfabético por autores, tomando por base as listas indicadas por vários autores modernos

Ter-se-á de separar publicações de ordem geral e literatura relativa especialmente ao Brasil; na geral, distinguir dissertações e tecnologia

O prof Huguet del Villar, em sua "*Geobotânica*" (1929), dá uma lista extensa de publicações profissionais relativas ao mundo inteiro; outras indicações constam, por exemplo, do "*Handwörterbuch der Naturwissenschaften*" (1.ª ed. 1912-1913 e 2.ª ed 1933-34); do "*Trattato di Botanica*" de Gola, Negri e Cappelletti (1936) e em geral nos modernos compêndios didáticos para cursos superiores, como por exemplo a "*Pflanzengeographie*" de Drude, a de Engler e a de L. Diels; a "*Oecology of Plants*", de Warming (trad inglesa); E. Rübel — "*Pflanzenengesellschaften der Erde*" (1930), etc

Quanto ao Brasil, uma primeira e extensa lista de publicações interessando à Fitogeografia, foi publicada por Gonzaga de Campos, no texto relativo a seu Mapa Florestal, editado pelo Ministério da Agricultura (2.ª edição, em 1911).

O que no momento interessa, porém, particularmente ao I B G E e ao país é a indicação das publicações que orientam as pesquisas fitogeográficas atualmente, são as seguintes

I — OBRAS GERAIS

- 1 *A. Engler* — “Die Vegetationsformationen tropischer und subtropischer Länder” Bot Jahrb 1908
- 2 *Warming* — “Oekology of Plants” (trad ingl), 1909
- 3 *C E Moss* — “The Fundamental Units of Vegetation”, New Phytol , 1910
- 4 *A Engler* — “Pflanzengeographie”, 1913
- 5 *Handwörterbuch der Naturwissenschaften*, 1ª ed 1912-1913, 2ª edição 1933-34.
- 6 *G Negri* — “La Unitá Ecologische Fondamentale”, R Acad Sc Torino, 1913-14
- 7 *E Rubel*, *C Schroeter* e *H von Brockmann-Jerosch* “Programme für Geobotanische Arbeiten” — Pflangeogr Kom d Schweiz Naturf Ges, 1916
- 8 *E Rubel* — “Geobotanische Untersuchungen”, 1922
- 9 *E J Salisbury* — “The Geographical Distribution of Plantes in relation to climatic factors” — Geogr Journ , 1926
- 10 *J Pavillard* — “Les Tendances Actuelles de la Phytosociologie” — Arch de Bot , 1927
- 11 *J Braun-Blanquet* e *J Pavillard* — “Vocabulaire de Scoiologie Végétale”, 3ª ed , 1928
- 12 *Huguet del Villar* — “Geobotânica” (Coll Lábtor), 1929
- 13 *Emm De Martonne* — “Geographie Physique” (Fitogeografia por Aug Chévalier), última edição
- 14 *E Rubel* — “Pflanzengesellschaften der Erde”, 1930, com um Mapa da Flora Mundial por Brockmann-Jerosch
- 15 Estado Atual dos Conhecimentos de Paleontologia Vegetal Vide Lotsy-Progressus Rei Botanicae e a obra seguinte, de Zimmermann
- 16 *Zimmermann* — “Phylogenie der Pflanzen”, 1 vol , obra de síntese paleontológica a mais recente, ao que me consta
- 17 *C. Holtermann* — Der Einfluss des Klimas auf den Bau der Pflanzen-gewebe - Anatomisch - physiol Untersuchungen in der Tropen
- 18 *A Engle* — “Das Pflanzenreich”, quanto à distribuição geográfica das plantas em geral

II — QUANTO AO BRASIL

- 1 *Martius* — “Flora Brasiliensis” Composição da flora, “Fabulae physionomicae” e área geográfica das espécies
- 2 *Gonzaga de Campos* — “Mapa Florestal”, com texto, edit pelo Minist da Agricult , 2ª ed , 1911.

3. *P. Dusen* — “La Flore de la Serra de Itatiaya” — Arch. Mus. Nac. XIII, 1903.
4. *Hermann von Ihering* — “A Distribuição de Campos e Matas do Brasil” — Rev. do Mus. Paulista, VII, 1907.
5. *Lindman* — “A Vegetação do Rio Grande do Sul”, trad. de A. Loeffgren, 1906.
6. *E. Ule* — “Das Innere von Nordost Brasilien”, 1908.
7. *E. Ule* — em Bot Jahrb. XXVIII, trabalhos sôbre a flora do litoral, em Cabo Frio.
8. *R. Pilger* — trabalho sôbre a flora de Mato Grosso, em Bot. Jahrb.
9. *Malme* — Die Cerrados — Bäume von Mato Grosso — Ark. for Botanik, 1923.
10. *Massart* — “Une Mission Biologique Belge au Brésil”, 1929.
11. *Publicações da Inspeção de Obras contra as Sêcas* — Trabalhos de A. Loeffgren, Ph. von Luetzelburg e outros.
12. *Publicações da Comissão Rondon*. Trabalhos de F. C. Hoehne, Kuhlmann e outros.
13. *Publicações do Museu Goeldi*, de Belém do Pará: Trabalhos de J. Huber, A. Ducke e outros.
14. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro* (depois Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal): Diversos trabalhos
15. *Publicações do Museu Nacional* — Diversos trabalhos
16. *Revista do Museu Paulista* — Diversos trabalhos.
17. *Eusébio de Oliveira*: Trabalhos sôbre a evolução da Geologia e da Paleontologia no Brasil, nas publicações do Instituto Geológico e Mineralógico, nos Anais da Academia Brasileira de Ciências, na Introdução ao Recenseamento de 1920, etc.
18. *Matias Roxo*, em publicação recente do Instit. Geológico, uma dissertação didática, sob a paleontologia no Brasil
19. *Carvalho Barbosa* — “Revestimentos Florísticos” — Bol. de Agricultura de São Paulo, nov.-dez., 1930.
20. *Engênio Rangel* — “Glossário Fitopatológico”.
21. *Alfeu Domingues*: Publicou recentemente um ensaio de Glossário Fito-geográfico.
22. *R. Kolkewitz* — “Zur Oekologie der Pflanzenwelt Brasiliens” — Ber. Deutsch. Bot. Ges., 1933.
23. *Vasconcelos Sobrinho* — Ensaio de Fitogeografia de Pernambuco, 1936; A Vegetação dos Mangues da Foz do Capiberibe, 1937
24. *João Decker* — Aspectos Biológicos da Flora Brasileira, 1936; bem assim, a tradução que fez do trabalho de Clements — “A System of Nomenclature for Phytogeography”, 1902 e de outro importante trabalho de A. Engler (“Die Vegetationsformen”), em um folheto editado em 1936 pelo Conselho Florestal do Estado de São Paulo.

25. A *J. de Sampaio* — “Fitogeografia do Brasil”, 2.^a ed., 1938 e Biogeografia Dinâmica, 1935 (quanto à Proteção à Natureza); vide também Relatório Geral da 1.^a Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, no Bol. do Museu Nacional)
26. O *Schubart* — “Pernambuco-Oekologische Skizzen eines der brasilianischen Nordost-Staaten”; Sitzber. des Ges Naturf. Freunde, set , 1938, etc.

Quanto à Proteção à Natureza, moderna extensão tecnológica da Fitogeografia, como o é também da Biogeografia, da Biologia e da Economia Política, as seguintes publicações:

- 1) Do Bureau International pour la Protection de la Nature — Bruxelas
- 2) Trabalhos dos Congressos Internacionais de Proteção à Natureza
- 3) “Relatório Geral da 1.^a Conferência Brasileira de Proteção à Natureza” — Bol. do Mus Nacional

A propósito, vide minha “*Biogeografia Dinâmica*”, 1935

A Bibliografia Fitogeográfica completa é muito extensa; quem tiver de fazê-la futuramente, encontrará nos principais trabalhos atuais a citação das obras anteriores; assim em Huguet del Villar — “*Geobotânica*”, 1929, a indicação da literatura mundial até essa data; consulte-se em seguida: “*Handwörterbuch der Naturwissenschaften*”, última edição, 1933-34; Gola, Negri y Cappelletti — “*Trattato di Botanica*”, 1936; Bulletin de la Societé Botanique de France; Biological Abstracts; Botanisches Jahrbücher; Botanisches Centralblatt, etc

Quanto ao Brasil a “*Flora Brasiliensis*” de Martius; Gonzaga de Campos (“*Mapa Florestal*”), Artur Neiva (“*Esbôço Histórico sobre a Botânica e a Zoologia no Brasil*”), Eusébio de Oliveira (“*Trabalhos sobre a evolução da Geologia e Paleontologia no Brasil*”), etc , e como obra didática, minha “*Fitogeografia do Brasil*”.

A CARTOGRAFIA FITOGEOGRÁFICA

Há a distinguir cartografia florística mundial e cartas regionais

Os principais e mais modernos mapas fitogeográficos universais são os que figuram em obras como a de Berghaus-Physikalisches Atlas; teem como extensão natural, indicando a influência do homem sobre a vegetação, as cartas agrônômicas, registrando áreas de culturas, há ainda a considerar em cada região, como é claro, as áreas urbanas ou aproveitadas pelo homem para vários fins.

O mais recente mapa florístico mundial, indicando em linhas gerais a distribuição das grandes formações vegetais, ao que me consta, é o do Prof. Brockmann-Jerosch, anexo ao livro do Prof Rübél “*Pflanzengesellschaften der Erde*”, 1930.

Cartas Regionais São limitadas a países, províncias e zonas botânicas, como impressões de conjunto, cujos detalhes teem de ser esclarecidos por outros gráficos analíticos, de *zonações florísticas* (áreas limitadas, com relação a um reparo ecológico; andares altitudinais; gregarismos nas formações florísticas he-

terogêneas; zonas marinhas segundo a profundidade, etc.; e em relação a cada planta: seu *habitat* disperso ou aglomerado).

Pelas zonações é que se chega, por exemplo, aos quadros de distribuição de tipos biológicos, segundo Raunkjaer e outros.

A cartografia fitogeográfica no Brasil — Até agora, como é natural, tem focalizado principalmente a distribuição geral da flora, em todo o território ou em grandes extensões do país

Como zonações, já se iniciaram, por exemplo, estudos de *andares da vegetação nas vertentes e cumes das serras*, v gr por P Dusen, em seu trabalho sôbre a Serra do Itatiaia, publicado nos Arquivos do Museu Nacional

Por motivo, porém, da lentidão dos trabalhos topográficos pela Agrimensura, e também porque varia no decorrer dos tempos, por motivos diversos, a locação das formações florísticas, pode-se prever que só a Aerofotografia poderá resolver com rapidez o problema de zonações florísticas, como mostrou recentemente A W Stevens, em seu artigo "Exploring the Valley of the Amazon in a Hydroplan" (The Nat. Geogr. Mag , abril 1926) .

A telefotografia, feita do alto de montanhas sôbre os vales, dá também zonações perfeitas, e já tem sido posta em prática, por exemplo, pela Comissão Rondon, como tive ocasião de ver durante a Expedição à Serra *Tumuc-Humac*, em 1928.

Tendo-se várias telefotografias, a conjugar para uma carta regional, esta deve subordinar-se a uma das modernas convenções cartográficas, dentre as quais sobreleva indicar, por ser especialmente relativa a regiões tropicais e sub-tropicais, a que propôs o Prof A Engler, em seu trabalho "*Die Vegetationsformationen tropischen und sub-tropischer Länder*" (Bot Jahrb., 1908) .

As principais cartas fitogeográficas brasileiras, tendo em conta as cartas florísticas da América do Sul, por Pierre Denis na "*Geografie Universelle*" de La Blache e Gallois, de Drude e outros em Berghaus-Physikalisches Atlas, etc , são as seguintes:

- 1) *Gonzaga de Campos* — Mapa Florestal; edit. pelo Ministério da Agricultura, 2.^a ed., 1911.
- 2) *J. César Diogo* — Mapa Fitogeográfico do Brasil, editado pelo Museu Nacional.
- 3) *Paul Le Cointe* — Carta do Baixo Amazonas.
- 4) *Mapas editados pela Inspeção Federal de Obras contra as Sêcas*. Mapas Fitogeogr do Nordeste por A Loeffgren, Ph. von Luetzelburg e outros
- 5) *Mapas editados pela Comissão Rondon*, v gr. carta fitofisionômica de Mato Grosso por F C Hoehne
- 6) *Carta florística do Brasil*, segundo a classificação fitogeográfica de Martius, por Álvaro da Silveira.

Quanto a locações de plantas cultivadas, vide os Mapas Agronômicos publicados pela Sociedade Nacional de Agricultura, e mais recentemente pelo Ministério da Agricultura

CONCLUSÃO

São essas as primeiras informações que o questionário suscita.

Para que se chegue, porém, ao perfeito conhecimento do desenvolvimento que tem tido as pesquisas fitogeográficas no Brasil, é preciso fazer a bibliografia completa, em que há a citar mais de uma centena de trabalhos, feitos nos melhores moldes, por botânicos nacionais e estrangeiros.

Convém naturalmente que o Conselho Nacional de Geografia faça a publicação de bibliografias completas, dos diversos setores geográficos, o que de certo já está previsto pela Administração do Instituto.

Não é, porém, indiferente, na prática, que se façam essas bibliografias por êste ou aquele modo; por isso, peço vênha para uma ligeira sugestão.

A maior eficiência é peculiar aos *fichários bibliográficos*, em que cada trabalho figure em uma ficha com um pequeno resumo, nos moldes, por exemplo, das que faz o periódico "*Biological Abstracts*".

Penso mesmo que, para terem ação dinâmica a mais acentuada, as bibliografias que o Instituto publicar, devem ser feitas em fichas com notícia bibliográfica, *para distribuição direta aos interessados*, além de catálogos que publique periodicamente.

O que desejo firmar, com essa sugestão, é que o método nos trabalhos fitogeográficos, como de qualquer ramo de pesquisas, não consiste simplesmente no conhecimento prévio de títulos de trabalhos e nomes de autores, mas sim na perfeita assimilação prévia do conteúdo dos trabalhos publicados.

Tendo-se em conta, por outro lado, a noção divulgada pelo "*Biological Abstracts*" (sempre que pede aos autores o resumo de seus próprios trabalhos), de que praticamente cada trabalho científico pode ser reduzido, em média, à 30.^a parte, quanto ao que tem de original ou especial, é claro que um fichário bibliográfico assim feito, e por ordem cronológica, é nada menos que, como síntese, o roteiro de cada especialização profissional

Ora, a orientação do Instituto, folgo em declarar, já é justamente a de estabelecer no Brasil os melhores métodos ou melhores normas dos trabalhos geográficos e estatísticos, para o que deve dar o exemplo com as suas próprias publicações bibliográficas, aliás, perfeitamente enquadradas em suas atribuições naturais, como instituição que congrega em torno de si os expoentes da Geografia e da Estatística no país e se destina a ser, e já está sendo, o órgão dinâmico e coordenador por excelência, dos trabalhos geográficos e estatísticos no Brasil

E' claro que os resumos bibliográficos não suprem a consulta aos trabalhos a que se referem, mas orientam cada interessado na leitura das publicações relativas a cada tema; não se pode progredir em ciência, sem erudição.

COMENTÁRIOS

“FRONTEIRAS GUARANIS”

O título, que Melo e Silva após ao seu ensaio — *“Fronteiras Guaranis”* — podia, sem deslustre algum, e até com maior propriedade, trocar-se por outro — *Colonização Fronteira* — ou equivalente, que mais se harmonizasse com a explanação, que lhe aprouve desenvolver.

Em verdade, não procederia diversamente o autor, se, em vez de escolher o assunto, que mais lhe feriu a atenção no ambiente raiano, onde exerce a judicatura, tivesse aceito a incumbência de examinar o magno problema condicionado ao povoamento da faixa lindeira no planalto maracajuano.

E como quem pretendesse firmar premissas exatas, que lhe justificassem pontualmente as conclusões, começou por definir as peculiaridades regionais, tanto relativas à terra, como à gente que a habita. Seguindo ao arrepio dos tempos, alcançou o primeiro século da ocupação da América pelos europeus, quando se dilatavam os domínios guaranis pela mesopotâmia portentosa, que o Paraguai e o Paraná abarcam, e ainda transbordavam para Leste, na região onde prosperariam as missões de Guaíra, antes que os bandeirantes as acometessem impiedosamente.

Por interessante que seja a primeira parte do livro, referente ao regime em que viviam os indígenas ao tempo dos missionários inacianos, e à contestação de mais de um conceito de Bertoni — sábio suíço que se fixou no Paraguai, para se transfigurar em fervoroso apologista dos naturais daquelas paragens — é matéria que mais se prende à história do que à geografia, em contrário ao que avulta do capítulo VI em diante.

Localiza, primeiramente, neste particular, a região, a que aplicará o seu olhar investigador.

“Com a vizinha nação guaraní ao longo das nossas divisas, desde o Salto das Sete Quedas, no *Paraná*, até as bordas de *Paraguai*, e por êste, águas acima, até a confrontação do desaguadouro da Baía Negra, assim enceta a descrição panorâmica do campo de observações meticulosas, veem entestar os municípios brasileiros de Ponta Porã, Bela Vista, Pôrto Murtinho e Corumbá, aos quais se articulam por sua vez, com a descontinuidade, apenas, de alguns rios e arroios, os territórios matogrossenses de Dourado, Maracajú, Campo Grande, Nioaque e Miranda. Os três municípios do primeiro grupo e Dourados, do segundo, constituem o que denominamos neste trabalho — lindes guaranis — (pág. 99).

Definido o objeto dos estudos a que se entregou o autor, do mangrullo proporcionado pelo cargo de juiz de direito de Bela Vista, indica os dois aspectos predominantes do território observado.

“Um, o planalto, que se estende a sudeste da cordilheira de *Amambaí*, com o nome de *Serra de Maracajú*”.

Além, a “baixada sulina, rumo de oeste, abraçando a extensão que vai das escarpas da serra, até as ribas do *Paraguai*”.

Lá, no alto, desatam-se os campos admiráveis, a espaços entremeiados de capões e matas mais densas, que encobrem cursos d’água.

E ao descambar o terreno para a planura, que as águas transbordantes dos tributários do *Paraguai* inundam periodicamente, não segue em ladeira uniforme, correspondente ao desnível de 300 a 400 metros.

Aquí, apruma-se o paredão quasi a pique, a interceptar as comunicações entre os dois planos, ali, suavizam-se as trombas, como gigantescos botaréis em que se apóia o maciço elevado; acolá, escancaram-se os grotões e bocainas, pelos quais se precipitam os ribeirões originários do planalto.

“Como os platós do *Amambai*, lê-se então, tem a baixada sertaneja os seus campos invejáveis, de pastarias finas, variadas, ricos mananciais em tôdas as dobras da terra, rios de águas volumosas, que vão captando, em longa travessia, os cursos de inúmeros ribeirões e arroios, para se lançarem depois sôbre o leito do legendário *Paraguai*”.

Nesse empolgante cenário, o homem, que o fecunda com o seu trabalho, promoveu a fundação de aglomerações urbanas — Bela Vista, Pôrto Murtinho, Ponta Porã e Dourados — a que falta, na opinião do escritor, “êsse quê de nacionalismo, que deve constituir o sonho e a preocupação do brasileiro”. Porque ?

“Mineiros, paulistas, paranaenses, baianos, riograndenses do sul, argentinos, uruguaios e paraguaios, lá se encontram e constituem o elemento que faz a indústria pastoril, ainda rotineira, sem aplicação dos métodos racionais, e que não se atreveu sinão a ligeiros ensaios da agricultura”.

Como auxiliares de serviço, porém, predominam os descendentes guaranís, que transpõem facilmente a fronteira, nas ocasiões da safra dos ervais, ou de campeios, e voltam ao Paraguai, sempre que lhes seja possível.

Apresilhados destarte à terra natal, e aos usos e costumes ancestrais, não deixam o seu linguajar, em que de hábito se entremeia o castelhano ao *ava-ne-ê*, preferido nas expansões de seu temperamento folgazão e boêmio.

São elementos étnicos de perseverante resistência à assimilação, contra a qual reagem de maneira eficaz, ao cultivarem a sua fala peculiar, juntamente com as tradições varonís do seu povo.

Dessa classe, informa o autor, habituado à uniformidade idiomática do Nordeste:

“Embora nascidos no Brasil, não se adaptam à nossa educação os filhos dos guaranís, salvo se a mãe é brasileira pura, porque em tal caso predominam os costumes desta

“Se guaraní ou mestiça a mãe, e apenas brasileiro o pai, êste pouco influe na educação dos filhos, mesmo porque entre ós guaranís há resíduos bem patentes de matriarcado.

Não aprendem a língua portuguesa, nem para isso fazem qualquer esforço”

Assim é que, pela observação trazida a público, diferença alguma experimentam no ambiente social em que atuam, aquém, ou além da fronteira, que não lhes altera o regime de vida, oscilante entre a zona ervateira, ou pastoril, e os descantes e dansas cadenciadas pela sanfona languorosa

Maior facilidade lhes depara a travessia da divisória internacional do que as jornadas em busca de núcleos povoados à margem da E F Noroeste do Brasil, para onde rumam as vias de comunicação Das três existentes nenhuma se emparceirá às rodovias de alta classe.

A primeira, mais carroçável que de rodagem, liga a cidade de Campo Grande a de Ponta Porã; outra, de rodagem, vai de Aquidauana a Bela Vista, através de Nioaque; e a terceira, carroçável, de Miranda a Pôrto Murtinho.

Em breve, porém, alterar-se-á a carência da viação eficaz, quando os trilhos do ramal da E F. Noroeste, ora em construção, alcançarem a estação extrema em território brasileiro — Ponta Porã.

Tal ferrovia contribuirá sobremaneira para mais íntima articulação, entre a existente, que leva aos sertões matogrossenses o ritmo da vida paulista, e a fronteira, onde a pionagem, de origem guaraní, em maioria, adota, no trajar, o figurino gaúcho, com as suas bombachas vistosas, botas e chilenas rangentes, chapéu de *cowboy*, paletó, não raro, lenço ao pescoço, de preferência de cores vivas, e pala.

E' a vestimenta predileta dos que preferem, como os sulinos, andar montados, a palmilhar diretamente o solo, ainda que em percursos diminutos

“E' tão arraigado o uso de andar a cavalo entre os guaraní, homens e mulheres, anota o escritor, que só a contragosto vencem as pequenas distâncias a pé”.

Não bastará alguma esperança de lucros pecuniários para que se decidam a contrariar os pendores naturais à equitação, rompentos a tôda ocasião, inclusive nas canchas, onde se realizam as corridas de parelheiros velozes

Todavia, se ao fim da caminhada a pé, espera-os cobiçada festança, cessará o motivo impeditivo da sua presença. E comparecem de bom grado, embora não disponham, no momento, de animal algum, que os transporte

Para evitar possível exagêro de interpretação, quanto à influência guaranizante das mais humildes às camadas superiores da sociedade, acrescenta o magistrado:

“A fronteira tem sua elite, constituída por elementos nacionais e estrangeiros. Essa, que leva uma vida à parte, distinta e diferente da que leva a massa, guaranizada ou não, mantém a forma de vestir dos centros adiantados do País”

E' o escol que dirige e superintende os municípios fronteiriços e lhes imprime feições progressistas às sedes respectivas, como se vê em Bela Vista — “cidade feiticeira” semelhante à “noiva que se enfeita à espera do noivo — o progresso”; em Dourados, a “terra dos pomos abundantes e saborosos”, e cuja população vive preocupada apenas com o trabalho agrícola e com a extração da erva”, e “onde não há casas de tavolagem, nem se trata de política”, em Pôrto Murтинho, que, em vez da lavoura, vivem mais de indústria, por meio da charqueada, mantida pelas suas fazendas pastoris e das fábricas de extrato de quebracho, rico de tanino, para cortumes, em Ponta Porã, que exerce a liderança na fronteira, mercê do seu desenvolvimento urbano e rural, com as suas ruas bem iluminadas e estabelecimentos destinados à pecuária, bem como à indústria ervateira.

De cada um dos referidos municípios, o autor examina, em particular, as características geográficas, assim no aspecto físico das terras, que abrange e nas possibilidades econômicas, contrariadas pela dificuldade atual dos transportes, como igualmente da sua população

E, por último, feito remate em que se enfeixam as deduções rompentos de premissas apresentadas como o resultado de observações pessoais, “ressalta a conclusão de que a fronteira está carecendo da proteção e das vistas dos governos, dos meios de comunicação e do elemento homem para povoamento conveniente do solo e cultura dos seus campos”.

Urge povoar a fronteira, mas por meio de núcleos sociais brasileiros, consoante sugere o autor, que infirma, a seguir, qualquer interpretação desairosa a outros elementos colonizadores.

“Nacionalizar a fronteira, explica melhormente, não significa banir de lá o descendente guaraní”.

Faz-se mister, porém, que os “seus filhos nascidos no Brasil sejam educados à moda brasileira, submetendo-se integralmente à nossa civilização”

E, mais ainda, que para lá sejam encaminhados, de preferência, os nordestinos, a quem o autor atribue afinidade, embora remota, com os fronteiriços de origem guaraní.

Dêsses, porém, ou de outros, igualmente brasileiros, deverá constituir-se o povoamento metódico daquelas paragens, para que se apresentem cabalmente integrados na comunhão nacional.

E para melhor esclarecimento do seu parecer, antes de explanar a parte especial, consagrada “às noções da língua guaraní”, sintetiza o ensaísta, no capítulo derradeiro, “as medidas indispensáveis à colonização e consequente nacionalização das fronteiras”.

E’ o assunto principal da obra, e por isso, mais opulento de indicação e conselhos, que orientem a atuação dos governantes, a quem cabe completar e aperfeiçoar as realizações da simples iniciativa particular

Com incontido entusiasmo, faz-se paladino da cruzada nacionalizadora da fronteira meridional de Mato Grosso, que já suficientemente conhece, mercê de cuidadosas indagações, desde quando assumiu, faz alguns anos, o exercício da magistratura na região, onde pode pessoalmente verificar a urgência de avolumar a população brasileira, ao longo da divisória apropriada a rendosas culturas

E’ missão hoje confiada ao Exército, a quem não escapam as dificuldades do problema, examinado em tôdas as faces pela sua ativa oficialidade, a quem caberá localizar os futuros núcleos coloniais e conveniente distribuição pelos grupos povoadores, cujos chefes se tenham embebido, nas casernas, de ensinamentos patrióticos.

E assim, na realização de tais empreendimentos, serão naturalmente analisadas as sugestões do escritor, que soube imprimir ao seu ensaio de sociologia a feição de valioso capítulo de geografia humana

Certo, não lhe aceitaríamos todos os conceitos, sem restrições

Ainda, porém, quando dissentíssemos de suas deduções, ou afirmativas, não deixaríamos de reconhecer-lhe o perseverante esforço de acertar, inspirado por sadio espírito de brasilidade

Virgílio Correia Filho

VARIAÇÃO DA ESTIMATIVA OFICIAL DA ÁREA DO BRASIL DURANTE O PERÍODO REPUBLICANO

Secção de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica

A estimativa oficial da área do Brasil era em 1889 de 8 337 218 Km² e fôra feita pela "Comissão da Carta Archivo", presidida pelo Tenente General Henrique de Beurepaire Rohan, como consta da "Carta do Imperio do Brasil" publicada em 1883. Tal avaliação, que substituiu a efetuada em 1873 pela extinta "Comissão da Carta Geral do Imperio", era aceita oficialmente em 1889, conforme pode ser observado na publicação "Le Brésil en 1889" mandada organizar para a Exposição Universal de Paris, desse mesmo ano, sob a direção de M. F. J. de Santa-Ana Neri.

A estimativa que figura atualmente nas publicações oficiais brasileiras é de 8 511 189 Km²; foi calculada pela Comissão Organizadora da Carta do Brasil ao milionésimo, comemorativa do Centenário da Independência (vulgarmente chamada "Carta do Centenario") e é até hoje adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A diferença entre as duas estimativas é de 173 971 Km², a qual é devida a duas causas diversas. acréscimo de território ocorrido durante o período republicano e, em segundo lugar, diferença de avaliação proveniente de melhor conhecimento cartográfico do país, assim como de processos mais rigorosos de cálculo planimétrico.

a) *Acréscimo de território ocorrido durante o período republicano*

A principal aquisição territorial realizada durante o período republicano foi o Território do Acre, em consequência do tratado com a Bolívia, firmado em Petrópolis a 17 de novembro de 1903. A sua área sofreu modificações por força dos tratados firmados no Rio de Janeiro, com o Perú a 8 de setembro de 1909 e com a Bolívia a 25 de dezembro de 1928, sendo oficialmente avaliada em 148.027 Km².

Esse último tratado atribuiu ainda ao Brasil, na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, a superfície triangular limitada pelas linhas geodésica que liga o marco dos Quatro Irmãos ao marco do rio Turvo, paralelo deste marco, e parte da geodésica (ao sul desse paralelo) que liga o marco dos Quatro Irmãos ao da nascente do rio Verde. Trata-se de uma área de 2 545 Km².

Em contraposição a estas duas aquisições, cuja área total é de 150 572 Km², perdeu contudo o Brasil alguns territórios, em relação às fronteiras que eram admitidas oficialmente em 1889 (segundo a referida "Carta do Império do Brasil").

Assim é que foram cedidos à Bolívia, por força do tratado de Petrópolis, 3 163 Km², na fronteira do Estado de Mato Grosso com aquela República, a título de permuta, assim distribuídos

- 2 296 Km², entre os rios Madeira e Abunã;
- 723 " , na margem direita do Paraguai, junto à Baía Negra;
- 116 " , na lagoa de Cáceres,
- 20 " , na lagoa de Mandioré,
- 8 " , na lagoa de Gaíba.

3.163 Km²

Pelo tratado firmado no Rio de Janeiro, a 30 de outubro de 1909 (o chamado "Tratado de Condomínio"), o Brasil cedeu espontaneamente ao Uruguai parte da lagoa Mirim, com a área de 993 Km²

Em consequência do laudo arbitral pronunciado a 6 de junho de 1904 pelo rei da Itália, perdeu o Brasil 14 480 Km² de territórios, que foram incorporados à Guiana Inglesa. (Nota. não está aqui considerada a área complementar de 5 150 Km², também pretendida pelo Brasil nessa mesma época, na bacia do Essequibo, entre o rio Rupununi e o divisor de águas, por não ter sido computada no cálculo da área total do país em 1889, a "Carta do Imperio do Brasil", publicada em 1883, e que serviu de base àquele cálculo, já considerava a fronteira pelo "divortium aquarum" Amazonas-Essequibo)

Subtraindo-se a área total (18 636 Km²) dos territórios assim perdidos, da que corresponde às aquisições feitas, tem-se a diferença de 131 936 Km² como aumento real da área do Brasil durante o período republicano

b) *Diferença de avaliação*

Para chegar-se ao cômputo oficial da área do território nacional, atualmente adotado, é necessário considerar-se ainda uma diferença de avaliação de 42 035 Km² Tal diferença é perfeitamente justificável

Em 1889 apenas se achavam demarcadas as fronteiras com o Uruguai e o Paraguai e, parcialmente, com a Bolívia, o Perú e a Venezuela Além disso, o conhecimento cartográfico das fronteiras não demarcadas era ainda muito impreciso, sobretudo na região setentrional Por último, eram ainda deficientes os processos de avaliação de área até então usados, conforme verificou o Pe Augusto Padtberg S J, autor do importante trabalho "Estudo crítico e cálculo planimétrico das áreas do Brasil e seus Estados", publicado em 1907.

Em 1922 já os elementos para uma boa avaliação eram mais apreciáveis Já havia sido demarcada a fronteira com a Argentina e executados novos trabalhos de demarcação nas lindes uruguaias, bolivianas e peruanas Mesmo nas fronteiras não demarcadas já muitos outros levantamentos geográficos tinham sido realizados, sendo assim muito mais preciso o conhecimento da cartografia dessas regiões Quanto aos processos de avaliação, já notáveis trabalhos de cálculos planimétricos haviam sido feitos pelo Pe Padtberg, pelo Prof Henrique Morize e pela Comissão organizadora da "Carta do Centenario"

c) *Revisão do cálculo da área do Brasil*

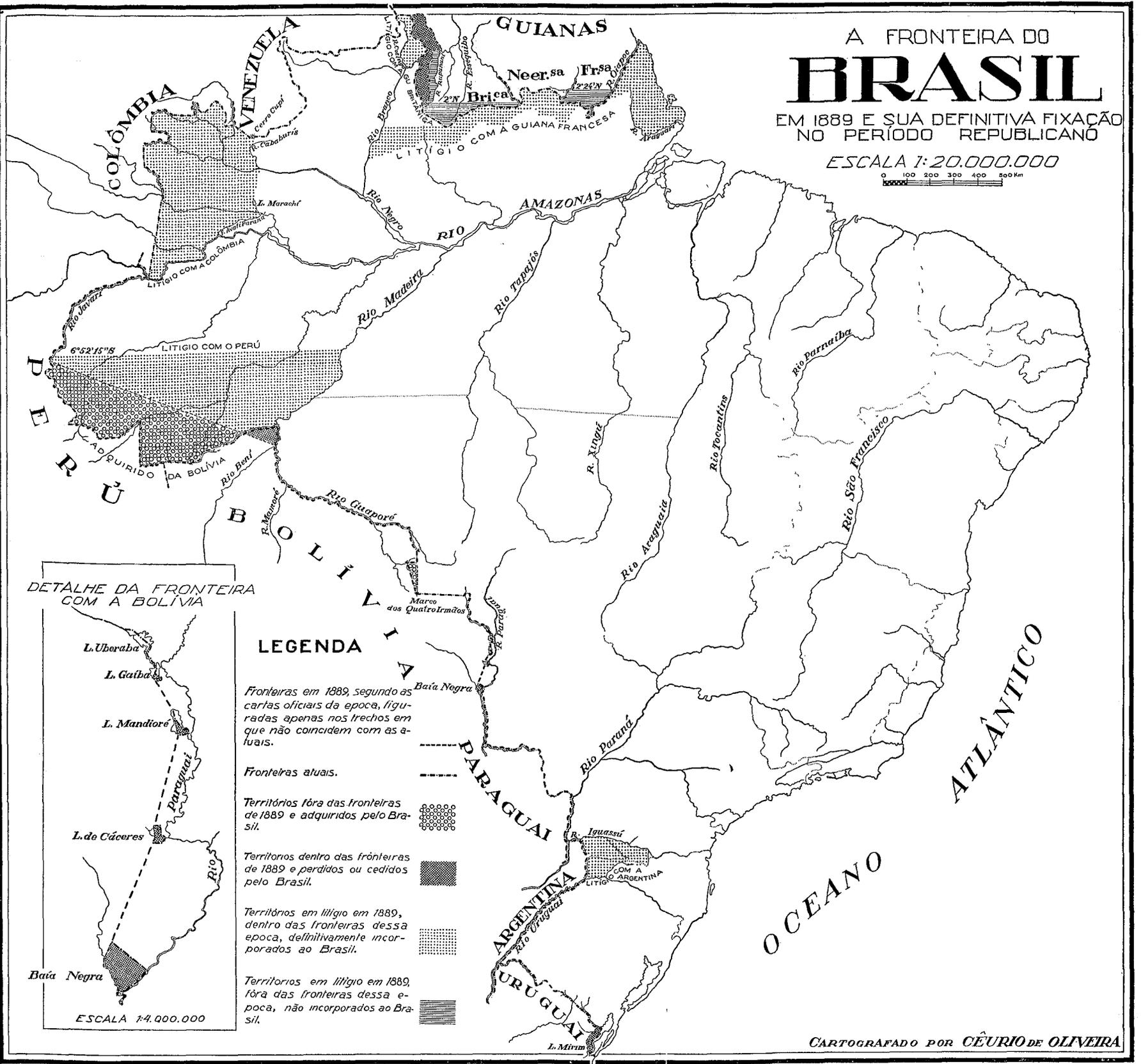
Em virtude do decreto-lei n^o 237, de 2 de fevereiro de 1938, cabe ao Conselho Nacional de Geografia efetuar a revisão do cálculo da área do Brasil e do seu parcelamento segundo as unidades federadas e os municípios, aproveitando o grande número de bons levantamentos geográficos executados após 1922, além dos trabalhos empreendidos atualmente pelo próprio Conselho Dentre êsses levantamentos avultam os que tem sido efetuados ultimamente pelas Comissões Demarcadoras de Limites, assim como os levantamentos da costa marítima feitos pela Diretoria de Navegação.

A FRONTEIRA DO BRASIL

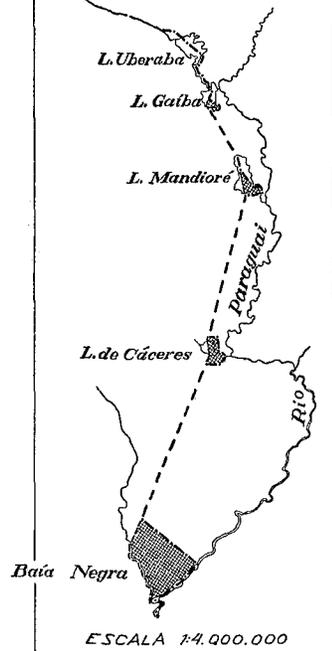
EM 1889 E SUA DEFINITIVA FIXAÇÃO
NO PERÍODO REPUBLICANO

ESCALA 1:20.000.000

0 100 200 300 400 500 Km



DETALHE DA FRONTEIRA
COM A BOLÍVIA



ESCALA 1:4.000.000

LEGENDA

Fronteiras em 1889, segundo as cartas oficiais da época, figuradas apenas nos trechos em que não coincidem com as atuais.

Fronteiras atuais.

Territórios fora das fronteiras de 1889 e adquiridos pelo Brasil.

Territórios dentro das fronteiras de 1889 e perdidos ou cedidos pelo Brasil.

Territórios em litígio em 1889, dentro das fronteiras dessa época, definitivamente incorporados ao Brasil.

Territórios em litígio em 1889, fora das fronteiras dessa época, não incorporados ao Brasil.

CARTOGRAFADO POR CÉURIO DE OLIVEIRA

Tal revisão será feita à proporção que forem progredindo os trabalhos de atualização da Carta do Brasil ao milionésimo, preparatórios ao próximo recenseamento de 1940.

Damos, a seguir, um quadro-resumo da variação da estimativa oficial da área do Brasil, após 1889:

Quadro-resumo da variação da estimativa oficial da área do Brasil durante o período republicano

Estimativa oficial em 1889	8.337.218 Km ²
Territórios adquiridos:	
Acre	148.027 Km ²
Triângulo a oeste da geodésica Quatro Irmãos - Rio Verde	2.545 Km ²
	<hr/>
Área total dos territórios adquiridos	150.572 Km ²
Territórios perdidos ou cedidos	
à Bolívia, em consequência do Tratado de Petrópolis	3.163 Km ²
ao Uruguai, em consequência do Tratado de Condomínio	993 Km ²
à Inglaterra (Guiana Inglesa) em consequência do laudo arbitral	14 480 Km ²
	<hr/>
Área total dos territórios perdidos ou cedidos	18 636 Km ²
Aumento real da área do Brasil, durante o período republicano	131.936 Km ²
Diferença de avaliação, devida ao melhor conhecimento cartográfico do contorno do território e a processos mais rigorosos de cálculo planimétrico	42 035 Km ²
Estimativa oficial atualmente adotada	8.511.189 Km ²

Territórios que se achavam em litígio em 1889 e que foram definitivamente incorporados ao Brasil durante o período republicano

No advento da República, grande parte do território brasileiro era contestada por países estrangeiros, com a área de 634.531 Km².

Quasi todos êsses territórios foram posteriormente reconhecidos como pertencentes ao Brasil, com exceção apenas de três pequenas partes, que foram incorporadas à Bolívia e às Guianas Francesa e Inglesa, com a área total de 45 576 Km²

Ficaram assim definitivamente incorporados ao Brasil 588 955 Km².

Êsses litígios foram solucionados pelos seguintes atos:

laudo arbitral do Presidente dos Estados Unidos da América, de 5 de fevereiro de 1895, em relação ao litígio com a Argentina;

laudo arbitral do Conselho Federal Suíço, de 1.º de dezembro de 1900, em relação ao litígio com a Guiana Francesa;

laudo arbitral do Rei da Itália, de 6 de junho de 1904, em relação ao litígio com a Guiana Inglesa;

acôrdo direto com o Perú, pelo tratado do Rio de Janeiro, de 8 de setembro de 1909;

acordos diretos com a Colúmbia, pelos tratados de Bogotá, de 24 de abril de 1907 e do Rio de Janeiro, de 15 de novembro de 1928.

A solução dessas questões de limites em pouco alterou a estimativa oficial da área do Brasil, pois todos os territórios em litígio, que foram definitivamente incorporados ao nosso país durante o período republicano, já estavam incluídos, em 1889, no cômputo daquela área

Dos territórios não incorporados, apenas duas pequenas parcelas, com a área de 16 776 Km², podem ser consideradas como realmente perdidas, pois estavam incluídas na "Carta do Império do Brasil" de 1883, como parte integrante do território brasileiro. A primeira parcela, com a área de 2 296 Km², corresponde ao território entre os rios Abunã e Madeira, que em 1889 estava incluído na pretensão peruana (região ao sul do paralelo de 6º 52'15" S) e que pelo Tratado de Petrópolis foi cedido à Bolívia, tendo sido depois definitivamente incorporado a êste país em consequência do laudo arbitral de 9 de julho de 1909, do Presidente da República Argentina, que solucionou a questão de limites Perú-Bolívia. A segunda parcela, com a área de 14.480 Km², corresponde à parte da bacia amazônica que foi incorporada posteriormente à Guiana Inglesa, em consequência do laudo arbitral do rei da Itália (Ambas essas parcelas já foram computadas na primeira parte dêste trabalho).

Dos restantes 28 800 Km² não incorporados ao Brasil, 8 100 Km² eram contestados à Guiana Francesa (ao sul do paralelo de 2º 24' N) e 20 700 Km² à Guiana Inglesa; trata-se de territórios fora da bacia amazônica e também fora das fronteiras de 1889, tais como eram consideradas pelas nossas cartas oficiais da época, não devendo ser assim computados como propriamente perdidos. Dos 20 700 Km² contestados à Guiana Inglesa e fora da bacia amazônica, o Brasil abriu mão de 15 550 Km² (ao sul do paralelo de 2º N) ao firmar em Londres, a 6 de novembro de 1901, a declaração complementar do Tratado de Arbitramento, sendo levados à decisão do árbitro 5 150 Km² na bacia do Essequibo (entre o rio Rupununi e o divisor de águas).

Damos, a seguir, um quadro dos territórios que se achavam em litígio em 1889, e que foram definitivamente incorporados ao Brasil durante o período republicano:

Quadro-resumo dos territórios que se achavam em litígio em 1889, e que foram definitivamente incorporados ao Brasil durante o período republicano

Territórios em litígio:

com a França (Guiana Francesa)	102 260 Km ²
com a Inglaterra (Guiana Inglesa)	48 750 "
com a Colúmbia	201.570 "
com o Perú	251.330 "
com a Argentina	30.621 "

Área total de territórios em litígio 634 531 Km²

Territórios em litígio não incorporados ao Brasil.

em consequência do Tratado de Petrópolis (território entre os rios Abunã e Madeira, cedido à Bolívia, a título de permuta) 2 296 Km²

por força do laudo arbitral, em relação à Guiana Francesa (pequeno território ao sul do paralelo de 2º 24' N.) 8.100 "

por desistência prévia, em relação à Guiana Inglesa (território na bacia do Essequibo ao sul do paralelo de 2º N.) 15.550 "

por força do laudo arbitral, em relação à Guiana Inglesa:

território na bacia do Essequibo (entre o rio Rupununi e o divisor de águas) 5 150 Km²

território na bacia do Amazonas 14.480 "

19 630 "

Área total de territórios em litígio, não incorporados ao Brasil 45.576 Km²

Área total de territórios em litígio, definitivamente incorporados ao Brasil 588.955 Km²

Resultado da ação da diplomacia brasileira, com relação à área do país, durante o período republicano

Do acima exposto concluímos que a ação da diplomacia brasileira, no período republicano, com relação à área do país, representa uma dupla vitória

Por um lado foi realmente acrescido o território nacional de 131 936 Km², correspondentes a regiões que em 1889 não eram consideradas brasileiras. Por outro, foram definitivamente incorporados ao nosso país 588 955 Km² de territórios, que, embora já fôsem considerados pelo Brasil como dele fazendo parte integrante, lhe eram contestados por países estrangeiros

Em resumo.

Territórios litigiosos em 1889 e reconhecidos posteriormente como pertencentes ao Brasil .	588.955 Km ²
Territórios não brasileiros em 1889 e posteriormente adquiridos pelo Brasil	150 572 Km ²
Territórios considerados oficialmente em 1889 como fazendo parte do Brasil e posteriormente perdidos ou cedidos .	18.636 Km ²
	<hr/>
Aumento real da área do Brasil	131 936 Km ²
	<hr/>
Área total dos territórios definitivamente incorporados ao Brasil, devido à ação da diplomacia do nosso país no período republicano	720 891 Km ²

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL



VAQUEIRO DE MARAJÓ

A ilha de Marajó oferece, pela sua topografia e vegetação, condições excelentes ao desenvolvimento da criação

De topografia quasi plana e resultante do acúmulo das aluviões do Grande Rio, Marajó apresenta um solo sedimentário, rico de detritos orgânicos e de uma fertilidade notável

Na parte oeste ostenta exuberante mata de igapó, enquanto que, imensas campinas, abundantes de magníficas pastagens, dominam a parte oriental. São nestes campos extensíssimos, inundáveis durante o inverno (época das chuvas), que se desenvolve a criação, determinada, principalmente, pela excelência das gramíneas

Contrastando com os mondongos, depressões lacustres, encontram-se espaços pelas campinas os tesos, tratos de terra que sobresaem do nível das águas durante as enchentes. Os tesos são às vezes aproveitados para a construção das habitações das fazendas. As casas são construídas em cima de esteios de acapú ("Vouacapoua americana" Aubel), ficando suspensas do solo, acima do nível máximo das inundações. Antes dos campos ficarem alagados o gado é recolhido às marombas, estrados elevados sobre estacas onde o rebanho passa o período das chuvas, alimentando-se com a canaína, gramínea de grande porte nativa na ilha

O gado de Marajó é produto de longa mestiçagem. O primeiro rebanho, oriundo de Portugal, foi no século XVII introduzido na ilha pelos colonizadores, sofrendo a partir desta data inúmeros cruzamentos com outras raças, destacando-se o com o búfalo, importado da Índia e com a raça zebú, também indiana. Desde 1930, os fazendeiros marajoaras mais progressistas estão "zebuando" o rebanho, para a sua melhoria

A criação de búfalos em Marajó constitui um recurso econômico da ilha, pois como é sabido, este bovídeo, que tão bem se adaptou ao seu clima, apresenta vantagens sobre os outros tipos de gado marajoaras não só pela excelência da carne como, sobretudo, pelo peso, maior que o do boi comum

Marajó conta atualmente com um rebanho de 600 000 reses, distribuído pelas suas 880 fazendas de criação. O gado é destinado exclusivamente ao corte, abastecendo a cidade de Belém, para onde é exportado em embarcações próprias, sendo também exportado para o Amazonas, Acre e Guianas

O elemento caboclo, mulatô e negro constituem maioria da população vaqueira de Marajó, entrando o branco com um coeficiente reduzido

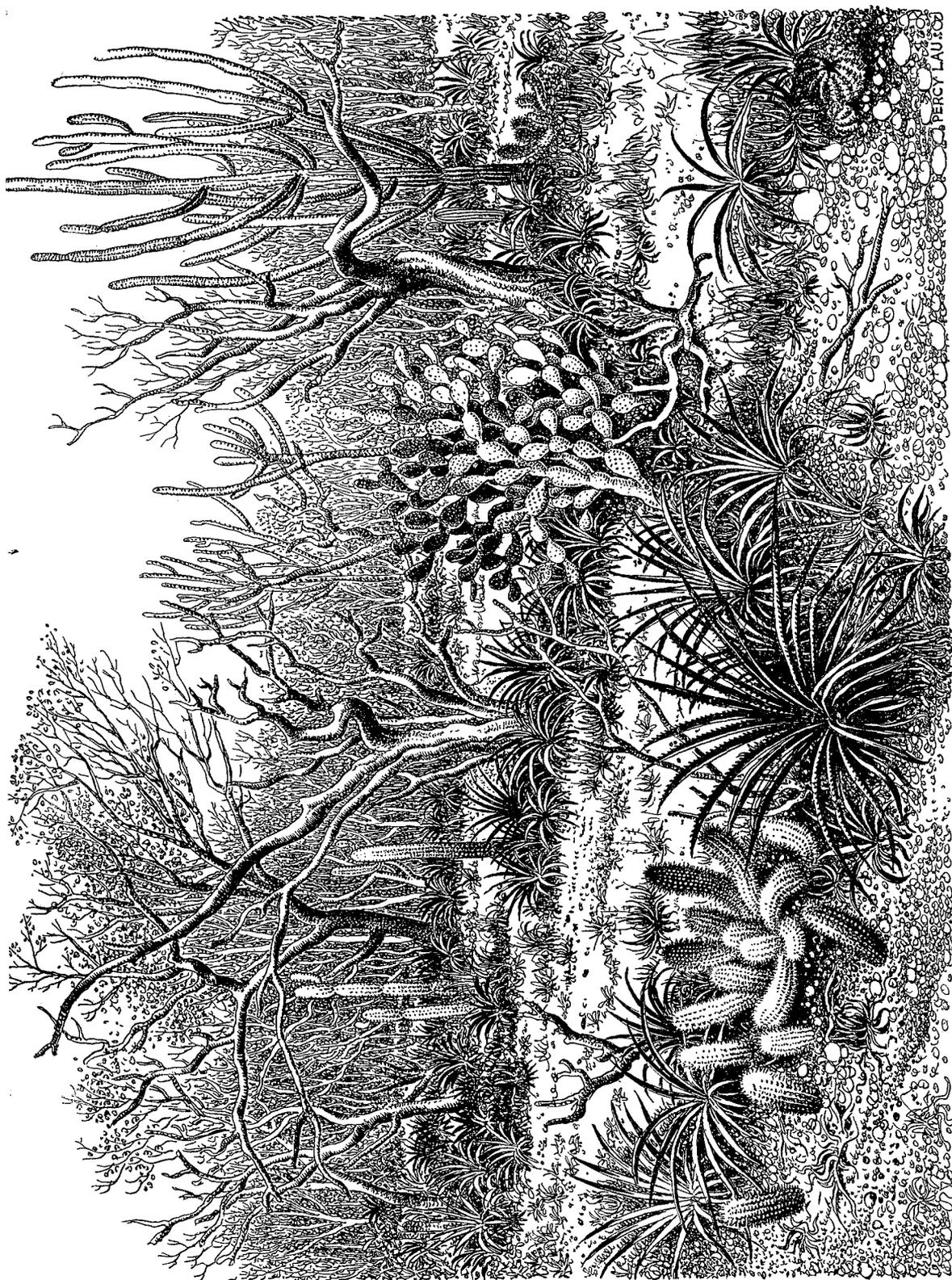
O tipo étnico característico do peão de Marajó é o caboclo, mestiço de branco e índio, com predominância deste último sangue

A vida do vaqueiro de Marajó, está intimamente ligada à vida da fazenda, trabalhando unicamente para o fazendeiro, do qual recebe, além do salário, casa e alimentação

Na sua faina diária o vaqueiro usa uma vestimenta sóbria, composta de camisa e calça de pano claro, que lhe permite liberdade de movimento e defesa contra o clima quente e úmido

Seu chapéu (que vemos na ilustração) é feito de palha, de trançado muito unido, de abas largas e planas, tendo a copa achatada e forrada. O espaço entre o forro e a copa é cheio de fólhas secas, como medida de defesa contra a ação dos raios solares e como impermeabilizante à água da chuva

No período das cheias o vaqueiro serve-se do boi como montaria (boi-cavalo ou boi de-sela) para atravessar os alagados, o que constitui uma nota pitoresca dos costumes marajoaras



PERCY LAUREN

CAATINGA

A caatinga, "mata branca" dos indígenas e "silva horrída" de Martius, representada nessa gravura, é o aspecto típico predominante nos sertões do Nordeste Brasileiro, — vasto, monótono e heróico teatro do clássico flagelo: a seca

Cobrin-do uma área superior a 500 000 km², distribue-se, dentro de cada um e em relação aos respectivos territórios, mais ou menos, do seguinte modo: Pernambuco, 66 %; Paraíba 65 %; Rio Grande do Norte, 65 %; Alagoas, 63 %; Bahia, 38 %; Ceará, 35 % e Piauí, 23 %. Não constitui uma área contínua; naqueles Estados, limitada pelo litoral e pelas serras, pontilha os sertões, imprimindo-lhes feição própria

Região semi-árida, de baixa nebulosidade e elevada insolação (média, em setembro, 9,8 horas diárias), com irregular distribuição pluviométrica, no tempo; sugeita a calamitosas estiagens e sem rios perenes, reflete, no seu revestimento florístico e, no Homem, as condições ambientes, agravadas por um solo, em geral, rijo e adelgaçado

Praticamente não possui estações, e sim dois períodos, os únicos sentidos, social e economicamente: — o verde, ou inverno, que varia entre 3 a 6 meses, e o seco ou verão, entre 7 e, periodicamente, até 20 meses. A maior precipitação das chuvas, nos anos normais, é verificada de março a maio, no Ceará, constatando-se o rigoi do estio em setembro e outubro. Oscila a média pluviométrica entre 500 a 1 000 mm, com algumas exceções para menos. Quanto à temperatura, conforme observação de 20 anos em Quixeramobim (Ceará), varia da mínima média 23°60 à máxima média 32°23

Dois são os aspectos de sua vegetação

Nos meses verdes, logo às primeiras chuvas, sui ge, como por milagre, uma associação herbácea, rasteira, variada e rica, foi mando a "babugem", tão apetecida pelos rebanhos e tão teina aos filhos daquelas paragens. Destacam-se, então, o capim panasco ("Aristida adscensionis") e o capim mimoso ("Gymnopogon mollis, Nees"), de bom valor nutritivo. Os troncos da vegetação xerófila, a única permanente, reverdecem e, enrolando-se, constituem a "rama", de apreciável teor alimentício. As duas vegetações "misturam-se, unem-se e entrelaçam-se, numa confusão exuberante de viço e fôixa"

Depois, veem os meses secos ou os anos calamitosos e, naqueles rincões até então virentes e festivos, permanecem somente, na muda nudez de seus caules e galhos, numa dolorosa impressão de coisa morta entremeada do verde fôco das cactáceas, aquelas que, por seu especial e adequado aparelhamento de defesa, estão aptas a resistir à canícula, tal como nos mostra a ilustração

São os mandacariús ("Cereus mandacaru"), de caules altos, hexagonais, eretos como numa atitude de protesto e que, após a queima dos seus espinhos, não alimentam os rebanhos; os facheiros ("Cereus squamosus"); os xique-xique ("Pilocerus setosus"); a coroa de frade ("Melocactus sp."); os joazeiros ("Zizyphus joazeiro"), cujo sistema radicular lhes permite permanecer verdes e frondosos na secura ambiente; a canafistula ("Cassia fistula"), de nutritivas fôlhas, e outras, de galhos retorcidos, como num paioxismo e no quais e por entre os quais, de quando em vez, céleres e assustadiços, passam os camelões ("Polychus marmoratus"); os teús ("Tupinambis teguixin") e as lagartixas. A fauna é miúda e pobre e, na caatinga, de alto porte só encontramos os grandes animais domésticos. São encontrados com frequência o gato maracajá ("Felix pardalis"), a cascavel ("Crotalus terrificus") e a jaraiaca ("Lachesis atrox")

Quem-quem ("Dendrocygna fulva"), seriema ("Dicholopus cristatus"), juriti ("Peristera frontalis"), além de outros, aumentam com os seus pipilos e corrierias, nos tempos verdes, a alegria local. Na época seca sobresaí-se a pomba de bando ("Zenaia auriculaa"), de numerosas e conhecidas migrações e grandes posturas

Vegetação espinhosa, agressiva mesmo, guarda, entretanto, em suas fôlhas, em seus caules e em suas raízes, a água e o alimento com que irá socorrer, nos dias de sofrimento, os animais e, até mesmo, o Homem

O Homem, sim, porque é a caatinga o cenário principal dêsse bom gigante: o vaqueiro nordestino

Produto do caldeamento do colono com o indígena, realizado no crepitar ambiente daqueles sertões adustos, vive, pode-se dizer, na caatinga e da caatinga e é, na frase de Euclides da Cunha, "o cerne da nacionalidade brasileira"

Caatinga e vaqueiro compreendem-se, completam-se e formam, numa associação fantástica, um só coipo, prenhe de estoicismo e de brasilidade

RECEPÇÃO DO I. B. G. E. AOS SRS. GOVERNADORES E INTERVENTORES FEDERAIS

Servindo-se da oportunidade de se encontrarem nesta Capital os srs Governadores e Interventores Federais nos Estados, oportunidade provocada pela reunião preparatória da Conferência Nacional de Economia e Administração, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística prestou-lhes significativa homenagem, numa pública demonstração do seu apreço e agradecimento ao que, em suas esferas administrativas, tem realizado em prol dos objetivos do I B G E

A reunião conjunta, para tal fim promovida pelos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística e Comissão Censitária Nacional, realizou-se no dia 21 de novembro do ano próximo passado, sob a presidência do Exmo Sr Embaixador J C. Macedo Soares, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico, — sábia e tradicional sociedade integrada no sistema geográfico do Instituto

Expressaram a gratidão do I. B. G. E. e falaram de suas realizações e dos futuros planos de trabalhos de seus respectivos setores, os srs Leite de Castro, Carneiro Filipe e Teixeira de Freitas, em nome do Conselho Nacional de Geografia, da Comissão Censitária Nacional e do Conselho Nacional de Estatística

Intepretando o sentir dos homenageados, usaram da palavra os srs. Intevntores na Baía, Paraná e Amazonas, unânimes em reconhecer os relevantes serviços desempenhados pelos vários órgãos do Instituto e em afirmar a continuidade do interesse até hoje demonstrado

Encerrando tão marcante solenidade, à qual assistiu numeroso e seletto auditório e teve a presença dos representantes do Exmo Sr Presidente da República e Ministros Militares, o Embaixador Macedo Soares solicitou uma salva de palmas ao General Rondon, o "Civilizador do Serião", que tinha lugar à mesa

A REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, órgão oficial do Conselho Nacional de Geografia, allando-se àquelas manifestações, transcreve, a seguir, os discursos então pronunciados pelos srs Landulfo Alves, digno Interventor Federal no Estado da Baía e Cristóvão Leite de Castro, secretário geral daquele Conselho:

Saudação do Conselho Nacional de Geografia aos senhores Governadores e Interventores, proferida pelo Secretário do Conselho no dia 21 de novembro de 1939

Distinguido com a designação do ilustre Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cabe-me a honrosa tarefa de apresentar a Vossas Excelências a saudação, o agradecimento e o apelo do Conselho Nacional de Geografia, um dos sistemas de atividade cooperativa daquele prestigioso e reconhecidamente operoso Instituto

De início quero formular a Vossas Excelências as saudações atenciosas do Conselho Nacional de Geografia, que muito feliz se confessa em desfrutar a excepcional oportunidade de prestar respeitosa homenagem aos seus eminentes amigos e cooperadores, os Chefes dos Governos das Unidades Políticas Brasileiras, coletivamente aqui presentes

O regosijo do Conselho, em tal ensejo, se redobra no motivo que congrega Vossas Excelências nesta Capital, porque a sessão preparatória da Conferência Nacional de Economia e Administração, à qual Vossas Excelências empiearam o brilho das inteligências, os conselhos das experiências, os elevados propósitos de sadio patriotismo, é uma afirmação absoluta, completa, do "Princípio da Cooperação", que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde os seus primórdios, vem proclamando e praticando, nos seus empreendimentos geográficos, estatísticos e censitários, com resultados verdadeiramente surpreendentes

E, na antevisão panorâmica dos estupendos benefícios da cooperação inter-administrativa, que ora se generaliza para bem do Brasil, bendigamos o Estado Novo, como regime ideal para a prática — tão nacionalizadora e construtiva — do entendimento dos poderes central, regionais e locais, quanto à fixação e desenvolvimento de planos de trabalhos, em que se prevejam contribuições convergentes, obedientes a normas uniformes, prefixadas, tendo em vista a realização de obra de conjunto

Tendo por finalidades coordenar as atividades geográficas brasileiras, o Conselho Nacional de Geografia é em essência um sistema cooperativo nacional Criado em 1937 pelo decreto federal n.º 1 527, de 24 de março, o Conselho, em pouco mais de dois anos de existência, graças aos prodígios da cooperação, apresenta apreciável acervo de realizações

No balanço dessas realizações, avulta o contingente representado pela colaboração dos Governos das Unidades Federadas; daí, a imensa gratidão do Conselho, que se curva diante dos eminentes Chefes desses Governos em reverência de profundo agradecimento

Realmente

Marcada a instalação do Conselho para 1º de julho de 1937, em coincidência com a reunião inaugural da sua Assembléa Geral, todos os Governos Regionais, solicitados, designaram delegados, que, unidos aos delegados federais, estudaram e fixaram em definitivo as bases de organização do Conselho em seus desdobramentos regionais e locais e em suas atividades iniciais

Após essa 1.ª Assembléa e segundo as normas nela aprovadas, todos os Governos Regionais ratificaram por decreto o Regulamento do Conselho e cada qual constituiu, também por decreto, o Diretório Regional correspondente, que, formado de elementos da administração estadual sob a presidência de Secretário de Estado, deveria estabelecer eficiente articulação entre as atividades geográficas exercidas na Unidade Política respectiva

Esses Diitórios Regionais de Geografia veem funcionando com regularidade e as notícias referentes às suas atividades refletem a atenção, o apoio e o zelo aos mesmos dispensados pelos respectivos Governos

Para as reuniões de 1938 e 1939 da Assembléa Geral do Conselho, esses mesmos Governos constituíram e enviaram delegados, não raro os próprios Secretários de Estado, presidentes de Diitórios Regionais

E também no melhoramento das instalações e dos quadros técnicos dos serviços regionais, de Geografia e de Terras, o Conselho Nacional de Geografia pode dar testemunho da atuação benéfica dos Governos Regionais, cujos esclarecidos Chefes agora homenageamos

Entretanto, onde a colaboração dos Governos Regionais nos empreendimentos geográficos se manifestou, e ainda se manifesta, mais expressiva, em extensão e em profundidade, é, sem dúvida, na execução da notável lei nacional n.º 311, de 2 de março de 1938, que estabeleceu a sistemática da divisão territorial do País

Expressivamente cognominada "lei geográfica do Estado Novo", esta lei 311 não teria o êxito que teve em sua execução, se não fôsse o mecanismo ágil do regime político atual e se o eminente Chefe da Nação não houvesse confiado a direção das administrações regionais a brasileiros tão esclarecidos e tão devotados à causa pública

É que a execução dessa lei exigia compreensão e energias até ao sacrifício: de fato, a tarefa de racionalização da divisão territorial era ingente, cumpria que se dissipasse o caos e em seu lugar fôsse implantada a ordem, era mister que se devassasse o desconhecido para a definição precisa do âmbito de cada unidade territorial,urgia representar as pesquisas feitas, sistematicamente, em mapas que aproveitassem à cartografia municipal

Graças à claudivência e à energia dos Excelentíssimos Senhores Governadores e Interventores, vão chegando a bom termo as providências previstas na lei 311, e o Brasil já assistiu a fatos verdadeiramente admiráveis no que diz respeito à divisão territorial

A comemoração do Dia do Município, a 1.º de janeiro do corrente ano, por exemplo, marcou uma data notável, sem precedentes na história administrativa brasileira

Com efeito, em todas as cidades ou seja em todas as sedes de município, à mesma hora, do mesmo dia, segundo um mesmo ritual, foi efetivada em todo o país a entrada em vigor da nova divisão territorial brasileira

E para que melhormente se fizesse na História a inscrição dessa data memorável, o magnífico ritual, obedecido religiosamente em todas as cerimônias de instalação do novo quadro territorial, foi elaborado pelo secular Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, — glória e tradição da cultura nacional — que ora nos acolhe fraternalmente em seu salão cheio de nobres reminiscências, como que a insinua que a Administração, servindo à Geografia e à Estatística, preparará fatos marcantes para a História

Monumental, indubitavelmente, é o conjunto das leis gerais quinquenais que fixam a divisão territorial das Unidades Políticas; é impressionante a uniformidade e sistematização dos seus elementos e sobretudo prodigiosa a abundância das enunciações cartográficas necessárias à descrição das divisões inter-municipais e inter-distritais

Nesse particular, os números são muito expressivos e falam com eloquência da colossal tarefa realizada. Para a caracterização cartográfica dos âmbitos dos 1 574 municípios e 4 842 distritos, em que atualmente se dividem as Unidades Políticas Brasileiras, as 22 leis gerais quinquenais baixadas, segundo critérios uniformes, desceberam sistematicamente 3 433 divisões inter-municipais e 3 810 divisões inter-distritais, linhas essas com os comprimentos de cerca de 210 000 Km e 150 000 Km respectivamente, o que perfaz o total de cerca de 360 000 Km, descritos minuciosamente segundo os acidentes naturais e humanos, ocoientes no percurso! Esse total representa 9 vezes a extensão do equador terrestre! Milagre da dedicação! Milagre da cooperação!

Ilustíssimos Senhores Governadores e Interventores

Permitam-me algumas palavras ainda, em tôrno de iniciativas do Conselho, que dependem do apoio e da cooperação dos Governos de Vossas Excelências

A campanha dos mapas municipais merece a primeira palavra. Segundo dispõe a legislação, esses mapas deverão ser apresentados pelas Prefeituras respectivas, até 31 de dezembro próximo, à Secretaria do Diitório Regional de Geografia, na Capital do Estado ou Território. Após a entrega, o Diitório procederá ao exame indispensável à aprovação dos mapas e promoverá os ajustamentos e acabamentos que ainda se tornarem necessários, previstos os prazos de tal modo que nas Capitais de todas as Unidades sejam inauguradas, a 24 de março de 1940 — data do 3.º aniversário da assinatura da lei n.º 1 527 que criou o Conselho — as exposições dos referidos diplomas municipais em sua apresentação definitiva

Na sequência dessas fases finais impõe-se a assistência do poder regional, para que a notável campanha se encerre com o almejado êxito

Para isso, é necessário que haja intensidade de ação, grande interesse dos poderes locais, ativa cooperação dos elementos da administração regional, entusiasmo e estímulo dos técnicos responsáveis pelas tarefas, vigilância cordial mas enérgica do poder regional na cobrança das lacunas e na punição dos faltosos com as sanções da lei, cujo grau máximo é a cassação da autonomia municipal, seja pela não apresentação do mapa dentro do prazo estabelecido, seja pela inaceitabilidade das condições em que foi o mesmo preparado

Com esse apoio, o Conselho assegura que a campanha dos mapas municipais, indiscutivelmente a maior "mobilização cartográfica" efetuada no País, em todos os tempos, terá brilhante desfecho

A criação de serviços regionais de Geografia é outro assunto merecedor de especial consideração. A providência impõe-se e a oportunidade é favorável. Indiscutivelmente, as atividades geográficas no país devem desenvolver-se, porque o conhecimento territorial cada vez mais se encaixa, em face das necessidades da administração, tanto assim que já se apontam compromissos assumidos pelas Unidades Federadas perante o Governo Federal envolvendo matéria geográfica

Nessa ordem de idéias, e em maior detalhe, podem ser enunciadas as principais justificativas da pretensão do Conselho:

- 1.º) pela cláusula XIII da Convenção Nacional de Estatística, de 11 de agosto de 1936, os Estados se comprometeram a organizar cartas cartográficas dos respectivos territórios, para serem publicadas nos anos terminados em 4 e 9;

- 2º) a lei nacional n.º 311, de 2 de março de 1938, exige a revisão quinquenal das divisas inter-municipais e inter-distritais, para figurarem nos novos quadros territoriais, que entrarão em vigor a 1.º de Janeiro dos anos terminados em 9 e 4;
- 3º) o conhecimento territorial, — além de constituir expressivo índice de atividade e de cultura, a satisfazer os legítimos anseios do sentimento comum do amor ao rincão — é elemento subsidiário de inestimável valor para a administração, porque nos serviços públicos, nas obras, na construção de estradas, na própria solução de problemas de natureza social, política e econômica é valiosíssima, ou melhor, é imprescindível a consideração do meio geográfico, nas condições da sua topografia e do seu clima, nos aspectos da sua hidrografia e do seu revestimento florístico

Acresce ainda uma nova circunstância. Criou-se em cada município um Diretório Municipal de Geografia do Conselho que, sob a presidência do Prefeito, reúne os melhores conhecedores da geografia local. A colaboração desses elementos deve ser orientada e aproveitada convenientemente, e, nesse particular, a criação do órgão regional de geografia resolve o problema da articulação e da movimentação dessas atividades. Os Diretórios Municipais de Geografia, devidamente instruídos e guiados, poderão prestar inestimável concurso no preparo de monografias corográficas, no aperfeiçoamento futuro dos mapas municipais, ora em preparo, e na coleta de dados corográficos relativos aos limites do município e às suas divisas inter-distritais

E, como foi dito, a oportunidade presente é excepcional para a criação desses órgãos especializados. Porque naqueles Estados, onde não havia serviços geográficos, foram criadas Comissões Técnicas ou Serviços para orientar os trabalhos referentes à lei 311, sobretudo no que diz respeito aos mapas municipais. A semente portanto já está lançada. Agora um passo mais — a conversão desses órgãos técnicos de provisórios em permanentes

Assim procedendo, os Governos das Unidades Federadas solidarizam-se com o Governo Federal que, há dias, pela palavra autorizada do eminente Senhor Ministro da Guerra, solicitava o exame de Vossas Excelências para o problema do levantamento territorial do país, e salientava o emprego dos modernos recursos da aerofotogrametria, superiormente praticada pelo valoroso e conceituado Serviço Geográfico e Histórico do Exército que, em colaboração com o Conselho Nacional de Geografia, se dispõe a proporcionar todas as facilidades para divulgação dessa especialização, sugerindo mesmo que se realize no país a Campanha do Estereografo Brasileiro

Na técnica aerofotogramétrica está a chave da solução definitiva do problema da Geografia no Brasil. País extensíssimo, oferecendo regiões a bem dizer despovoadas, tal a pequenez do seu índice demográfico, e além disso, nação nova e portanto desprovida de recursos amplos, o Brasil só poderá enfrentar os seus grandes problemas, mediante soluções eficientes, sim, mas sobretudo econômicas, ou melhor, de baixo custo

A sessão preparatória da Conferência Nacional de Economia e Administração teve um pronunciado sentido geográfico: não só porque na apresentação dos problemas houve sempre consideração do meio ambiente, traduzida na sua distribuição pelas chamadas zonas geo-econômicas; como também na apresentação de teses do Ministério da Guerra foi explanado problema fundamental para a geografia

Isso significa que está formada a consciência geográfica, isto é, radicada a convicção da necessidade da solução dos problemas geográficos brasileiros, compreensão essa que conduzirá, em futuro muito próximo, a Geografia do Brasil ao seu grande destino

Finalmente, Excelentíssimos Senhores Governadores e Interventores, o Conselho Nacional de Geografia encarece o apoio dos Governos de Vossas Excelências, na realização de importante empreendimento, que apreciável subsídio trará à cultura geográfica do país. Quero referir-me ao IX Congresso Brasileiro de Geografia a realizar-se em Florianópolis, de 7 a 16 de setembro de 1940. Promovido pela tradicional Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, esse certame se organiza sob o patrocínio do Conselho, nos termos da Resolução n.º 42 da sua última Assembléa Geral

Não é necessário justificar o excepcional relêvo e sobretudo os incalculáveis proventos da participação oficial dos Governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, em certame da natureza do IX Congresso Brasileiro de Geografia, não só por se tratar de concentração cultural do país em torno de importante ramo dos conhecimentos humanos, mas principalmente por compreender atividades que, em sua quasi totalidade, a bem dizer só podem ser exercidas pelos poderes públicos.

Excelentíssimos Senhores Governadores e Interventores.

Quero encerrar a minha saudação, — proferida sem brilho porque me falta o dom, mas com convicção, porque é conciente o ideal — pronunciando com vibração a palavra final. Palavra minúscula. Grande palavra pequenina. Formada de duas letras apenas e dotada de um acento agudo que reflete a sua expressão de vida. 'FE'. Fé na pesquisa geográfica a alargar o amor da Pátria, tornando-a melhor conhecida. Fé no princípio da cooperação, a reunir brasileiros de todos os recantos na obra comum. Fé nos destinos do Brasil, terra abençoada e querida, que "depois de um passado de luta, cumpre um presente de trabalho, preparando um futuro de riqueza, prosperidade e poder".

Discurso do Sr. Dr. Landulfo Alves, digno Interventor Federal no Estado da Baía

"Sr. Presidente Senhores:

Entenderam os srs. Governadores e Interventores nos diversos Estados, aqui reunidos para o Congresso prévio à Conferência Nacional de Economia e Administração, que ao Interventor na Baía deveria caber o encargo de agradecer as homenagens que o Conselho Nacional de Geografia nesta hora lhes presta. E o fizeram por intermédio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, num gesto de deferência, é certo, à Baía, que sei todos prezam e veneram, pela sua precedência histórica, pelo papel que vem exercendo na formação da nacionalidade, desde os seus primórdios. Outro não seria o móvel da escolha, além do estrito critério da posição geográfica

Sr. Presidente, os Governos estaduais, ao ordenarem as medidas tendentes a levar a efeito, nas respectivas Unidades Federativas, o que dispõe a lei n.º 311, de 2 de março de 1939, outra coisa não fizeram do que o exato cumprimento do dever governamental. Compreendendo o alcance elevado e a necessidade imperiosa da medida legal, que objetivava o traçado definitivo do mapa de nossa geografia política e administrativa, em tudo aquilo que se relacionasse com os

limites inter-estaduais e inter-municipais, vinham ao encontro, sabiam todos, de uma das nossas maiores necessidades

Delegados do sr. Presidente da República, à frente dos Governos locais, certo não haveriam os Governadores e Intervenitores de legatear esforços, quaisquer que fôsem, pela imediata e integral execução da lei tão reclamada

Efetivamente, a situação irregular em que se achavam as divisas entre Estados, e, principalmente aquelas que deveriam limitar as circunscrições municipais, encontrou solução na lei em tão boa hora decretada, abrindo aos Governos estaduais oportunidade, para realizar, muito emboira sem alarde, ao lado de autoridades da República, a obra que aí está, grandiosa nas suas proporções e de alta importância na nossa vida administrativa, política e econômica, como no aparelhamento da nossa defesa armada

Como pretendemos ter estatística organizada, se na maioria dos casos, nem ao menos conheciamos as linhas divisorias das Unidades Federativas, os limites dos municípios e dos distritos? Se não marcávamos a situação exata, em nossos mapas, dos núcleos de população humana, e, muito menos, fizéramos o levantamento cadastral desses centros demográficos, objetivo também da lei em apêço como pretendemos conhecer detalhes menores, elementos estatísticos da vida desses núcleos, nas relações com a economia, com as condições de transporte, com as condições de saúde, de alfabetização, de atividades várias, como fatores de riqueza, de progresso e de segurança nacionais?

Em verdade, até casos havia de circunscrições distritais de um município enquistadas em outro, o que era bem índice expressivo da situação de casos da geografia político-administrativa em vários Estados da Federação

Definindo, de uma vez por todas os limites entre os Estados, Municípios e Distritos, atingiu a lei, a um tempo, três grandes objetivos: pôs termo a litígios, entre estas entidades político-administrativas; determinou, topograficamente e em função de coordenadas geográficas, a posição das grandes como das pequenas aglomerações humanas; deu ao serviço, além de outras, uma grande significação de ordem militar

Se alguma fase desse trabalho se encontra, ainda, em vias de execução, a verdade é que a segurança, a rapidez e o acerto com que foram as outras etapas levadas a efeito, autorizam esperar que todos os objetivos da lei sejam plenamente atingidos, em curto espaço de tempo

A harmonia em que se vem processando esse trabalho, em todas as Unidades Federativas, revela, em traços nítidos, a superioridade de vistas com que os brasileiros encaram o magno assunto, interesse de toda a Nação em ver sanadas as divergências internas, organizando-se, para melhor e mais brevemente alcançai os seus grandes designios

Com efeito, nós que tivemos diretriz segura, serena e orientada pelo ideal da boa vizinhança, já conquistada em múltiplos tratados de limites que o Brasil firmou com países vizinhos, não haveríamos de manter litígios ou obstáculos outros à perfeita obediência às disposições constitucionais que sabiamente regulam a espécie

Adotando a Carta Magna o critério da posse pelo exercício da jurisdição atual dos Estados, afastou de logo a possibilidade de qualquer litígio "vedadas, entre eles, quaisquer reivindicações territoriais" Foi além, extinguiu as questões de limites entre Estados, ainda quando pendentes da decisão final

A alta sabedoria que envolve esta disposição constitucional precisa ser por todos considerada e carinhosamente acatada E' que, não sendo possível uma divisão equitativa do território de qualquer nação, pelas unidades político-administrativas que a constituem, seria utópico tentá-la para o Brasil, criando com tal experiência uma série infinita de desacordos e conflitos, novos conflitos a se eternizarem em permanentes reivindicações

A história, como a prática dos povos, está a apontar o exemplo A grande República norte-americana que chegou a traçar limites inter-estaduais pelos meridianos e paralelos dos respectivos pontos, não evitou o contraste que se regista entre as grandes áreas territoriais ocupadas por Estados do centro e do oeste e as pequeninas superfícies que constituem unidades da boida do Atlântico

E' que o ideal só se atingiria, se pudéssemos reunir, na parcela devida à cada Estado, os dois grandes fatores de uma divisão equitativa — sejam a identidade da superfície e a identidade de condições geológicas e climáticas, nas quais se fundamenta a igualdade de condições econômicas

Sim, porque, não importa a extensão territorial em si mesmo, mas a soma de valores econômicos que se possam encontrar em determinada superfície Mesmo que essas condições se reunissem para uma divisão equitativa, não poderia ela ser atingida, porque entraria em função inevitavelmente, a distância, acarretando o maior ou menor custo de transporte a produzir a desigualdade

Mas, Senhores, é bem de ver que todo esse esforço, desenvolvido pelos Estados no sentido da lei 311, se verificou em curto espaço de tempo e dentro de seus recursos normais, muito diversamente do que a princípio se poderia supor. A razão está em que, neste como em outros casos, não tem havido penúria de recursos, quando se trata de assuntos de interesse real para a Nação, mas, apenas, ausência de coordenação desses recursos, para alcançar os altos objetivos das leis que de fato refletem imperativos nacionais

E' esta mais uma prova de que o que tem faltado ao Brasil é a coordenação de esforços, a conjugação de elementos constitutivos, a disciplinação do pensamento e do trabalho nacional

O regime instituído em 10 de novembro, tendo por finalidade a organização nacional nos múltiplos aspectos de sua atividade, haveria de levar por avante, vitoriosa, a campanha pela atualização da Carta Geográfica do Brasil, trabalho esse cometido ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pelo decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1939

Ela natural que para tanto se fizesse o trabalho de sistematização de divisão territorial brasileira, estabelecida pela lei de 2 de março de 1939, atribuindo aos governos dos Estados a fixação dos respectivos quadros territoriais, e vigência quinzenal, descrevendo os limites de cada município e de cada distrito competente

Dessa providência decorreu ainda a campanha pela citação dos mapas municipais, subsídio notável que seião a organização definitiva da Carta Geográfica do Brasil

São 1 574 municípios a organizarem as suas cartas, com maior ou menor cópia de detalhes corográficos E' claro que não representam estas trabalhos perfeitos, como não seria justo esperar, de uma obra, de tal vulto realizada em tão curto espaço de tempo e levada a termo com recursos não tão escassos, senão deficientes Dá-se, todavia, a possibilidade de conhecer, com

maior precisão, os limites entre Estados, comunas e distritos, afastando-nos da confusão em que nos mantinha o labirinto de leis que regulavam a matéria

E' obra, pois, de grande monta, a que se está concluindo Uma realização a mais do regime que o Brasil se impôs, há apenas dois anos, orientada por esse gênio de estadista que é o Presidente Getúlio Vargas

Houve por bem S Excia fazer presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de que é parte integrante o Conselho Nacional de Geografia, esta figura destacada de homem público, que é o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, em quem não se sabe o que mais apreciar, no fulgor da sua inteligência: se a ação literária, a que deve o país obras de vulto e de significação prática; se as realizações no terreno econômico-financeiro, de relêvo não menos considerável; se a atuação social, construindo, organizando, levando os seus esforços às minúcias da assistência social; se o político, na defesa da unidade nacional; se o plenipotenciário, no desempenho de altas missões de real interesse internacional para o Brasil.

Senhores A obra realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é mais uma afirmativa da vitalidade nacional, uma conquista do novo regime, expressão da sincronia em que vai se processando a vida brasileira, através da sua administração, nos vários graus de sua hierarquia e nos diferentes campos de atribuição nacional. Todos os que aqui estamos, como chefes de Governos de Estados, nos alegriamos de ter contribuído com uma parcela do nosso esforço para a grande realização e, muito cordialmente agradeçemos o reconhecimento que, tão expressivo acaba de manifestar o Conselho Nacional de Geografia e Estatística.

Nessa oportunidade, queremos reafirmar ao Governo da República e ao Brasil a disposição em que nos encontramos de prosseguir nesse trabalho de organização da vida social iniciada com o advento do Estado Novo, e fazemos votos por que continue o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a alcançar para o Brasil os resultados práticos que constituem os seus mais altos e patrióticos objetivos

UM INQUÉRITO DE ALTA CULTURA GEOGRÁFICA

Como tôdas as ciências, a Geografia, nos últimos tempos, tem realizado notáveis progressos em seus vários e interessantes setores

Reconhecendo tal fato e cioso de sua alta responsabilidade ante os problemas da Geografia Brasileira, o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, em sessão de 4 de maio do ano findo, houve por bem determinar a realização de um inquérito geográfico junto aos ilustres membros do seu douto Corpo de Consultores Técnicos

Indiscutíveis expoentes da cultura geográfica brasileira e conhecedores do nosso meio físico e humano, quer geral, quer regional, reconheceu o D C a imperiosa necessidade de ouvir as suas impressões, dentro de cada especialidade, sobre o estado atual desta ampla ciência, e receber as sugestões tendentes ao maior e mais perfeito conhecimento do nosso meio e do nosso homem, afim de que possa o Conselho Nacional de Geografia acompanhar as melhores conquistas da geografia universal e aplicá-las, quando possível, ao nosso País, num fiel cumprimento à sua alta missão de brasilidade

Esse interessante inquérito, logo posto em execução pela clarividência do sr Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não somente recorreu aos srs Consultores Técnicos Nacionais, como ainda prevê a colaboração de outros sabedores, por intermédio dos Diretórios Regionais, instalados nas Capitais dos Estados

Esclarecedores resultados derivarão de tão patriótica iniciativa, como é de esperar, dada a competência dos nomes componentes do Corpo de Consultores Técnicos do D C e a oportunidade do inquérito, cujo questionário julgamos interessante transcrever, a seguir:

ESQUEMA DOS QUESITOS DIRIGIDOS AOS CONSULTORES TÉCNICOS NACIONAIS

I — Metodologia Geográfica — Prof *Silvio Fróis Abreu*

- a — Qual é o estado atual da metodologia geográfica ?
- b — Que opinião tem sobre o uso no Brasil dos modernos métodos de pesquisa geográfica ?
- c — Que medidas sugere para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, promova o aperfeiçoamento e a divulgação, no país, dos conhecimentos modernos da metodologia geográfica ?
- d — Que bibliografia indica sobre os assuntos constantes do presente questionário ?

II — Metodologia do Ensino da Geografia — Prof *F A Raja Gabaglia*

- a — Qual é o estado atual da metodologia do ensino da Geografia ?
- b — Que opinião tem sobre o uso no Brasil dos modernos métodos do ensino da Geografia ?
- c — Que medidas sugere para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, promova o aperfeiçoamento e a divulgação, no país, da moderna didática da Geografia ?
- d — Que bibliografia indica sobre os assuntos constantes do presente questionário ?

III — Bibliografia Geográfica — Dr *Rodolfo Garcia*

- a — Que opinião tem sobre a organização da Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, que em anexo está explicada ?

- b — Como organizaria a publicação periódica da bibliografia sobre a Geografia do Brasil? Na "Revista Brasileira de Geografia"?
- c — Que indicações pode fornecer sobre catálogos bibliográficos de Geografia, especialmente do Brasil?

IV — *Documentação Cartográfica* — *Dr Henrique Pinheiro Vasconcelos*

- a — Que opinião tem sobre a organização da Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, que em anexo está explicada?
- b — Que medidas sugere quanto à organização do "Arquivo Cartográfico" proposto pela Assembléa Geral do Conselho?
- c — Como organizaria a publicação periódica da bibliografia cartográfica brasileira? Na "Revista Brasileira de Geografia"?
- d — Que indicações pode fornecer quanto a catálogos de cartas geográficas, referentes ao Brasil?

V — *Nomenclatura Geográfica* — *Mtn Bernardino José de Sousa*

- a — Que opinião tem sobre o uso da ortografia simplificada na escrita dos nomes geográficos?
- b — Que medidas e normas sugere para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, promova a sistematização e a uniformização da nomenclatura geográfica brasileira?
- c — O que sugere quanto à classificação dos acidentes geográficos?
- d — Que bibliografia indica sobre os assuntos constantes do presente questionário?

VI — *Topografia e Topologia* — *Eng.º Luiz de Cantanhede e Almeida*

- a — Qual o estado atual dos métodos empregados em Topografia e Topologia, excluídos os fotogramétricos?
- b — Que opinião tem sobre a situação atual, no Brasil, da execução dos trabalhos e do emprego dos modernos métodos topográficos e topológicos?
- c — Que medidas sugere para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, promova o aperfeiçoamento e a intensificação, no país, dos trabalhos topográficos e topológicos?
- d — Que bibliografia indica sobre os assuntos constantes do presente questionário?

Questionário análogo para as seguintes secções:

VII — *Geodésia* — *Cte Radler de Aquino*

VIII — *Astronomia de Campo* — *Eng.º Sebastião Sodré da Gama*

IX — *Fotogrametria* — *General Alípio Di Prímio*

XVI — *Geofísica* — *Eng.º Imack do Amaral*

X — *Cartografia* — *Eng.º Alípio Huguenev de Matos*

- a — Qual o estado atual dos métodos empregados em Cartografia?
- b — Que opinião tem sobre a situação atual, no Brasil, do emprego dos modernos métodos cartográficos?
- c — Que medidas sugere para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, promova o aperfeiçoamento e a divulgação, no país, dos modernos métodos cartográficos?
- d — Que bibliografia indica sobre os assuntos constantes do presente questionário?

XI — *Geografia Histórica* — *Dr Afonso d'Escagnole Taunay*

- a — Qual o conceito moderno, o estado atual dos conhecimentos e dos métodos de pesquisa referentes à Geografia Histórica?
- b — Que opinião tem sobre a situação atual no Brasil, das pesquisas efetuadas e do emprego dos métodos modernos quanto à Geografia Histórica?
- c — Que medidas sugere para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, promova o aperfeiçoamento e a intensificação, no país, das pesquisas sobre Geografia Histórica?
- d — Que bibliografia indica sobre os assuntos constantes do presente questionário?

Questionário análogo para as seguintes secções:

XII — *História da Geografia* — *Dr Max Fleuss*

XIX — *Geologia* — *Eng.º Rui Maurício de Lima e Silva*

XIV — *Paleogeografia* — *Eng.º Matias G de Oliveira Roxo*

XV — *Geomorfologia* — *Eng.º Luciano Jaques de Moraes*

XVII — *Geografia Pedológica e Agrológica* — *Dr Mário Saraiva*

XVIII — *Orografia* — *Eng.º Alvaro da Silveira*

XIX — *Potamografia* — *Eng.º Maurício Joppert da Silva*

XX — *Limnografia* — *Eng.º Antônio José Alves de Sousa*

XXI — *Oceanografia* — *Almirante Raul Tavares*

XXII — *Climatologia* — *Eng.º J Sampaio Feraiz*

XXIII — *Fitogeografia* — *Prof. Alberto J Sampaio*

- XXIV — Zoogeografia — Prof C de Melo Leitão
 XXV — Geografia humana — Prof E Roquete Pinto
 XXVI — Etnografia — Gen Cândido Mariano Rondon
 XXVII — Geografia das calamidades — Eng^o João Filipe Pereira
 XXVIII — Geopolítica — Min Hildebrando Acioli
 XXXIII — Geografia da produção — Dr Artur Tôres Filho
 XXXIV — Geografia dos transportes — Eng^o Moacir Fernandes Silva
 XXXV — Geografia das comunicações — Cte Braz Dias de Aguiar
 XXXVI — Geografia regional — Major José Lima Figueiredo
 XXXVII — Geografia do litoral — Eng^o Everardo Backheuser
 XXXIX — Geografia urbana — Dr Gilberto Freire
 XL — Geografia linguística — Cte Eugênio de Castro
- XXIX — *Limites* — Cel Renato Rodrigues Pereira
- Qual o conceito moderno de fronteiras, divisas e limites ?
 - Que opinião tem sobre a situação atual no Brasil, dos limites internacionais e das divisas entre as unidades federadas, quanto à localização geográfica, quanto à situação jurídica ?
 - Que medidas sugere para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, promova a intensificação dos estudos sobre as regiões fronteiriças ?
 - Que bibliografia e que documentação cartográfica indica sobre os assuntos constantes do presente questionário ?
- XXX — *Divisão Territorial* — Gen J M Moreira Guimarães
- Que opinião tem sobre a atual divisão territorial brasileira ?
 - O que pensa a respeito do decreto-lei nacional n^o 311, de 2 de março de 1938 ?
 - Que medidas sugere para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, promova o aperfeiçoamento da futura divisão municipal e distrital brasileira, que deverá entrar em vigor a 1^o de janeiro de 1944 ?
 - Que bibliografia e que documentação cartográfica indica sobre as modificações havidas na divisão territorial brasileira, desde o período colonial ?
- XXXI — *Localidades* — Prof Bastião de Magalhães
- Que opinião tem sobre a situação atual dos estudos relativos à origem e ao desenvolvimento das localidades brasileiras ?
 - O que sugere quanto a classificação das localidades (cidades, vilas, aldeias, povoados, povoações, arraiais, etc) ?
 - Que bibliografia indica sobre os assuntos constantes do presente questionário ?
- XXXII — *Povoamento* — Dr José F Oliveira Viana
- Que opinião tem sobre a situação atual no Brasil, dos estudos e pesquisas sobre o povoamento ?
 - Que medidas sugere para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, promova a intensificação dos estudos e pesquisas relativos aos problemas do povoamento ?
 - Que bibliografia indica sobre os assuntos constantes do presente questionário ?
- XXXVIII — *Turismo* — Dr Lourival Fontes
- Que opinião tem sobre o desenvolvimento do turismo no Brasil ?
 - Que medidas sugere para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, contribua para o aperfeiçoamento dos serviços de turismo no país ?
 - Que bibliografia indica sobre os assuntos constantes do presente questionário ?

COLETÂNEA DE EFEMÉRIDES GEOGRÁFICAS BRASILEIRAS

Juntamente com o "Dicionário Geográfico Brasileiro", de cuja elaboração cuida ativamente o Conselho Nacional de Geografia, sugeriu a Comissão Censitária Nacional a coordenação de Efemérides Geográficas, adstritas, quanto possível, à mesma planificação, que permitirá a respectiva publicação, parcelada e progressivamente, como estipula a Resolução n^o 38, transcrita a seguir:

RESOLUÇÃO N^o 38 — DE 3 DE JUNHO DE 1939

Fixa as normas de organização da Coletânea de Efemérides Geográficas Brasileiras

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições: considerando que, pela Resolução n^o 21, de 3 de janeiro de 1939, do Diretório Central, ficou deliberada a execução da Coletânea de Efemérides Geográficas Brasileiras pelo Conselho Nacional de Geografia, em aceite à sugestão nesse sentido formulada pela douta Comissão Censitária Nacional em sua Resolução n^o 12, de 3 de dezembro de 1938;

considerando que o Regulamento baixado pela Resolução n° 31, de 8 de fevereiro, deste Diarétório, estabeleceu, em seu art. 9°, alínea "c", que o Serviço de Coordenação Geográfica tem a atribuição de preparar a referida Coletânea, de acódo com as normas que forem baixadas;

RESOLVE:

Art único — O Serviço de Coordenação Geográfica, no preparo da Coletânea de Efemérides Brasileiras, observará as normas constantes do plano de organização anexo à presente Resolução

PLANO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DA COLETÂNEA DE EFEMÉRIDES GEOGRÁFICAS BRASILEIRAS

FICHÁRIO — Para cada efeméride será preenchida uma ficha, formato 8x12, na qual figurarão os seguintes títulos: data (dia, mês e ano); situação (até Município); referência (número da fonte que forneceu a efeméride); efeméride (enunciado do acontecimento); indicações gerais (histórico e principais característicos do acontecimento)

FONTES E SEU CONTROLE — Na coleta de efemérides serão usadas as fontes convenientes: a) livros; b) mapas históricos, elucidados com legendas; c) documentos (leis, relatórios oficiais, informações, artigos, manuscritos, etc); d) inquéritos que o S C G promover junto aos Diarétórios Municipais de Geografia, através dos Diarétórios Regionais, compreendendo questionários sobre a história e os principais fatos da vida do Município

Para cada fonte utilizada será preenchida uma ficha, formato 8x12, numerada, na qual a fonte ficará caracterizada, inclusive onde é encontrada; guardadas essas fichas em ordem numérica, bastará uma simples indicação do número, onde conveniente, para controlar a origem da efeméride e das suas características

RELAÇÕES DE EFEMÉRIDES — Do fichário serão tirados os elementos para o preenchimento de relações de efemérides, datilografadas em modelo próprio, formato almaço, para figurarem nas pastas respectivas do Arquivo Corográfico. Essas relações serão organizadas pelo critério geográfico, isto é, classificadas segundo o local da ocorrência do acontecimento: Brasil, Unidades Federadas, Municípios

Serão também organizadas relações referentes a fatos relacionados com a atividade do Conselho Nacional de Geografia. Serão igualmente preparadas relações separadas, para determinadas espécies de acontecimentos, que pela sua natureza ou vulto compoitem esse destaque

PUBLICAÇÃO — A publicação da Coletânea das Efemérides será progressiva e parcelada

1° — A progressão será obtida, mediante a publicação da Coletânea em dois graus, de acódo com os resultados mais ou menos profundos da pesquisa efetuada:

a) a "Coletânea de Datas Geográficas Brasileiras", que apresentará apenas, para cada data, o enunciado do acontecimento e a sua localização até Município, elementos esses constantes do cabeçalho da ficha;

b) a "Coletânea das Efemérides Geográficas Brasileiras", que apresentará para cada acontecimento as indicações, histórico e demais particularidades, dados esses constantes do corpo da ficha

2° — O parcelamento facilitará a publicação da Coletânea por partes, sempre que se ultimar a pesquisa, em qualquer dos dois graus, sobre as efemérides geográficas relativas ao Brasil, a um Estado, a um Município, ou a alguns dos aspectos merecedores de realce

IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Proseguem os trabalhos preparativos do IX Congresso Brasileiro de Geografia, que a tradicional Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro está promovendo para 7 a 16 de setembro de 1940, em Florianópolis, sob o patrocínio do Conselho Nacional de Geografia que, pela Resolução n° 42, de 7 de julho de 1939, da sua Assembléia Geral, deliberou prestar seu decidido concurso na realização de Congressos trienais

No número 4, de outubro de 1939, a Revista publicou o Regulamento e o programa das teses oficialmente recomendadas; hoje dá notícia das ocasiões relacionadas com os preparativos do certame

VIAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA

De 4 de novembro a 9 de dezembro, ausentou-se desta Capital o Ministro Bernardino José de Sousa, digno presidente da Comissão Organizadora do Congresso, em viagem ao sul do país, na qual visitou Curitiba, Florianópolis e Póito Alegre, em cujos elevados meios culturais teve oportunidade de fazer proveitosa propaganda do certame

Realizando várias conferências e reuniões, teve ocasião de encarecer o alto significado dos congressos nacionais de geografia, salientando a valiosa contribuição que trazem para o conhecimento científico dos problemas geográficos dos países e a sua inestimável importância social na aproximação entre si dos grupos humanos de um povo pelo melhor conhecimento do território pátrio

Apresentando o programa do Congresso, relatando e tecendo comentários sobre as teses das suas seções, pondo em relevo a importância dos trabalhos apresentados pelos congressistas, como preciosas contribuições para o estudo da geografia brasileira, o senhor presidente expunha as bases do próximo e grandioso conclave, sua origem e finalidade

Salientando o apoio que o Congresso terá do Governo Federal, o que constitui expectativa de pleno sucesso, concluiu sempre fazendo caloroso apelo aos governos estaduais, instituições culturais, ao magistério e à classe universitária, no sentido de cooperarem junto às comissões organizadora e executiva, para o melhor êxito do Congresso, uma vez que o seu objetivo é servir ao Brasil

Em Curitiba, o presidente da Comissão Organizadora promoveu uma reunião no Palácio São Francisco, à qual estiveram presentes os secretários do Interior e Justiça, da Agricultura e da Viação e Obras Públicas, além de funcionários do Departamento de Terras e representantes do Diretório Regional de Geografia. Nessa reunião delimitou o plano do IX Congresso, ouvindo, em seguida, o dr. Ângelo Lopes, presidente do Diretório Regional de Geografia, que declarou emprestar o governo do Paraná todo o apoio a este magno certame. Também reuniu-se o Diretório Regional de Geografia, afim de recepcionar o presidente da C. O. e se inteirar do plano de trabalho para a realização do Congresso.

Continuando a sua patriótica jornada, chegou a Florianópolis, sede do futuro conclave, onde foi recebido com as maiores manifestações de justificado júbilo pelo povo e pelo governo do Estado, entrou logo em contacto com os membros da Comissão Executiva, afim de tratar dos trabalhos de organização local para a execução do Congresso, o que foi feito numa reunião, presidida pelo dr. Altamiro Guimaraes, Interventor Federal interino e Presidente do Diretório Regional de Geografia, realizada no Palácio do Governo. Passando por Joinville, o Ministro Bernardino J. de Sousa, teve, a oportunidade de, em entrevista com o periódico local "A Notícia", tornar público as bases e objetivos do próximo Congresso.

Deixando na capital catarinense um ambiente de satisfação e de trabalho pró-Congresso, o presidente da Comissão Organizadora rumou para Póito Alegre. Em importante reunião do Diretório Regional de Geografia, na antiga Assembléia Legislativa, continuando sua missão de arregimentar elementos e obter apoio para a consecução do IX Congresso, proferiu brilhante oração, no fim da qual teve a grata satisfação de ouvir o dr. Ataliba Paz que, congratulando-se com a assembléia pela exposição feita pelo ministro Bernardino José de Sousa, declarou que tanto o governo do Estado como o Diretório Regional de Geografia, não deixariam de prestar seu concurso ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, principalmente realizando-se êle na capital de um Estado limítrofe com o Rio Grande do Sul e de fácil acesso aos congressistas gaúchos.

Cumpre destacar o apoio que os Diretórios Regionais de Geografia dos Estados sulinos prestaram ao presidente da Comissão Organizadora, prestigiando-o e auxiliando-o no desempenho da sua alta missão de divulgar os fins e explicar as bases do IX Congresso Brasileiro de Geografia.

NOVA RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, N.º 48, DE 3 DE OUTUBRO DE 1938

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições: considerando que a Assembléia Geral do Conselho, em sua Resolução n.º 42, de 7 de julho de 1939, prescreveu a colaboração do Conselho na realização dos Congressos Brasileiros de Geografia;

considerando que a tradicional Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, atendendo ao apêlo do Conselho e contando com o seu concurso, deliberou realizar em setembro de 1940, em Florianópolis, o IX Congresso;

considerando que, para êsse fim, a citada Sociedade constituiu a Comissão Organizadora do Congresso, que baixou o Regulamento do mesmo e o programa das teses oficiais;

considerando as campanhas e iniciativas do Conselho, ora em curso, especialmente os trabalhos em torno da atualização da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo;

Resolve:

Art. 1.º — E' consignado um voto de aplauso e de agradecimento à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro pela iniciativa de realizar, de 7 a 16 de setembro de 1940, o IX Congresso Brasileiro de Geografia, em Florianópolis, conforme se encareceu na Resolução n.º 42 do Conselho, de 7 de julho de 1939.

Art. 2.º — O Conselho manifesta à mesma Sociedade reconhecimento pela inclusão na Comissão Organizadora do IX Congresso dos seus representantes, designados pelo presidente do Instituto, ouvido o Diretório Central, em virtude de solicitação do ilustre presidente daquele respeitável sodalício.

Art. 3.º — Fica encarecidamente recomendada a adesão ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, segundo os dispositivos do seu Regulamento, de cada um dos órgãos centrais, regionais e locais do Conselho, e autorizada a adesão da Presidência como membro protetor do Congresso.

Parágrafo único — A Secretaria do Conselho fica autorizada a promover a pronta efetivação dessas adesões.

Art. 4.º — A Secretaria do Conselho prestará à Comissão Organizadora do IX Congresso os auxílios que se tornarem necessários à boa marcha dos trabalhos.

Art. 5.º — O Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica fica autorizado a apresentar ao IX Congresso trabalhos inéditos, nele elaborados, bem como a preparar uma contribuição especial ao mesmo Congresso e a Exposição anexa de Geografia e Cartografia.

Art. 6.º — E' muito recomendado aos membros do Diretório Central, representantes de Ministérios, que intercedam junto aos respectivos Ministros e Serviços ministeriais especializados, no sentido de se preparar a melhor contribuição possível ao Congresso e à Exposição anexa. Igual recomendação fica formulada ao representante da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 7.º — A cada um dos Diretórios Regionais do Conselho fica particularmente recomendado o seguinte:

a) — que obtenha do Govêino respectivo as providências assecuatórias da efetiva participação do Estado ou Território, no Congresso e sua Exposição;

b) — que interceda junto aos serviços regionais, que desenvolvem atividades geográficas ou afins, no sentido de preparem contribuições ao Congresso, originais e expressivas;

c) — que consiga autorização da autoridade competente para a delegação do Estado levar à Exposição do Congresso a coleção de mapas municipais e de fotografias, que as Prefeituras estão obrigadas a apresentar, em virtude do decreto-lei nacional n.º 311;

d) — que apresente ao Congresso, como colaboração sua, nos têimos do art. 5.º da Resolução n.º 42 combinado com o art. 4.º da Resolução n.º 39, ambas da Assembléia Geral do Conselho, uma "CONTRIBUIÇÃO À CARTA GEOGRÁFICA DO BRASIL AO MILIONÉSIMO, QUANTO À REPRESENTAÇÃO DO ESTADO . . .", compreendendo textos explicativos, tabelas numéricas, bibliografia, crítica aos principais trabalhos geográficos e so-

bretudo mapas elucidativos, que representem, com a indicação das respectivas fontes, os resultados dos estudos sobre os elementos territoriais do Estado, cartografáveis, com a especificação o mais precisa possível da sua localização, como sejam: as localidades com os dados de sua posição, principalmente as coordenadas geográficas e altitudes; os limites do Estado e suas divisas inter-municipais e inter-distritais; a rede hidrográfica; as estradas de toda ordem; as linhas telefônicas e telegráficas

Art 8.º — E' formulado um apêlo ao Conselho Nacional de Estatística no sentido de ser examinada a possibilidade da intensificação do preparo das monografias municipais e sua apresentação ao Congresso

Art. 9.º — As Comissões Técnicas do Conselho, permanentes e especiais, fica encarecida a apresentação ao Congresso de trabalhos especializados, relacionados com as atribuições técnicas respectivas

Art 10 — O Presidente do Instituto se dirigirá aos Consultores Técnicos do Conselho no sentido de considerar a possibilidade de se constituírem contribuição ao Congresso de 1940 os pareceres que elaborarão em resposta ao inquérito promovido, nos termos das Resoluções 37 e 45 deste Diretório

Art 11 — A Presidência se entenderá com os demais colégios dirigentes do Instituto, no sentido da possível adesão e participação dos órgãos subordinados, nos trabalhos do IX Congresso Brasileiro de Geografia

EXPRESSIVA ADESÃO DA COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL

RESOLUÇÃO N.º 26 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1939

A Comissão Censitária Nacional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no uso das suas atribuições,

considerando que o Conselho Nacional de Geografia, deste Instituto, deliberou patrocinar a realização trienal dos Congressos Brasileiros de Geografia (Resolução n.º 42 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia);

considerando que, em consequência desse patrocínio, se realizará em Florianópolis, de 7 a 16 de setembro de 1940, o IX Congresso Brasileiro de Geografia, sob os auspícios da tradicional Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro;

considerando que o referido Conselho, vivamente empenhado no êxito da realização do certame que patrocina, pelo órgão competente apelou para todos os demais órgãos integrantes da organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no sentido de efetivarem sua adesão ao IX Congresso (Resolução n.º 48, de 30 de outubro de 1939, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia);

considerando que, realizando-se no próprio mês do Recenseamento Geral da República o IX Congresso Brasileiro de Geografia, será uma eloquente manifestação cultural brasileira, em torno de problemas muitos deles relacionados com as pesquisas censitárias;

Resolve:

Art 1.º — A Comissão Censitária Nacional declara sua adesão ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se em Florianópolis, de 7 a 16 de setembro de 1940, como MEMBRO PROTETOR, na forma do art 5.º do Regulamento do Congresso

Art 2.º — Fica o Presidente da Comissão Censitária Nacional autorizado a mandar pagar a quota de adesão de membro protetor no valor de quinhentos mil réis, correndo a despesa pela verba C — "Encargos Diversos" —, sub-consignação n.º 5, do orçamento aprovado, para o corrente exercício, pela Resolução n.º 18, de 3 de março do corrente ano, da Comissão Censitária Nacional

SIGNIFICATIVA ADESÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

RESOLUÇÃO N.º 80 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1939

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, com o patrocínio dos altos poderes da República e contando com a cooperação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, houve por bem decidir fosse reencetada a série dos Congressos Brasileiros de Geografia, passando a realizá-los trienalmente, a partir do nono, que se verificará no mês de setembro de 1940, na cidade de Florianópolis;

considerando que, pelo seu relevante alcance para a cultura geográfica brasileira, essa iniciativa está a merecer não somente os melhores aplausos como, ainda, o mais decisivo concurso, de modo a ficar plenamente assegurado o êxito de sua convocação;

considerando, também, o que dispuseram, em suas Resoluções ns 48 e 26, de 3 e 27 de outubro último, respectivamente, o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e a Comissão Censitária Nacional;

considerando, bem assim, a solidariedade que se devem, reciprocamente, os órgãos de direção superior do Instituto, sobretudo em relação aos cometimentos que, como no caso em apreço, interessam mais de perto os objetivos de qualquer deles;

Resolve:

Art 1.º — Fica expressa, de maneira muito calorosa, a adesão do Conselho Nacional de Estatística, na qualidade de Membro Protetor, ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se em Florianópolis, de 7 a 16 de setembro de 1940.

Art. 2º — A Secretaria Geral do Instituto entrará em entendimento com os órgãos centrais da ala estatística da entidade, tanto na órbita federal, quanto na regional, afim de que sejam preparadas, no devido tempo, as respectivas contribuições para o Congresso, de acordo com o programa que a referida Secretaria organizará, com o objetivo de caracterizar, gráfica e numericamente, os vários aspectos econômicos e sociais da atualidade brasileira.

Art. 3º — As despesas decorrentes do disposto na presente Resolução, inclusive o pagamento da quota de adesão a que está obrigado o Conselho, como MEMBRO PROTETOR, nos termos do art. 5º do Regulamento do Congresso, — serão cobertas pelas verbas — Suplementação e Eventuais — do orçamento do Instituto para o corrente exercício.

RELAÇÃO DAS ADESÕES JÁ EFETUADAS

A Comissão Organizadora recebeu até a presente data um total de 71 adesões, sendo 6 como "Membros Protetores" e 65 como "Membros Comuns"

Segue-se abaixo a relação das adesões recebidas, quanto à sua espécie:

MEMBROS PROTETORES

- 1 — Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica
- 2 — Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- 3 — Companhia Litográfica Ipiranga
- 4 — Conselho Nacional de Estatística
- 5 — Comissão Censitária Nacional
- 6 — Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia

MEMBROS COMUNS

- 1 — Ministro Bernardino José de Sousa
- 2 — Dr. Alexandre Emilio Somier
- 3 — Dr. Cristóvão Leite de Casto
- 4 — General José Vieira da Rosa
- 5 — Comte Luiz Alves de Oliveira Belo
- 6 — General Raul Correia Bandeira de Melo
- 7 — Comte César Feliciano Xavier
- 8 — Antônio dos Santos Oliveira Júnior
- 9 — General Dr. José Maria Moina Guimarães
- 10 — Dr. Álvaro Soares Brandão
- 11 — Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas
- 12 — Dr. Everton Guimarães Pereira da Silva
- 13 — Dr. Vitorino Sémola
- 14 — Dr. Léo de Afonseca
- 15 — Dr. Ubrajara Carlos Carvalho
- 16 — Dr. Virgílio Correia Filho
- 17 — Dr. Daemi A. Soares Rodrigues de Sousa
- 18 — General Cândido Mariano da Silva Rondon
- 19 — Dr. Manoel dos Santos Barros
- 20 — Dr. Alberto José de Sampaio
- 21 — Dr. Joaquim de Sampaio Ferraz
- 22 — Dr. Joaquim Francisco Gonçalves Júnior
- 23 — Dr. Francisco Gonçalves Júnior
- 24 — Dr. Francisco Canela
- 25 — Dr. Rafael da Silva Xavier
- 26 — Dr. José de Castro Nunes
- 27 — Dr. Rubem Rosa
- 28 — Dr. Edgard Roquete Pinto
- 29 — Luiz de Sousa
- 30 — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- 31 — Comissão Executiva Central da Atualização da Carta Geográfica do Brasil, do Conselho Nacional de Geografia
- 32 — Dr. Max Fleiuss
- 33 — Major Adir Guimarães
- 34 — Dr. Gerson de Faria Alvim
- 35 — Comissão de Redação da "Revista Brasileira de Geografia"
- 36 — Dr. Luiz Valdemar Vachias
- 37 — Comte. Francisco Radler de Aquino
- 38 — Dr. Inácio Manoel Azevedo do Amaral
- 39 — Dr. José Matoso Mala Forte
- 40 — Prof. Basílio de Magalhães
- 41 — Dr. Hélio Lemos Poles
- 42 — Dr. Paulo Bentes
- 43 — Prof. Orlando Valverde
- 44 — Dr. Valdemar Lefèvre
- 45 — Prefeitura Municipal de São João do Muqui — E Santo
- 46 — Dr. Osvaldo Gomes da Costa Miranda
- 47 — Dr. Avani Cordeiro de Moraes
- 48 — Dr. José Wanderley de Araújo Pinho
- 49 — Ministro Eduardo Lopes
- 50 — Ministro Otávio Tarquínio de Sousa
- 51 — Dr. Leopoldo T. da Cunha Melo
- 52 — Civilização Brasileira S/A
- 53 — Sebastião Almeida Oliveira
- 54 — Dr. José Augusto Bezerra Medeiros
- 55 — Prof. Nelson C. de Sena
- 56 — Instituto Geográfico e Histórico da Baía
- 57 — Francisco da Conceição Meneses
- 58 — André León Achadjian
- 59 — Prof. Dr. Levi Carneiro
- 60 — Ministro Augusto Tavares de Lira
- 61 — Prof. Mauro Montagna

- 62 — Prof Mário Da Veiga Cabral
 63 — Prof Francisco Portugal Neves
 64 — Dr Avelino Pessoa Cavalcanti
 65 — Dr Mário Campos Rodrigues de Sousa

EXPRESSIVO ARTIGO DO "ESTADO
 DE SÃO PAULO"

O professor Pierre Monbeig, catedrático de Geografia da Universidade de São Paulo e presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros, escreveu, a propósito do IX Congresso Brasileiro de Geografia, interessante artigo que diz bem da importância científica desse certame e de seu particular interesse pelas realizações que, no setor da Geografia, vem empreendendo a cultura brasileira:

— "Nos meus artigos precedentes já tive oportunidade de chamar a atenção dos leitores do "Estado" para o desenvolvimento dos estudos e das pesquisas geográficas no Brasil e penso que não se deve esquecer de que o primeiro ensino moderno de geografia, num estabelecimento de ensino superior no Brasil foi ministrado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Mais uma vez foram os paulistas os pioneiros. Tempos depois, a geografia tomou praça na Universidade do Rio de Janeiro, com a Associação dos Geógrafos Brasileiros, principalmente com a fundação do Conselho Nacional de Geografia ocupa agora o lugar que merecia.

Tudo nos leva a crer que 1940 será um ano especialmente feliz para a geografia brasileira: depois de um sono de vinte anos, o recenseamento federal vai se realizar. Não será demais atrair a atenção para a importância de tal acontecimento. Por um sentimento facilmente compreensível, em nenhum país do mundo os cidadãos vêem com bons olhos as atividades do recenseamento: todos imaginam que ele se destina exclusivamente ao aumento dos impostos e, como entendem que tudo é permitido em face do Estado, o mais honesto pai de família não tem a menor hesitação em mentir quando chega a ocasião de preencher o questionário do recenseamento. Resulta de tal atitude a impossibilidade de se saber exatamente qual a situação da nação: situação demográfica e econômica: suas verdadeiras necessidades permanecem ignoradas e todos são prejudicados. Numa fazenda, numa fábrica, numa casa de comércio, se cada um desfigurasse sistematicamente a verdade em seus relatórios, no final das contas as vítimas seriam tanto o empregado como o patrão; aquilo que é verdade para cada um de nós deixará de sê-lo quando o Estado (o Estado somos nós) entra em jogo? Os coletores de rendas não são os únicos a se interessarem pelos resultados do recenseamento e a analisá-los; há também e antes deles, os engenheiros, os agrônomos, os sociólogos, os geógrafos que procuram diagnosticar males para os quais a coletividade precisa encontrar remédio. Pelo recenseamento se tornará possível saber onde estão exatamente os grupos alienígenas na nação e, conseqüentemente, esclarecer a política a ser seguida em relação aos mesmos; pelo recenseamento será possível apreender a amplitude dos movimentos internos de migração de homens e culturas, bem como o sentido das variações do regime agrário nos diferentes Estados da Federação. Um recenseamento bem feito é um documento inestimável nas mãos dos administradores responsáveis pelos destinos do país. Esperemos portanto que o recenseamento de 1940 tenha um acolhimento honesto por parte de todos e seja confiado a homens competentes, por sua vez auxiliados pela colaboração compreensiva da comunidade nacional.

Um outro acontecimento interessará também os geógrafos durante o próximo ano: o Congresso Nacional de Geografia a ser realizado em Florianópolis, de 7 a 16 de setembro de 1940. É a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, com o apoio precioso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que cabe a iniciativa e a organização do Congresso e devemos encorajar os que se esforçam por fazer com que a realização dessa empreitada seja feliz. Quando um congresso não é cuidadosamente organizado restringe-se a uma série de jornadas vazias, com discursos e banquetes; mas se uma comissão dedicada à tarefa cuida carinhosamente de sua organização, o Congresso se torna extremamente útil. Antes de mais nada ele permite colocar em contacto homens que não se conhecem ou que se conhecem pouco, que nunca tiveram a possibilidade de trocar idéias, confrontar os seus trabalhos e projetos. Nas conversações em torno do Congresso, muito mais do que nas sessões solenes, abrem-se discussões amistosas e fecundas que dão a cada qual a possibilidade de orientar as suas pesquisas ulteriores, confrontando os resultados já obtidos com os dos outros pesquisadores. Mas um congresso bem organizado pode representar um papel ainda mais eficaz e exercer uma influência salutar sobre o trabalho científico. Para isso é preciso observar cuidadosamente a limitação dos debates e dos temas, das comunicações, principalmente num Congresso de Geografia, pois esta ciência toca em questões tão variadas que um congresso geográfico pode facilmente transformar-se em um vasto caos. Os recentes congressos geográficos internacionais foram verdadeiramente úteis porque se constituíram antecipadamente comissões capacitadas para resolver as questões da ordem do dia, centralizando as comunicações e apresentando às diferentes seções do Congresso relatórios gerais sobre as discussões. Evitou-se, assim, o perigo da perda de tempo e da dispersão. O Congresso de Florianópolis se organiza de um modo idêntico: uma pequena e elegante brochura indica as seções previstas e, para cada uma delas, as questões programadas. A primeira seção de geografia matemática tratará dos problemas de cartografia brasileira e dos sistemas de projeção mais adequados. A seção de geografia física terá a seu cargo os estudos de topografias litorâneas, as monografias hidrográficas os tipos de clima e os aspectos dominantes da topografia brasileira. A seção de biogeografia parece limitar-se às questões, aliás importantes mas não exclusivas, da proteção da Natureza. Para a geografia humana, o regulamento do Congresso prevê assuntos tão vastos quanto apaixonantes: interpretação antropogeográfica de um maciço montanhoso, alimentação e abastecimento de uma região, estudo funcional de um centro urbano, estudo do *habitat* rural numa unidade geográfica (vale, planície, chapada) funções de um pólo, pesquisa sobre a assimilação dos grupos étnicos estrangeiros, observações sobre as fronteiras vivas, sobre um tipo de imigrante, etc.; a geografia econômica é do domínio da seção "E", com o estudo de uma rede ferroviária, de uma cidade em vias de industrialização, de uma cultura comercial no seu quadro regional, de um caso de navegação fluvial, da circulação rodoviária e das fontes de energia. As últimas seções são consagradas à geografia histórica, que tem no Brasil um pródigo campo de trabalho, ao ensino da geografia e, enfim, às monografias regionais, essencialmente municipais, e ao Estado de Santa Catarina. Como o Brasil aderiu à União Geográfica Internacional é lastimável que não se tenha cuidado de preparar uma brilhante participação brasileira ao próximo congresso internacional, estudando, no Congresso de Florianópolis, algumas das questões que permanentemente são tratadas pela União Internacional, mas expressando o meu modesto pesar, devo dizer que o programa é atraente e as memórias do Congresso de Florianópolis deverão constituir uma documentação de primeira ordem sobre o Brasil. A Associação dos Geógrafos Brasileiros, esforçando-se por uma representação condigna, já traçou o seu plano de trabalho; os organizadores do Congresso pro-

jetam realizar excursões científicas em Santa Catarina e desejam que as Universidades brasileiras, onde existe o ensino de geografia, possam participar com os seus estudantes. Não resta dúvida que Florianópolis será um sucesso. Mas é preciso ter em vista que não se trata somente de um congresso acadêmico, planando nas nuvens da ciência pura. Nunca me cansarei de dizer que as pesquisas geográficas têm um interesse eminentemente prático. Lendo o último número da "Revista Brasileira de Geografia" tive o prazer de verificar que meu excelente colega americano, Preston James, defendia vigorosamente o mesmo ponto de vista e dava um exemplo admirável: encontrando-se o Estado de Michigan em vias de despovoamento e de abandono, triste consequência de uma colonização desordenada e devastadora, o governo decidiu proceder a um inquérito minucioso para saber exatamente quais as obrigações que deviam ser atribuídas às diferentes partes do Estado: onde reflorestar? em que região estabelecer a criação de animais? que região consagrar ao turismo ou a tal ou qual cultura, etc. Ora, esse trabalho foi confiado aos geógrafos da Universidade de Michigan, que foram incumbidos de dirigir o Michigan Land Economic Survey, sendo os resultados de tal maneira satisfatórios que o exemplo foi limitado por outros Estados norte-americanos. Assim, uma pesquisa geográfica e universitária pode ser de interesse público e prático. E Preston James explica com clareza que um trabalho dessa ordem calha bem aos geógrafos porque somente eles podem ver as relações entre os diferentes problemas, entre as regiões estudadas e as regiões vizinhas. Enquanto o especialista de reflorestamento ou de agricultura é limitado ao seu ponto de vista exclusivista, ao contrário, o geógrafo, cujo trabalho é essencialmente um trabalho de síntese e de estudo das relações dos fenômenos entre si, pode colocar-se acima dos pontos de vista particulares, embora sem deixar de consultar os especialistas e de trabalhar com eles. Na França, um inquérito volumoso sobre a importância dos estrangeiros (italianos, espanhóis, poloneses, belgas) na agricultura francesa foi confiado, pelo governo, ao professor de geografia humana da Sorbonne, auxiliado por um estudante. Não há nenhuma dúvida que a ação do Conselho Nacional de Geografia e a dos organizadores do Nono Congresso Brasileiro de Geografia se inspiram em semelhantes exemplos. Quando existem geógrafos e organizadores encarregados de estudar os fenômenos geográficos, não é para os cartógrafos ou geodestas que se deve exclusivamente voltar. Ainda que certos espíritos curiosamente fossilizados pensem o contrário, a geografia é uma ciência que tem seus técnicos, seu método original, seu campo de trabalho particular. Com o seu caráter sintético, torna-se dia a dia mais útil às soluções práticas dos problemas econômicos e sociais. O trabalho efetuado pelo Conselho Nacional de Geografia e a organização do Congresso de Florianópolis testemunham o bom caminho tomado pela Geografia Brasileira."

(Transcrito do "O Estado de São Paulo", de 24 de dezembro de 1939)

CENTRO DE ESTUDOS DO SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIAGRÁFICA

Proseguindo na execução do seu programa de estudos sobre a geografia do Brasil, o *Centro de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica* realizou, de julho até novembro último, mais 5 reuniões, no correr das quais foram apresentadas e discutidas várias comunicações sobre geografia física e humana dos mais variados pontos do território nacional. Como de costume, as comunicações foram acompanhadas de farta e interessante documentação fotográfica, projetada durante as mesmas.

Em ordem cronológica, os temas explanados, foram os seguintes: "Os carnaubais do Nordeste", pelo eng. Virgínio Werneck Campelo, no qual o autor fez o estudo do "habitat" rural da carnaúba e discutiu os problemas da sua extração racional, cultivo e indústria dos seus derivados; "Viagem ao Rio Tocantins (de Goiânia a Belém do Pará)", pelo prof. Oton Henri Leonaidos, feita em duas reuniões, com a exibição de valioso e interessantíssimo filme organizado durante a viagem pelo próprio autor da comunicação; "Viagem pelo norte do Rio Doce", pelo sr. Lúcio de Castro Soares, descrição da sua recente visita ao norte do Espírito Santo; e "O litoral do sul do Brasil", pelo eng. Luiz Paulo do Amaral Pinto, estudo da formação dos litorais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

Além destas comunicações de estudos regionais, foram feitas mais duas, também de caráter geográfico, pelo eng. Cristóvão Leite de Castro: "Comentários sobre os trabalhos da 3ª sessão ordinária da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia", realizada em julho último; e "IX Congresso Brasileiro de Geografia", a realizar-se em setembro do ano vindouro, na cidade de Florianópolis.

Duas excursões, pelo Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro, foram realizadas, encerrando seus relatórios regular contribuição geográfica, fruto da observação e interpretação do ambiente das regiões visitadas.

Novas e interessantes reuniões estão marcadas, cumprindo o Centro de Estudos o seu objetivo de difundir o conhecimento da geografia nacional, entre os brasileiros que se esforcem em conhecer a sua Pátria.

COMISSÃO DA CARTA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECRETO-LEI N 61, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1939

Numa nítida compreensão do momento brasileiro e das altas finalidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o comandante Ernani Amaral, digno Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, criou, pelo dec-lei n.º 61, de 21 de dezembro de 1939, a "Comissão da Carta do Estado", diretamente subordinada ao Departamento de Engenharia, da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Do alcance desta medida e do modo como ela consubstancia os anseios do Conselho Nacional de Geografia, falam, eloquentemente, os *consideranda* do mencionado decreto, pelo que

e para sua maior divulgação, a REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, jubilosamente, o transcreve, a seguir:

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, na conformidade do disposto no art 6º, nº IV, do Decreto-lei nº 1 202, de 8 de abril de 1939, e

considerando que o Estado, como signatário da Convenção Nacional de Estatística, de 11 de agosto de 1936, ratificada pelo Decreto Estadual nº 256, de 20-9-937, assumiu o compromisso de preparar, quinquenalmente, uma carta do território estadual (cláusula XIII da dita Convenção);

considerando que a revisão geral da divisão territorial do Estado, nos anos terminados em 8 e 3, e nos termos do art 16, da lei nacional nº 311, de 2 de março de 1938, exige um conhecimento do território que permita a fixação das divisas inter-municipais e inter-distritais, de modo cada vez mais acertado e preciso;

considerando que os trabalhos geográficos, além do seu valor intrínseco de aperfeiçoamento do conhecimento do território do Estado, oferecem valioso subsídio a diferentes iniciativas da administração pública;

considerando que merecem ser atendidos os encaecidos e reiterados apelos do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no sentido de ser criado em cada Unidade Política do Brasil um serviço geográfico, providência de grande alcance para o desenvolvimento das patrióticas iniciativas daquele Conselho, na sua alta missão de promover a melhoria do conhecimento do território nacional com a cooperação geral;

considerando, finalmente, que em confirmação ao reconhecimento da necessidade da criação do serviço especializado em aprêço (alíneas b e c do art 4º, do Decreto Estadual nº 3 014, de 30 de dezembro de 1933), o Governo do Estado atribuiu ao Departamento de Engenharia, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, os serviços da carta do Estado (art 3º, do Decreto Estadual nº 802, de 27-6-939);

Decreta:

Art 1º — Fica criada a "Comissão da Carta do Estado" diretamente subordinada ao Departamento de Engenharia, da Secretaria de Viação e Obras Públicas

Art 2º — A Comissão tem por finalidade fazer reconhecimentos e levantamentos territoriais, executar os desenhos representativos dos trabalhos de campo, preparar a Carta do Estado e os mapas referentes ao território estadual que forem organizados sob a responsabilidade do Estado

Art 3º — Constituem atribuições expressas da Comissão:

a) — o preparo progressivamente melhorado das edições quinquenais da Carta Corográfica do Estado, nos termos da cláusula XIII da Convenção Nacional de Estatística, de 11 de agosto de 1936;

b) — a confecção da carta geológica e mineralógica do Estado;

c) — a execução dos trabalhos de campo necessários ao conhecimento cada vez mais minucioso das divisas inter-municipais e inter-distritais, que deverão figurar nas leis gerais quinquenais, fixando a divisão territorial do Estado (art 16, da lei nacional nº 311, de 2 de março de 1938);

d) — a iniciativa da demarcação dessas divisas, em cooperação com as administrações municipais respectivas;

e) — a realização dos trabalhos técnicos necessários à efetiva participação do Estado nas iniciativas e campanhas do Conselho Nacional de Geografia;

f) — o levantamento de coordenadas geográficas e a execução de outros trabalhos de precisão e expeditos necessários ao preparo da Carta Topográfica do Estado;

g) — o entendimento com os serviços federais e estaduais, no que toca à permuta de informações e dados geográficos sobre o Estado, e, especialmente, para fins de coordenação de esforços.

Art 4º — Como repartição técnica, coordenadora dos trabalhos geográficos do Estado, cabe à Comissão articular-se com as atividades municipais, através dos Diretores Municipais de Geografia, estimulando-os nas pesquisas geográficas locais e ministrando-lhes diretrizes uniformes para uma atuação planejada, que promova o concurso dos elementos municipais, no melhoramento dos conhecimentos geográficos estaduais, devendo ser especialmente visados:

a) — o preparo de monografias corográficas municipais, observadas as normas fixadas pelo Conselho Nacional de Geografia;

b) — o aperfeiçoamento dos mapas municipais, pelo enriquecimento crescente dos elementos representados, e pela correção progressiva da nomenclatura e localização dos acidentes, mediante coleta de dados mais abundantes e precisos

Art 5º — As Divisões subordinadas ao Departamento de Engenharia, de acordo com as instituições que receberem do diretor, prestarão a colaboração necessária ao cabal desempenho das atividades da Comissão ora criada

Art 6º — A Comissão compor-se-á de funcionários efetivos do Estado designados em comissão, e do pessoal extranumerário admitido de acordo com as necessidades do serviço, os quais perceberão gratificações e salários mensais que forem arbitrados pelo Secretário de Viação e Obras Públicas e autorizados pelo Interventor Federal

Art 7º — Para fiel execução do presente decreto, o Secretário de Viação e Obras Públicas baixará as instruções que se fizerem necessárias, devendo providenciar de modo que a Comissão ora criada seja instalada até o dia 2 de janeiro de 1940

Art 8º — Revogam-se as disposições em contrário

Os Secretários de Viação e Obras Públicas e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar

Palácio do Governo, em Niterói, 21 de dezembro de 1939

ERNANI DO AMARAL

Hélio de Macedo Soares e Silva

Valfredo Martins

(Do "Diário Oficial" do Estado do Rio, de 22-12-1939).

MISSÃO DO MAJOR LIMA FIGUEIREDO NO JAPÃO

Antes de sair a lume o primeiro número da REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, em cuja redacção deveria ingressar, ausentou-se do Brasil o major José de Lima Figueiredo, para, atendendo ao convite do Góvêrno Japonês, ir observar as regiões em que se desenrôla a guerra sino-japonesa

De Tokio à Mandchuoquo, à China do Norte e Mongólia Interior, não somente cuidava de examinar os curiosos aspectos e consequências do drama oriental, como ainda aproveitou os sobejos de tempo útil para estudar os problemas económicos e educacionais do país das cerejeiras

Visitou, ainda, Shangai e Macau, como também Cantão e Nankin De quanto viu, de interessante e aplicável ao Brasil, terão os leitores desta Revista ensêjo de conhecer em um dos seus próximos números, que lhe estamará a narrativa da peregrinação investigadora, enaltecida com justos louvores pelo General Ministro da Guerra, cujos conceitos se expressaram nos termos a seguir:

— "Regressou do Japão, onde esteve como observador militar por espaço de mais de um ano, o major José de Lima Figueiredo

Do desempenho dado à missão que lhe foi confiada dizem-no, eloquentemente, as palavras altamente elogiosas e muito honrosas de S A , o príncipe Kanin, Chefe do Estado Maior Japonês e de S Excia , o Sr Ministro da Guerra do Japão Ambos o consideram oficial de excepcional valor pessoal e militar, observador arguto que, não só estudou a fundo os assuntos profissionais, acompanhando, muitas vêzes com risco da vida, as operações de guerra, como também investigou minuciosamente as atividades materiais e espirituais da vida nipônica, de modo a conseguir uma visão nítida e segura do país e do Exército que tão nobre e cavalheirescamente o hospedaram

As justas e lisonjeiras expressões daquelas altas personalidades não me causaram surpresa, porque o major Lima Figueiredo é sobejamente conhecido no Exército pelas suas altas virtudes militares e pela sua invulgar cultura"

Nada mais necessitamos acrescentar para bem apresentar aos leitores quem reassumiu o seu lugar na redacção da REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA.

CONFERÊNCIAS DO PROF. DELGADO DE CARVALHO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

Convidado pelo dr Nicholas Murray Butler, presidente da *Universidade de Colúmbia*, em nome da "Carnegie Endowment", seguirá, dentro em breve, com a devida autorização do sr Presidente da República, para se ausentar do território pátrio, em missão de intercâmbio intelectual nos Estados Unidos da América do Norte, o abalizado membro da Comissão de Redacção desta Revista, C M Delgado de Carvalho

Tendo sido recebida com agrado a indicação do seu nome pelas respectivas Instituições, conhecedoras que são dos seus notáveis trabalhos geográficos, o referido professor, catedrático de Sociologia do *Colégio Pedro II* e, atualmente, comissionado lente de Geografia da *Universidade do Brasil*, realizará, durante três meses, cursos nas Universidades de *Michigan*, de *Washington and Lee* e no *Rice Institute*, de Texas

Em maio e junho o professor Delgado de Carvalho, a convite do *Canadian Institute of International Affaire* e com o assentimento do Chanceler Osvaldo Aranha, visitará o Canadá, onde, igualmente, fará conferências

Segundo informações fidedignas, os seus cursos naquelas Universidades versarão, principalmente, sobre geografia do Brasil, economia nacional e questões sociais brasileiras, como imigração e adaptação, raças, educação e panamericanismo E' possível que sejam iniciados na Universidade de *Washington and Lee*, em Lexington (Virgínia), em fevereiro próximo Caso o permitam os prazos marcados para os seus cursos, irá, também, à *Universidade de Pennsylvania*, solicitado pelo Departamento de Educação.

Durante a sua ausência será êle substituído, por indicação sua, pela professora D Vanda Cardoso, esclarecida cultora de nossa geografia, diplomada na Sorbonne e com exercício na Universidade Federal

A REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA conglatula-se com a sua ilustre Comissão de Redacção pela admirável aquisição, e deseja ao prof Delgado de Carvalho completo êxito em sua patriótica missão cultural.

PROFESSOR EUSÉBIO PAULO DE OLIVEIRA

E' com sentido pesar que a REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA regista o súbito e prematuro falecimento, ocorrido no dia 12 de outubro do ano próximo passado, do seu grande amigo, professor Eusébio Paulo de Oliveira

Geólogo dos mais eminentes, tóda sua vida foi um devotamento à geologia pátria, numa dedicação que o levou a percorrer, em proficuentes estudos, nosso extenso território e lhe permitiu um completo e perfeito conhecimento do seu sub-solo

Formado pela tradicional Escola de Minas de Ouro Preto, em 1905, trabalhou, primeiramente, na Comissão de Estudos do Carvão Nacional, época em que iniciou a pesquisa e a propaganda do carburante brasileiro, no desejo de sua exploração e emprego, desejo que, estimulado pelo seu sadio patriotismo, se fez cada vez mais forte em seu espírito. Estudioso da geologia econômica, no afan de nos libertar da importação estrangeira, desde então deve-lhe o Brasil inúmeras e inestimáveis iniciativas

No Serviço Geológico e Mineralógico teve o seu justo lugar, a que fazia jus a sua competência e a sua dedicação. Trabalhando sob a orientação do notável geólogo, Orville A. Derby, do qual, com orgulho, proclamava-se amigo e discípulo, marcante foi a sua atuação naquele Departamento, de que, por vários anos, foi Diretor

Ali, entre outras realizações de sua administração, poderemos citar a introdução dos modernos processos de prospecção geofísica e a elaboração do "Atlas Geológico", recentemente publicado

Cientista, no rigor do termo, fez parte de várias Sociedades Culturais, dentre as quais a "Academia de Ciências", de que foi Presidente

No Conselho Nacional de Geografia valiosa e extensa foi a sua obra. Acompanhando-o, desde a sua instalação, com as credenciais de delegado do Ministério da Agricultura, foi Presidente do seu Diretório Central, bem como de muitas e importantes comissões, entre elas, pelo vulto de sua tarefa, a da atualização da Carta Geográfica do Brasil

Escritor de nomeada, deixou, em publicações e em revistas científicas e oficiais, grande cópia de trabalhos escritos, num montante de 143 memórias

Jamais esta Revista recorreu ao seu auxílio que não fôsse, pronta e piavelmente atendida. Ainda em nosso último número, na justíssima homenagem então prestada a Orville A. Derby, coube-lhe a tarefa, por ele dita gratíssima, de escrever a biografia daquele sábio

Associando-se ao pesar da sua família e ao do mundo científico brasileiro, a REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA rende-lhe, nesta notícia, o seu preto de Saudade

PROFESSOR CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA

Com o falecimento, ocorrido em setembro do ano próximo passado, do Conde Cândido Mendes de Almeida, grande perda sofreram os meios jurídicos, educacionais e jornalísticos do Brasil

Filho do notável jurista e senador do Império de quem tinha o nome, nasceu na cidade de Paraíba do Sul, na então província do Rio de Janeiro, no ano de 1866

Diplomando-se na Faculdade de Direito de Recife, em 1885, iniciou, desde logo, as suas atividades advocacionais, ingressando como membro efetivo do Instituto da Ordem dos Advogados, da qual era um dos mais antigos integrantes

A sua extraordinária cultura jurídica fê-lo representante do Brasil em mais de um Congresso Internacional, como tenham sido, o IX de Direito Privado (S. Petesburgo, 1902), o IV de Câmaras de Comércio (Boston, 1912) e, como componente da Comissão Internacional Penal e Penitenciária, compareceu aos X e XI Congressos Internacionais Penais e Penitenciários, reunidos em Praga (1930) e em Berlim (1935)

Grande foi o seu devotamento à causa dos nossos encaarcerados. Promoveu, nessa humanitária tarefa, vários decretos federais tendentes à melhoria das condições materiais daqueles infelizes e asseguradores de garantias no domínio do Direito. Entre aqueles a criação do "Sêlo Penitenciário" e, entre estes, o do "Sursis", de tão úteis e relevantes consequências e verdadeiras afirmativas internacionais do desenvolvimento de nossa cultura jurídica

No magistério não menor foi a sua atuação. Instalador da cadeira de Prática Forense na recém fundada Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1891), era, posteriormente, nomeado catedrático de Direito Judiciário Penal. Por mais de 40 anos prodigalizou suas sábias lições à nossa mocidade, tendo se afastado desse árduo e patriótico labor em 1932, em virtude de haver atingido o limite administrativo de idade

Fundador da Faculdade de Comércio do Rio de Janeiro, foi, em 1919, aclamado presidente efetivo do I Congresso Americano de Expansão Econômica e Ensino Comercial, realizado em Montevideu

Jornalista militante, foi redator de vários diários cariocas e revistas de jurisprudência, entre os quais, o "Jornal do Brasil" e "Gazeta dos Tribunais", sendo o associado número um da Associação Brasileira de Imprensa e colaborador permanente de o "Correio da Manhã"

Autor de proficuentes trabalhos jurídicos e monografias, era membro de várias sociedades culturais e sócio de agremiações religiosas e culturais, das quais salientamos a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

Solicitado pelo Estado do Maranhão, foi seu representante em tódas três Sessões de Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, de que resultou o seu convívio, quasi diário, com este Conselho, ao qual ulteriormente ingressou como presidente da Comissão Permanente de Geografia Humana

Incluindo-se no grande número dos que lamentam a sua morte, a REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA presta-lhe esta verdadeira homenagem.

RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

RELATÓRIO DO DIRETÓRIO CENTRAL DO CONSELHO DE GEOGRAFIA E EMENTÁRIO DAS RESOLUÇÕES APROVADAS

Senhores Delegados

Ao se instalarem os trabalhos desta sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no dia 1.º de junho último, de acôrdo com as normas legais, o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o eminente Embaixador José Carlos de Macedo Soares, apresentou substancial relatório das atividades da instituição, no transcurso de julho de 1938 até agora.

Pela palavra presidencial, foi dito, em suas linhas fundamentais, o que efetuou o nosso Conselho no conjunto das realizações do prestigioso Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A Assembléia Geral do Conselho, em sua Resolução n.º 26, de 19 de julho de 1938, determinou porém a apresentação de relatórios circunstanciados das atividades de cada Diretório representado na Assembléia. O Diretório Central, ao qual cabem responsabilidades grandes, não só pela qualidade regulamentar de órgão representativo da Assembléia Geral do Conselho no intervalo das suas sessões, como também pela sua atuação no âmbito federal, apressa-se em cumprir a obrigação, relatando o que fez, desde julho de 1938, em prol das iniciativas e empreendimentos do Conselho.

A medida imposta pela Assembléia, por um lado tem a vantagem de promover a troca de impressões e o oferecimento de dados valiosos para o conhecimento preciso e objetivo da marcha da instituição, e por outro lado habilita os dignos delegados da Assembléia ao julgamento dos atos dos Diretórios Regionais e Central, que o Regulamento lhe atribue.

O Diretório Central, desde 20 de julho de 1938, quando se encerrou a última Assembléia, até o momento de se inaugurarem os trabalhos da presente sessão, realizou 21 reuniões nas quais aprovou 33 Resoluções.

As reuniões do Diretório Central, não raramente revestiram-se de solenidade e tiveram algumas vezes a presença de visitantes ilustres e de companheiros de trabalho.

A posse dos novos membros do Diretório contou sempre com a presença de numerosas figuras de elevada significação cultural, Consultores Técnicos do Conselho e Professores, homens de letras, amigos ilustres dos recipiendários; e, assim, constituíram motivo de intenso júbilo a investidura do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, como delegado técnico do Ministério das Relações Exteriores, a 5 de dezembro de 1938, a do Dr Eugênio Vilhena de Moraes, como delegado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a 3 de agosto de 1938, a do Prof. F. A. Raja Gabaglia, como delegado do Ministério da Educação e Saúde, a 3 de abril de 1939; a do Eng.º Ulpiano de Barros, como delegado do Ministério da Fazenda, a 19 de junho de 1939.

A posse da Comissão Executiva Central, que, nos termos da Resolução 39 da Assembléia, orientará os trabalhos da atualização da Carta Geográfica do Bra-

sil ao milionésimo, deu-se solenemente na reunião do Diretório do dia 18 de maio de 1939.

Também perante o Diretório, e com solenidade, foi dada no dia 5 de junho último pelo provector Prof. Alirio de Matos a aula inaugural do Curso de aperfeiçoamento de profissionais para o levantamento de coordenadas geográficas, primeiro passo para a realização da importante campanha que o Conselho resolveu empreender suplementarmente ao preparo da carta geográfica brasileira.

A visita do ilustre Dr Paulo Ramos, interventor no Maranhão, efetuada a 18 de maio do corrente ano, emprestou à reunião do Diretório um relêvo ímpar e deu oportunidade a que se prestassem a êsse ilustre governante as homenagens a que fez jus, pelo interêsse revelado pelas iniciativas geográficas do Instituto.

Por outro lado, participaram dos trabalhos do Diretório não pouco numerosos técnicos, companheiros de trabalho do Conselho.

O Eng^o Batista Pereira, na reunião do dia 3 de fevereiro próximo passado, apresentando documentação interessante, expôs trabalhos em execução no Rio Grande do Sul

O Eng^o Alcides Balarini, membro da Comissão de Revisão da Divisão Territorial do Estado de Sergipe, em 3 de abril último, apresentou um interessante mapa do Estado com a divisão atualizada, de sua autoria

O Dr F Martins dos Santos, em 3 de junho próximo findo, fez uma exposição das suas pesquisas de toponímia indígena santista; nesse mesmo dia, esteve presente o Eng^o F Opermann, da Companhia Litográfica Ipiranga, indiscutivelmente a empresa particular do país que melhor aparelhagem cartográfica apresenta no momento.

Nas Resoluções aprovadas, cuja série hoje atinge ao número 40, o Diretório Central consubstanciou as suas deliberações mais importantes

A efetivação das iniciativas lançadas pela Assembléia de 1938 constituiu uma preocupação constante, de resultados animadores, apresentando hoje uma situação auspiciosa os empreendimentos por ela cogitados, aprovados e planejados — é que, vigilante, o Diretório agiu criteriosa e eficientemente, provendo a quanto necessário fôsse, no devido tempo.

Basta em relance um golpe de vista sôbre as Resoluções da Assembléia, em confronto com a situação presente das realizações nelas concentradas.

A Assembléia cogitou do funcionamento do Corpo de Consultores Técnicos e preencheu as Consultorias Nacionais com personalidades de indiscutível valor cultural nas respectivas especializações. O Diretório, secundando os objetivos da Assembléia, em sua Resolução 37, de 4 de maio, promoveu a realização de um inquérito junto aos Consultores Nacionais e Regionais, ou que se investigassem o estado atual dos conhecimentos científicos das respectivas especializações, a situação momentânea das pesquisas e trabalhos correlatos no país, e as sugestões de um possível desenvolvimento dos mesmos, com a interferência do Conselho.

A Resolução 18 da Assembléia promoveu a publicação da "Revista Brasileira de Geografia", cujo 1^o número saiu em janeiro do corrente ano, tal como fôra previsto.

O Diretório escolheu, com raro acêrto, a Comissão de Redação, cuja atuação dedicada e feliz tem imprimido à Revista um destino vitorioso. O 3^o número,

o de julho, em impressão adiantada está por sair, com a mesma pontualidade que, desde o início, vem constituindo norma rigorosamente observada pela direção. A acolhida no país e no estrangeiro tem sido excepcional, o que demonstra o acerto da iniciativa da publicação da Revista

A integração das magnas instituições culturais, efetivada pela Assembléia, já vem trazendo consequências proveitosas, através de entendimentos construtores. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo centenário comemorado em outubro de 1938 constituiu lídimo padrão de glória para a cultura nacional, colaborou eficazmente nos preparativos das solenidades do Dia do Município, elaborando um Ritual magnifico que, em todos os Estados do Brasil, no dia 1.º de janeiro de 1939, marcou para a nossa História uma das mais caras efemérides. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em um gesto generoso, ofertou 5.000 volumes da obra "Geografia do Brasil", editada em 1922 em comemoração ao Centenário da nossa Independência, para serem distribuídos aos órgãos regionais e locais do Conselho

A criação do órgão central do Conselho, de coordenação geográfica, tão encarecida pela Assembléia, afinal concretizou-se com a assinatura do decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938. O pronunciamento da Comissão Censitária Nacional teve uma influência marcante: em sua Resolução n.º 10, de 25 de agosto de 1938 solicitou ao Governo da União a lei, que pouco depois era assinada. Coube ao Diretório regulamentar o novo órgão: fê-lo pela Resolução n.º 31, de 9 de fevereiro de 1939, que lhe deu organização e firmou-lhe diretrizes.

A Assembléia de 1938 lançou o estudo de um problema fundamental, o da intensificação no país dos levantamentos territoriais sobretudo com os recursos modernos da técnica aerofotogramétrica. O Diretório, secundando, deliberou a ida à Europa do Secretário do Conselho, para participar dos trabalhos do V Congresso Internacional de Fotogrametria e neles observar o avanço dessa técnica quanto às suas aplicações em casos análogos ao do Brasil — país de área enorme, fracamente povoada. Constituiu também objeto dessa viagem, nos termos do decreto do Presidente da República, o estudo da questão da impressão da Carta Geográfica ao milionésimo, que ao Conselho compete preparar.

Os elementos colhidos na missão ao estrangeiro são promissores. De um lado, a aerofotogrametria na sua modalidade de levantamento rápido e de relativamente baixo custo, — na qual os técnicos brasileiros ocupam uma posição marcante e mesmo pioneira, — permite pensar-se no levantamento de toda a superfície do nosso imenso país em menos de meio século, tais sejam os recursos que o Governo atribuir ao desenvolvimento desses trabalhos. De outro lado, a dependência do estrangeiro, quanto à impressão de mapas precisos, caminha para a extinção, estando orientados os estudos da impressão da carta ao milionésimo no sentido de ficar o país definitivamente dotado de estabelecimento cartográfico convenientemente aparelhado.

Atenção especial da Assembléia de 1938 mereceram os trabalhos censitários de natureza geográfica, afetos ao Conselho Nacional de Geografia. Em sua Resolução n.º 39, de 20 de julho, a Assembléia previu o início da execução dos trabalhos de atualização da Carta ao milionésimo, instituiu uma Comissão Executiva Central para orientar os trabalhos especializados correspondentes, cogitou de uma campanha de levantamento de coordenadas geográficas e de altitudes das sedes municipais.

O Diretório compreendendo a importância desses cometimentos, para os mesmos dispensou uma atenção especial e, em deliberações consecutivas, promoveu as medidas apropriadas para a sua concretização: providenciando a ida de um técnico ao estrangeiro, como foi dito, proveu em condições favoráveis ao

estudo do importante problema da impressão da Carta; enviando técnicos seus e auxiliando instalações, cooperou com os serviços estaduais de Maranhão, Baía, Piauí, Rio Grande do Norte e Território do Acre, nos trabalhos dos mapas municipais, de interesse direto para a Carta, obtendo da Presidência da República a prorrogação do prazo para a apresentação dos mapas municipais, contribuiu para a melhoria da execução desses trabalhos; regulamentando o Serviço de Coordenação Geográfica, hoje Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, preparou os elementos executivos dos trabalhos especializados da Carta e do Atlas Corográfico Municipal; promovendo a orientação técnica dos trabalhos especializados conseguiu o concurso de técnicos de primeira ordem; compreendendo a importância da campanha das coordenadas, obteve os recursos necessários do Conselho Nacional de Estatística e da Comissão Censitária Nacional

Graças ao conjunto dessas providências do Diretório, a situação dos empreendimentos fixados pela Assembléia de 1938 encontram-se em satisfatórias condições. Devidamente regulamentado e instalado a 15 de março de 1939, está em plena atuação o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, constituído de 4 seções de Documentação e Informações, da Carta Geral ao milionésimo; de Cartas Regionais e Municipais; e de Estudos Geográficos, Estatísticas Territoriais e Cartografia Estatística.

Investido na quádrupla função de Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia, de Serviço Federal de Estatística Territorial, órgão técnico da Comissão Censitária Nacional e Serviço Cartográfico da Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, órgão técnico executivo central do Conselho Nacional de Geografia, tem ao seu cargo uma missão gigantesca e fundamental.

Autorizado pelo Presidente da República, o Presidente do Instituto empossou a Comissão Executiva Central da Carta, constituída de técnicos especializados que veem estudando proficuamente, em reuniões semanais, o plano dos trabalhos da Carta.

Também por autorização expressa do Presidente da República, foi atribuída ao eminente Prof. Alírio de Matos, catedrático de Geodesia e Astronomia de Campo da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, a orientação técnica da campanha das coordenadas geográficas das sedes municipais.

A carta geográfica, cuja edição nova se prepara, precisa apresentar um progresso apreciável, por isso no seu melhoramento o Conselho vivamente se empenha. Aos seus olhos, não bastam os inúmeros trabalhos de campo realizados de 1922 para cá, que irão dar um enriquecimento enorme em relação à edição anterior. O Conselho deliberou fazer a campanha das coordenadas, com dois objetivos principais: um, o enriquecimento da rede de pontos de posição exata, astronômicamente determinada; outro, a obtenção de elementos de referência geográfica que permitam o aproveitamento, na carta geral, dos mapas municipais que as Prefeituras preparam para entregarem até 31 de dezembro ou seja o aproveitamento de 1572 contribuições cartográficas de subido valor.

Para efetivar a campanha, surgiu a necessidade da preparação dos operadores, porque, de alta especialização, o levantamento de coordenadas não ocorre normalmente na atividade dos profissionais habilitados. Daí o curso que o Conselho organizou sob a direção do Prof. Alírio de Matos.

O Diretório regulou a organização do curso e, refletindo a natureza mesma do Conselho, como sistema coordenador de atividades, deu preferência aos engenheiros das administrações estaduais que fôssem designados pelos Governos respectivos, com a condição de, se habilitados no curso, ficarem à disposição do Instituto, servindo exclusivamente na campanha de coordenadas. Mais do que

era de se esperar, o convite do Presidente do Instituto despertou grande interesse, e hoje, 15 engenheiros estão inscritos, dos quais 14 designados por chefes dos governos estaduais, a saber: Amazonas, 1, Baía, 2, Ceará, 1; Espírito Santo, 2, Minas, 2; Pará, 1; Paraná, 1; Santa Catarina, 1; Sergipe, 1 e Estado do Rio, 2

Inaugurado a 5 de junho último, o curso prossegue intensamente, devendo terminar no fim de julho corrente, quando irão a campo os profissionais para iniciar a campanha em condições de pleno êxito

Não se limitou ao exposto a atenção do Diretório que, além das providências necessárias à realização dos objetivos fixados pela Assembléia, outras deliberações tomou relacionadas com as atividades do Conselho e com problemas submetidos à sua consideração

Aprovou a indicação de consultores técnicos, formulada pelos Diretórios Regionais dos Estados do Rio Grande do Norte, Baía, Santa Catarina, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Sul e Território do Acre, integrando nos sistemas regionais respectivos o concurso de altos valores culturais

Aceitou, em nome do Conselho, a sugestão profundamente interessante da Comissão Censitária Nacional, de se preparar o Dicionário Geográfico e Toponímico e a Coletânea de Efemérides Brasileiras, e, a seguir, tomou as providências necessárias à sua efetiva realização aprovou as normas de organização dos serviços respectivos, estabelecendo um plano progressivo de pesquisas, deliberou sobre a orientação técnica dos trabalhos, hoje entregues ao Eng^o Virgílio Correia Filho, conhecido historiador e geógrafo, de marcante operosidade e competência; proveu aos meios de execução dos trabalhos, incluindo-os nos encargos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica

A execução da lei 311 — a lei geográfica do Estado Novo — mereceu também do Diretório cuidados especiais, e êste em Resoluções sucessivas, deliberou sobre questões a ela referentes

A assistência técnica aos sistemas regionais que ao Conselho recorreram foi concedida, dentro das pequenas possibilidades orçamentárias, e assim o Diretório prestou um concurso apreciável na planificação dos trabalhos dos mapas municipais

Assentando um padrão para as leis regionais executivas da lei 311, que fixariam a divisão territorial respectiva, entrada em vigor a 1.º de janeiro, contribuiu o Diretório para imprimir à campanha o cunho uniformizador que constitui um dos seus grandes encantos e o seu profundo alcance nacional

Sugerindo ao Presidente da República uma lei, que foi assinada, sobre a inclusão do Distrito Federal nos quadros da divisão territorial da República, promoveu a totalização do quadro brasileiro

Solicitando uma lei especial, que foi baixada, regularizou-se a situação do Estado do Rio Grande do Sul, que, por circunstâncias imprevistas, não podia apresentar a tempo, a descrição sistemática das divisas inter-municipais e inter-distritais previstas

Determinando a participação direta do Conselho, nos festejos do Dia do Município na Capital da República, contribuiu decisivamente para que essa festa, de significação nacional tão profunda, tivesse no Distrito Federal o brilho que lhe competia.

Promovendo, no devido tempo, a representação do Conselho na comissão especial, prevista, em lei, para o estudo da divisão do Distrito Federal em sub-zonas, fez o que lhe competia no encaminhamento da questão

Promovendo a prorrogação, efetivada em lei federal, do prazo para apresentação dos mapas municipais, até 31 de dezembro, concretizou uma providência de muita importância para a execução dos trabalhos

Apelando para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, na forma devida, e facilitando a visita de um dos seus técnicos a serviços federais de geografia, manifestou seu zelo pela efetivação de providências úteis aos trabalhos geográficos no âmbito regional respectivo

Finalmente, por intermédio das suas Resoluções 32 e 40, o Diretório pronunciou-se sobre dois assuntos de relevância. Um, é a construção do edifício da sede do Instituto, intitulado o "Palácio da Cultura", onde teriam teto não só as repartições centrais do Instituto como também as magnas associações nacionais de cultura, iniciativa essa tão luminosa mas que infelizmente teve de ser retardada, porque, o local previsto, onde atualmente se localiza o Silogeu Brasileiro, está reservado a arruamentos que a Prefeitura pretende fazer em alargamento das vias públicas, atendendo às necessidades de expansão da cidade

Outro, é a participação do Brasil na VII Assembléia Geral da União Internacional de Geodesia e Geofísica, a realizar-se em Washington de 4 a 15 de setembro próximo, tendo o Diretório autorizado a Presidência do Instituto a promover a referida participação, é de esperar que o país compareça a esse certame, colhendo o nosso delegado as informações as mais interessantes sobre o desenvolvimento dessas técnicas especializadas e de tanto interesse para o nosso Conselho.

Eis, senhores delegados, relatados os trabalhos desenvolvidos pelo Diretório Central, desde a última sessão da Assembléia

Com dedicação e prudência procurou servir

Com confiança aguarda o julgamento dos seus atos

(Lido pelo engenheiro Cristóvão Leite de Castro, secretário geral do C N G, na sessão de encerramento da 3ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia)

EMENTÁRIO DAS RESOLUÇÕES DO DIRETÓRIO CENTRAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Resolução n.º 1, de 26/11/37 — Solicita providências ao Governo da República

Resolução n.º 2, de 28/3/38 — Estabelece as instruções gerais previstas pelo art. 16 do decreto-lei n.º 311, de 2 de março corrente, e sugere providências aos Governos Regionais

Resolução n.º 3, de 29/3/38 — Estabelece, nos termos do decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março corrente, os requisitos mínimos a que os mapas municipais devem satisfazer e as instruções gerais para a fixação das zonas urbanas e suburbanas das sedes municipais e distritais

Resolução n.º 4, de 13/4/38 — Autoriza a Secretaria Geral a permitir o estágio em seus serviços, mediante condições que estabelece

Resolução n.º 5, de 13/4/38 — Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais, formulada pelo Diretório do Conselho, no Estado do Paraná.

Resolução n.º 6, de 13/4/38 — Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais, formulada pelo Diretório do Conselho, no Estado do Ceará

Resolução n.º 7, de 11/5/38 — Recomenda aos Diretórios Regionais que se empenhem na instalação dos Diretórios Municipais de Geografia

Resolução n.º 8, de 9/6/38 — Fixa o orçamento do Conselho para 1938

Resolução n.º 9, de 3/8/38 — Aprova a indicação dos Consultores Técnicos Regionais, formulada pelo Secretário Geral do Território do Acre

Resolução n.º 10, de 3/8/38 — Fixa provisoriamente a tabela de gratificações pelos serviços prestados pelos funcionários da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia, em horas fora do expediente normal, enquanto não se instalar o Departamento Central de Coordenação Geográfica

Resolução n.º 11, de 3/8/38 — Concede uma gratificação de seiscentos mil réis mensais a um auxiliar da Delegacia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Norte

Resolução n.º 11-A, de 18/8/38 — Dispõe sobre a ida de um delegado do Conselho à Europa para estudar as bases técnicas do plano de intensificação no País dos levantamentos territoriais e as condições da impressão da Carta Geográfica do Brasil, ao milionésimo

Resolução n.º 12, de 19/9/38 — Assenta o padrão previsto na Resolução n.º 108, do Conselho Nacional de Estatística, para as leis regionais executórias do decreto-lei nacional n.º 311, de 2 de março de 1938

Resolução n.º 13, de 19/9/38 — Autoriza o comissionamento de um funcionário técnico do Instituto para prestar assistência aos trabalhos necessários à execução do decreto-lei nacional n.º 311, no Estado do Maranhão

Resolução n.º 14, de 5/12/38 — Dispõe sobre a colaboração técnica do Conselho junto aos sistemas geográficos regionais por intermédio da delegacia geral do Instituto

Resolução n.º 15, de 5/12/38 — Dispõe sobre uma proposta do Instituto a respeito da inclusão do Distrito Federal nos quadros da divisão territorial da República

Resolução n.º 16, de 19/12/38 — Fixa uma contribuição do Conselho para a melhoria do aparelhamento do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre

Resolução n.º 17, de 23/12/38 — Dispõe sobre uma proposta do Instituto ao Governo Federal para que seja atendida uma solicitação do Estado do Rio Grande do Sul, relativa à execução do art. 16 do decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938

Resolução n.º 18, de 23/12/38 — Dispõe sobre a colaboração do Conselho na realização dos festejos do Dia do Município na Capital Federal

Resolução n.º 19, de 23/12/38 — Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado do Rio Grande do Norte

Resolução n.º 20, de 3/1/39 — Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado da Bahia.

Resolução n.º 21, de 3/1/39 — Aceita o encargo de promover a coleta dos elementos necessários à elaboração do Dicionário Toponímico Brasileiro e da Coletânea de Efemérides Brasileiras

Resolução n.º 22, de 3/1/39 — Dispõe sobre o empreendimento da campanha do levantamento das coordenadas geográficas das sedes municipais.

Resolução n.º 23, de 18/1/39 — Dispõe sobre a representação do Conselho na Comissão encarregada do estudo da divisão territorial do Distrito Federal

Resolução n.º 24, de 18/1/39 — Promove a prorrogação do prazo estipulado pelo art. 13 do decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, para a apresentação dos mapas municipais

Resolução n.º 25, de 18/1/39 — Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais, formulada pelo Diretório do Conselho, no Estado de Santa Catarina.

Resolução n.º 26, de 3/2/39 — Formula um encarecido apêlo ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Resolução n.º 27, de 3/2/39 — Facilita a um membro do Diretório Regional do Conselho no Estado do Rio Grande do Sul, a visita a serviços geográficos federais e estaduais.

Resolução n.º 28, de 3/ 2/39 — Define um ponto de vista quanto aos atos interpretativos de linhas divisórias previstos nas leis gerais quinquenais que fixaram os novos quadros territoriais das Unidades Federadas

Resolução n.º 29, de 3/ 2/39 — Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais, formulada pelo Diretório do Conselho, no Estado de Pernambuco

Resolução n.º 30, de 3/ 2/39 — Dispõe sobre a colaboração do Conselho nos trabalhos de elaboração dos mapas municipais dos Estados de Piauí e Rio Grande do Norte

Resolução n.º 31, de 8/ 2/39 — Baixa o regulamento do Serviço de Coordenação Geográfica e dá outras providências

Resolução n.º 32, de 18/ 2/39 — Pronuncia-se sobre a iniciativa do Instituto para a construção do prédio destinado à sua sede

Resolução n.º 33, de 18/ 2/39 — Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais, formulada pelo Diretório do Conselho, no Estado de Paraíba.

Resolução n.º 34, de 20/ 3/39 — Autoriza ao Diretor do Serviço de Coordenação Geográfica a fixar a remuneração dos funcionários, observados os critérios gerais que estabelece

Resolução n.º 35, de 3/ 4/39 — Dispõe sobre a orientação técnica de trabalhos especializados afetos ao Serviço de Coordenação Geográfica

Resolução n.º 36, de 18/ 4/39 — Fixa as normas de organização do Dicionário Geográfico Brasileiro

Resolução n.º 37, de 4/ 5/39 — Determina a organização de um inquérito geográfico junto aos Consultores Técnicos do Conselho

Resolução n.º 38, de 4/ 5/39 — Fixa as normas de organização da Coletânea de Efemérides Geográficas Brasileiras

Resolução n.º 39, de 3/ 6/39 — Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais, formulada pelo Diretório do Conselho, no Estado do Rio Grande do Sul

Resolução n.º 40, de 24/ 6/39 — Dispõe sobre a representação do Brasil na VII Assembléia Geral da União Internacional de Geodésia e Geofísica

Resolução n.º 41, de 18/ 8/39 — Dispõe sobre um reforço de verbas do Conselho no corrente exercício

Resolução n.º 42, de 4/ 9/39 — Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais, formulada pelo Diretório do Conselho, no Estado do Rio de Janeiro

Resolução n.º 43, de 4/ 9/39 — Aprova a integração no Conselho da Sociedade Mineira de Engenheiros

Resolução n.º 44, de 4/ 9/39 — Dispõe sobre a pesquisa de nomes estrangeiros de localidades brasileiras

Resolução n.º 45, de 4/ 9/39 — Aprova o quadro de quesitos para o inquérito a ser realizado com os Consultores Técnicos do Conselho

Resolução n.º 46, de 16/ 9/39 — Transfere da quarta para a primeira Seção do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, os trabalhos de elaboração do Dicionário Geográfico Brasileiro e da Coletânea de Efemérides Geográficas Brasileiras

Resolução n.º 47, de 3/10/39 — Cria uma Delegacia do Conselho para prestar assistência técnica aos sistemas regionais do norte do país

Resolução n.º 48, de 3/10/39 — Fixa diretrizes para a colaboração do Conselho na realização do IX Congresso Brasileiro de Geografia

Resolução n.º 49, de 3/10/39 — Determina a organização de fichário bio-bibliográfico dos membros componentes dos órgãos deliberativos e opinativos do Conselho.

Resolução n.º 50, de 3/10/39 — Baixa as instruções técnicas e administrativas para a campanha de levantamento intensivo das coordenadas geográficas das sedes municipais

RESOLUÇÕES DA 3.^a SESSÃO ORDINÁRIA DE ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

RESOLUÇÃO N^o 40 — DE 5 DE JULHO DE 1939

Aprova um voto de louvor ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares pela publicação da notável obra "Fronteiras do Brasil no Regime Colonial", de acentuado cunho geográfico

A Assembléia Geial do Conselho Nacional de Geografia, tomando conhecimento da obra recentemente publicada, de autoria do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, sob o título de "Fronteiras do Brasil no Regime Colonial";

considerando que a referida obra, com preciso conhecimento da evolução verificada na linha divisória das zonas de influência dos dois imperialismos peninsulares, historiou magistralmente a fixação das fronteiras entre a grandiosa colônia portuguesa, transfigurada no Brasil atual e os domínios espanhóis, geradores das repúblicas espano-americanas, desde antes do seu descobrimento, como se ajustou em Tordesillas, até a arraiada luminosa da Independência brasileira;

considerando que o assunto se enquadra perfeitamente nas cogitações do Conselho Nacional de Geografia, pelo aspecto lididamente geográfico de sua explanação, em que se harmonizam às maravilhas, a geografia e a história;

considerando que, para versá-lo cabalmente, o autor possui, além dos conhecimentos adquiridos em trabalhosas pesquisas, a autoridade de chanceler, que se consagrou, em sua fecunda passagem pelo Ministério das Relações Exteriores, ao exame e solução de problemas fronteiriços, resolvidos com fino tato diplomático;

considerando que, de mais a mais, vem a refletir-se no próprio Conselho Nacional de Geografia uma parte da nomeada adquirida pelo autor, como homem de letras e de ciência, por ser Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e portanto, do Conselho Nacional de Geografia;

RESOLVE:

Artigo único — A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia aprova, com os mais vivos aplausos, um voto de louvor ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, pela publicação de sua monumental obra "Fronteiras do Brasil no Regime Colonial"

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1939, ano 4^o do Instituto

RESOLUÇÃO N^o 41 — DE 6 DE JULHO DE 1939

Exprime congratulações aos Chefes dos Governos da União e das Unidades Federadas pela assinatura das leis gerais fixando a divisão territorial do país e pela comemoração nacional do Dia do Município, a 1^o de janeiro do ano corrente

A Assembléia Geial do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; considerando que o notável decreto-lei n^o 311, de 2 de março de 1938, é, indiscutivelmente, o diploma legislativo de mais profunda repercussão geográfica ocorrente nos últimos tempos, o que lhe tem valido o merecido cognome de "lei geográfica do Estado Novo";

considerando que, em uma compreensão superior dos patrióticos propósitos da mencionada lei nacional, os Chefes dos Governos das Unidades Federadas providenciaram, com dedicação excepcional, a elaboração de lei geral que, em cada Unidade, deveria fixar a divisão territorial respectiva, exigindo esforços consideráveis nas pesquisas necessárias à obtenção dos elementos topográficos indispensáveis à definição sistemática de todas divisas inter-municipais e inter-distritais;

considerando que a comemoração do Dia do Município, a 1.^o de janeiro de 1939, em todas as cidades brasileiras, à mesma hora e segundo o mesmo ritual, firmou na história da nossa Pátria uma efeméride da maior significação nacional, em expansão e em finalidade;

RESOLVE:

Art 1.^o — O Conselho Nacional de Geografia congratula-se com o eminente Chefe da Nação pelos resultados surpreendentes já obtidos em todo o Brasil com a execução da lei básica n^o 311, da maior significação nacional, de que foi expressão máxima a entrada em vigor da nova divisão territorial do país, a 1.^o de janeiro do corrente ano, em meio às justas alegrias cívicas da comemoração do Dia do Município, em todas as cidades brasileiras

Art. 2.^o — E' formulado um voto de viva congratulação aos Chefes dos Governos das Unidades Federadas pelo patriótico zelo com que providenciaram a elaboração das leis gerais fixadas da divisão territorial, judiciária e administrativa, das respectivas Unidades, segundo critérios sistematizadores, dentre os quais se destaca a descrição topográfica minuciosa de todas as divisas inter-municipais e inter-distritais

Art 3.^o — O Conselho Nacional de Geografia formula ainda um voto aos Chefes dos Governos das Unidades Federadas, voto pelo maior êxito na campanha patriótica em que oia se empenham, sob o influxo da mesma benéfica lei nacional 311, quanto ao preparo dos mapas municipais a serem apresentados até 31 de dezembro próximo, coordenando, estimulando e auxiliando os esforços das Prefeituras responsáveis, para que, dentro do disposto na lei, se façam os reconhecimentos e levantamentos territoriais mínimos indispensáveis a uma expressão real dos referidos mapas, para enriquecimento efetivo da cartografia brasileira

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1939, ano 4^o do Instituto

RESOLUÇÃO N^o 42 — DE 7 DE JULHO DE 1939

Prescreve a colaboração do Conselho na realização dos Congressos Nacionais de Geografia, sob os auspícios da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições: considerando que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, fundada em 25 de fevereiro de 1883, apresenta brilhante tradição de atividade e de cultura;

considerando que, entre os importantes e inumeráveis serviços prestados à pesquisa geográfica no país, pela citada Sociedade, se salienta a iniciativa da realização dos Congressos Nacionais de Geografia;

considerando a influência benéfica desses certames culturais na preparação e apresentação de estudos especializados sobre assuntos geográficos brasileiros;

considerando que a Sociedade faz parte do Conselho, no qual se integrou em cerimônia solene perante a Assembléa Geral;

RESOLVE:

Art 1^o — O Conselho Nacional de Geografia, atendendo ao apêlo formulado pela tradicional Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, oferece o seu concurso à realização dos Congressos Nacionais de Geografia, a serem organizados sob os auspícios da mesma Sociedade

Art 2^o — O Conselho formula votos para que a Sociedade retome a série desses importantes certames culturais, promovendo-os trienalmente, e encarece a realização, no próximo ano, do Congresso de Florianópolis conforme projeto e manifesto desejo daquele respeitável sodalício

Art 3^o — O Conselho, além do concurso direto, para o que reservará, a partir de 1940, os possíveis recursos na verba própria do seu orçamento, auxiliará a Sociedade na realização dos seus Congressos trienais, mediante a colaboração dos seus órgãos regionais e locais e a cooperação dos seus serviços centrais

Art 4^o — Fica recomendado que na planificação dos assuntos a serem ventilados em cada Congresso, sejam consideradas as campanhas e iniciativas do Conselho Nacional de Geografia

Art 5^o — O Conselho, através do seu Diretório Regional de Geografia, promoverá junto ao Govêno respectivo a apresentação de monografia corográfica oficial sobre o território de cada Unidade Federada, obediente a um plano que o Diretório Central elaborará, e também a sua participação oficial na Exposição de Cartografia

Art 6^o — A Presidência do Instituto fica autorizada a promover oportunamente, se a Sociedade o solicitar, junto ao Govêno da União e aos Govênos da Unidade Federada e da Municipalidade, onde se realiza o certame, a obtenção das concessões possíveis em benefício dos objetivos do Congresso

Art 7^o — Fica sugerida a organização de uma Exposição de Geografia e de Cartografia, anexa ao Congresso

Art 8^o — No plano dos assuntos a serem ventilados em cada Congresso, sugere o Conselho que se inclua uma secção especial para os problemas e conhecimentos geográficos da Unidade Federada e da Cidade, onde o certame se realiza

Art 9^o — Fica lembrada a instituição de prêmios para os autores das teses que melhor desenvolvem os temas oficiais, apresentadas no prazo regulamentar e devidamente apreciadas pelo órgão competente do Congresso, compreendidos nessa vantagem também os mapas que figurarem na Exposição Oficial

Art 10 — O Conselho, dentro das suas possibilidades, colaborará na impressão dos trabalhos aprovados pelo Congresso, de acôrdo com o que foi solicitado pela Sociedade

Art 11 — Fica a presidência do Instituto autorizada a promover os entendimentos necessários, inclusive quanto ao destino do material da Exposição, e a tomar as providências convenientes à execução das presentes disposições

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1939, ano 4^o do Instituto

RESOLUÇÃO N^o 43 — DE 8 DE JULHO DE 1939

Dispõe sobre a publicação de mapas murais para uso das Escolas e de coletâneas de fotografias

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando a importância dos conhecimentos geográficos na formação cultural dos povos;

considerando que no país se observa uma deficiência, a bem dizer completa, de mapas murais destinados à indispensável ilustração do ensino da Geografia nas escolas;

considerando a utilidade de facilitar às escolas a obtenção de mapas geográficos;

considerando que a publicação de mapas deve ser oficial, porque os trabalhos e pesquisas de sua atualização e correção só os poderes públicos podem manter na forma devida;

considerando que, nos têmos do decreto federal n^o 1 527, compete ao Conselho Nacional de Geografia a divulgação no país dos conhecimentos geográficos, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde (art 1^o);

RESOLVE:

Art 1^o — O Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica fica encarregado de publicar uma coleção de mapas, oficiais do Conselho, destinados ao ensino da Geografia nas escolas do país

Art 2^o — O referido Serviço entrará em entendimento com o Ministério da Educação e Saúde, afim de planificar o preparo desses mapas como concurso do Ministério e de acôrdo com os programas de ensino e outros dispositivos vigentes correlatos

§ 1º — A série dos mapas visará o ensino da nossa Geografia

§ 2º — Para os mapas econômicos e de caráter informativo mais variável, deverão ser preparadas novas edições, sempre que a modificação dos valores respectivos transformar sensivelmente a feição geográfica do fenômeno

Art 3º — Na planificação da série desses mapas, o diretor do Serviço ouvirá a opinião de instituições e professores, os órgãos técnicos do Conselho Nacional de Geografia e, em especial, a Comissão de Redação da Revista Brasileira de Geografia

Art 4º — A impressão dos mapas deverá ser feita nas oficinas do Serviço Gráfico do Instituto, quando possível, e, em caso contrário, será contratada com a empresa nacional que oferecer melhores condições de acabamento, preço, prazo e pagamento

Art 5º — A execução dos trabalhos deverá atender a condições razoáveis de apresentação, embora orientada no sentido da maior economia

§ 1º — Os mapas serão normalmente cedidos pelo preço do custo

§ 2º — Excepcionalmente, o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística poderá, a seu critério, cedê-los gratuitamente, a título de prêmio, estímulo, permuta, bem como oferecê-los a Instituições e escolas reconhecidamente desprovidas de recursos financeiros

Art 6º — O Presidente do Instituto fica autorizado a entrar em entendimento com o Ministério da Educação e Saúde e com os chefes de Governos regionais e municipais, afim de obter-lhes o possível concurso para o custeio dos trabalhos de preparação e impressão

Os governos que contribuírem pecuniariamente terão direito a tantos mapas quantos correspondam à importância que dispenderem

Art 7º — No orçamento do Conselho para 1940 deverá ser prevista a verba destinada a publicações, de modo que fiquem consignados recursos assecuratórios do início efetivo da presente campanha

Art. 8º — Deverá também ser estudada, no Serviço de Geografia e Estatística, a publicação de coletâneas de fotografias, destinadas à divulgação de aspectos do território nacional

§ 1º — Cada coletânea compreenderá uma série de fotografias de determinado assunto geográfico (cachoeiras, pontes, picos, cidades, plantações, rodovias, tipos humanos, aspectos regionais, etc.), acompanhadas de legendas explicativas, elaboradas com objetivo cultural

§ 2º — O mencionado Serviço, dentro das possibilidades orçamentárias, iniciará a publicação dessas coletâneas, e com elas também visará as conveniências do ensino da Geografia nas nossas Escolas

§ 3º — Na organização dessas coletâneas deverá ser estudada a possibilidade do preparo de películas apropriadas à projeção luminosa para fins escolares

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N° 44 — DE 13 DE JULHO DE 1939

Exprime agradecimentos ao Conselho Nacional de Estatística e à Comissão Censitária Nacional

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando que o Conselho Nacional de Geografia tem recebido sugestões valiosas, partidas do Conselho Nacional de Estatística e da Comissão Censitária Nacional, as quais tem dado origem a expressivas campanhas geográficas do Instituto;

considerando a colaboração eficaz desenvolvida pelos referidos órgãos dirigentes das alas estatística e censitária do Instituto, a qual tem permitido ao Conselho Nacional de Geografia a efetivação de iniciativas e campanhas essenciais aos seus objetivos;

RESOLVE:

Art 1º — O Conselho Nacional de Geografia exprime ao Conselho Nacional de Estatística e à Comissão Censitária Nacional o seu profundo agradecimento, não só pelas constantes e expressivas demonstrações de apreço e de cordialidade através de estímulos, sugestões, congratulações, como também e sobretudo pela colaboração eficiente e pronta com que os mesmos veem cooperando nos empreendimentos geográficos do Instituto comum

Parágrafo único — O Conselho Nacional de Geografia se confessa particularmente agradecido aos referidos sistemas co-irmãos pelas suas deliberações, decisivas e oportunas, de que resultaram a criação, por lei, do órgão executivo central do Conselho e a obtenção dos recursos necessários à realização da campanha de levantamento das coordenadas geográficas das sedes municipais

Art 2º — O Conselho Nacional de Geografia expressa o seu entusiasmo ante a unidade cada vez mais marcante da obra empreendida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em seu típico aspecto geográfico, estatístico e censitário

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N° 45 — DE 14 DE JULHO DE 1939

Determina providências quanto à remessa dos órgãos que publicam os atos oficiais dos Governos da União e das Unidades Federadas para as Secretarias dos Diretórios Regionais e Central, do Conselho

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando que a publicação dos atos dos Governos nos órgãos oficiais respectivos marca, em via de regra, o início da entrada em vigor das suas disposições;

considerando que, além da legislação propriamente dita, os órgãos oficiais dão a conhecer particularidades interessantes e úteis sobre a atividade da administração pública no desdobramento dos seus serviços e trabalhos;

considerando que as iniciativas e campanhas do Conselho Nacional de Geografia se desenvolvem por todo o país, compreendendo deliberações e providências dos Governos Regionais e Central;

RESOLVE:

Art 1º — O Diretório Central providenciará, junto à autoridade competente, para que seja remetido, regular e gratuitamente, um exemplar do Diário Oficial da União para a Secretaria do Diretório Regional do Conselho, em cada Unidade Federada

Art 2º — Cada Diretório Regional providenciará junto à autoridade competente para que seja remetido, regular e gratuitamente, um exemplar do órgão oficial da Unidade Federada respectiva para a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N° 46 — DE 15 DE JULHO DE 1939

Fixa o orçamento do Conselho para o exercício de 1940

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando ser sua atribuição expressa distribuir os recursos financeiros do Conselho (alínea "g" do art 20 do Regulamento);

considerando que a Presidência do Instituto, ouvido o Diretório Central, solicitou ao Governo da União a inclusão no Orçamento Geral da República para 1940, no auxílio a ser consignado ao Instituto, de uma dotação de mil contos de réis (1 000:000\$000) para o Conselho Nacional de Geografia;

considerando que ao Conselho cabem os onus do aparelhamento e funcionamento do Serviço de Coordenação Geográfica, hoje Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, nos termos do decreto-lei n° 782, de 13 de outubro de 1938, como repartição federal autônoma subordinada ao Instituto;

considerando os importantes encargos atribuídos ao mencionado Serviço, nos termos do Regulamento baixado pela Resolução n° 31 do Diretório Central, dentre os quais se destacam os trabalhos da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo, o preparo do Atlas Corográfico Municipal e outros;

considerando os encargos normais do Conselho, prevendo o seu desenvolvimento natural no transcurso do tempo cogitado e tendo em vista a efetivação das iniciativas e campanhas aprovadas;

RESOLVE:

Art 1º — As despesas do Conselho Nacional de Geografia, durante o exercício de 1940, serão custeadas pelo dotação de mil contos de réis (1 000:000\$000), que se aguarda seja consignada no Orçamento Geral da União na verba de auxílio do Instituto, conforme foi no devido tempo solicitado e justificado pela sua Presidência ao Governo da República

Art 2º — A discriminação dessas despesas é a seguinte:

VERBA I — PESSOAL

1 — Ajuda de custo aos delegados à Assembléa Geral do Conselho nos termos do art 16 do decreto n° 1 200 e art 2° da Resolução n° 8 do Diretório Central	20:000\$000
2 — Aquisição de passagens para os referidos delegados, na forma dos mesmos dispositivos citados no item anterior	15:000\$000
3 — Indenização de despesas de estada aos mesmos delegados, segundo o disposto na Resolução n° 8 do Diretório Central	12:000\$000
4 — Gratificação ao Secretário do Conselho (art 2° do decreto-lei n° 218, de 26 de janeiro de 1938)	12:000\$000
5 — Gratificação de função e por serviços prestados em horas extraordinárias aos funcionários do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (Resolução n° 31 do Diretório Central)	90:000\$000
6 — Vencimentos do pessoal contratado para os serviços da Secretaria Geral, preparo da Carta Geográfica ao milionésimo e outros encargos atribuídos ao mencionado Serviço, nos termos do seu Regulamento (Resolução n° 31 do Diretório Central)	480:000\$000
	<hr/>
	629:000\$000

VERBA II — MATERIAL

1 — Material permanente, móveis, máquinas, utensílios	30:000\$000
2 — Material de consumo, de expediente e congêneres	20:000\$000
3 — Aquisição de obras, mapas, maquetes, documentos, assinatura de recortes e de revistas técnicas, encadernação, material de biblioteca	20:000\$000
4 — Publicação da Revista Brasileira de Geografia e de mapas, outras publicações, cópias heliográficas e fotográficas, formulários e impressos diversos	140:000\$000
5 — Luz, telefone, limpeza, conservação e demais despesas da sede da Secretaria do Conselho	10:000\$000
6 — Condução e pequenas despesas gerais	6:000\$000
7 — Telegramas, selos e demais despesas de expediente	5:000\$000
	<hr/>
	231:000\$000

VERBA III — ENCARGOS E SERVIÇOS DIVERSOS

1 — Assistência técnica e material aos sistemas regionais, inclusive ajudas de custa, diárias e passagens despendidas em objeto de serviço do Conselho	60:000\$000
2 — Participação do Conselho em certames e exposições, despesas especiais não previstas nas dotações anteriores, referentes aos trabalhos relacionados com a lei 311 e com o Recenseamento de 1940	60:000\$000
3 — Suplementação de verbas e despesas extraordinárias que forem autorizadas pelo Diretório Central	20:000\$000
	140:000\$000

Art 3º — Fica o Diretório Central autorizado a desdobrar verbas e transferir importâncias de uma verba para outra, mediante resoluções especiais devidamente fundamentadas, quando, em casos excepcionais, a providência se tornar indispensável à boa marcha dos serviços e sem que a diminuição de qualquer verba venha prejudicar as iniciativas nela objetivadas

Art 4º — Os saldos de verbas, porventura ocorrentes, destinar-se-ão à suplementação das verbas que apresentarem *deficits* e, cobertos estes, se ainda houver saldo, será transferido para o fundo de reserva do Instituto

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N.º 47 — DE 15 DE JULHO DE 1939

Aplauda uma iniciativa do Departamento Geral de Estatística do Estado de Minas Gerais e faz uma recomendação

A Assembléa Geal do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando que, tendo por objetivo o melhor conhecimento do território do país, nos seus múltiplos aspectos, o Conselho deve acompanhar quanto se faz, em pesquisas e estudos, sôbre a nossa Geografia;

considerando que o Conselho, valendo-se principalmente das atividades oficiais, não pode deixar de manifestar particular interêsse pelas iniciativas de caráter geográfico tomadas pelas repartições da administração pública;

considerando que é de grande alcance na ciência geográfica orientar as pesquisas segundo normas uniformes e sistemáticas, o que também representa uma conveniência de ordem prática;

RESOLVE:

Art 1º — É consignado um voto de caloroso aplauso ao Departamento Geral de Estatística do Estado de Minas Gerais pela elaboração do excelente trabalho intitulado "As Grutas em Minas Gerais", organizado pela sua Divisão de Estatística Fisiográfica e da Viação e com o qual o Departamento inicia uma série de publicações sôbre as riquezas naturais do Estado, oferecendo, assim, valioso subsídio à pesquisa dos elementos fisiográficos daquela Unidade Federada

Art 2º — O Conselho Nacional de Geografia louva a feição padronizada da referida publicação e, reconhecendo a conveniência da adoção, quando possível, de modelos uniformes, recomenda aos Diretórios Regionais que promovam junto às repartições competentes a elaboração de trabalhos referentes às grutas e cavernas porventura existentes nas Unidades Federadas respectivas, à semelhança e nos moldes do apresentado por Minas Gerais

Art 3º — Fica determinado aos Diretórios Regionais que estudem, promovam e intensifiquem a elaboração de monografias específicas sôbre assuntos geográficos das Unidades Federadas respectivas, estimulando a realização e a publicação de estudos e pesquisas pelas repartições especializadas correlatas

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N.º 48 — DE 15 DE JULHO DE 1939

Dispõe sôbre a terminação do mandato dos Consultores Técnicos do Conselho

A Assembléa Geal do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições: considerando a conveniência de ser fixada a data da terminação do mandato dos Consultores do Conselho;

considerando recomendável a prática adotada pelo Diretório Central de eleger os Consultores Técnicos Regionais mediante Resolução especial;

RESOLVE:

Art 1.º — O mandato de dois anos, previsto no art 5º da Resolução n.º 12, de 17 de julho de 1937, da Assembléa Geal, terminará na data de 15 de julho, para os Consultores Técnicos Nacionais

Art 2.º — Terminará a 15 de julho de 1940 o mandato dos atuais Consultores Técnicos Nacionais, eleitos pela Assembléa Geal, em sua Segunda Sessão Ordinária realizada em julho de 1938, e cujo quadro é o seguinte:

Secção I — Metodologia Geográfica, prof. Sílvio Fróis Abieú; Secção II, Metodologia do Ensino da Geografia, prof. F. A. Raja Gabaglia; Secção III, Bibliografia Geográfica, dr. Rodolfo Garcia; Secção IV, Nomenclatura Geográfica, min. Bernardino José de Sousa; Secção V, Documentação Cartográfica, dr. Henrique P. Vasconcelos; Secção VI, Topografia e Topologia, eng. Luiz Cantanhede de Almeida; Secção VII, Geodésia, Comte Radlei de Aquino; Secção VIII,

Astronomia de Campo, eng Sebastião Sodré da Gama; Secção IX, Fotogrametria, gen. Alípio Di Primio; Secção X, Cartografia, eng Alípio Huguenei de Matos; Secção XI, Geografia Histórica, di. Afonso D'Esciagnole Taunay; Secção XII, História da Geografia, dr Max Fleiuss; Secção XIII, Geologia, eng Rui Maurício de Lima e Silva; Secção XIV, Paleogeografia, eng Matias G Oliveira Roxo; Secção XV, Geomorfologia, eng Luciano Jaques de Moraes; Secção XVI, Geofísica, eng Inack do Amaral; Secção XVII, Geografia Pedológica e Agiológica, di Mário Saraiva; Secção XVIII, Orografia, eng Álvaro da Silveira; Secção XIX, Potamografia, eng Maurício Joppert da Silva; Secção XX, Limnografia, eng Antônio J Alves de Sousa; Secção XXI, Oceanografia, alm. Raul Tavares; Secção XXII, Climatologia, eng J Sampaio Feijaz; Secção XXIII, Fitogeografia, prof. Alberto J Sampaio; Secção XXIV, Zoogeografia, prof. C Melo Leitão; Secção XXV, Geografia Humana, prof. E. Roquete Pinto; Secção XXVI, Etnografia, gen Cândido Mariano da Silva Rondon; Secção XXVII, Geografia das Calamidades, eng. João Filipe Pereira; Secção XXVIII, Geopolítica, min. Hildebrando Actoll; Secção XXIX, Limites, cel Renato Rodrigues Pereira; Secção XXX, Divisão Territorial, gen. J. M. Moreira Guimarães; Secção XXXI, Localidades, prof. Basílio de Magalhães; Secção XXXII, Povoamento, dr José F de Oliveira Viana; Secção XXXIII, Geografia da Produção, di. Aitui Tônes Filho; Secção XXXIV, Geografia dos Transportes, eng Moacir F. Silva; Secção XXXV, Geografia das Comunicações, comte Biaz Dias de Aguiar; Secção XXXVI, Geografia Regional, major José Lima Figueiredo; Secção XXXVII, Geografia do Litoral, eng Everaldo Backhuser; Secção XXXVIII, Turismo, di. Louival Fontes; Secção XXXIX, Geografia Urbana, di Gilberto Freire; Secção XL, Geografia Lingüística, comte Eugênio de Castro

Art 3.º — Ocoitendo vaga de Consultor Técnico Nacional, o Diretório Central elegerá novo titular que exercerá as funções até a terminação do mandato do substituído

Art 4.º — O mandato dos Consultores Técnicos Regionais, de dois anos, será contado da data da Resolução do Diretório Central, que os eleger

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1939, ano 4.º do Instituto

RESOLUÇÃO N.º 49 — DE 15 DE JULHO DE 1939

Apruva um voto de congratulações ao Departamento dos Correios e Telégrafos pelos valiosos serviços proporcionados quando se processou a divisão territorial no País

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; considerando que o prazo estabelecido para a fixação da nova divisão territorial dos Estados foi relativamente exiguo para a obtenção dos dados indispensáveis, sobretudo nas Unidades Federais que, extensas, não dispõem de rápidos meios de transporte;

considerando que o serviço postal telegráfico do Governo prestou inestimável auxilio na execução dos trabalhos sobressaindo, por sua presteza e regularidade, o serviço telegráfico;

RESOLVE:

Art 1.º — O Conselho Nacional de Geografia exprime um voto de congratulações e de vivo aplauso ao Departamento dos Correios e Telégrafos pela eficiente colaboração postal-telegráfica proporcionada quando da fixação da nova divisão territorial dos Estados, concorrendo valiosamente para o desempenho cabal da tarefa cometida às Comissões especiais

Art 2.º — E' solicitado ao Diretor Geral do Departamento a transmissão dêsse voto às suas Diretorias Regionais, como um agradecimento especial ao pessoal do serviço postal-telegráfico, pelo inestimável auxilio prestado

Rio de Janeiro 15 de julho de 1939, ano 4.º do Instituto

RESOLUÇÃO N.º 50 — DE 15 DE JULHO DE 1939

Elege os membros das Comissões Técnicas Permanentes

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; considerando que, por circunstâncias imprevistas, entre elas o acúmulo de trabalhos afetos aos órgãos centrais do Conselho, as Comissões Técnicas Permanentes não puderam ainda iniciar os seus trabalhos, o que torna aconselhável a recondução dos seus titulares eleitos pela Assembléa em 1938;

RESOLVE:

Art único — Ficam eleitos, para o exercício 1939-1940, os seguintes membros das Comissões Técnicas Permanentes do Conselho Nacional de Geografia:

Comissão de Levantamentos Territoriais — Eng Luiz Vieira, presidente; eng Megálvio Rodrigues, relator; eng Benedito Quintino dos Santos; eng Lauro Sampaio e eng Luiz Derenzi

Comissão de Cartografia — Eng Gerson de Faria Alvim, presidente; eng Fábio de Macedo Soares Guimarães, relator; eng Vítor Peluso Junior; eng Valdemar Leféve e eng Paulo Torcápio Ferreira

Comissão de Fisiografia — Eng Francisco Saturnino Biaga, presidente; eng Alberto Lago Filho, relator; dr Plínio de Lima; di Zoroastio Artiaga e eng Luiz Flores de Moraes Régo

Comissão de Geografia Humana — Conde Cândido Mendes de Almeida, presidente; Dona Heloisa Alberto Tônes, relator; di Lauro Montenegro; prof Agnelo Bittencourt e di Luiz da Câmara Cascudo

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1939, ano 4.º do Instituto

RESOLUÇÃO N.º 51 — DE 18 DE JULHO DE 1939

Atribue ao grande geógrafo e explorador brasileiro General Cândido Mariano da Silva Rondon o título de CIVILIZADOR DO SERTÃO

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando a grandiosidade científica e humana da obra de civilização empreendida pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon;

considerando ainda a feição essencialmente nacionalizadora dessa obra, no típico aspecto de reconhecimento geográfico de imensa região, construção de extensa rede de linhas telegráficas e proteção ao índio;

considerando que, efetivamente, na chefia de várias Comissões, alongadas por cerca de 40 anos, o General Rondon penetrou e devassou o território matogossense e suas adjacências, realizando, como explorador-cientista, o reconhecimento geográfico e naturalístico do Brasil centro-occidental;

considerando que, portador da civilização, o General Rondon, verdadeiro bandeirante das intercomunicações, deu sentido econômico e social à integração do sertão ocidental na grande vida da Pátria;

considerando que, como protetor do selvícola, o General Rondon desenvolveu notável atuação de brasilidade, constituindo-se autêntico missionário da fraternidade humana;

considerando que, como geógrafo, o General Rondon é classificado mundialmente entre os maiores exploradores de regiões centro-continetais;

RESOLVE:

Art único — O Conselho Nacional de Geografia, exaltando a obra benemérita do grande geógrafo e explorador General Cândido Mariano da Silva Rondon, e prestando a essa nobre figura de servidor do Brasil, a maior e mais alta homenagem do seu apêço, proclama-o perante a Nação agradecida, para que assim se lhe inscreva o nome no bronze da História — O CIVILIZADOR DO SERTÃO

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1939, ano 4.º do Instituto

RESOLUÇÃO N.º 52 — DE 20 DE JULHO DE 1939

Renova o apêlo formulado pela Assembléa quanto à criação de um serviço geográfico em cada Unidade Federada

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

confirmando as justificativas da Resolução n.º 23, de 19 de julho de 1938, em que a Assembléa Geral formulou encarecido apêlo aos Governos Regionais para a criação ou melhoria dos serviços geográficos;

considerando que o apêlo teve boa repercussão, mas que circunstâncias, sobretudo as de natureza orçamentária, impediram as realizações na plenitude desejada;

considerando que, apesar das proveitosas e decididas deliberações de vários Governos Regionais, uns ampliando serviços existentes, outros dispondo-se a criar serviços autônomos, terceiros criando secções de geografia ou de cartografia dentro de repartições existentes, ainda perdura a necessidade de se completar o quadro dos serviços especializados, de modo que as pesquisas geográficas no país possam ser conduzidas com uniformidade e sentido nacional;

considerando que a execução da lei 311, determinando a fixação precisa da divisão territorial de cada Unidade Federada, mediante leis gerais quinquenais, exige o conhecimento corográfico do território, afim de serem, cada cinco anos, estabelecidas com segurança e definidas com exatidão as divisas inter-municipais e inter-distritais;

considerando que a experiência do preparo, em 1938, da primeira lei quinquenal fixadora da divisão territorial, que entrou em vigor a 1.º de janeiro do ano corrente, aconselha que, desde já, sem precipitações, cuidadosamente, se vá promovendo a obtenção dos dados territoriais que habilitem os Governos, em 1943, a uma solução pronta, segura, equitativa e a salvo de imprevistos e indecisões;

considerando que a fixação quinquenal dos âmbitos municipais desperta nas Prefeituras o interesse pelo conhecimento das suas divisas, interesse que cumpre ao Estado aproveitar, estimulando, orientando e auxiliando os reconhecimentos e levantamentos territoriais, de execução municipal;

considerando que a influência do serviço geográfico se poderá fazer sentir, com real proveito, junto aos Diretórios Municipais de Geografia, coordenando e orientando a atuação deles no preparo de monografias corográficas municipais e no enriquecimento e aperfeiçoamento dos mapas municipais, que serão apresentados até 31 de dezembro próximo;

RESOLVE:

Art 1.º — E' formulado um voto de profundo agradecimento e de caloroso aplauso aos chefes dos Governos das Unidades Federadas que, de julho de 1938 ao corrente, efetivaram providências em benefício das atividades geográficas regionais: ao Interventor no Estado de São Paulo, pela melhoria considerável introduzida no Instituto Geográfico e Geológico; ao Governador do Estado de Minas Gerais pela importante e proveitosa reforma do Departamento Geográfico; ao Interventor no Estado da Bahia pela melhoria do orçamento dos Serviços Geográficos e Meteorológicos; aos Intevtores nos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Maranhão, pela decisiva e manifesta intenção de criarem serviços geográficos autônomos; ao Governador do Território do Acre, aos Intevtores nos Estados de Amazonas, Goiaz, Piauí, Pa-

raiba, Rio Grande do Norte, pela criação de Secções de Cartografia ou de Geografia ou Topografia, integradas em repartições autônomas, de atividade correlata

Art. 2º — Fica renovado o apêlo aos Chefes dos Governos das Unidades Federadas, constante da Resolução n.º 23, de 19 de julho de 1938, da Assembléa Geral, no sentido de se criado, onde não houver, um serviço geográfico que, embora em condições mínimas, execute as operações topográficas, sobretudo os reconhecimentos e levantamentos das divisas inter-municipais e inter-distritais; prepare os trabalhos cartográficos, sobretudo a carta quinzenal do território estadual prevista na cláusula XIII da Convenção Nacional de Estatística; promova, estimule e oriente as pesquisas territoriais locais, sobretudo quanto à elaboração de monografias corográficas municipais e ao aperfeiçoamento dos mapas dos territórios dos Municípios, com o concurso de Diretórios Municipais de Geografia

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N.º 53 — DE 20 DE JULHO DE 1939

Dispõe sobre a elaboração de monografias corográficas dos territórios das Unidades Federadas

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições: considerando as enormes vantagens decorrentes do preparo de monografias corográficas parciais, obedientes a um plano uniforme, prévia e meticolosamente estabelecido, não só como subsídio ao conhecimento geográfico do país mas também como valioso elemento de divulgação, sobretudo através das escolas;

considerando os apreciáveis recursos de coleta de informações e detalhes, de que dispõe o Instituto, e também, tendo em vista as deliberações pelo mesmo Instituto aprovadas em relação à elaboração de contribuições monográficas;

RESOLVE:

Art 1º — O Diretório Central do Conselho deverá estudar um plano de elaboração de monografias corográficas das Unidades da Federação, que sirvam também para fins escolares

Art. 2º — Nesse plano deverão ser obedecidas as disposições legais em vigor, relativas ao livro didático, mediante entendimento com o órgão competente do Ministério da Educação e Saúde

Art 3º — No plano serão ainda observadas as resoluções e normas já adotadas pelo Instituto quanto à elaboração de monografias bem como as conveniências do mecanismo do Conselho

Art 4º — Fica o Diretório Central autorizado a fazer as modificações no orçamento, que se fizerem necessárias à execução do plano que foi estabelecido

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N.º 54 — DE 20 DE JULHO DE 1939

Prescreve a referência ao nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nas publicações das repartições e instituições integradas no seu sistema geográfico e dá outras providências

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando que o quadro executivo do Conselho, de acordo com a legislação, compreende repartições e institutos que, nas órbitas federal e regionais, funcionam como órgãos executivos centrais do sistema geográfico do Instituto;

considerando que existem instituições privadas integradas no Conselho, segundo normas estabelecidas por esta Assembléa;

considerando que as instituições oficiais e privadas, integradas no sistema geográfico do Instituto, editam publicações, nas quais, em boa regra, deve constar o nome da organização nacional a que pertencem;

considerando ainda a necessidade do uso generalizado e uniforme da ortografia oficial no país;

considerando, finalmente, que as repartições e instituições integradas no sistema estatístico do Instituto já adotam a norma aqui prescrita, em virtude da Resolução n.º 47, de 15 de julho de 1937, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística;

RESOLVE:

Art 1º — Os Diretórios do Conselho promoverão junto às autoridades competentes os entendimentos necessários para que as repartições e institutos integrados no sistema federativo sob a orientação do Conselho Nacional de Geografia, inscrevam em suas publicações, sobretudo nas de natureza geográfica, na forma e lugar que cada qual julgar mais convenientes, uma referência ao nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do qual é o Conselho um dos órgãos de suprema direção

§ 1º — Consideram-se repartições e institutos integrados no sistema geográfico do Instituto aqueles que, em face da legislação, exercem nos âmbitos federal e regionais respectivos, as funções de órgão executivo central, cabendo-lhes por isso o secretariado dos Diretórios do Conselho Nacional de Geografia correspondentes

§ 2º — Integrados consideram-se também as instituições privadas que, segundo as Resoluções desta Assembléa, efetivaram a sua integração no Conselho Nacional de Geografia

Art. 2º — Consideram-se oficiais tôdas as publicações em que venha a figurar o nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conforme aqui se delibeia, e portanto obrigados ao uso da ortografia simplificada do acôrdo inter-acadêmico, adotada oficialmente em virtude de lei

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N° 55 — DE 21 DE JULHO DE 1939

Aprova os atos dos Diretórios do Conselho, relativos ao periodo de 1º de julho de 1938 a 30 de junho de 1939 e consigna aplausos e recomendações

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

Tendo conhecimento das atividades desenvolvidas pelos Diretórios do Conselho Central e Regionais, através dos relatórios lidos pelos delegados respectivos em oediência ao disposto na Resolução n° 26, de 19 de julho de 1939;

considerando a atuação eficaz do Diretório Central, como órgão representativo da Assembléa, no intervalo das suas sessões, atuação que se fez sentir não só no desdobramento das campanhas e empreendimentos de iniciativa do Conselho, como também na coordenação de esforços e articulação de atividades, desenvolvidos nos vários recantos do país;

considerando que as deliberações e iniciativas tomadas pelos Diretórios Regionais tiveram por fim a concretização de providências em beneficio dos próprios objetivos do Conselho, em seus desdobramentos regionais;

considerando que as atividades dos Diretórios do Conselho devem repercutir no ambiente político, administrativo e cultural em que se desenvolvem;

considerando que, de modo geral, apesar das naturais dificuldades de implantação e funcionamento no país de um complexo sistema de coordenação, intensa e extensa, de atividades especializadas, se apresenta satisfatória a situação do Conselho, que se vem firmando em sua atividade, em seu poder de expansão e na consolidação do seu organismo;

RESOLVE:

Art 1º — Ficam aprovadas, sem prejuízo dos ajustamentos que se fizerem necessários, em face do Regulamento e demais disposições vigentes, as Resoluções e outras deliberações dos Diretórios do Conselho, e consignado um voto de louvor aos seus membros, pela atuação dedicada e nobre em prol da integração definitiva dos órgãos respectivos na missão coordenadora e estimuladora das atividades especializadas ocorrentes nos âmbitos correlatos, em favor das iniciativas geográficas do Instituto

§ 1º — A Assembléa reconhece a eficiência da atuação do Diretório Central e, de modo especial, enaltece o valor das suas deliberações e providências para a solução das questões referentes à campanha das coordenadas geográficas, à organização e efetivação dos serviços do Dicionário Geográfico Brasileiro e da Coletânea de Efemérides Brasileiras

§ 2º — A Assembléa consigna um voto de louvor à Secretaria Geral do Conselho pela maneira dedicada e eficiente com que vem desempenhando as suas atribuições

Art 2º — A Assembléa recomenda encarecidamente aos Diretórios Regionais do Conselho que se esmerem na regularidade das suas reuniões, na forma regimental prevista, que ponham o Diretório Central ao corrente das suas atividades e resoluções, com presteza, e que promovam, quanto possível, a presença às suas reuniões de diretores de Serviços, autoridades e elementos de cultura, de modo que a ação do Diretório se projete no ambiente respectivo, cada vez mais, com relêvo e prestígio e com real proveito para a consecução dos seus objetivos

Art 3º — Fica interpretado o disposto no art 21 do Regulamento do Conselho, como sendo condicionada a realização das reuniões das Secções do Diretório Central, previstas no § 1º do art 2º da Resolução n° 2, de 12 de junho de 1937, da Assembléa, à distribuição pelo Diretório Central, ou pelo Presidente do Instituto, de assuntos para estudos e apresentação de parecer, em primeiro encaminhamento da sua discussão

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N° 56 — DE 21 DE JULHO DE 1939

Aprova as contas do Conselho e encarece um reforço das suas verbas no corrente exercício

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pela alínea "g" do § 1º do art 20 do Regulamento:

considerando o parecer da Comissão de Finanças, anexo à presente Resolução, que apresenta o resultado do minucioso exame pela mesma procedido nos lançamentos contabilísticos e respectivos comprovantes;

considerando a necessidade imprescindível do reforço das verbas do Conselho, previsto na Resolução n° 31 do Diretório Central;

RESOLVE:

Art 1º — Fica aprovado o parecer anexo da Comissão de Finanças sôbre as contas do Conselho referentes ao periodo de 30 de julho de 1938 a 30 de junho de 1939

Art 2º — A Assembléa encarece à Presidência do Instituto a necessidade imperiosa do reforço das verbas do Conselho, no corrente exercício, na importância de cento e vinte contos, de que cogitou a Resolução n° 31, de 8 de fevereiro de 1939, do Diretório Central, ao qual caberá fixar a definitiva distribuição do refôrço, uma vez obtido, atendendo às necessidades e condições atuais

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º 56, DA ASSEMBLÉIA GERAL

A Comissão de Finanças examinou os documentos de despesas e contas a que se refere o projeto de Resolução n.º 2, apresentados pela Contabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A escrituração respectiva está feita de acordo com a lei e todos os livros auxiliares, necessários ao pronto exame e comparação dos documentos de despesas revelam um especial cuidado e proficiência dos encarregados da escrita.

Pelo exame efetuado conclue a Comissão deverem ser aprovadas as contas relativas ao período de 1.º de julho de 1938 a 30 de junho de 1939.

Em 18 de julho de 1939

a) *Ataliba de F. Paz*, presidente
Zoroastio Atiaga
Torcácio Ferreira
Raimundo Nobre Passos
Luís Andrade Sampaio, relator

RESOLUÇÃO N.º 57 — DE 21 DE JULHO DE 1939

Dispõe sobre o estudo de um plano de elaboração de monografias corográficas municipais

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições: considerando ser indispensável aperfeiçoar-se cada vez mais o conhecimento corográfico dos Municípios Brasileiros, porque, partindo do particular para o geral, com mais presteza e maior segurança se chegará ao almejado conhecimento melhorado do território nacional;

considerando que se acham instalados, na quasi totalidade das municipalidades brasileiras e em breve, sem dúvida, na sua totalidade, Diretórios Municipais de Geografia, deste Conselho, aos quais compete não só promover um melhor conhecimento do território dos Municípios respectivos, como também prestar as informações que forem solicitadas pelos órgãos do Conselho Nacional de Geografia;

considerando que o Conselho Nacional de Estatística, pela Resolução n.º 57, de 17 de julho de 1937, da sua Assembléia Geral, estabeleceu um plano de elaboração de notícias estatístico-descritivas municipais, assentando um sumário-padrão em o qual figuram também assuntos de natureza corográfica;

considerando que, efetivamente, a campanha das monografias estatístico-descritivas vem produzindo seus resultados, sendo de mencionar a publicação do Departamento de Estatística e Publicidade do Estado do Piauí em que, enfileiradas em volume, constam notícias de todos os municípios piauienses obedientes a um esquema uniforme;

considerando que o Instituto, nas suas campanhas estatísticas, através inquéritos municipais procedidos por meio de questionários uniformes, vem obtendo dos agentes municipais, e com o concurso do Departamento Central de Estatística na Unidade Federada respectiva, dados e informações relacionados com a corografia dos Municípios;

considerando que a Comissão Censitária Nacional, nos estudos preparatórios do Recenseamento a realizar-se em 1940, incluiu o reconhecimento da situação municipal brasileira, mediante a realização de inquéritos nos quais se inscrevem questões de natureza corográfica atinentes às necessidades do serviço censitário;

considerando que as Prefeituras, em observância à Lei Nacional n.º 311, deverão apresentar até 31 de dezembro próximo, os mapas dos territórios municipais respectivos;

considerando que o Conselho Nacional de Geografia tem a seu cargo o preparo do Atlas Corográfico Municipal, encargo compreendido no plano do Recenseamento;

considerando, finalmente, a necessidade da fixação de um quadro ordenado dos assuntos que devem compor uma notícia corográfica, bem como a necessidade fundamental do conhecimento exato da localização dos acidentes e demais dados e informações que figurem em estudos geográficos;

RESOLVE:

Art 1.º — A Secretaria Geral do Conselho procederá a estudo minucioso dos levantamentos, inquéritos, formulários, prontuários, cadastros, trabalhos e publicações, referentes às campanhas empreendidas pelo Conselho Nacional de Estatística e pela Comissão Censitária Nacional, no sentido de conhecer quais os dados e informações que dos mesmos poderão ser colhidos, dispensando assim para os assuntos correlatos novas indagações sobre a corografia dos Municípios Brasileiros.

Art 2.º — Fica a Secretaria autorizada a promover os entendimentos, que se fizerem necessários, quanto à inclusão nos futuros inquéritos estatísticos e censitários do Instituto de possíveis quesitos de interesse para as finalidades e campanhas do Conselho Nacional de Geografia.

Art 3.º — De posse dos elementos existentes no Instituto, a Secretaria proporá ao Diretório Central um plano de elaboração de monografias corográficas municipais.

§ 1.º — Nesse plano será previsto um esquema de assuntos de natureza corográfica, que sirva de padrão mínimo para as monografias.

§ 2.º — A campanha do Conselho será ajustada ao que, no mesmo sentido, tiverem assentado os demais órgãos diligentes do Instituto, objetivadas a um tempo a conjugação de esforços e a não duplicidade de pesquisas.

§ 3.º — Na realização da campanha, deverá ser previsto: que o Diretório Municipal promoverá a elaboração da monografia, segundo os moldes aprovados; que o Diretório Regional, por si ou por Comissão que constituir, com o concurso dos serviços com ele articulados, examinará e fará as correções que se tornarem necessárias quanto à clareza da exposição, à correção da

otografia que será a oficial e à perfeita coerência dos dados da monografia com os existentes nos arquivos e documentos dos serviços especializados da administração regional

§ 4º — Na apresentação dos dados corográficos será obrigatória a indicação da sua localização no território municipal, devendo a monografia ser ilustrada com mapas e cartogramas elucidativos

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N.º 58 — DE 21 DE JULHO DE 1939

Dispõe sobre a realização de inquéritos junto aos Diretórios Municipais, por intermédio dos Diretórios Regionais, destinados à coleta de elementos para a elaboração do Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro e da Coletânea de Efemérides Geográficas

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando que, em aprovação à feliz sugestão da Comissão Censitária Nacional, o Diretório Central, em nome do Conselho, aceitou a incumbência do preparo do Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro e da Coletânea de Efemérides Geográficas (Res 21, de 3 de janeiro de 1939);

considerando que, por isso, no Regulamento do Serviço de Coordenação Geográfica, hoje Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, foi incluído, como atribuição expressa, o preparo do Dicionário e da Coletânea referidos, com o concurso dos demais órgãos do Conselho, segundo normas posteriormente fixadas pelo mesmo Diretório em suas Resoluções ns 36 e 38, de 18 de abril e 4 de maio últimos, respectivamente;

considerando a necessidade da obtenção de dados e informações locais que, nos termos regulamentares, serão solicitados aos Diretórios Municipais do Conselho, que os devem fornecer;

considerando as normas do mecanismo do Instituto, pelas quais compete aos órgãos regionais o entendimento e articulação com os órgãos municipais, cujos dados e informações lhes cumpre também examinar e julgar;

RESOLVE:

Art 1º — O Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, órgão executivo central, promoverá a realização dos inquéritos que se tornarem necessários à obtenção de dados e informações, por intermédio dos Diretórios do Conselho, relativos não só às localidades e acidentes geográficos, como também aos acontecimentos mais expressivos da vida das Unidades Federadas e dos seus Municípios

Art 2º — Os Diretórios Regionais providenciarão a remessa de livros, mapas, documentos, publicações oficiais, os quais, incorporados à biblioteca central e à mapoteca central do Conselho, a cargo da sua Secretaria Geral, servirão como fontes de pesquisas de topônimos para o Dicionário e de datas para a Coletânea, topônimos e datas referentes ao território e à vida das Unidades Federadas respectivas

Parágrafo único — Os Diretórios Regionais, promoverão, ainda, junto aos Diretórios Municipais, o envio à Secretaria Geral do Conselho de publicações, mapas, descrições, documentos, livros e demais elementos porventura existentes e relacionados com a vida e o território dos Municípios correspondentes

Art 3º — Para o preparo do Dicionário, segundo as normas aprovadas, o mencionado Serviço elaborará um questionário relativo à obtenção quanto possível completa, da nomenclatura geográfica municipal, de modo que os verbetes distribuídos pelas espécies, sirvam ao "Vocabulário Geográfico Brasileiro"; a seguir, o mesmo Serviço indagará, na forma adequada, os principais característicos dos acidentes e localidades municipais, objetivando a organização do "Pequeno Dicionário Geográfico"

Art 4º — Para o preparo da "Coletânea de Efemérides", segundo as normas baixadas, será formulado pelo Serviço um questionário sobre datas referentes a fatos marcantes, que serão enunciados, e a seguir solicitados esclarecimentos, dados, explanações sobre os mesmos fatos, atendendo-se assim à elaboração progressiva da Coletânea, nos termos previstos

Art 5º — Dos questionários e demais peças dos inquéritos serão enviados exemplares impressos a cada Diretório Regional, de modo que este faça a redistribuição aos Diretórios Municipais, com as instruções e documentos que entender junta, devendo ser preenchidas três fórmulas para cada Município, nas seguintes condições:

- 1) uma, para ficar nos arquivos do Diretório Municipal;
- 2) outra, também preenchida pelo elemento designado pelo Diretório Municipal, para ser enviado ao Diretório Regional, com o visto do Prefeito;
- 3) terceira, a ser preenchida definitivamente pelo Diretório Regional, depois de feitas as verificações e correções necessárias nas duas anteriores, em face dos elementos contidos nas repartições especializadas da administração regional, terceira via que será encaminhada à Secretaria Geral do Conselho, sob registro

Art 6º — O Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, antes de publicar os resultados das suas pesquisas sobre topônimos e datas relativos a cada Unidade Federada, deverá encaminhá-los ao Diretório Regional respectivo, sob a forma de consulta, cuja resposta será dada com presteza afim de não se prejudicar a marcha dos trabalhos

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N.º 59 — DE 21 DE JULHO DE 1939

Constitue uma Comissão Técnica Especial para o estudo das bases da organização do "Arquivo Cartográfico Brasileiro" e das medidas legislativas necessárias à fiscalização oficial da publicação de mapas referentes ao território nacional e dos livros e estudos sobre Geografia do Brasil destinados a escolas

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando que é objeto do Conselho "ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio", (art 1º do dec 1 527, de 24 de março de 1937);

considerando que o conhecimento do território, em todos os seus aspectos, naturais e humanos, é do mais alto interesse nacional;

considerando que a divulgação dos conhecimentos geográficos, através de mapas e de textos, sobretudo nos meios escolares, deve estar isenta de informações e conceitos errôneos ou tendenciosos;

considerando, portanto, que cumpre ser estabelecida, por uma lei geral, a sistematização da colaboração de quantos no país exerçam atividades geográficas para o aperfeiçoamento do conhecimento do território nacional e, do mesmo passo, que se resguarde a divulgação dos assuntos geográficos brasileiros de erros e deturpações;

considerando, finalmente, a complexidade da questão em apreço, que merece ser meticolosamente estudada;

RESOLVE:

Art 1.º — Fica, desde já, constituída uma Comissão Técnica Especial, composta dos seguintes elementos do Conselho: o representante especial do Ministério da Educação e Saúde no Diretório Central, pelas instituições oficiais de ensino da Geografia; o presidente da Comissão de Levantamentos Territoriais e o Secretário Geral do Conselho

Art. 2.º — Essa Comissão terá por fim estudar um projeto de lei estabelecendo a obrigatoriedade da apresentação dos mapas referentes a todo levantamento territorial, que se efetuar no país, bem como um sistema de fiscalização quanto à exatidão dos mapas e dos livros e estudos sobre geografia do Brasil, que vierem a ser publicados não oficialmente

Art 3.º — A Comissão estudará a organização de um "Arquivo Cartográfico Brasileiro", que, a cargo do Conselho, recolha todos os mapas de levantamentos procedidos pelos serviços públicos, pelas empresas particulares e pelos profissionais, mapas esses que, por determinação legal, serão fornecidos, em três vias, destinando-se: uma via, aos arquivos da Prefeitura, cujo território foi palmilhado; outra, à Secretaria do Diretório Regional do Conselho na Unidade Federada correspondente; terceira, ao Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica

§ 1.º — A entrega das 3 vias mencionadas será feita na Secretaria do Diretório do Conselho, mais próxima, competindo a essa Secretaria a remessa das vias aos órgãos competentes, mediante registro postal

§ 2.º — Da entrega dos documentos, a Secretaria passará recibo em papel timbrado, numerando-o, com a data e a assinatura

§ 3.º — Será estudada a condição da prova dessa entrega quanto à validade dos documentos correlatos para fins judiciários

Art 4.º — Será examinada a obrigatoriedade da autorização do órgão competente do Conselho para a publicação de mapas não oficiais referentes ao território nacional

§ 1.º — Nesses mapas deverá ser exigida a indicação das fontes que serviram de base à sua elaboração

§ 2.º — Caberá ao Diretório Central a autorização para os mapas abrangendo mais de uma Unidade Política e aos Diretórios Regionais a autorização daqueles que se refiram a território pertencente a uma única Unidade Federada

Art. 5.º — A Comissão estudará com o órgão competente do Ministério da Educação e Saúde a possibilidade dos livros didáticos sobre geografia do Brasil serem previamente examinados, antes da autorização da sua publicação, quanto à exatidão e atualização dos dados e conceitos relativos às condições naturais e humanas do território nacional

Art 6.º — O projeto de lei, que a Comissão elaborará ainda este ano, ouvido o Diretório Regional de São Paulo, será apresentado ao Diretório Central, que baixará a Resolução competente, promovendo as providências que se tornarem necessárias a efetivação dos objetivos da presente deliberação

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1939, ano 4.º do Instituto

SUGESTÕES DA DELEGAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Diretório Regional de Geografia de São Paulo, tratando, numa de suas sessões ordinárias, da questão da autoria dos mapas geográficos e de sua exploração comercial, resolveu trazer ao conhecimento desta Assembléia vários inconvenientes que se observam nesse particular e solicitar medidas de caráter federal que regulamentem esse difícil problema

Partindo da preliminar de que, na sua quasi totalidade, os mapas existentes são de autoria governamental ou da União, ou dos Estados ou dos Municípios pois só estes se abalançam às empreitadas do levantamento de grandes zonas do país e considerando que, mesmo no caso do levantamento de áreas relativamente diminutas, se comparadas com a extensão territorial do Brasil, como se dá nas divisões judiciais de propriedades agrícolas ou nos estudos das empresas industriais ou de serviços públicos, esses trabalhos se processam com a assistência direta do poder público, chega-se à conclusão de que, em última análise, os mapas que existem pertencem de fato e de direito aos vários governos que os realizaram diretamente ou lhes deram origem em virtude de exigências legais

Nessas condições, pode dizer-se que todos ou quasi todos os mapas que se oferecem nos mercados, como sendo de autoria particular, não passam a rigor de cópias, decalques ou adaptações de trabalhos oficiais ou oficializados e que o Governo da República na salvaguarda dos interesses da Nação, pode sobre eles estabelecer uma legislação especial

Que essa regulamentação está a se fazer urgente provam-no fatos diários que são do domínio de toda a gente e que entretanto escaparam até aqui despercebidos aos nossos legisladores. É' comezinha nas montras das livrarias e das casas editoras a exposição de trabalhos cartográficos que puzam pelo número de erros que apresentam, erros de cópias nas zonas já levantadas, erros provocados pela fantasia criadora dos autores no intento de preencher os claros das regiões que ainda não se beneficiaram do reconhecimento geográfico e nas quais se inventam acidentes, como quem está formulando hipóteses

Acresce que, muitas vezes, e isso já veiu a público em várias ocasiões, as cartas, na sua aparente inocência, teem intuits tendenciosos na defesa de interesses particulares

Em outros casos, é a propaganda contra a unidade da Pátria que se processa, feita à nossa revelia dentro de nossa própria casa e sob as nossas vistas

Há mapas, até em livros didáticos que circulam entre nossos estudantes, os quais apresentam zonas brasileiras, onde a imigração estrangeira se caracterizou pela preponderância de um elemento racial alienígena, como pertencendo, na posição de colônias, a países diversos do nosso. E como bem ponderou um membro do Diretório, no debate da questão, a Argentina, na defesa de sua integridade territorial, proibiu a publicação de cartas geográficas em que as Ilhas Malvinas não figurem como de domínio argentino, embora todos saibam que a Inglaterra dela se apossou há muitos anos e nelas mantenha domínio territorial

Ora, se o Brasil firmou e está firmando convênios com os seus vizinhos no sentido de se expurgarem, nos livros de História e nos compêndios de geografia, de ambos os lados, as referências e alusões que venham a servir de motivo para a manutenção de estados de espírito hostis, porque há de permitir que se ponha à venda livros, que se destinam à nossa mocidade, nos quais se põe em dúvida a nossa soberania?

Essa série de considerações — e o Diretório Regional de São Paulo não pretende ter esgotado a questão — mostra que urge medidas nesse sentido e que reforcem, no caso particular de que se trata, a legislação referente à propriedade autoral

O Diretório Regional de São Paulo toma a liberdade de lembrar que entre os dispositivos do decreto, que, necessariamente, o Instituto Nacional levará à consideração do Chefe da Nação, fique peremptoriamente estabelecido:

a) — que nenhum mapa, de autoria particular, será posto à venda ou em circulação, sem o visto e a licença do Conselho Nacional de Geografia ou dos órgãos técnicos, por ele devidamente autorizados, nos Estados que possuam o Serviço de Geografia oficial;

b) — que nenhum livro didático, de geografia, seja aprovado e dado a uso nas escolas de qualquer grau, sem a necessária licença do Conselho Nacional ou dos seus órgãos legítimos nos Estados, que são os Diretórios Regionais de Geografia, exigindo-se sempre, para essa indispensável licença, o parecer fundamentado de uma comissão de técnicos;

c) — que os mapas locais de divisão de propriedades agrícolas, organizados para servirem em juízo de base ao processo, devam ser devidamente autorizados pelo Serviço Geográfico dos Estados que o possuam, no duplo intuito de evitar erros, enganos e omissões e de coligir dados de detalhe cada vez mais minuciosos para o preparo das cartas topográficas oficiais;

d) — que todos os mapas de autoria particular, quando simples compilações de trabalhos preexistentes, indiquem obrigatoriamente, as fontes de onde foram decalcados ou adaptados;

e) — que as empresas particulares de serviços públicos fiquem obrigadas a fornecer, obrigatoriamente, sob pena de multa, cópias autênticas de seus levantamentos originais ao Conselho Nacional de Geografia e aos Serviços de Geografia dos Estados e às Prefeituras dos Municípios em cuja área se localizem os trabalhos da empresa

RESOLUÇÃO N° 60 — DE 22 DE JULHO DE 1939

Estabelece normas para o recebimento, aprovação e exposição dos mapas municipais que as Prefeituras apresentarão até 31 de dezembro do corrente ano, em observância à Lei Nacional n° 311

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando que cada Prefeitura está obrigada a depositar na Secretaria do correspondente Diretório Regional de Geografia, em duas vias autenticadas, o mapa do seu território (art 13 do decreto-lei n° 311, de 2 de março de 1938), até 31 de dezembro do corrente ano (decreto-lei n° 1 098, de 4 de fevereiro de 1939);

considerando que êsses mapas devem satisfazer aos requisitos mínimos fixados pela Resolução n° 3, de 29 de março de 1938, do Diretório Central do Conselho (§ 1° do art 13 da Lei 311);

considerando que o Governo de cada Unidade Federada baixou lei geral fixando a divisão territorial respectiva, entrada em vigor a 1° de janeiro do ano corrente, nela figurando a descrição sistemática das divisões inter-municipais e inter-distritais;

considerando que se constituiu em cada Unidade Federada uma Comissão para os estudos da referida divisão territorial, bem como para a orientação do preparo dos mapas municipais em aprêço;

considerando que os mapas recebidos pelo Diretório Regional devem ser examinados e corrigidos antes do seu encaminhamento à Secretaria Geral do Conselho;

considerando que a não apresentação do mapa, no tempo e na forma previstos na lei, determinará a cassação da autonomia do Município faltoso e a anexação consequente do seu território ao de outro Município;

RESOLVE:

Art 1.º — A Secretaria do Diretório Regional só receberá os mapas municipais que forem apresentados até o dia 31 de dezembro de 1939, em duas vias, devidamente autenticadas com a assinatura do respectivo Prefeito

§ 1º — No ato da entrega dos mapas de cada Município serão também exigidos o relatório do seu preparo e a coleção de fotografias de aspectos municipais (art 3º da Resolução n° 3 do Diretório Central).

§ 2º — De todo o material apresentado, devidamente especificado, dar-se-á recibo numerado com a data e assinatura do Secretário do Diretório

§ 3º — Esse recibo constituirá para as Prefeituras prova do cumprimento do art 13 da lei 311, quanto à entrega dos mapas dentro do prazo legal

Art. 2º — No primeiro dia útil de janeiro de 1940, o presidente do Diretório oficiará ao Chefe do Governo respectivo enviando a relação das Prefeituras que cumpriram a lei e uma relação daquelas que, por não terem apresentado os mapas respectivos conforme determinação legal, estarão passíveis de ter sua autonomia cassada e o seu território provisoriamente anexado ao de outro Município confrontante

§ 1º — Nesse ofício, o Presidente do Diretório representará ao Governo no sentido de ser efetivada, por lei, a referida cassação de autonomia municipal e a consequente anexação de território, ouvida a Comissão da Divisão Territorial

§ 2º — O ofício deverá ser encaminhado na mesma data ao órgão oficial do Governo para fins de publicação

Art. 3º — No primeiro dia útil de janeiro, ainda, o Presidente do Diretório fará comunicação telegráfica à Secretaria Geral do Conselho dos nomes das Prefeituras que não apresentaram seus mapas dentro do prazo estabelecido

Art. 4º — O Diretório e a Comissão em conjunto examinarão os mapas recebidos, e, até o dia 31 de janeiro, representarão ao Governo sobre aquelas Prefeituras que, tendo apresentado mapa inaceitável e não satisfazendo os requisitos mínimos previstos, deverão também ter sua autonomia cassada, indicados os Municípios confinantes aos quais deva ser atribuída a consequente anexação de território

Parágrafo único — Dessa representação será também feita publicação no órgão oficial e comunicação telegráfica à Secretaria do Conselho

Art. 5º — Fica concedido prazo até 15 de março de 1940 para que o Diretório e a Comissão promovam os acabamentos, ajustamentos e correções de minúcias, que se fizerem necessários, nos mapas julgados aceitáveis, mediante entendimento com as Prefeituras respectivas e com o concurso das repartições especializadas da administração estadual

Art. 6º — No exame dos mapas, para os fins dos artigos anteriores, deverão ser particularmente observados os seguintes aspectos:

a) perfeita coerência da representação cartográfica dos limites do Município e das suas divisas inter-distritais com o texto correspondente constante do anexo 2 da lei quinzenal que fixou a divisão territorial da Unidade Federada respectiva;

b) satisfatória concordância das duas representações da mesma divisa inter-municipal, figurantes num e noutro mapa dos dois Municípios confrontantes;

c) exatidão da nomenclatura dos elementos territoriais representados;

d) precisão da posição das localidades e acidentes cartografados;

e) presença dos elementos básicos, característicos do território municipal, como sejam as principais elevações, se possível com as cotas de altitude, o desenvolvimento dos principais cursos d'água, as povoações e principais fazendas, as estradas e caminhos, as linhas telefônicas e telegráficas;

f) apresentação obrigatória das plantas da cidade e vilas do Município, contendo os perímetros urbanos e suburbanos, de acôrdo com os textos dos atos legislativos que os fixaram

Art. 7º — Depois de feita essa revisão, o Diretório Regional enviará, sob registro, à Secretaria Geral do Conselho, uma das vias do mapa municipal, contendo as correções correspondentes e a assinatura do Secretário do Diretório

Art. 8º — No dia 24 de março de 1940, data do 3º aniversário da assinatura da lei n.º 1.527, que criou o Conselho Nacional de Geografia, será inaugurada, na capital de cada Unidade Federada, a exposição dos mapas definitivos e fotografias dos territórios municipais, que o Diretório Regional respectivo organizará, nos termos do art. 2º da Resolução n.º 3 do Diretório Central

Art. 9º — No dia 29 de maio de 1940 na Capital da República, e em comemoração ao 4º aniversário da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, será solenemente inaugurada a exposição nacional dos trabalhos elaborados em consequência da lei 311, exposição a ser organizada pela Secretaria Geral do Conselho

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N.º 61 — DE 24 DE JULHO DE 1939

Sugere normas quanto à nomenclatura das localidades brasileiras

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando que o decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, determinou a substituição dos nomes repetidos de localidades, apenas em se tratando de cidades e vilas da mesma Unidade Federada;

considerando, porém, que há tóda conveniência em se estender o mais possível êsse critério, de modo que a eliminação de nomes repetidos venha a atingir tódas as localidades do país;

considerando que a adoção de nomes extensos, assim como de nomes estrangeiros ou de palavras vivas, não muito se recomenda para designar localidades, salvo casos excepcionais;

considerando que o IV Congresso Brasileiro de Geografia, reunido na Cidade do Salvador da Baía, aprovando a proposta do inolvidável mestre Teodoro Sampaio, firmou princípio geral do uso preferencial da língua indígena para as localidades do Brasil;

considerando que, em não se tratando de cidades e vilas, compete aos poderes regionais e locais dar nomes às demais localidades e acidentes, independentemente de qualquer condição geral;

RESOLVE:

Art. 1º — O Conselho Nacional de Geografia, nas leis ou instruções relativas à próxima revisão da divisão territorial do país, a ser feita em 1943, conforme determina a lei nacional

n.º 311, de 2 de março de 1938, promoverá a inclusão de dispositivos, objetivando as seguintes medidas relativas aos nomes das cidades e vilas:

- 1) a eliminação das duplicatas de nomes, em todo o país;
- 2) a redução dos nomes extensos;
- 3) a possível eliminação dos nomes estrangeiros ou de pessoas vivas, respeitados os imperativos da tradição e da vontade popular, bem como as legítimas homenagens;
- 4) a preferência da adoção de nomes da língua indígena regional ou relacionados a fatos históricos da região, em caso de substituição de topônimos;
- 5) a conservação dos nomes já consagrados pelas populações das localidades respectivas, que não contrariarem às disposições anteriores

Art 2.º — O Conselho Nacional de Geografia recomenda aos Governos das Unidades Federadas que, a exemplo do que fez o adiantado Estado de Pernambuco, promovam, por si e por intermédio dos poderes municipais, a adoção, na nomenclatura das localidades, acidentes e logradouros públicos, das normas constantes do artigo anterior

Art 3.º — O Conselho Nacional de Geografia formula um voto de louvor ao Governo do Estado de Pernambuco pela sistematização da toponímia que, em todo o Estado realizou segundo normas uniformes e criteriosas

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1939, ano 4.º do Instituto

RESOLUÇÃO N.º 62 — DE 24 DE JULHO DE 1939

Propõe um sistema provisório de divisas inter-estaduais, determina a organização de um Atlas de limites e promove a execução do art 184 da Constituição

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando que a execução rigorosa do Recenseamento Geral da República, que se deverá realizar a 1.º de setembro de 1940, exige o conhecimento dos âmbitos territoriais das circunscrições judiciárias e administrativas;

considerando que, nesse sentido, foi baixada a lei n.º 311, de 2 de março de 1938, a qual, sistematizando a divisão territorial do país, determinou a caracterização dos limites dos Municípios e distritos em que se divide cada Unidade Federada;

considerando, entretanto, que, em virtude das dúvidas ainda existentes a respeito das linhas limítrofes de alguns Estados, estão descritas divergentemente divisas entre Municípios que se confrontam de um lado e outro dos limites inter-estaduais duvidosos;

considerando que o antigo Departamento Nacional de Estatística divulgou, em 1933, com fundamento na documentação existente, a descrição sistemática dos limites do Brasil e de cada uma das suas Unidades Políticas, trabalho esse que foi largamente divulgado;

considerando, por outro lado, que a aludida sistematização de limites foi revista posteriormente pelo então Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que o divulgou em 1936, no n.º II do "Anuário Estatístico do Brasil" e nas respectivas "Sinopses Estatísticas Regionais", publicações essas também de caráter oficial e editadas sob os auspícios do Conselho Nacional de Estatística, tanto vale dizer sob a responsabilidade comum do Governo Federal e de todos os Governos das Unidades Federadas;

considerando, portanto, que se poderão aceitar sem prejuízo dos ajustes nas demarcações e caracterização de detalhes acaso ainda necessárias, todas as linhas constantes das referidas Sinopses, tomados em considerações os posteriores acordos declaratórios inter-estaduais, levadas em conta as ressalvas formuladas por alguns Estados;

considerando que os litígios territoriais entre Estados ficaram extintos *ex-vi* do artigo 184 da Constituição da República, incorporando-se, definitivamente, a cada Estado todo território litigioso sobre o qual estivesse ele exercendo efetiva jurisdição na data da mesma Constituição;

considerando, porém, que cumpre definir e caracterizar com presteza as linhas correspondentes ao *uti possidetis*, que assim prevalecem, afim de que um decreto-lei do Governo da União possa inscrevê-las explicitamente na legislação nacional e retificar, em consequência, os limites entre municípios fronteiriços descritos com incoerência ou imprecisão, em virtude das dúvidas ainda ocorrentes nas divisas inter-estaduais respectivas;

considerando que, para esse fim, há necessidade urgente de serem baixadas as normas reguladoras da execução do referido artigo 184 da Constituição, afim de que se ultime com presteza a solução definitiva e integral do importante problema dos limites inter-estaduais;

considerando que esse problema está profundamente vinculado a empreendimentos básicos do Instituto, tanto assim, que de sua rápida solução final dependerá a exatidão dos dados do Recenseamento e a precisão da Carta Geográfica do Brasil, no que concerne aos circunscricionamentos territoriais;

considerando que a lei nacional n.º 311, que fixou a sistemática da divisão territorial do país, foi regulamentada pelo Instituto, que, por isso, justificadamente se empenha na definitiva e pronta sistematização das divisas entre as Unidades Federadas;

RESOLVE:

Art 1.º — O Conselho Nacional de Geografia propõe à Comissão Censitária Nacional que, para os fins do Recenseamento Geral da República em 1940, seja provisoriamente adotado o sistema de divisas inter-estaduais baseado nos textos descritivos constantes das Sinopses Estatísticas de 1936, publicadas pelos Governos das Unidades Federadas, levadas em conta as ressalvas aos mesmos feitas oficialmente

Art 2.º — Para esse fim, o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica organizará, no menor prazo possível, a primeira edição do "Atlas dos limites dos Estados Unidos do Brasil", em o qual se estude gráfica e descritivamente, de acordo com a melhor documentação carto-

gráfica existente, cada confrontação internacional ou inter-estadual, assinalando convenientemente as áreas compreendidas entre as linhas representativas das ressalvas mencionadas no artigo anterior

Parágrafo único — Nessa edição do Atlas será apresentado o esboço da atual divisão municipal do país, acompanhado dos dados provisórios relativos à área, população e densidade demográfica dos Municípios brasileiros

Art 3º — O Presidente do Instituto, ouvido o Diretório Central, pleiteará, junto ao Governo da República, a expedição de lei complementar regulando a execução do artigo 184 da Constituição Brasileira

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N° 63 — DE 25 DE JULHO DE 1939

Determina o estudo da divisão regional do Brasil e das suas Unidades Federadas e a elaboração de uma obra de divulgação sobre a região amazônica em geral e o rio Amazonas em especial

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições: considerando que o estudo dos característicos territoriais, físicos e humanos, que diferenciam entre si as variadas regiões de um país, constitue objeto essencial da pesquisa geográfica moderna;

considerando que o conhecimento das regiões geográficas mais se encaixea quando se trata de país extenso como o nosso, em que as condições do meio experimentam apreciáveis variações;

considerando que a região amazônica é, das brasileiras, a mais extensa, onde os elementos naturais oferecem abundante e magnífico objeto de estudo;

considerando a influência econômica e social do rio Amazonas na formação brasileira, no presente e no futuro;

RESOLVE:

Artigo único — O Conselho Nacional de Geografia empreenderá o estudo da divisão regional do Brasil e das suas Unidades Federadas, sob o ponto de vista geográfico

§ 1º — O Serviço de Coordenação Geográfica, hoje Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, elaborará o plano dos trabalhos, que será submetido à aprovação do Diretório Central

§ 2º — Nesse estudo, além dos órgãos do Conselho, — os Diretórios, as Comissões Técnicas e as Consultorias — será prevista a colaboração dos serviços públicos especializados e de técnicos especialistas

§ 3º — Será, desde logo, estabelecido o plano para a elaboração de uma obra de divulgação sobre a região amazônica em geral e sobre o Rio Amazonas em especial

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

RESOLUÇÃO N° 64 — DE 25 DE JULHO DE 1939

Dispõe sobre a impressão da Carta Geográfica do Brasil, ao milionésimo, e de outros mapas

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições:

considerando que, nos termos do decreto-lei n° 237, de 2 de fevereiro de 1938, foi atribuído ao Conselho o encargo de preparar a Carta Geográfica do Brasil, atualizada, na escala de 1:1 000 000, segundo as Convenções internacionais da Carta do Mundo;

considerando que o preparo dessa Carta faz parte do plano de trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940;

considerando que, em virtude da Resolução n° 39, de 20 de julho de 1938, desta Assembléa, foi constituída com autorização expressa do Senhor Presidente da República, uma Comissão Executiva Central para orientar os trabalhos da mesma Carta;

considerando a necessidade de ser resolvida a questão da impressão cartográfica, porque os desenhos atualizados das folhas devem ser organizados, para maior economia e rapidez, de il-goroso acordo com o processo de impressão que foi adotado;

considerando ainda que cumpre serem iniciados com presteza os trabalhos de desenho e impressão da Carta, que compreende 50 folhas, afim de ficarem terminados em 1942, juntamente com as demais publicações do Recenseamento, conforme se pretende;

considerando que todos os esforços devem ser envidados no sentido dos mencionados trabalhos cartográficos se realizarem no país e em condições nunca inferiores às da impressão da edição da mesma Carta, de 1922, em comemoração ao Centenário da nossa Independência;

considerando que os trabalhos relativos à impressão da Carta, pelo seu vulto, devem constituir incentivo para o aperfeiçoamento da imprensa cartográfica no país, que cumpre estar apta a imprimir, com perfeição e presteza, os mapas de precisão;

RESOLVE:

Art 1º — Todos os trabalhos referentes à impressão da nova edição da Carta Geográfica do Brasil, ao milionésimo, cujo preparo compete ao Conselho, no plano dos encargos do Recenseamento Geral da República em 1940, deverão ser efetuados no país

Art 2º — Fica o Presidente do Instituto autorizado a estabelecer os entendimentos e a tomar as deliberações, que se tornarem necessárias à melhor realização desse objetivo, dentro da exigência da impressão fazer-se em condições nunca inferiores às da primeira edição da Carta de 1922

§ 1º — Será objetivada pelo Instituto a instalação adequada de uma oficina cartográfica oficial, compreendida a modalidade de completar-se e modernizar-se um dos institutos federais, com sede nesta Capital, já aparelhados para esse fim

§ 2º — No caso, entretanto, de haver maior conveniência em serem os trabalhos entregues a empresa particular, constituída no país, nas melhores condições e garantias possíveis de acabamento, prazo, preço e pagamento, o Presidente do Instituto assinará o respectivo contrato, ouvida a Comissão Executiva Central da Carta, constituída pela Resolução n.º 39, de 20 de julho de 1938, da Assembléia Geral

Art 3º — O Presidente do Instituto representará à Comissão Censitária Nacional no sentido de serem consignados nos orçamentos do Recenseamento de 1940 os recursos necessários para a impressão da Carta ao milionésimo, das Cartas das Unidades Federadas e do Brasil em outras escalas, e do Atlas Corográfico Municipal, segundo os planos que a mencionada Comissão Executiva Central elaborar

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1939, ano 4º do Instituto

BIBLIOGRAFIA

Mais uma secção inicia, neste número, a "Revista Brasileira de Geografia", para balancear o conjunto de publicações trazidas a lume em 1939, e que explanem assuntos geográficos, especialmente referidos ao Brasil, ou com eles relacionados

Edições nacionais, ou realizadas no estrangeiro, só se incluem na relação as que evidenciarem propósitos de contribuir para ampliar, ou corrigir os conhecimentos relativos à geografia do Brasil, considerada por qualquer das suas múltiplas modalidades

Tanto obras de tomo, elaboradas com intuitos de maior duração, como os periódicos de vária procedência, todos serão, de futuro, mencionados mais especificadamente, pelo seu conteúdo, uma vez que a Redação tenha ensêjo de examiná-los

E conforme avultar o movimento dos exemplares recebidos para tal fim, crescerá proporcionalmente a secção, que irá, em números sucessivos, preenchendo e retificando as possíveis falhas e omissões das anteriores, maiores por ventura, neste primeiro ensaio, destinado a mencionar apenas as contribuições bibliográficas do ano findo, a que a Terra Brasileira proporcionou alguma inspiração de ordem geográfica, ou constituiu o motivo exclusivo da explanação

PUBLICAÇÕES SÔBRE GEOGRAFIA EDITADAS NO BRASIL EM 1939

AZEVEDO, Aroldo de — "*Geografia*" — (para o curso comercial) — Companhia Editora Nacional — São Paulo, com ilustrações — 369 páginas

— "*Geografia*" — (para a terceira série secundária) — de acôrdo com o programa oficial — Companhia Editora Nacional — São Paulo — com ilustrações — 345 páginas

CASTRO, Dário Pais Leme de — "*Terminologia Físico-Geográfica do Brasil*" — Publ. do Tribunal Marítimo Administrativo — Ed. A Coelho Branco F — Gráfica Labor — Rio — 102 páginas

CASTRO, Josué de — "*Geografia Humana*" — (Estudo da paisagem cultural do mundo) — Prefácio do Professor Preston E. James — Rigorosamente de acôrdo com o programa oficial do 3º ano seriado — Edição da livreria do Globo Pôrto Alegre — Com mapas e ilustrações — 232 páginas

CORREIA FILHO, Virgílio — "*Mato Grosso*" — Co-editora Brasilica (cooperativa) — Com fotografias e ilustrações — 268 páginas

DEP. NAC. DA PRODUÇÃO MINERAL, Serviço Geológico e Mineralógico, Ministério da Agricultura — "*Atlas Geológico do Brasil*" — (organizado pelo Eng. de Minas, José Fiúza da Rocha, sendo Diretor Geral do Dep. Nac. da Produção Mineral o Sr. Dr. Luciano Jaques de Moraes) — Of. gráf. do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio — Tendo 18 páginas com texto em português e em inglês — 44 págs.

DODT, Dr. Gustavo — "*Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi*" — Prefácio de Gustavo Barroso — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Cia. Editora Nacional — São Paulo — Com ilustrações e mapas — 233 páginas

MORAIS, Eduardo Afonso de — "*Noções de Geografia*" — Oficinas gráficas "Folha de Minas" — Belo Horizonte — Com fotografias e gráficos — 102 páginas

RAJA GABAGLIA, Fernando A. e João C. Raja — "*Curso de Geografia*" — 1ª série — 5ª edição — Rigorosamente de acôrdo com o programa atual — F. Briquet & Cia. — Rio — 80 páginas de ilustrações — 162 páginas

— "*Curso de Geografia*" — 2ª série — 3ª edição — Rigorosamente de acôrdo com o programa atual — F. Briquet & Cia. — Rio — 114 páginas com ilustrações — 233 páginas

SILVA, Pe. Francisco e Francisco Oliveira — "*Atlas Geográfico Histórico*" — para a 1ª série (de acôrdo com o programa de ensino vigente do Curso Secundário) — Inst. Geográfico de Agostini do Brasil Ltda. — Rio — 30 páginas

— “*Atlas Geográfico Histórico*” — para a 2.^a série (de acôrdo com o programa de ensino vigente do Curso Secundário) — Inst Geográfico de Agostini do Brasil Ltda. — Rio — 37 páginas.

— “*Atlas Geográfico Histórico*” — para a 3.^a série (de acôrdo com o programa de ensino vigente do Curso Secundário) — Inst. Geográfico de Agostini do Brasil Ltda. — Rio — 31 páginas

SOUSA REIS, O de — “*Noções Elementares de Geofísica*” — (de acôrdo com o programa oficial) — Livraria Francisco Alves, Editora — Rio — 180 páginas

VÁRZEA, Afonso — “*Primeiro livro de Geografia*” — Curso Elementar — F^o Briguiet & Cia — Rio — Desenhos de Marion Colonna — 55 páginas.

VEIGA CABRAL, Mário da — “*Geografia da América*” — 1.^a edição — 10.^o milheiro — Livraria Jacinto, Editora — Rio — 335 páginas, com ilustrações

— “*Primeiro Ano de Geografia*” — (De acôrdo com o atual programa de ensino secundário) — 14.^a edição — Livraria Jacinto, Editora — Rio — 300 páginas, com ilustrações.

PUBLICAÇÕES DE INTERESSE GEOGRÁFICO EDITADAS NO BRASIL NO ANO DE 1939

Edições de livrarias e particulares expostas à venda

AÇÃO SOCIAL CATÓLICA DE PERNAMBUCO — *Arquivos da Terceira Semana de Ação Social, promovida pela A S C* — (O operariado urbano, o operariado rural, legislação social — assistência social — conferências) — Imprensa oficial — Recife — 224 páginas

AMARAL, Luiz — “*História Geral da Agricultura Brasileira*” — (no triplice aspecto — político, social e econômico) — 1.^o tomo — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 462 páginas.

ANDRADE, Almir de — “*Aspectos da Cultura Brasileira*” — Coleção Pensadores Brasileiros — Schmidt, editor — Rio — 199 páginas

AURELI, Willy — “*Roncador*” — (Expedição da Bandeira Piratininga) — 2.^a edição — Cultura Brasileira S A Editora — São Paulo — Com ilustrações — 299 páginas.

AUTOMÓVEL CLUBE DO BRASIL — *Anais do VI Congresso de Estradas de Rodagem* — Rio de Janeiro — 771 páginas

BALDUS, Herbert e EMÍLIO Willems — “*Dicionário de Etnologia e Sociologia*” — volume 17 da série 4.^a — Iniciação Científica — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Comp. Editora Nacional — São Paulo — 246 páginas

BARRETO, Castro — “*A Criança é o Melhor Imigrante*” — (Conferência realizada no Instituto de Estudos Brasileiros) — Gráfica Real Grandeza — 30 páginas.

BARROS, Homem de — “*Por Mares e Terras do Sul*” — Empresa “Jornal do Comércio” — Rodrigues & Cia — 209 páginas.

BATISTA, José Luiz — “*O Surto Ferroviário Brasileiro no Segundo Reinado e o seu desenvolvimento*” — (Estudo apresentado ao 3.^o Congresso de História Nacional) — Separata dos ns 11 e 12 de 1938, do Boletim da Inspeção de Estradas — Oficina Gráfica de Irmãos Digiorgio & Cia — Rio — 92 páginas.

BENTES, Paulo — “*O Outro Brasil*” — Empresa “Jornal do Comércio” — Rodrigues & Cia — Rio — 27 páginas.

BETHLEM, Hugo — “*Vale do Itajaí*” — (jornadas de Civismo) — Livraria José Olímpio, Editora — Rio.

BOPP, Raul e JOSÉ Jobim — “*Anuário de Estatística Mundial*” — (Yearbook of Word Statistic — Annuaire de Statistique Mondiale) — Edição do Centro de Estudos Econômicos — Rio — Ofic. Gráf. J. Amorim & Cia. Ltda. — 282 páginas.

BRAZILIAN MEDICAL CONTRIBUTIONS — Livraria José Olímpio — Editora — Oficinas Gráficas Imprensa Nacional — Rio — 181 páginas

CABRAL, Osvaldo R — “*Laguna e outros Ensaios*” — Oficina da Imprensa Oficial do Estado — Santa Catarina — 183 páginas

CALMON, Pedro — “*História Social do Brasil*” — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — Edição ilustrada

— “*História do Brasil*” — 1º tomo — (As origens) — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo 476 páginas

CALÓGERAS, Pandiá — “*As Minas do Brasil e sua Legislação*” — (Geologia Econômica do Brasil) — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 507 páginas

CANEPPA, Vitorio — “*Estatística Carcerária do Distrito Federal*” — (Desenhos e capa de Hans Etz) — Livraria Geral Franco-Brasileira Ltda — Rio — 54 págs

CARDIM, Pe Fernão — “*Tratado da Terra e Gente do Brasil*” — (com introduções e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia) — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 379 páginas

CARNEIRO LEÃO, A — “*Sociedade Rural, seus problemas e sua educação*” — Prefácio de Artur Neiva — Editora S A “A Noite” — Rio — Com ilustrações — 268 páginas

CHEVALIER, Ramayana de — “*Fronteiras*” — Prefácio do Major Lima Figueiredo — Oficinas Gráficas de I Amorim & Cia Ltda — Rio — 235 páginas

CORREIA FILHO, Virgílio — “*Alexandre Rodrigues Ferreira*” — (vida e obra) — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo

COSTA, Angione — “*Migração e Cultura*” — (Ensaio de Arqueologia e Etnologia do Brasil) — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — Edição ilustrada — 273 páginas

COSTA, Oton — “*A Fundação do Rio de Janeiro*” — (Publicada em comemoração à data de fundação da cidade) — Rio

COUTINHO, Albino Je F — “*Datas Brasileiras*” — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo — Póito Alegre — 256 páginas

CUNHA, Euclides da — “*Canudos*” — (Diário de uma expedição) — Introdução de Gilberto Freire — Publicação n° 16 da “Coleção de Documentos Brasileiros” — Livraria José Olímpio Editora — Rio — Edição ilustrada — 186 págs

— “*Perú versus Bolívia*” — 2ª edição — com 2 mapas e um estudo de Oliveira Lima — Publicação n° 17 da Coleção “Documentos Brasileiros” — Livraria José Olímpio, Editora — Rio — 194 páginas

DÉ CARLI, Gileno — “*O Problema do Combustível no Brasil*” — Prefácio do Interventor Agamenon Magalhães — Oficina gráfica “Rio Arte” — Rio — Edição ilustrada — 32 páginas

DOCA, Sousa — “*Limites entre o Brasil e o Uruguai*” — Oficinas Gráficas do Estabelecimento Central de Material de Intendência — Rio — Edição ilustrada — 216 páginas

DOMINGUES, Mário — “*Impressões de uma viagem ao Norte do Brasil*” — Irmãos Pongetti, Editores — Rio — 187 páginas

DUARTE, Nestor — “*A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*” — (Contribuição à Sociologia Política Brasileira) — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 242 páginas

FARIA, Júlio César de — “*Colúmbia Excelsa*” — (Amazonas e Pará) — Livraria Acadêmica Editora — São Paulo — 446 páginas

FERRAZ, Álvaro e ANDRADE Lima Filho — “*A Morfologia do Homem do Nordeste*” — (Estudo Biotipológico) — Publicação n° 15 da Coleção “Documentos

Brasileiros" — Livraria José Olímpio, Editora — Rio — Edição ilustrada com 43 gráficos, 36 retratos e 8 sectogramas — 364 páginas.

FERREIRA, Juvenal Gomes — "*A Siderurgia é a Base para a organização e Defesa da Produção*" — (Tese apresentada ao 2º Congresso Brasileiro de Agronomia) — 30 páginas.

FERREIRA, Desembargador Vieira — "*Azambuja e Urussanga*" — (Memória sobre a fundação, pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, de uma colônia de emigrantes italianos em Santa Catarina) — Oficinas gráficas do "Diário Oficial" — Niterói — Edição ilustrada — 107 páginas

FILGUEIRAS, Otto — "*Ceras Vegetais da Baía*" — (Notas econômicas e estatísticas) — Edição Mimiofrafada — Baía — 15 páginas

FLEMING, Thiers — "*Nova Divisão Territorial do Brasil*" — (Pelo Brasil Unido e Forte) — Rio — Edição ilustrada — 173 páginas.

GÓIS, Raul de — "*Beaurepaire Rohan*" — Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial — João Pessoa — Paraíba

HAMANN, Hugo — "*Estudos Econômicos Financeiros*" — Oficinas Gráficas da Empresa "Almanaque Laemert Ltda" — Rio — 136 páginas

JOBIM, José — "*O Brasil na Economia Mundial*" — Edição do Centro de Estudos Econômicos — Rio — 263 páginas

LAHMAM, Padre João Batuta — "*O Brasil Católico*" — 3ª edição — Tipografia do "Lar Católico" — Juiz de Fora — Minas Gerais — 616 páginas.

LAS CASAS, Álvaro de — "*Na Labareda dos Trópicos*" — S A "A Noite", editora — Rio — 199 páginas.

LATIF, Miran M. Barros — "*As Minas Gerais*" — (A aventura portuguesa, a obra paulista, a capitania e a província) — S. A "A Noite", editora — Rio — 208 páginas

LEÃO, Josias — "*Mines and Minerals in Brazil*" — Edição do Centro de Estudos Econômicos — Rio — 243 páginas.

LEMOS BRITO — "*Pontos de Partida da História Econômica do Brasil*" — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 552 páginas

LEONARDOS, Othon Henry — "*Os Depósitos Niquelíferos de Goiás*" — (Separata do n.º 19 — maio — junho de 1939, da Revista "Mineração e Metalurgia") — Oficinas gráficas "A Encadernadora S A" — Edição ilustrada — 8 páginas

LIMA FIGUEIREDO — "*Índios do Brasil*" — Prefácio do General Rondon — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 348 páginas.

LIMA, Hildebrando de — "*Nosso Brasil*" — (para o 3.º grau primário) — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 201 páginas

LÔBO, Hélio — "*O Pan Americanismo e o Brasil*" — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 150 páginas.

MACEDO SOARES J C — "*Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*" — Edição de luxo com ilustrações de J Wash Rodrigues, numerada — Composta e impressa nas oficinas gráficas de Elvino Pocal — São Paulo — 235 páginas.

— "*Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*" — Publicação n.º 19 da Coleção "Documentos Brasileiros" — Ilustrações e mapas de J. Wash Rodrigues — Livraria José Olímpio, Editora — Rio — 239 páginas.

MACHADO, Orlando — "*Arquipélago de Fernando de Noronha*" — (Notícia geográfica, meteorológica, histórica, geológica e carta hidrotopográfica) — Tipografia Siqueira — Sales Oliveira & Cia — São Paulo — 2ª edição, ilustrada — 41 páginas.

MACHADO, Paulo Monteiro — "*Panamérica Econômica e Comercial*" — Oficinas gráficas da "Fundação R. de Matos Duarte" — Rio — 246 páginas.

MAGALHÃES, Basílio — “*O Café*” — (Na história, no folclore e nas belas-artes) — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — Edição ilustrada — 387 páginas

— “*Estudos de História do Brasil*” — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 298 páginas

MAGALHÃES, Correia — “*Terra Carioca*” — (Fontes e Chafarizes) — Oficinas gráficas da Imprensa Nacional — Edição ilustrada pelo autor — 223 páginas.

MAGARINOS, Domingos — “*América*” — (Antiguidades da América, do homem americano, da sua cultura e da sua civilização) — Oficinas gráficas “Alba” — Rio — 205 páginas

MARIZ, Celso — “*Evolução Econômica da Paraíba*” — Edição ilustrada — “A União Editora” — João Pessoa — Paraíba — 217 páginas

MARTINS, Romário — “*História do Paraná*” — 2ª edição — “Rumo Ltda”, Editor — Curitiba — 541 páginas

MARTIUS, Carlos Fr, Phill, Von — “*Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros*” (1844 — Edição ilustrada — Tradução, prefácio e notas de Pirajá da Silva — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 286 páginas

MATA, Alfredo Augusto da — “*Vocabulário Amazonense*” — (Contribuição para o seu estudo) — Manaus — Amazonas — 315 páginas

MATOS, Aníbal — “*Peter Wilhelm Lund no Brasil*” — (Problemas de Paleontologia Brasileira) — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo

— “*Pré-história Brasileira*” — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — Edição ilustrada

MAURICÉIA, Cristóvão de — “*Nomes Geográficos Aborígenes*” — F de Sousa Pinto, Editor — Rio

MONTEIRO, Tobias — “*O Primeiro Reinado*” — Tomo I — Tipografia do “Jornal do Comércio” — Rodrigues & Cia — F Briguiet & Cia, Editores — Rio — Edição ilustrada com 26 retratos e 2 mapas — 448 páginas

MORAIS, Raimundo — “*A Margem do Livro de Agassiz*” — Companhia Melhoramentos de São Paulo — Editora — 217 páginas

— “*Planície Amazônica*” — 5ª edição — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 227 págs

NABUCO, Joaquim — “*A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893*” — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 172 páginas

NASH, Roy — “*A Conquista do Brasil*” — Tradução de Moacir N Vasconcelos — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — Edição ilustrada — 501 páginas

NAVARRO DE ANDRADE Edmundo — “*O Eucalipto*” — Biblioteca Agrícola Popular Brasileira — Edição da revista “Chácaras e Quintais” — São Paulo — Ilustrada — 122 páginas

NIEMEIER, Valdir — “*O Desenvolvimento dos Mercados Internos, a grande Fôça de Defesa da Economia Nacional*” — (Conferência realizada na Associação Comercial de São Paulo) A Coelho Branco Filho, Editor — Rio — 42 págs

PETTINATI, Francesco — “*O Elemento Italiano na Formação do Brasil*” — (De Américo Vespucci a Libero Badaró) — Elvino Poci, Editor — São Paulo — Edição ilustrada por B Sercelli — 274 páginas

PILÔTO, Valfrido — “*História e Historiografias*” — Curitiba — Paraná

PINTO, Luiz — “*Síntese Histórica da Paraíba*” — (1501-1938) — Imprensa Oficial — João Pessoa — Paraíba — 122 páginas

PONTES, Carlos — “*Tavares Bastos*” — (Aureliano Cândido) — 1839-1875 — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo

PÔRTO, Artur — “*Fundação da Cidade Paraense e outros aspectos da história do Brasil*” — Irmãos Pongétti, Editores — Rio — 284 páginas.

PRUNES, Lourenço Mário — “*O Trigo*” — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — 187 páginas

RÊGO BARROS, Jaci — “*Senzala e Macumba*” — Oficinas Gráficas do “Jornal do Comércio” — Rodrigues & Cia. — Rio — 131 páginas

RODRIGUES ALVES FILHO, Francisco — “*Crônicas do Brasil antigo*” — (com um estudo ilustrado sobre o Conselheiro Rodrigues Alves) — Publicações Brasil — Editora — São Paulo — 99 páginas.

RODRIGUES, Filúvio de Cerqueira — “*União Indústria, Primeira das Estradas de Rodagem Brasileiras*” — (Ensaio) memória apresentada ao VI Congresso Nacional de Estradas de Rodagem — Oficinas gráficas do “Jornal do Comércio” — Rodrigues & Cia. — Rio — Edição ilustrada — 54 páginas.

RONDON, Frederico A — “*Pelo Brasil Central*” — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 314 páginas.

RUBIM, Resende — “*Reservas de Brasilidade*” — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — Edição ilustrada — 256 páginas

SAINT-HILAIRE, Augusto de — “*Viagem ao Rio Grande do Sul*” — (1820-1821). Tradução de Leonam de Azevedo Pena — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo.

SAMPAIO FERRAZ, Mário — “*Cruzar e Nacionalizar*” — (Ligeira contribuição), 2ª Edição — São Paulo

SANTOS, Eurico — “*Da Ema ao Beija-Flor*” — (usos e costumes das aves do Brasil) — F. Briguiet & Cia, Editores — Rio — 357 páginas

SILVA, Melo e — “*Fronteiras Guaranís*” — Com um estudo sobre o idioma guaraní ou avañê — Prefácio de Monte Arrais — Imprensa Metodista — São Paulo — Edição ilustrada.

SILVA, Oliveira e — “*O Município no Estado Novo*” — (Doutrina, jurisprudência e legislação sobre o município e seu funcionário) — Borsoi, impressor — Rio, 311 páginas.

SILVEIRA NETO — “*Do Guaira aos Saltos do Iguassú*” — 2ª edição — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo

SIQUEIRA, Edmundo — “*Resumo Histórico da The Leopoldina Railway Co. Ltd.*” — Rio — 180 páginas

SOUSA, Bernardino José de — “*O Pau Brasil na História Nacional*” — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional, São Paulo.

— “*Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*” — 4ª edição da “Onomástica Geral da Geografia Brasileira” — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo

SOUSA, Iris Rodrigues Pereira de — “*A Arte ornamental dos índios da Amazônia*” — Ensaio — (Tese apresentada para o concurso de Catedrático da Cadeira de Arte Decorativa na Escola Nacional de Belas Artes do Brasil — Tipografia do “Jornal do Brasil” — 57 páginas

SOUSA, Rubens de Faria e — “*Da Mantiqueira aos Andes*” — Livraria Record, Editora — São Paulo.

TAVARES BASTOS A C. — “*Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*”. (Estudos Brasileiros) — Prefácio e notas de Cassiano Tavares Bastos — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 336 páginas

TEIXEIRA, José A. — “*O Falar Mineiro*” — Separata da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo.

TOLEDO JOÃO — “*São Paulo*” — (Variação sôbre motivos da história paulista — Imprensa Metodista — São Paulo — 255 páginas

VARGAS, Presidente Getúlio — “*A Nova Política do Brasil*” — 1º volume — (Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano de Governo) — 254 páginas 2º volume — (O ano de 1932 — A Revolução e o Norte, 1933) — 200 páginas 3º volume — (A Realidade Nacional em 1933 — Retrospecto das realizações do Governo, 1934) — 306 páginas 4º volume — (Retôrno à terra Natal — Confraternização Sul-americana e a Revolução Comunista — Novembro de 1934 à Julho de 1937) — 232 páginas 5º volume — (O Estado Novo — 1.º de Novembro de 1937 a 25 de Julho de 1938) — 326 páginas — Livraria José Olímpio, Editora — Rio

VEIGA, Venâncio — “*O Acre e o Tratado de Petrópolis*” — Rio

VERÍSSIMO, Tte Coronel Inácio José — “*André Rebouças — Através de sua auto-biografia*” — Prefácio de Otávio Tarquínio de Sousa — Publicação n.º 20 da Coleção “Documentos Brasileiros” — Livraria José Olímpio, Editora — Rio, 267 páginas

WALLACE, Alfred Russel — “*Viagem pelo Amazonas e Rio Negro*” — Tradução de Orlando Tôrres — Prefácio de Basílio Magalhães — Coleção Brasileira — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 670 páginas

Edições oficiais

AIROSA, Professor Plínio — “*Dos Índices de Relação Determinativa de Posse no Tupi-Guarani*” — Edição da Universidade de São Paulo — Série “Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” — Oficinas Gráficas “Revista dos Tribunais” — São Paulo — 96 páginas

ALVES DE SOUSA, Antônio José e Megálvio da Silva Rodrigues — “*Relatório dos Delegados do Brasil à 3ª Conferência Mundial de Energia*” — Edição do Departamento Nacional de Produção Mineral — (Divisão de Águas) — Ministério da Agricultura — Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio Com várias ilustrações, mapas e gráficos — 490 páginas

ALVES DE SOUSA, Henrique Cáper — “*Columbita e Tatalita no Rio Grande do Norte*” — (Separata do n.º 17 — 1939 — da revista “Mineração e Metalurgia”) Avulso n.º 38 do Departamento Nacional de Produção Mineral — (Divisão de Fomento) — Ministério da Agricultura — Oficinas Gráficas de “A Encadernadora S A” — Rio — Edição ilustrada — 17 páginas

RODRIGUES, Hildebrando — “*Album do Pará*” — (Organizado sob os auspícios do Governo do Estado e com o apoio da Associação Comercial do Pará) — Oficinas da Tipografia Novidades — Belém — Pará — Edição ilustrada — 252 págs

ANDRADE, Jorge de — “*Panorama Econômico-Financeiro do Amazonas*” — (Algarismos que refletem a estabilidade do Estado — Aspectos da política tributária seguida pelo Interventor Álvaro Maia) — Edição do Serviço de Propaganda e Publicidade do Estado de Amazonas — Imprensa Pública — Manaus — 18 págs.

ARAÚJO, Eng Jaime Benedito de — “*Beneficiamento da Apatita em Ipanema, Estado de São Paulo*” — (Separata do n.º 17 - 1939 - da revista “Mineração e Metalurgia”) — Avulso n.º 39 do Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura — Oficinas Gráficas “A Encadernadora S A” — Rio — Edição ilustrada — 25 páginas

— “*Etnologia Brasileira e Língua Tupi-Guarani*” — n.º 1 — Edição da Universidade de São Paulo — Série “Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” — Oficinas Gráficas “Revista dos Tribunais” — São Paulo — 94 páginas.

BARRETO FALCÃO, Pedro — “*O Comércio Interno do Brasil e a Fase de Recuperação da Economia Nacional*” — Publicação da Diretoria Geral de Estatística do Rio Grande do Sul — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 21 páginas

BELMONTE — “*No Tempo dos Bandeirantes*” — (A Vila de São Paulo no século XVII) — Volume n.º XXIV da Coleção do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal — São Paulo — Edição ilustrada pelo autor — 310 páginas.

BOITEUX, Lucas Alexandre — “*Primeira Página da Colonização Italiana em Santa Catarina*” — Publicação n.º 11 do Departamento de Estatística e Publici-

dade do Estado de Santa Catarina — Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial. Curitiba — 65 páginas.

BÔLSA DE MERCADORIAS DA BAÍA — “*A cultura da Mamona*” — 3.^a edição — Tipografia Naval — Salvador — 7 páginas

— “*Método de Exportação e Cultura da Juta Baiana*” — (Fibras da família Malvacea, conhecida na Baía com o nome de “carrapicho”) — Tipografia Naval — Salvador — 9 páginas

— “*O Petróleo do Lobato*” — (Resumo histórico) — Edição mimeografada — Salvador — 7 páginas.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DO PARÁ — Decreto-Lei n.º 3.131, de 31 de outubro de 1938 — (Fixa a Divisão Territorial do Estado que vigorará, sem alteração, de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, e dá outras providências) — Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré — Belém-Pará — 127 páginas.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA — “*Finanças Estaduais*” — Imprensa Oficial — João Pessoa — 33 páginas.

— “*Getúlio Vargas e o Nordeste*” — (Reportagem das grandes obras de açudagem e irrigação executados na Paraíba pela Inspetoria de Obras contra as Secas) — Publicação n.º 5 — Imprensa Oficial do Estado — João Pessoa — Edição ilustrada — 82 páginas

— Decreto-Lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938 — (Divisão Territorial do Estado, que vigorará, sem alteração, de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, e dá outras providências) — Imprensa Oficial do Estado — João Pessoa — 135 páginas

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DE PERNAMBUCO — *Decreto-Lei n.º 235, de 9 de dezembro de 1938* — (Fixa a divisão territorial do Estado, que vigorará, sem alteração de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, e dá outras providências) — Imprensa Oficial — Recife — 157 páginas

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DO PIAUÍ — “*Principais Efemérides Piauienses*” — Imprensa Oficial do Estado — Terezina — 42 páginas.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE — “*Divisão Territorial do Estado*” — (Documentos legislativos e executivos referentes ao quadro territorial, que vigorará, sem alteração, de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943) — Imprensa Oficial — Natal — 86 páginas.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA — *Decreto-Lei n.º 238* — (Fixa a divisão territorial do Estado, que vigorará, sem alteração, de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, e dá outras providências) — Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis — 92 páginas

— “*Comunicados Estatísticos*” — Publicação n.º 6 — Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis — 46 páginas

— “*Principais Efemérides da História Catarinense*” — Publicação n.º 2 — edição mimeografada — 7 páginas.

— “*A Reserva Mineral do Estado*” — Publicação n.º 3 — Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis — 30 páginas

— “*A Indústria de Fiação e Tecelagem em Santa Catarina*” — Publicação n.º 7 — Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis — 26 páginas

— “*Números de Santa Catarina*” — Publicação n.º 8 — Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis — 44 páginas.

— “*O Fumo na Economia Agrícola de Santa Catarina*” — Publicação n.º 9 Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis — 15 páginas

— “*Pesos e medidas*” — (Adaptação ao sistema métrico decimal) — Publicação n.º 5 — Edição mimeografada — 26 páginas

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO — “*Divisão Judiciária e Administrativa do Estado*” — Tipografia Brasil — São Paulo — 224 páginas

— “*Distritos de Paz do Estado de São Paulo*” — Oficinas Gráficas da Empresa São Paulo Editora Ltda — São Paulo — 253 páginas

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO — “*Bio-Estatística*” — (Dez anos de dados meteorológicos e demógrafo-sanitários, relativos a São Luiz, com tabelas e gráficos, organizados pelo dr Mário Magalhães da Silveira, médico sanitarista da D F S da 3ª Região) — Imprensa Oficial do Estado — São Luiz — Maranhão — 75 páginas

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — “*Estatística Pecúária do Rio Grande do Sul*” — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 50 páginas

— “*Estatística Industrial do Rio Grande do Sul*” — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 182 páginas

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS — “*As Grutas em Minas Gerais*” — Oficinas Gráficas da D G E — Belo Horizonte — 1ª Edição ilustrada — 278 páginas

DIRETORIA DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA BAIÁ — “*Serviços Rodoviários no Estado da Baía*” — (Informações e dados sôbre as realizações efetuadas até o ano de 1938) — Oficinas Gráficas da Livraria Científica — Salvador — 50 páginas

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL — “*Provincia Petrolífera do Nordeste*” — (Separata do n° 18-1939 da revista “*Mineração e Metalurgia*”) — Avulso n° 41 da Divisão de Fomento da Produção Mineral — Ministério da Agricultura — Oficinas Gráficas da “A Encadernadora S A.” — Rio — Edição ilustrada — 125 páginas

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PROPAGANDA — “*O Açúcar sob o Governo Getúlio Vargas*” — Publicação n° 78 — Oficinas Gráficas de S América Ltda — Rio — 73 páginas

— “*Atualidade Brasileira, seus problemas e solução*” — (Discurso do Presidente Getúlio Vargas no segundo aniversário do Estado Novo) — Publicação n° 93 — Oficinas Gráficas do “Jornal do Comércio” — Rodrigues & Cia. — Rio, 121 páginas

DIRETORIA DE NAVEGAÇÃO DO MINISTÉRIO DA MARINHA — “*Lista de Faróis*” — (correta até 31 de dezembro de 1938) — Imprensa Naval — Edição ilustrada — 254 páginas

— Suplemento n° 2 do “*Roteiro-Brasil 1936*” — (Correto até 28 de fevereiro de 1939, contendo avisos aos navegantes, com o n° 24, de 1939, inclusive) — Imprensa Naval — Rio — 51 páginas

ELLIS JÚNIOR, Alfredo — “*História da Civilização Brasileira*” — n° 1 — Edição da Universidade de São Paulo — Série “Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” — Oficinas Gráficas da “Revista dos Tribunais” — São Paulo — Edição ilustrada — 219 páginas

ERICHSON, Adalberto I e João Miranda — “*Geologia do Sul de Goiás*” — (Campanha de 1935 e 1936) — Boletim n° 94, do Serviço Geológico e Mineralógico do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura — Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio — Edição ilustrada — 102 páginas

FARIA, Diva de Carvalho — “*A Mamona sob o Triplice Aspecto — Cultural, Industrial e Econômico*” — Edição do Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura — Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio — Com ilustração — 55 páginas

FARIA, J Sampaio — “*Indústria do Sal*” — Edição do Departamento Nacional de Produção Animal — Instituto de Biologia Animal — Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio — Com mapas das regiões salineiras — 102 páginas

FREITAS, B de — “*O Noroeste Maranhense*” — Edição do Departamento de Estatística e Publicidade do Estado do Maranhão — Imprensa Oficial — São Luiz

GÓIS, Hildebrando de Araújo — “*O Saneamento da Baixada Fluminense*” — Edição da Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense — Oficinas Gráficas Irmãos Pongetti — Rio — 94 páginas com ilustrações

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — “*Brazil 1938*” — (A New Survey of Brazilian Life — Economic, Financial, Labour and Social Conditions from a General Point of View) — Oficinas Gráficas do I. B. G. E. — Rio — Edição ilustrada — 424 páginas

— “*Quadro dos Municípios Brasileiros Vigorantes no Quinquênio de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943*” — (Trabalho organizado com a colaboração da Diretoria de Estatística Geral do Ministério da Justiça e das Repartições Regionais de Estatística) — Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional Rio — 22 páginas

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL — *Relatório* — (Apresentado pelo sr Barbosa Lima Sobrinho à Comissão Executiva, em 7 de junho de 1939) — Separata da revista “*Brasil Açucareiro*” — Oficinas Gráficas “*Rio Arte*” — Rio — 114 páginas.

— “*Anuário Açucareiro — 1938*” — Edição da revista “*Brasil Açucareiro*” — Oficinas Gráficas H. Stepple Jor — Rio — 381 páginas com ilustrações.

— “*Capacidade e Produção das Usinas de 1929-30*” — Publicação Mimeografada da Secção de Estatística do I. A. A. — Rio.

INSTITUTO DO CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO — “*Anuário Estatístico de 1938*” — Oficinas Gráficas da Tipografia Siqueira — São Paulo — 187 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DO MATÉ — Relatórios ns 1 e 2 — (Apresentados à Secretaria pelas Divisões da Defesa da Produção e Controle do Mercado — Oficinas Gráficas de J. M. Magalhães & Cia Ltda — Rio — 44 e 32 páginas respectivamente

JOBIM, José — “*Chegou a vez dos Minerais*” — Edição do Departamento Nacional de Propaganda — Oficinas Gráficas de I. Amorim & Cia Ltda — Rio — 77 páginas

MAGALHÃES, Agenor de Couto — “*Ensaio sobre a Fauna Brasileira*” — Prefácio de Hans Krug — Edição da Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo — Oficinas Gráficas da Tipografia Brasil — São Paulo — 336 páginas e ilustrações

MILLIET, Sérgio — “*Roteiro do Café e outros ensaios*” — (Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil) — Volume XXV da Coleção do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal — São Paulo — 188 págs.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — “*Trabalhos realizados em 1938*” — (Relatório apresentado ao Senhor Presidente da República pelo Ministro Fernando Costa) — Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio — Edição ilustrada — 520 páginas

MINISTÉRIO DA MARINHA — “*Subsídios para a História Marítima do Brasil*” — Volume II — Edição da Divisão de História Marítima do Estado Maior da Armada — Imprensa Naval — Rio — 506 páginas

PAIVA, Glycon e Vitor Leinz — “*Contribuição para a Geologia do Petróleo no Sudoeste de Mato Grosso*” — Boletim n.º 37, publicado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura — Tipografia dos “*Anais*” — Rio — Edição ilustrada — 98 páginas

PAZ, Ataliba F — “*O Problema do Trigo no Rio Grande do Sul e a Ação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio*” — Boletim n.º 72 da Secção de Informações e Propaganda Agrícola da Secretaria de Agricultura — Pôrto Alegre — 16 páginas

— “*A Indústria Pastoril no Rio Grande do Sul*” — (Conferência Nacional de Pecuária) — Boletim n.º 41 da Secção de Informações e Publicidade Agrícola da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio — Pôrto Alegre — 21 págs.

— “*Discurso oficial pronunciado no ato inaugural da XXV Exposição de Bagé, realizada em 1938*” — Boletim n.º 67, publicado pela Secção de Informações e Publicidade da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — Pôrto Alegre — 15 páginas.

PEDERNEIRAS, Haroldo Paranhos — “*Plano Rodoviário Catarinense*” — Trabalho apresentado ao VII Congresso Nacional de Estrada de Rodagem) — Imprensa Oficial do Estado — Edição ilustrada com um mapa — 19 páginas

SANTANA, Nuto — “*São Paulo Histórico*” — (Aspectos, lendas e costumes) — Volume XXII da Coleção do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal — São Paulo — 362 páginas

SERRA, Adalberto B — “*La Circulation Générale de L’Amérique du Sud*” (Trabalho confeccionado com a colaboração do Departamento de Aeronáutica Civil do Ministério da Viação e Obras Públicas) — Edição do Serviço Nacional de Meteorologia — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — Com ilustração — 322 páginas

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL — “*Estatísticas Culturais de 1937*” — (Organizadas pela Diretoria de Estatística Educacional) — Prefácio de Ernesto Pellanda — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 95 páginas

— “*Boletim de Estatísticas Educacionais — 1936/1937*” — (Organizadas pela Diretoria de Estatística Educacional) — Prefácio de Ernesto Pellanda — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 67 páginas

SECRETARIA GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE — “*A Indústria Salina nos municípios do Norte do Estado, Macau, Assú, Areia Branca e Mossoró*” — “Boletim n.º 13, de Informações e Propaganda” — Oficinas de “Arte Gráfica” — C Mendes Júnior — Rio — Edição ilustrada — 8 páginas.

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — Decreto-Lei n.º 9 941, de 11 de novembro de 1938 — (Fixa a Divisão Territorial do Estado, que vigorará, sem alteração, de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, e dá outras providências) — Imprensa Oficial do Estado — 68 páginas

SOUSA, José Garcia de — “*Aviação Civil*” — Edição distribuída pelo Departamento Nacional de Propaganda — Oficinas Gráficas Pimenta de Melo & Cia. — Rio — Com ilustrações — 390 páginas

TAUNAY, Afonso de E — “*História do Café no Brasil*” — 1.º volume (no Brasil Colonial 1727-1822) — 394 páginas, 2.º volume — (no Brasil Colonial 1727-1822) — 402 páginas, 3.º volume — (no Brasil Imperial 1822-1872) — 452 páginas, 4.º volume — (no Brasil Imperial 1822-1872) — 465 páginas; 5.º volume — (no Brasil Imperial 1822-1872) — 432 páginas, 6.º volume — (no Brasil Imperial 1872-1889) — 405 páginas — Edição Departamento Nacional do Café. Oficinas Gráficas Irmãos Pongetti — Rio

WASHBURNE, Chester W — “*Geologia do Petróleo no Estado de São Paulo*” (Traduzido, comentado e ampliado por Joviano Pacheco) — Edição do Departamento Nacional de Produção Mineral — Ministério da Agricultura — Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio — Com ilustrações e gráficos — 228 páginas

Monografias Municipais

AGÊNCIA DE DIFUSÃO E PUBLICIDADE LTDA — “*Piassununga*” — (Monografia do Município, editada e coordenada pela autora) — Rio de Janeiro — Edição ilustrada com um mapa em separado — 104 páginas

AGÊNCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA, INFORMAÇÕES E PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO (Baía) — “*Dados Descritivos, Históricos e Estatísticos de Santo Amaro*” — Oficinas gráficas do “O Popular” — São Felix — Baía — Edição ilustrada — 96 páginas

BUFFREM, Vicente — “*Rebouças*” — Edição da Agência Municipal de Estatística da Prefeitura Municipal de Rebouças — Paraná — Oficinas gráficas Irmãos Guimarães — Curitiba — 14 páginas

COELHO, Vulmar — “*Monografia do Município de Ferros*” — Minas Gerais

— “*Monografia do Município de Sêro*” — Minas Gerais.

COSTA JÚNIOR, Miguel — “*Anuário de Corumbá — 1939*” — (Principais atividades culturais, sociais e educacionais de Corumbá — Diferentes aspectos do Município. Guias, resenhas, indicações, história, geografia, desenvolvimento corumbaenses) — Com um mapa do Município — Edição ilustrada — 168 páginas.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DE ALAGOAS — “*Maceió, aspectos econômicos e sociais*” — Introdução de Humberto Bastos — Oficinas gráficas do Orfanato São Domingos — Mangabeira — Maceió — 88 páginas

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DO PARANÁ — “*Monografia Estatístico-Descritiva do Município de Palmeira*” — Oficinas da Empresa Gráfica Paranaense — Curitiba — Com mapas e ilustrações — 108 páginas

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DO PIAUÍ — “*Monografias Estatístico-Descritivas Municipais*” — (Todos os municípios do Estado) — Imprensa Oficial — São Luiz — 180 páginas

FERNANDES, Francisco — “*Album Formiguense*” — (Monografia histórico-descritiva do Município de Formiga, com uma parte informativa sobre o município de Arcos) — Oficinas gráficas da Tipografia “O Castelo” — São João Del-Rei — Minas Gerais — Edição ilustrada — 139 páginas

GUIAS DO BRASIL LTDA — “*Rio de Janeiro e Arredores*” — Coleção “Os guias verdes do Brasil” — Rio de Janeiro — Com 2 mapas — 742 páginas

LEITE, Célio Conde — “*O Município e Comarca de Paraguassú*” — (Texto e fotografias originais) — Oficinas gráficas da Tipografia Guarani — Paraguassú — Sul de Minas — 64 páginas

MAGALHÃES, Sinfônio de — “*Petrópolis — Morada de Flora*” — 2ª edição — Oficinas Gráficas “Apolo” — Rio — com 70 fotografias — 56 páginas

OLIVEIRA, Sebastião Almeida — “*Tanabi*” — (Separata do volume XXXVI, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo) — Oficina Gráfica Paulista — São Paulo — 4 páginas

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA (Estado do Rio) — “*Dados e Informações sobre Itaperuna*” — (Publicado por ocasião das festas comemorativas do cincoentenário da instalação do Município) — Edição ilustrada — 44 páginas

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS — “*Manaus*” — (Album organizado na administração do Prefeito Antônio Botelho Maia) — Edição do Departamento de Estatística e Publicidade do Estado de Amazonas — Oficinas Gráficas de Almeida Marques & Cia — Com ilustrações — 88 páginas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA (Estado do E Santo) — “*Município de Santa Teresa*” — (Estatística — Corografia — História) — Prefácio do Prefeito Municipal Eurico Hildebrando Aurélio Ruschi — Oficinas Gráficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio — Edição ilustrada — 99 pags

RAMOS, Vidal — “*Notas sobre a Fundação de Lajes*” — Publicação n° 13 do Departamento de Estatística e Publicidade do Estado de Santa Catarina — Imprensa Oficial — Florianópolis — 25 páginas

SERVIÇO DE INQUÉRITOS POLÍTICO-SOCIAIS (S I P S) — “*Município de Araras*” — Volume n° 1 da Coleção “Estado Novo” — Edição ilustrada — 71 págs.

— “*Município de Cambará*” — Volume n° 2 da Coleção “Estado Novo” — Edição ilustrada — 78 páginas

SILVA, Cleto — “*Apontamentos Históricos da União da Vitória*” — Max Roesner & Ltda — Curitiba — Paraná — 1ª edição ilustrada — 224 páginas

TAMBELLINI, J Machado — “*A Freguesia dos Batatais*” — (No 1º Centenário de sua elevação a Vila) — Prefácio de Altino Arantes — Oficinas Gráficas da “Revista dos Tribunais” — São Paulo — 155 páginas

TAVARES, Sílvio — “*Campos no Estado Novo*” — Publicada na administração do sr Mário Pinheiro Mola) — Edição da Prefeitura Municipal de Campos — Oficinas Gráficas Escola de Aprendizes Artífices — Campos — Com ilustrações, 76 páginas.

VIEIRA, Armando — “*Teresópolis*” (Estrada de Rodagem — Hotéis — Parque Nacional) — Oficinas Gráficas “Jornal do Comércio”, de Rodrigues & Cia — Rio. 35 páginas

Publicações periódicas

"A C B" — (órgão oficial do Automóvel Clube do Brasil) — Impressa nas oficinas gráficas do "Jornal do Brasil" — Rio

CENTRO RIO GRANDENSE DE ESTUDOS HISTÓRICOS — "*Boletim*" — Rio Grande — Rio Grande do Sul

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DA BAÍA — "*Boletim de Comércio Externo e Interestadual*" — Publicação mimeografada — Salvador — Baía

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA — "*Comunicados*" — Imprensa Oficial do Estado — João Pessoa — Paraíba

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO — "*Boletim*" Oficinas Gráficas da "Tipografia Brasil", de Rothschild Loureiro & Cia. Ltda. São Paulo

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA — "*Comunicados*" — Imprensa Oficial — Florianópolis

DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA ANIMAL DO ESTADO DE SÃO PAULO — "*Revista de Indústria Animal*" — Oficinas Gráficas "Revista dos Tribunais" — São Paulo

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — "*Boletim Rodoviário*" — Oficinas Gráficas "Tip Gundlach" — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM — "*A Rodovia*" — (Revista técnica e de propaganda rodoviária) — Oficinas Gráficas "Franz Timon", Rio.

DEPARTAMENTO DE AERONÁUTICA CIVIL — "*Boletim*" — Serviço de Publicações do D. A C — Rio

"*Estudos Brasileiros*" — *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* — Impressa nas oficinas gráficas do Estabelecimento de "Arte Gráfica", C Mendes Jor — Rio

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL — "*Exportação Geral do Estado*" — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO — "*Boletim*" — Publicação mimeografada — Cuiabá — Mato Grosso

INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SÉCAS — "*Boletim*" — Oficinas Gráficas da I F. O C S — Rio

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL — "*Brasil Açucareiro*" — (órgão oficial do I A A) — Oficinas Gráficas "Rio Arte" — Rio

— "*Boletim Estatístico*" — (Organizado pela Secção de Estatística do I A A) — Publicação mimeografada — Rio

INSTITUTO DO CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO — "*Revista do Instituto do Café do Estado de São Paulo*" — Oficinas Gráficas "Editora Limitada" — S. Paulo

INSTITUTO NACIONAL DO MATE — "*Boletim Informativo das Divisões da Defesa da Produção e Controle do Mercado*" — Oficinas Gráficas da Litografia "Multilith" — Rio

"*Mensário do Jornal do Comércio*" — (Artigos de colaboração publicados no "Jornal do Comércio" — Oficinas Gráficas próprias — Rio

MINISTÉRIO DA MARINHA — "*Revista Marítima Brasileira*" — Imprensa Naval — Rio

"*O Observador Econômico e Financeiro*" — Rio

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — "*Mensário Estatístico*" — Publicação organizada pela Diretoria de Estatística Municipal — Edição mimeografada — Rio

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÔRTO ALEGRE — "*Boletim Municipal*" — (Publicado pela Diretoria Geral do Expediente) — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO — “*Revista do Arquivo Municipal*” — (Publicação do Departamento de Cultura) — Oficinas Gráficas da Prefeitura — São Paulo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO — “*Município de São Paulo*” — Atos, Regulamentos e Tabelas — Oficinas Gráficas “Cruzeiro” — São Paulo

“*Revista do Clube de Engenharia*” — (órgão oficial de propriedade do Clube) — Oficinas Gráficas da Companhia Carioca “Artes Gráficas” — Rio.

“*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*” — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.

“*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*” — Oficinas Gráficas “Gráfica Paulista” — São Paulo

“*Revista Mineira de Engenharia*” — (órgão oficial da Sociedade Mineira de Engenheiros) — Oficinas Gráficas Queiroz Breiner Ltda — Belo Horizonte — Minas Gerais.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO — “*Boletim*” — Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial — Recife — Pernambuco

SECRETARIA GERAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — “*P D F*” — (Revista Municipal de Engenharia) — Oficinas Gráficas do “Estabelecimento de Artes Gráficas” — Rio

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO — “*Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*” — Rio

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL DE VITÓRIA — “*Mensário Estatístico da Cidade de Vitória*” — Imprensa Oficial — Vitória — Espírito Santo

SERVIÇO DE PUBLICIDADE AGRÍCOLA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — “*Boletim*”. Oficinas Gráficas do S P A — Rio

“*Touring*” — Órgão oficial do “Touring Clube do Brasil” — Rio.

SUPLEMENTO DO INDICADOR DO ANO I — 1939

DA “REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA” COMPREENDENDO
OS NÚMEROS 1, 2, 3 E 4, RESPECTIVAMENTE DE JANEIRO,
ABRIL, JULHO E OUTUBRO DE 1939

ÍNDICE DE ASSUNTOS

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia, n.º I, pág 123.

Artigos, comentários e notícias

Apresentação, n.º I, pág 3

Campanha de Levantamentos de Coordenadas Geográficas (Uma), n.º III,
pág 130

Carta Geográfica do Brasil, n.º III, pág 133

Centro de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, n.º III,
pág 134

Comissão de Uniformização da Cartografia Brasileira, n.º IV, pág 124

General Rondon, proclamado “Civilizador do Sertão”, n.º IV, pág 123

Histórico da Criação do Conselho Nacional de Geografia, n.º I, pág 9

Instalação do Serviço de Coordenação Geográfica, n.º II, pág 112

Rodolfo von Ihering, n.º IV, pág 128

Relatórios

Relatório do Presidente do I B G E, lido a 1.º de julho de 1937, n.º I, pág. 95.

Relatório do Presidente do I B G E, lido a 1.º de julho de 1938, n.º II, pág 113

Relatório do Presidente do I B G E, lido a 1.º de julho de 1939, n.º IV, pág. 131.

Relatório do Secretário Geral do C N G, lido na sessão de encerramento da
1.ª sessão de A G do C N G, n.º I, pág 104

Relatório do Secretário Geral do C N G, lido na sessão de encerramento da
2.ª sessão de A G do C N G, n.º II, pág 119

Relatório do Secretário Geral do C N G, lido na sessão de encerramento da
3.ª sessão de A G do C N G, n.º IV, pág 138

Resoluções

Resolução n.º 1, que “dá regimento aos trabalhos da A G”, n.º I, pág 109

Resolução n.º 2, que “dá regimento aos trabalhos do D C”, n.º I, pág. 111

Resolução n.º 3, que “dá regimento aos trabalhos dos Diretórios Regionais”,
n.º I, pág 112

Resolução n.º 4, que “dá regimento aos trabalhos dos Diretórios Municipais”,
n.º I, pág 113

Resolução n.º 5, que “dispõe sobre a constituição e funcionamento das Co-
missões Técnicas”, n.º I, pág 114

Resolução n.º 6, que “pronuncia-se sobre a mudança do nome do Inst Nac
de E para I B G E”, n.º I, pág 114

Resolução n.º 7, que “adota a ortografia simplificada”, n.º I, pág 115

Resolução n.º 8, que “regula a constituição e o funcionamento do Corpo de
Informantes Municipais”, n.º I, pág 115

Resolução n.º 9, que “regula a integração no C B G das organizações par-
ticulares”, n.º I, pág 116.

Resolução n.º 10, que “dispõe sobre as atribuições de caráter geográfico que
estavam afetas ao C N E e confirma resoluções sobre as mesmas tomadas”,
n.º I, pág 117

Resolução n.º 11, que “expressa pronunciamentos diversos sobre problemas e
iniciativas relacionadas com a Geografia Brasileira”, n.º I, pág 118

- Resolução n.º 12, que “regula a constituição e o funcionamento do Corpo de Informantes Técnicos”, n.º I, pág. 120.
- Resolução n.º 13, que “dispõe sobre o orçamento do C B G., para 1938”, n.º I, pág. 121
- Resolução n.º 14, que “prescreve, como empreendimento fundamental do C B. G a atualização da Carta Geográfica do Brasil e provê ao seu início imediato”, n.º I, pág. 122
- Resolução n.º 15, que “provê a uma nova redação do art 1.º do Regulamento do Conselho”, n.º III, pág. 136.
- Resolução n.º 16, que “amplia a disposição do art 4 e seus parágrafos do Regulamento da Assembléa, sobre a presidência dos trabalhos”, n.º III, pág. 136.
- Resolução n.º 17, que “dispõe sobre o funcionamento do Corpo de Consultores Técnicos do Conselho”, n.º III, pág. 137
- Resolução n.º 18, que “provê à publicação da *Revista Brasileira de Geografia*”, n.º III, pág. 138
- Resolução n.º 19, que “dispõe sobre pagamento, etc.”, n.º III, pág. 140.
- Resolução n.º 20, que “aprova os atos dos Diretórios do Conselho”, n.º III, pág. 141
- Resolução n.º 21, que “regula o funcionamento das Comissões Técnicas Permanentes”, n.º III, pág. 142
- Resolução n.º 22, que “aprova e enaltece a integração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, etc ”, n.º III, pág. 143
- Resolução n.º 23, que “formula um encarecido apêlo, etc ”, n.º III, pág. 144
- Resolução n.º 24, que “recomenda aos DD do Conselho a divulgação de comunicados geográficos”, n.º III, pág. 145
- Resolução n.º 25, que “dá interpretação à alínea “d” do art. 9.º do Regulamento, n.º III, pág. 146
- Resolução n.º 26, que “torna obrigatória aos DD Regionais e Central a apresentação de relatórios anuais à A. G ”, n.º III, pág. 147
- Resolução n.º 27, que “constitue uma Com Técnica Especial para o estudo das bases de um plano de uniformização da cartografia brasileira”, n.º III, pág. 147
- Resolução n.º 28, que “provê à criação do Departamento Central de Coordenação Geográfica”, n.º III, pág. 149
- Resolução n.º 29, que “recomenda aos Governos Regionais que promovam uma cooperação direta entre as administrações municipais e a regional”, n.º III, pág. 152
- Resolução n.º 30, que “modifica o parágrafo 2.º do art 2.º do Regulamento do Diretório Central”, n.º III, pág. 162
- Resolução n.º 31, que “determina a distribuição dos ante-projetos, etc.”, n.º III, pág. 163
- Resolução n.º 32, que “aprova o parecer da Comissão de Finanças”, n.º III, pág. 163
- Resolução n.º 33, que “define a natureza dos serviços afetos à S. G do C ”, n.º III, pág. 164.
- Resolução n.º 34, que “fixa o orçamento do Conselho para 1939”, n.º III, pág. 165
- Resolução n.º 35, que “determina ao D. C. o estudo de um plano de intensificação, etc ”, n.º III, pág. 167.
- Resolução n.º 36, que “sugere medidas tendentes a regularizar a situação administrativa das localidades fronteiriças, etc ”, n.º III, pág. 168.
- Resolução n.º 37, que “dispõe sobre a publicação de trabalhos técnicos e científicos de interesse geográfico”, n.º III, pág. 169
- Resolução n.º 38, que “sugere instruções às Comissões regionais de Reforma da Divisão Administrativa”, n.º III, pág. 169
- Resolução n.º 39, que “dispõe sobre a execução dos trabalhos de caráter geográfico”, n.º III, pág. 170.

Revista Brasileira de Geografia

Apresentação, n.º I, pág. 3.

Resolução n.º 18, de 12-7-1938, que “provê à publicação da “*Revista Brasileira de Geografia*”, n.º I, pág. 7

GENERALIDADES GEOGRÁFICAS*Bibliografia*

Atlântico (O), n.º II, pág. 98

Descrição dos rios Parnaíba e Gurupí pelo dr. Gustavo Dodt, n.º III, pág. 111

Certames

Congresso Internacional de Geografia de Amsterdam, n.º II, pág. 126

Nono Congresso Brasileiro de Geografia, n.º IV, pág. 125

Fronteiras do Brasil no Regime Colonial, n.º IV, pág. 91

Geografia das Fronteiras, n.º III, pág. 95

La Géographie Psychologique, n.º IV, pág. 110

Le Matto-Grosso, n.º III, pág. 118.

Instituições e serviços

Dec. -lei n.º 782, de 13-10-1938, que "transforma provisoriamente a Seccção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, no Serviço de Coordenação Geográfica, com as funções de secretaria geral do C N G e órgão dos serviços geográficos da C C N", n.º IV, pág. 141

Dec. -lei n.º 1 360, de 20-6-1939, que "estabelece disposições padronizadoras para o núcleo das Repartições Centrais do I B G E e dá outras providências", n.º IV, pág. 143

Resolução n.º 22, que "aprova e enaltece a integração do Instituto Histórico e Geográfico, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro da Academia Brasileira de Ciências, do Clube de Engenharia e da Associação dos Geógrafos Brasileiros no sistema do I B G E, n.º III, pág. 143

Resolução n.º 23, que "formula um encarecido apêlo aos Governos Regionais para que se constitua, com presteza, em cada Unidade Federada, um Serviço Geográfico e apresenta sugestões a respeito", n.º III, pág. 144

Resolução n.º 28, que "provê à criação do Departamento Central de Coordenação Geográfica", n.º III, pág. 149

Resolução n.º 33, que "define a natureza dos serviços afetos à S G do C N G até se instalar o Departamento Central de Coordenação Geográfica, n.º III, pág. 164

Nomenclatura

A respeito dos topônimos indígenas, n.º IV, pág. 113

Dicionário Geográfico Brasileiro, n.º III, pág. 128

Personalidades

Elisée Reclus, n.º III, pág. 92

General Rondon, proclamado "Civilizador do Sertão", n.º IV, pág. 123

Homem de Melo (Barão), n.º IV, pág. 85

Orville A. Derby, n.º IV, pág. 88

Rio Branco (Barão), n.º III, pág. 89

Rodolfo von Ihering, n.º IV, pág. 128.

GEOGRAFIA BIOLÓGICA*Fitogeografia*

Aspectos da vegetação, n.º I, pág. 53

Estatística Regional de Plantas Úteis, n.º III, pág. 115

Floresta, zona de colheita (A), n.º I, pág. 55

Floresta, zona de cultura (A), n.º I, pág. 58

Manto Vegetal (O), n.º IV, pág. 38

Zoogeografia

Ensaio geográfico sobre o vocabulário zoológico popular do Brasil, n.º III, pág. 73.

GEOGRAFIA ECONÔMICA

Geografia Econômica, n.º III, pág. 16

Produção

- Agricultura e inundações, n.º I, pág. 45
- Banana do litoral (A), n.º I, pág. 53
- Ciclos Econômicos, n.º III, pág. 17
- Comércio Ambulante (O), n.º II, pág. 27
- Economia de Colheita e Economia de Plantações, n.º III, pág. 28
- Ferro e Metalurgia, n.º III, pág. 33
- Floresta, produtora de combustível (A), n.º I, pág. 59
- Floresta, zona de colheita (A), n.º I, pág. 55
- Floresta, zona de cultura (A), n.º I, pág. 58.
- Impressões de uma visita à Cia Ford Industrial do Brasil no Estado do Pará, n.º IV, pág. 3.
- Madeiras preciosas (As), n.º I, pág. 60
- Metais preciosos (Os), n.º III, pág. 32
- Montanhas horticuloras (As), n.º I, pág. 36
- Montanha mineira (A), n.º I, pág. 34
- Montanha pastoril (A), n.º I, pág. 35
- Montanha, zona de indústria (A), n.º I, pág. 37
- Nova agricultura (Uma), n.º III, pág. 21
- Pesca (A), n.º I, pág. 51
- Problema da pesca (O), n.º III, pág. 31
- Problema de energia (O), n.º III, pág. 36
- Riquezas minerais (As), n.º IV, pág. 40
- Recôncavo da Baía e o Petróleo de Lobato (O), n.º II, pág. 57
- Tipos de criação (Os), n.º III, pág. 30
- Trigo e vinho (O), n.º III, pág. 26

Viação

- Estradas de rodagem e estradas de ferro, n.º III, pág. 39
- Geografia dos Transportes no Brasil, n.º II, pág. 84, n.º III, pág. 60 e n.º IV, pág. 55
- Linhas de navegação (As), n.º III, pág. 44
- Mar e o ar nos transportes (O), n.º III, pág. 41
- Montanha barreira (A), n.º I, pág. 33
- Navegação fluvial e transporte por carregamento, n.º III, pág. 37
- Portos (Os), n.º I, pág. 52

GEOGRAFIA FÍSICA

- Feições fisiográficas (Notas sobre o litoral), n.º II, pág. 57
- Meio físico (O), n.º IV, pág. 29

Climatologia

- Aumentou a temperatura do mundo?, n.º III, pág. 135
- Clima (O), n.º IV, pág. 31
- Homem e o Clima (O), n.º I, pág. 40
- Montanha, residência de verão (A), n.º I, pág. 36
- Quatro zonas climáticas (As), n.º I, pág. 38
- Subsídios para o Estudo de um Ciclo Climatológico do Sueste Brasileiro, n.º III, pág. 3

Geologia

- Esbôço da história do solo, n.º I, pág. 20
- Feições geológicas, n.º II, pág. 70
- Forma da costa, n.º IV, pág. 36
- Formas de costa (As), n.º I, pág. 47
- Natureza geológica (A), n.º IV, pág. 32

Oceanografia

Atlântico (O), n.º II, pág. 98.

Oceano, eixo de nossa viação. Orientação e aspectos do litoral, n.º II, pág. 87

Orografia

Aspectos particulares do relêvo (Os), n.º I, pág. 29

Distribuição do relêvo, n.º I, pág. 25

Montanhas, n.º II, pág. 84.

Vale do Tapajós e os americanos, n.º IV, pág. 19

Pedologia

O que o solo traz aos homens, n.º I, pág. 31.

Potamografia

Descrição dos rios Parnaíba e Gurupí, pelo dr. Gustavo Dodt, n.º III, pág. 111.

Extensão dos nossos rios, n.º IV, pág. 116

Homens e os rios (Os), n.º I, pág. 43

Tipos de rios, n.º I, pág. 42

Tipos dos rios, n.º IV, pág. 34

GEOGRAFIA HISTÓRICA

Fronteiras do Brasil no Regime Colonial, n.º IV, pág. 91

Geratrizes Memoráveis da Geografia do Brasil, n.º II, pág. 3

GEOGRAFIA HUMANA

Alterações nos tipos de povoamento no Estado de S. Paulo, n.º I, pág. 77.

Geografia Humana do Brasil, n.º I, pág. 19, n.º II, pág. 20 e n.º III, pág. 16.

Ocupação pelo Homem (A), n.º IV, pág. 47

Demografia

Dec-lei n.º 237, de 2-2-1938, que "regula o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940 e dá outras providências", n.º II, pág. 137.

Diversas fórmulas demográficas, n.º II, pág. 21

Efetivo Humano (O), n.º II, pág. 20

Migração e Colonização Rural (A), n.º IV, pág. 74

População do Brasil em 31-12-1938, n.º II, pág. 135

Problema de Colonização Permanente no Sul do Brasil, n.º IV, pág. 70.

Etnografia

Cabloco (O), n.º II, pág. 29

Caiçara (O), n.º II, pág. 29

Composição étnica, n.º II, pág. 31.

Gente das "Favelas", n.º II, pág. 31

Trabalhadores de fábricas, n.º II, pág. 30

GEOGRAFIA MATEMÁTICA

Achegas para um retrospecto cartográfico, n.º II, pág. 3

Caminhamento entre S. José e o Inglês, n.º IV, pág. 28

Campanha de levantamento de Coordenadas Geográficas (Uma), n.º III, pág. 130.

Carta Geográfica do Brasil, n.º III, pág. 133

Comissão de Uniformização da Cartografia Brasileira, n.º IV, pág. 124

Dec. n.º 9 497; de 14-9-1938, que "incumbe ao Dep. Geogr. e Geológico da execução do Dec-lei federal n.º 311, de 2-3-1938 e dá outras providências", n.º III, pág. 161.

Estado de Minas Gerais, n.º III, pág. 154

Mapas Municipais, n.º I, pág. 80.

Potencial de espaço (Um), n.º I, pág. 19.